

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Roney Gusmão do Carmo

**Memória e flexibilização do trabalho: as contradições do
comércio local**

Vitória da Conquista
Abril de 2014

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Roney Gusmão do Carmo

Memória e flexibilização do trabalho: as contradições do comércio local

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Dra. Ana Elizabeth Santos Alves

Vitória da Conquista
Abril de 2014

C213m Carmo, Roney Gusmão.

Memória e flexibilização do trabalho: as contradições do comércio local.
orientadora Dra. Ana Elizabeth Santos Alves -Vitória da Conquista, 2014.
230 f.

Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade).
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2014.

1. Memória. 2. Flexibilização do trabalho. 3. Espaço. 4. Comércio. I. Alves,
Ana Elizabeth Santos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III.
título.

Título em inglês: Memory and work flexibility: the local trade contradictions.

Palavras-chave em inglês: Memory and work flexibility: the local trade contradictions.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Ana Elizabeth Santo Alves (orientadora), Profa. Dra. Zuleide Simas da Silveira (membro titular), Profa. Dra. Selma Cristina Silva de Jesus (membro titular), Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães (membro titular), Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida (membro titular), Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (suplente), Profa. Dra. Moema Maria Badaró Cartibani Midlej (suplente).

Data da Defesa: 14 de maio de 2014.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

BANCA EXAMINADORA

Ana Elizabeth S. Alves

Professora Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (Uesb)
(Orientadora)

José Rubens Mascarenhas de Almeida

Professor Dr José Rubens Mascarenhas de Almeida (Uesb)

Livia Diana Rocha Magalhães

Professora Dra Livia Diana Rocha Magalhães (Uesb)

Selma Cristina Silva de Jesus

Professora Dra Selma Cristina Silva de Jesus (Ufba)

Zuleide Simas da Silveira

Professora Dra Zuleide Simas da Silveira (Uff)

Suplentes

Professora Dra Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (Uesb)

Professor Dra Moema Maria Badaró Cartibani Midlej (Uesc)

Local e Data da Defesa de Tese: Vitória da Conquista, 14 de Maio de 2014.

Resultado:

Aprovado

Dedico este trabalho aos meus pais, Dalmácio e Eleuza, e à minha avó, Zilda. Vocês foram os primeiros que se empenharam em me ensinar sobre a vida e o que dela transcende.

AGRADECIMENTOS

Numa mescla de carinho e constrangimento, por não conseguir expressar minha gratidão em palavras, quero manifestar meu eterno reconhecimento:

À minha orientadora *Dra. Ana Elizabeth Alves*, pela disponibilidade, organização, rigorosidade e, principalmente, compreensão, que a tornaram referência para mim.

À coordenação do PPGMLS, *Dra. Livia Diana Magalhães* e *Dra. Maria Conceição Fonseca*, que se demonstraram sempre profissionais e dedicadas. Sem as senhoras esta nova etapa da minha vida não teria sido viabilizada.

Aos membros da banca, *Dr. José Rubens Mascarenhas*, *Dra. Selma Cristina Silva de Jesus*, *Dra. Zuleide Simas da Silveira*, que tão gentilmente aceitaram o convite e se empenharam na leitura, interpretação e avaliação deste trabalho.

À *Dra. Ana Palmira Casimiro*, ao *Dr. Herbert Toledo* e ao *Dr. Xaquín Rodriguez*, pela disponibilidade e generosidade em contribuir com minha formação acadêmica.

Aos carinhosos *sujeitos de pesquisa* que se disponibilizaram a substancializar esta análise. Sem os senhores, esta pesquisa não teria se tornado realidade.

Aos meus *colegas* de curso, bem como às *secretárias* do PPGMLS, cuja doçura e companheirismo foram de grande validade para o desenvolvimento deste curso.

A *Elton Vitor*, *Klayton*, *Luana*, *Célio Meira*, *Gardênia Jardim*, *Sérgio Magalhães* e *Elma Karine* que foram parte fundamental de conquistas altamente significativas para minha vida.

Aos meus irmãos, primos, tios e amigos, especialmente a *Angela Gusmão* e *Marcos Figueiredo*, pelo zelo que demonstram por minha pessoa.

E, sobretudo, a *Jesus Cristo*, por personificar a minha necessidade visceral de subjetivação.

Minha sincera, eterna e mais pura gratidão. Sem vocês, não apenas este trabalho seria inviabilizado, mas a minha nova etapa de vida não teria sido possível.

*Eu ando pelo mundo
Prestando atenção em cores
Que eu não sei o nome
[...]*

*E como uma segunda pele
Um calo, uma casca
Uma cápsula protetora
Ah, Eu quero chegar antes
Prá sinalizar
O estar de cada coisa
Filtrar seus graus
[...]*

*Pela janela do quarto
Pela janela do carro
Pela tela, pela janela
Quem é ela? Quem é ela?
Eu vejo tudo enquadrado
Remoto controle...*

(Adriana Calcanhoto)

RESUMO

Esta tese apresenta uma análise sobre o fenômeno da acumulação flexível, destacando a forma como o expansionismo capitalista dela advindo impacta diferentes espaços e adquire contornos capazes de metamorfosear relações sociais pela “novidade” implícita nos reincrementos do capital. Nesse sentido, tivemos por objetivo compreender a forma como a acumulação flexível adentrou Vitória da Conquista (Bahia), remontando os cenários do comércio local e, simultaneamente, penetrando a subjetividade dos trabalhadores, gerando rupturas na percepção desses sujeitos, sem extinguir representações arrastadas pela memória. A hipótese deste trabalho parte da premissa de que a flexibilização chegou ao contexto social conquistense dentro de temporalidades específicas. Esse fato permitiu associar a realidade do comércio local no tempo presente a uma totalidade dialética, cuja organicidade nos levou a entender a subjetividade dos trabalhadores hoje muito mais equalizada ao nexu predatório do capital transnacional, mesclado a um frágil senso de pertença arrastado pela memória. A pesquisa se desenvolveu com trabalhadores do comércio em Vitória da Conquista e foi guiada por marco teórico sobre os temas que tangenciam acumulação flexível, trabalho e memória; seguidamente fomos a campo com vista a entender a cotidianidade das pessoas e sua imbricação no fenômeno ao qual analisamos. Ao intercruzarmos os discursos dos entrevistados com o marco teórico, chegamos à percepção de que a forma pela qual os trabalhadores, em seu espaço cotidiano, interpretam o expansionismo do capital, bem como as ideologias da acumulação flexível, perpassa por trajetórias peculiares de vida, cuja memória, confrontada por rupturas introduzidas pela flexibilização, inspira diferentes pontos de vistas sob as muitas formas pelas quais o capital se transfigura.

PALAVRAS-CHAVE

Memória. Flexibilização do trabalho. Espaço. Comércio.

ABSTRACT

This thesis presents an analysis of the flexible accumulation phenomenon, highlighting how the capitalist expansionism impacts different spaces and acquires contours capable of metamorphosing social relations by "novelty" implicit in the capital. In this sense, the objective was to understand how flexible accumulation entered Vitória da Conquista (Bahia), dating scenarios of local trade and simultaneously penetrating the subjectivity of workers, disruptions generating the perception of these subjects, without extinguishing representations drawn by social memory. Our hypothesis assumes that the easing came to Vitória da Conquista's social context within specific time frames. This reality allows associating the reality of local trade in this a dialectical totality, whose organic nature leads us to understand the subjectivity of workers now more equalized to a predatory nexus of transnational capital, mingled with a fragile sense of belonging carried by the memory. The research was developed with trade workers in Vitória da Conquista and was guided by a theoretical framework on the issues that are tangent flexible accumulation, work and memory; then we went to empirical field to understand the daily life of people. When we connected the interviews with the theoretical framework, we got the perception that the way how people interprets the flexible accumulation phenomenon depends on the personal histories of lives and the memories that inspire different viewpoints on the many ways in which capital is transformed.

KEYWORDS

Memory.Workflexibility .Space.Trade.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 01: Hipermercado Bom Preço no bairro recreio – Vitória da Conquista	143
Imagem 02: Rua Francisco Santos em 1938	155
Imagem 03: Magazine Aracy em 1939	155
Imagem 04: Confeitaria Araci em 1966	156
Imagem 05: Super Lar, inaugurado em 1980	157
Imagem 06: Imagem de uma filial da “Ricardo Eletro” - Praça Barão do Rio Branco	186
Imagem 07: Praça Barão do Rio Branco	187
Imagem 08: Praça Barão do Rio Branco	187
Imagem 09: Rua Zeferino Corrêa	188
Imagem 10: Praça Barão do Rio Branco	190
Imagem 11: Rede Insinuante, uma das maiores franquias do ramo eletroeletrônico instalada em Vitória da Conquista	190
Imagem 12: Praça da Bandeira – centro comercial popular em Vitória da Conquista	192
Imagem 13: Praça da bandeira – O comércio popular	192
Imagem 14: Loja Riachuelo – Moda Outono/Inverno – Março de 2014	193
Imagem 15: Loja Riachuelo exhibe legenda – “Outono/Inverno 2014 <i>from NYC</i> ”	193
Imagem 16: Vésperas da inauguração de mais uma unidade do G Barbosa – 2012	200
Imagem 17: Construção do Hiper Bom Preço em 2001	202
Imagem 18: Construção do <i>Shopping Conquista Sul</i> em 2006	202
Imagem 19: Hotel Ibis inaugurado no final de 2013	202

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. METODOLOGIA	32
2.1. O CAMPO EMPÍRICO	36
2.2. PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	38
3. FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO: CONTRADIÇÕES INERENTES AO CAPITAL NA VIRADA DE SÉCULO	41
3.1. TRABALHO COMO PARTE DO METABOLISMO SOCIAL	41
3.2. CLASSE TRABALHADORA: UNIDADE E CONTRADITORIEDADE	45
3.3. CAPITALISMO: SISTEMA ESSENCIALMENTE CONTRADITÓRIO	50
3.4. CONTRADIÇÕES QUE BIFURCAM O SER SOCIAL	55
3.5. A DINÂMICA CAPITALISTA NO FINAL DO SÉCULO XX: VISÃO PANORÂMICA	61
3.6. TRABALHADORES DO SÉCULO XXI: QUEM SÃO?	69
3.7. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	83
4. IDEOLOGIA E MEMÓRIA: A SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR EM PAUTA	87
4.1. A DIALÉTICA DA IDEOLOGIA	87
4.2. IDEOLOGIA E SUBJETIVIDADE NUM CONTEXTO DE FLEXIBILIZAÇÃO	91
4.3. O QUE HÁ DE IDEOLÓGICO NA MEMÓRIA? O QUE HÁ DE MEMÓRIA NA IDEOLOGIA?	103
4.4. A CONCRETICIDADE DA CONSCIÊNCIA COMUM	109
4.5. E QUAL CONSCIÊNCIA SUBSISTE?	113
4.6. O ESPAÇO E O TRABALHO: MARCAS DA CONTRADIÇÃO	118
4.7. REATANDO A DISCUSSÃO	121
5. TRABALHO, MEMÓRIA E ESPAÇO: O CAMPO EMPÍRICO	124
5.1. CAMPO EMPÍRICO: APROXIMAÇÕES	124
5.2. O COMÉRCIO E A CIDADE	129

5.3. O COMÉRCIO PELOS COMERCIANTES LOCAIS	134
5.4. O COMÉRCIO LOCAL: UM “NOVO” RETRATO	145
6. A “NOVA” ARQUITETURA DO CAPITAL	148
6.1. INTENCIONALIDADES DA FLEXIBILIZAÇÃO: PARA ALÉM DA SUPERFÍCIE	148
6.2. O COTIDIANO LOCAL NO CONTEXTO DA FLEXIBILIZAÇÃO	154
6.3. REPRESENTAÇÕES E MEMÓRIAS	159
6.4. IDENTIDADES CORROÍDAS	169
6.5. O TRABALHO NO ÂMBITO DA FLEXIBILIZAÇÃO	177
6.6. CONSUMO: A SUBLIMAÇÃO DO DESEJO NO TEMPO LIVRE	181
6.7. ESPAÇO: A EMPIRIA DA MEMÓRIA	183
6.8. A “NOVA” ECONOMIA LOCAL: MEMÓRIAS E RUPTURAS	194
7. CONCLUSÃO	205
REFERÊNCIAS	219
Apêndice I: Roteiro de entrevistas – primeira etapa	226
Apêndice II: Roteiro de entrevistas – segunda etapa	227
Apêndice III: Questionários aplicados a diversos comerciantes	228
Apêndice IV: Sujeitos de pesquisa	230

1. INTRODUÇÃO

“Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.”
(Karl Marx).

No início da década de 1970, o comerciante Firmino Novais chegava a Vitória da Conquista, terra pacata e isolada no sertão, segundo ele, mas que indicava largos potenciais, pelos comentários dos que aqui residiam. Os moradores tinham presenciado com orgulho a inauguração da Avenida Presidente Dutra (BR 116) e depositavam expectativas consideráveis sobre o vigor econômico que seria verificado na cidade a partir de então. A intenção de Novais era, a princípio, passar pela cidade com vistas a montar negócios em Recife, mas se viu contagiado pela convicção de que esta se tratava de uma cidade “promissora”.

Adentrando o município, Novais foi observando a pequenez do comércio, a presença de caracteres locais aos hábitos de consumo e o conforto de estar num espaço aberto e receptivo às transformações. É provável que a sensação de “milagre brasileiro” dos anos 1970 atingia o anseio dos conquistenses que, vendo a cidade trincada por uma rodovia de grande porte, se regozijavam na convicção de que o “progresso” finalmente tinha chegado.

O deslumbre dos conquistenses, marcado por uma “hospitalidade e generosidade local”, fez Novais mudar de planos e, certo dos potenciais econômicos locais, optou por montar sua loja de confecções aqui na cidade. Havia uma expectativa generalizada acerca de uma suposta efervescência econômica que a cidade poderia vivenciar na década que acabara de começar, uma esperança tomava as pessoas, o que nos permite entender que essas representações¹ comuns do cotidiano² se associam ao contexto histórico onde os sujeitos estão inseridos.

¹ É sabido que o campo das representações, especialmente das representações sociais, é extremamente vasto, apropriado a diversas áreas que fazem uso das teorias em torno dessa temática. Desde a psicologia social até a sociologia incorporam a teoria das representações sociais como parte fundante da percepção de que o mundo de significados é regido, também, pelas relações sociais. Segundo Franco & Novaes (2001, p. 4), representações sociais são “comportamentos em miniatura”, Abric (2000, p. 27) entende como “réplica da ação” ou “prévia da ação” e Minayo (2007) como “senso comum”. Essas análises permitem associar representações com a prática social dos sujeitos, especialmente por que entende o significado como

No plano nacional, a efervescência econômica, justificada pelo expansionismo do capitalismo global em meados do século XX, impelia um grande contingente de empresas multinacionais para o território latino-americano. Esse alargamento econômico, inevitavelmente, elevava os índices de crescimento econômico, gerando uma nítida sensação de “desenvolvimento” ao Brasil, pois, num olhar inicial, tudo indicava que “enfim o país estava dando certo”.

Apoiando o “projeto desenvolvimentista”³, o Estado disponibilizava sua maquinaria e injetava recursos em infraestrutura com vistas a favorecer a fluência de investimentos estrangeiros. Esse movimento foi acompanhado por um trabalho ideológico metucioso que encontrou terreno fértil nas escolas e massificado pelos aparelhos de mídia, todos empenhados em disseminar a ideia de prosperidade advinda do “nacional desenvolvimentismo”. Nesse sentido, eis a razão de todo deslumbramento conquistense com a inauguração da Rio-Bahia na década de 1960 cujo traçado enchia homens e mulheres de esperanças sobre usufruto dos benefícios advindos do progresso.

O comerciante Novais, então, ao perceber o fascínio da população local com os possíveis benefícios desse suposto crescimento econômico brasileiro, entendeu que Vitória da Conquista continha as condições propícias para fazer vingar seu projeto de construir um negócio próprio.

precedente da ação. Todavia, aqui utilizamos representação social como senso comum, como composto de significações oriundas da concretude das relações sociais que, de algum modo, contribui para a formulação de representações aqui concebidas como fragmento social e histórico de uma totalidade dialética. Recorremos a Kosik (2010) no conceito de pseudoconcreticidade para entender que “o indivíduo ‘em situação’ cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade” (p.14). Na ideia do autor, as representações brotam da cotidianidade, da vida concreta e, por essa razão, solicita ao pesquisador que transcenda o caráter fetichizado dessas representações, diz o autor: “O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia” (p. 20). Para não negligenciarmos a filiação teórica do campo das representações sociais, priorizaremos, portanto, a adoção de expressões como representações das coisas ou representações concretas para nos referirmos ao conceito extraído de Kosik.

² Partimos da percepção de Kosik (2010) sobre “pseudoconcreticidade” para entender o percurso investigativo acerca do campo cotidiano. A cotidianidade é, portanto, carregada da conflituosidade inerente ao tráfego ideológico que a penetra. O estudo da ordinariedade do cotidiano se torna rico, sobretudo quando o pesquisador inter cruza os discursos mais corriqueiros com a dialética histórica que envolve os sujeitos, entendendo-os, então, como parte inscrita numa totalidade dialética.

³ Segundo Pereira (2010, p.29), “o desenvolvimento econômico exige uma estratégia nacional de desenvolvimento”, logo, os artificios do capital para acomodar sua estrutura dentro de uma nação requer a intervenção estatal no sentido de viabilizar a fruição do propósito capitalista. Os “desenvolvimentismos”, como define o autor, são, então, resposta histórica a um projeto nacional para inserção na rede internacional de produção e circulação de mercadorias. A estrutura do desenvolvimentismo, embora arquitetada pelo Estado, nem sempre (ou quase nunca) prioriza as necessidades da maioria.

Para nutrir essa sensação de prosperidade, associada ao cenário político e econômico nacional, Vitória da Conquista contou com a inauguração do Clube de Dirigentes Lojistas (CDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), todos surgidos em quase simultaneidade na década de 1960. Essas entidades tiveram papel fundamental para a organização comercial do município, tanto porque gerava maior segurança e apoio aos comerciantes, como também porque introduziu campanhas publicitárias – ainda muito elementares e com características locais – com vistas a estimular o consumo em datas festivas. De todo modo, os anos 1960 e 1970 foram marcados por transformações locais, entendidas a partir das metamorfoses vivenciadas pelo capital num cenário global, gerando maior segurança nos novos empreendedores da cidade.

Na ocasião, o comércio conquistense tinha características completamente locais e puramente organizadas por comerciantes do município. Dentre eles, estava Novais, um novo empreendedor, avigorado pela segurança que as “novas” relações de consumo, apoiadas pelos recursos de fomento ao crédito, podiam lhe oferecer. O resultado não foi diferente: assim que chegava de São Paulo, munido de mercadorias, a venda era instantânea. Os fregueses adentravam a loja e se apropriavam das mercadorias antes mesmo de serem catalogadas, ocasionando, então, a necessidade de contratação de mais trabalhadores e alargamento do espaço físico da loja.

A concorrência era pequena e, mesmo que fosse maior, parecia haver mercado para todos. Muitos consumidores da zona rural e de cidades próximas se moviam para comprar no comércio conquistense e se satisfaziam com os produtos disponíveis nas lojas. As roupas, por exemplo, seguiam tendências estipuladas pelos próprios consumidores locais que, em grande parte, se contentavam em fazer uso da baixa variedade de peças oferecidas localmente, segundo relato dos entrevistados.

A loja de confecções de Novais, portanto, não necessitava de uma equalização tão sofisticada com tendências de moda que moviam o consumo global, pois seus fregueses se contentavam com a oferta de mercadorias simples ali acessíveis. Semelhante situação foi vivenciada pelo comerciante Cícero Amorim que, no ramo da construção civil, também se sentia confortável com os fregueses locais até a década de 1970. Os projetos de engenharia dos seus clientes eram simples, não por conta do poder aquisitivo, mas pela perspectiva simplista de seus objetivos. O pouco acesso às tendências metamórficas de consumo e ausência de padrões altamente elaborados de exigências, tornavam os consumidores locais

mais previsíveis e mais cientes do que queriam. A oferta era menos diversificada, assim, chegava-se à loja, escolhia-se o produto e pronto, sem muitas dúvidas, sem demasiadas comparações ou exigências, como as que hoje observamos, em conformidade com o “tal filme” ou a “tal novela”.

A pouca diversidade de mercadorias pode ser observada nos registros fotográficos extraídos da década de 1970, que apresentaremos mais à frente. As vestimentas não eram muito diversificadas, os artigos como chapéus, sapatos e veículos pareciam seguir um padrão estandardizado, sob um consenso do que se pretendia comprar. A estandardização se imprimia nos produtos adquiridos, mas também se manifestava no comportamento dos clientes que, naquelas circunstâncias, se tornavam fieis a determinados comerciantes que, de modo geral, já conheciam as preferências de sua freguesia.

Inevitavelmente, esse tipo de relações também gerava maior pessoalidade e solidez nos vínculos sociais e comerciais. A confiança era um princípio das relações comerciais e o zelo pela boa reputação ainda preocupava a maioria dos consumidores, ao ponto de honrarem compromissos firmados informalmente. A venda no crediário, por exemplo, era feita mediante anotação num caderno, sem qualquer responsabilidade formal entre as partes envolvidas, já que a segurança estava na palavra e no zelo pelo nome, afirmou Ronaldo Pinto (ex-comerciante entrevistado).

Naquele período, o comércio local se encontrava no auge, segundo narrativas de Novais, e se manteve em alta até meados dos anos 1980, época entendida como “década perdida⁴” para muitos economistas. Eis um grande paradoxo, pois, embora a inflação, associada aos precários índices de crescimento econômico brasileiro, motivasse essa concepção negativa acerca do referido período, o que se visualizava internamente ao comércio conquistense era algo distinto. A predominância de comerciantes locais, a fidelidade dos fregueses, bem como a invasão de consumidores advindos de cidades circunvizinhas, deixava uma sensação de conforto para os microempreendedores, que se queixavam sim da realidade inflacionária nacional, mas não conseguiam imaginar as profundas transformações que lhes aguardava nos anos subsequentes.

⁴ A estagnação econômica brasileira, somada aos desastrosos planos para estabilização financeira, motiva alguns estudiosos interpretarem a década de 1980 como um período estéril, tanto no campo político como econômico. A chamada estagflação, aliada aos desastrosos indicadores sociais nítidos nos governos Sarney e Collor, deixou um rastro de endividamento, agravamento da desigualdade e desprestígio do Brasil no contexto econômico global (BARBOSA, 2011). Embora a estagnação financeira no Brasil tenha sido marcante no referido período, é importante destacar que essa época também foi marcada por movimentos sociais significativos para a história do país, tanto no cenário político, social, ambiental, como econômico.

Entre os anos 1970 e 1980, Novais contava com vinte e oito funcionários em seu estabelecimento, todos com vínculo empregatício formal e sem perspectivas de demissões, dado à fluidez do comércio regional na ocasião. Foi com a chegada dos anos 1990 que a situação se alterou. Apesar da promissora estabilidade econômica promovida pelo governo FHC, a realidade da cidade de Vitória da Conquista demonstrou substanciais mudanças não totalmente positivas.

O advento do plano Real, de fato, gerou expectativas aos comerciantes locais, entretanto, eles não estavam sozinhos. Grande quantidade de macroempreendedores de capital externo também se atentava para o suposto aumento no poder de compra brasileiro a partir da estabilização econômica pela retenção inflacionária que, no contexto expansionista do capital, demarcou um processo vertiginoso de alastramento da influência empresarial em locais mais remotos (CASTEL, 1998).

É interessante observar que, simultaneamente a esse processo, a dinâmica global posta na década de 1990, trouxe a Vitória da Conquista alguns componentes marcantes. Seguem alguns deles:

- i. As tecnologias: Alguns fatos, aparentemente pontuais, foram de suma importância para se compreender as alterações na realidade comercial da cidade. Os anos 1990 são marcados pelo alargamento e popularização de tecnologias, fazendo chegar aqui a internet, por exemplo, e inaugurando redes de TV locais. Evidentemente, essa efervescência tecnológica impactaria a organização do comércio local, tanto por que introduziu uma quantidade infindável de novos fetiches de consumo e artigos tecnológicos, como também por que trouxe novos sistemas de *marketing*, muito mais sofisticados. O que se percebe é que, paulatinamente, a década de 1990 foi trazendo para o cenário municipal determinados critérios de sobrevivência no mercado que, na ocasião, pegaram desprevenidos os comerciantes menores. A sensação ainda era confortável com o movimento gerado pelas novas tecnologias, afinal elas chegaram sob um discurso inclusivo, supostamente a serviço de uma melhor qualidade de vida, porém é nos anos seguintes que a face mais cruel desse sistema se manifesta claramente.
- ii. A política neoliberal: Como forma de apoio ao fervor tecnológico e financeiro indicado no final do século XX, acentuou-se o ideário neoliberal com um rápido processo de privatizações. As telecomunicações são um exemplo claro dessas

mudanças, pois, se comparássemos a realidade cotidiana dos conquistenses em 1990 com aquela vivida em 1999, notaríamos transformações significativas por meio da popularização de recursos tecnológicos e dos serviços informacionais. O componente ideológico do neoliberalismo também penetrou em distintas esferas da sociedade, dentre elas, as relações de trabalho existentes no comércio conquistense que, nos anos 1990, observaram o enfraquecimento sindical e a relativização de direitos trabalhistas, consentida pelo próprio Estado. Nesse momento, proliferavam contratos temporários cuja fragilidade de vínculo tornava a lucratividade mais certa se comparada com a efetivação da carteira de trabalho. Essa lógica se disseminou na cidade, impondo, inclusive, novos critérios de “empregabilidade” muito equalizados à inoperância estatal. Nessa teia de mudanças, surgem agências de integração entre empresas e escolas, além da introdução de todo um linguajar empreendedor, que passou a fazer parte do dia a dia no trabalho sob o lema de gerar um novo engajamento às “sofisticadas” estratégias de subordinação.

- iii. Novos modelos de gestão: A partir da década de 1990 popularizaram-se no Brasil os novos modelos de gestão já em voga nos países desenvolvidos. O sistema da Toyota implementado no Japão é emblemático para retratar esse novo pressuposto, calcado na chamada “empresa enxuta”, cuja diversidade de mercadorias era produzida em rigor com as demandas do consumo. O combate ao desperdício revela que esta medida buscava adequar o sistema a momentos de imprevisibilidade financeira como a verificada no período de sua execução. Distintamente do que se verificava em décadas anteriores, agora a produção contava com uma diversificação gigantesca de mercadorias, atingindo o perfil do consumidor pela massificação da que arrastava para o cotidiano das pessoas um *marketing* voltado à ideia do consumismo. Associados à política neoliberal, os novos modelos de gestão também contaram com a fragilização de leis trabalhistas, impondo novas formas de exploração do trabalho, por meio de uma subsunção crônica às metas impostas à produtividade. Essa realidade, embora mais nítida no chão da fábrica, apresentou refrações também nas relações comerciais, principalmente porque instituiu novas realidades na relação comerciante/comerciário e lojista/consumidor, capazes de alterar significativamente a dinâmica do comércio local. Além disso, a nova gestão flexível continha um claro artifício ideológico, que eficazmente adentrava a subjetividade dos trabalhadores, com uso de requintes até

mesmo da psicologia, da comunicação ou do direito para normatizar condutas e instituir paradigmas pela consensualidade.

- iv. O expansionismo do capital: Embora o processo de alastramento das transnacionais tenha sido nítido já em meados do século XX, Vitória da Conquista apenas vivenciou tal fato de perto a partir do final dos anos 1990. O início dos anos 2000, então, foi caracterizado notoriamente por um “estrangeirismo” do espaço da cidade, com a remontagem do cenário comercial segundo tendências de predominância do capital estrangeiro. Foram hipermercados, redes de *fast-foods*, lojas de departamento franquizadas, *shopping-centers* com largas praças de alimentação e *drive thru*, além de vastos sistemas de *marketing* que remodelaram o padrão de consumo. Os conceitos nas relações comerciais foram substancialmente modificados, impondo novas formas de sobrevivência na arena concorrencial imposta pelo “novo” capitalismo na virada de séculos.

Evidentemente, todas essas quatro características relatadas acima parecem soar, num olhar superficial, como causa e efeito natural do “novo” arranjo do sistema. Parecem ser parte fatalista de um sistema “evolutivo” de desenvolvimento da sociedade, nas quais prevalecem os visionários, moldados pelas tendências globais do mercado. De fato, um olhar aligeirado indica essa suposição: extinção do “velho” para ceder espaço ao “arrojado”, num processo “darwinista” de “seleção” e “melhoria” social. Todavia, essa ótica reducionista nega todas as dissonâncias presentes sob a superfície cosmopolita desses “novos” propósitos da acumulação⁵.

Na segunda metade da década de 1990, o comerciante Novais, cuja experiência no comércio local já ultrapassava vinte anos, passou a estranhar as mudanças que atingiam o cotidiano da cidade. Primeiro porque os representantes comerciais de grandes lojas iniciaram um processo de expansão no interior, chegando aos mais remotos lugares e retirando consumidores dos pequenos comerciantes. Nesse momento, aqueles consumidores de zona rural e de cidades circunvizinhas não mais necessitavam frequentar a loja de Novais para comprar, já que nas suas respectivas cidades já havia suprimento de mercadorias levadas pelos representantes.

⁵ As “novas” formas de organização do comércio local a partir dos anos 1990 não extinguiram formas tradicionais de relações econômicas. Não partimos de uma história linear, compartimentada por etapas subsequentes e desconexas, mas concordamos com a ideia de que “velhas” e “novas” formas de relações sociais e econômicas coexistem, interconectando dialeticamente o passado e o presente.

Ora, com redução significativa de consumidores, inevitavelmente, houve corte substancial de funcionários. Se nas décadas de 1970 e 1980, Novais tinha uma média de 28 empregados, no final dos anos 1990 ele necessitava apenas de 4 trabalhadores. A concorrência se tornou exponencialmente maior, instituindo novos critérios de permanência no cenário comercial, pois agora, as lojas franquizadas tinham um poder de venda muito mais atraente. Novais poderia vender em três parcelas pela nota promissória, mas a Riachuelo vendia em dez parcelas com cartão próprio da loja. Fora isso, lojas como C&A, Lojas Americanas ou Marisa tinham um poder de *marketing* avassalador e imbatível e, sua chegada, nos anos 2000, repercutiu gravemente na cotidianidade dos comerciantes pequenos.

A loja de Novais foi se esvaziando aos poucos, ficando cercada de empreendimentos de grande porte, com fachada sedutora e iluminação extravagante. Aliado ao *marketing* impecável, essas grandes redes de lojas também possuem equalização com tendências de moda estrangeira, utilizando da mídia nacional como ferramenta de construção do fetiche consumista. Assim, adentrar a Riachuelo implicaria em penetrar um espaço, cujas mercadorias ofertadas possuem preço acessível e são exibidas ao grande público por celebridades de peso.

Foi no início dos anos 2000 que, para Novais, a situação se tornou insuportável. Agora, seu comércio era qualificado como popular, ou seja, posto num subgrupo para distingui-lo dos “novos” mercados de capital externo equalizados às demandas de consumo estrangeiro. Essa realidade polarizou os consumidores para as lojas franquizadas e redundaram na falência de muitos negociantes locais. No ano de 2004 foi a vez de Novais, que fechou as portas do seu estabelecimento e desistiu de se manter numa arena de concorrência tão acirrada, sob condições tão desiguais.

Logicamente, ao investigarmos as memórias reconstruídas pelos comerciantes sobre o comércio da cidade, fica constatado que distintas trajetórias de vida, postas em diferentes condições de inserção social, montam interpretações mistas e paradoxais. Como entende Kosik (2010), esses discursos são o senso comum, carregado de fetichização e ingenuidade, mas que no cerne de seu nexos apresentam componentes ideológicos explicados pela realidade concreta de existência das pessoas. Novais, quando relata sua experiência, remonta as décadas de 1970 e 1980 com grande saudosismo, pois suas possibilidades de existência pelo comércio eram sólidas. De forma semelhante, os relatos

acerca da sua desistência no início do ano 2000 e sua opinião sobre a realidade atual do comércio se comunicam com uma realidade global, cuja associação dialética permite compreender as mudanças de pensamento em sincronia com mudanças estruturais do sistema.

A tônica da vez era a flexibilização, articulada ao expansionismo do capital internacional, com um nítido processo de polarização do consumo e crescimento macrocéfalo da economia. É um momento de modernização calcada na concentração de renda e exclusão⁶ da grande maioria da população que, embora cada vez mais privada de usufruir desse suposto crescimento econômico, tem sido arrebatada pelo deslumbre do consumo e por um embrutecimento individualizante (BARBOSA, 2011). Nesse sentido, foi parte de nossa preocupação nessa pesquisa, compreender a forma como as contundentes mudanças no cenário econômico global impactou o trabalho e reverberou na forma como os sujeitos trabalhadores se veem nesse processo e reconstroem suas memórias à luz do todo dialético que aporta no mais elementar cotidiano da vida social.

Assim, inquietou-nos saber: Como o processo de “acumulação flexível” (HARVEY, 1993) impactou a subjetividade dos trabalhadores? Qual é o sentido de ser trabalhador do comércio no atual contexto, quando o gigantismo do processo expansionista do capital viola fronteiras e mobiliza fortemente a esfera simbólica? Como as mudanças espaciais em Vitória da Conquista atingiram a subjetividade de pessoas comuns e sua cotidianidade, fazendo coexistir passado e presente?

Esses questionamentos solicitaram adentrar esferas subjetivas, como o mundo das representações comuns, que aqui não entendemos como substância metafísica, mas como sentidos altamente articulados à materialidade da existência cotidiana. Nessa sincronia, entendemos também que frequentemente o discurso antecede transformações econômicas, algo exemplificável na própria esfera ideológica neoliberal cujo objetivo foi fertilizar o terreno para tornar palatáveis os efeitos mais nocivos da arbitrariedade sutil da economia. Assim, o caráter impositivo dos pressupostos neoliberais se suavizaria, dando uma

⁶Com uso do vocábulo “exclusão” não queremos ignorar o fato de que esses sujeitos “não-incluídos” sejam úteis para sustentação do *status quo*. Assim, os “excluídos” são marginalmente “incluídos” no processo de acumulação à medida que servem para acentuar a precarização do trabalho pelo engrossamento do exército de reserva. Cabe, então, destacar a contradição presente no termo “excluir”, cuja antítese, “incluir”, nem sempre estabelece uma relação de oposição, mas também de complementariedade. Sobre esse debate, Martins (1997, p. 14) argumenta: “... não existe exclusão; existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva”.

sensação inclusiva, que tornaria desnecessária qualquer forma de luta social e resistência. As intencionalidades dos discursos são dissimuladas por uma retórica convincente que mergulha na subjetividade das pessoas cooptando uma adesão consentida. Por esse fato, entendemos que toda esfera simbólica e todo discurso dela advindo não existe metafisicamente, mas retroage com a concreticidade da vida humana.

As mudanças no comércio da cidade despertam euforia e receio, entusiasmo e frustração, fascínio e decepção, tanto porque tais modificações são atraentes aos olhos e às sensações dela advindas, como também porque o lado mais perverso da flexibilização se mostra nas entrelinhas e num espaço subterrâneo das relações sociais. A sofisticação dos grandes empreendimentos, bem como a magnitude das novas infraestruturas montadas pelo capital moderno não expõem a crueldade, mas tenta invisibilizá-la sob a pretensa “sofisticação” dos letreiros luminosos e do fetiche consumista. Desse modo, a “acumulação flexível” inspira as mais diferentes representações e deixa um rastro de ambivalências.

É importante ressaltar que, embora os índices de crescimento econômico da cidade sejam uma realidade, tal constatação tem um significado numérico e, portanto, carregado de fetichização. O caráter fetichista dos números serve para justificar a invasão de um sistema administrativo flexível sob a égide neoliberal, cuja atuação acentua a desigualdade e mascara a exclusão. É consensual o *slogan* de que “Vitória da Conquista cresceu”, todavia esse crescimento se situa numa lâmina superficial de aparência fetichizada, que omite os efeitos mais nefastos das intencionalidades intrínsecas ao crescimento econômico, a exemplo de reportagem divulgada pela revista *Veja* (2010)⁷.

⁷ A Revista *Veja*, editada em 01 de Setembro de 2010, publicou reportagem especial intitulada “O Brasil em dez vocações” com ênfase ao seguinte *slogan*: “Cidade média – aonde o futuro já chegou”. A matéria de Júlia Medeiros abordava as cidades de porte mediano no Brasil que mais têm apresentado índices satisfatórios de crescimento econômico, tornando-se, então, promissoras para investimentos externos. Em listagem enfatizada na matéria, a cidade de Vitória da Conquista se situa em sétima posição em crescimento anual do PIB, o que totaliza 8,6% ao ano. Intitulando essa lista, que destaca Vitória da Conquista em negrito, a matéria indica: “O Comércio é a principal fonte de renda de 25% das cidades médias brasileiras, que se tornaram polos regionais com grandes redes varejistas e atacadistas” (p.126). No início da reportagem é posta em ênfase uma fotografia atrativa da cidade com um empreendedor local bem sucedido que trás o seguinte relato: “Nossa cidade é ainda mais lucrativa porque as pessoas que vêm aqui em busca de médico e hospital também aproveitam para fazer compras” (p.126). Mário Sérgio Caracas, lojista de 34 anos, se refere à rotatividade de consumidores advindos dos pequenos municípios da circunvizinhança, que contribuem consideravelmente para rotatividade do comércio regional. A realidade expansionista do capital nesses potenciais polos de consumo não é um fato apenas da cidade que estudamos, mas é uma tendência global e alastramento das redes comerciais pelo rastreo predatório do consumo. Os números podem encantar numa primeira vista superficial, podem até servir de alavanca partidária, todavia a fetichização dos índices precisa ser superada para uma análise mais precisa. Para tal, basta confrontar os dados anteriores com esses que oportunamente trazemos: Em matéria publicada pela Revista *Exame* em 02 de Setembro de 2013, foram elencadas as cidades brasileiras com melhores e piores indicadores de qualidade de vida. Segundo o conteúdo

O comerciante Novais, em seu discurso, revela a sensação de frustração com a chegada dos “estrangeirismos” que solaparam as identidades locais e remontaram a cidade hostilizando aqueles que contribuíram para sua construção no passado. Os “mais velhos” relatam as mudanças com pesar, tendo implícita uma sensação de impotência mediante as novas formas de gestão que desconhecem qualquer sensação de durabilidade e solidez de vínculos. A “era do descarte” também molda as relações humanas e trabalhistas, marcadas por sensações fugidias e pela efemeridade de vínculos. A solidez, nesse contexto, é obsoleta, bem como a dificuldade de relacionar-se com mudanças inconsequentes (SENNET, 1999), pois o risco é a máxima desse “novo” capitalismo⁸ que tornou qualquer perfil trabalhador e empregador formado sob a ótica fordista⁹ um “sedentário ultrapassado”.

da reportagem redigida por Patrick Cruz (2013), Vitória da Conquista tem se situado em posições caóticas dentro de vários critérios. Entre as cem maiores cidades brasileiras pesquisadas, Vitória da Conquista se destaca nas piores colocações dentro dos critérios investigados: saúde (98°), segurança (97°), educação (98°). Por outro lado, essa precariedade tem sido omitida pelos índices de crescimento econômico da cidade, tão arduamente divulgados pela administração local. Os valores são absolutos e, por efeito, não retratam fidedignamente a realidade vivenciada pela totalidade da população. Por esse motivo, concordamos com DRUCK (2011, p. 40), quando afirma que “toda produção de estatísticas, de informações e dados, assim como o seu uso por estudiosos, é fruto de escolhas. E essas escolhas revelam uma postura científica e ideológica que influencia decisivamente as modalidades qualitativas e quantitativas de pesquisas”. Desse modo, a divulgação do crescimento econômico conquistense contribui para a fetichização das representações sociais de homens e mulheres, progressivamente cooptados à ideia de “estamos no caminho certo”, desconsiderando as assimetrias desse crescimento e as ambiguidades por eles agudizadas.

⁸Por vezes fazemos alusão ao termo “novo” capitalismo flexível para abordarmos as novas formas de exploração implementadas pelo sistema a partir de meados do século XX, contudo o emprego do adjetivo “novo” pode parecer negligenciar o fato de que “velhas” e “novas” formas de exploração coexistam e, conseqüentemente, parece ignorar o fato de que o atual estágio do capitalismo apenas reinvente o trato aviltante dado à classe operária. É necessário salientar que a flexibilização não representa o estágio “superior” do capitalismo ou etapa “evolutiva” de um processo de perpetuação, trata-se apenas de estratégias para subsistência do sistema num contexto de crises e oscilações do mercado. Ao falarmos do “novo” capitalismo flexível, estamos compreendendo que se trata apenas de um “novo” estágio de subsistência do sistema num contexto de imprevisibilidade e retração econômica, de modo que não queremos adentrar em toda controvérsia embutida no adjetivo atribuído. Logo, tratamos de novas formas de exploração, de resistência e de gestão mediante realidades de crises cíclicas da acumulação capitalista (FRIGOTTO, 2010), mas dentro de um mesmo capitalismo, regido e mediado por velhos nexos.

⁹ Trata-se do modelo de gestão cunhado por Henri Ford no início do século XX que foi marcado pela inovação tecnológica, com grande concentração espacial da produção, voltado para o largo consumo de massa. Os grandes galpões das fábricas eram traçados por linhas de montagem, onde se concentravam diversos funcionários, que, dada a repetição exaustiva de atividades, se mantinham altamente especializados em atividades pontuais. Rapidamente o modelo fordista foi se tornando obsoleto, principalmente devido os altos custos de sua rigidez, já que o mesmo se mostrava adequado para momentos de crescimento econômico, porém em contextos de crise, o fordismo se mostrou altamente impróprio. Assim, no contexto de desaceleração econômica em meados do século XX e de um novo cenário neoliberal, o regime flexível se mostrou mais eficiente para atender aos novos desafios postos ao capital. Por fim, é pertinente observar que ao analisarmos o fordismo ou a acumulação flexível, nos é requerido compreender também o contexto histórico que desencadeou na organização de diferentes estratégias, no campo político inclusive, para sobrevivência do capital. Seria uma inconseqüência teórica entender a flexibilização como a salvação para as ambiguidades que impregnam o capitalismo, contudo a flexibilização se configurou numa estratégia de

Talvez a postura transcrita pelo comerciante Novais, diante de todas as transformações verificadas nos anos 2000, se associa a essa resistência às rupturas. Sua forma de gestão foi engolida pelos “novos” moldes administrativos e tornou a sobrevivência nesse campo insuportável, assim, as alternativas eram: transformar ou sucumbir. Segundo Sennet (1999), tem havido uma preferência entre as empresas por contratar mão de obra mais jovem porque estes são mais predispostos a mudanças, ao passo que os “mais velhos” são resistentes por entenderem que sua experiência do passado é útil para sua atuação no presente. É provável que os comerciantes mais antigos insistissem nessa teoria, mantendo hábitos administrativos obsoletos e que redundaram na extinção de muitos negócios locais. O que observamos foram três caminhos: ou os filhos e netos herdaram a propriedade dos negócios e deram seguimento com novos modelos de gestão; ou o comerciante manteve seu estilo, implicando numa drástica redução da demanda e exclusão do círculo central de consumo ou, como é o caso de Novais, desistiram pela mudança de ramo ou abriram mão do que hoje se define por empreendedorismo.

É nesse viés de análise que constatamos a existência de um “novo” capitalismo, cujos padrões de acumulação seguem um conjunto de fatores econômicos, sociais e políticos que lhe atribuem diferentes desafios. O capitalismo, então, reinventa estratégias de perpetuação, movendo distintas esferas da sociedade para favorecer sua subsistência. Evidentemente, as estruturas do sistema se modificam sobre conjunturas históricas, que devem ser consideradas num estudo como este que desenvolvemos. Assim, concordamos com Druck (2011, p.41), quando afirma que “o capitalismo do século XIX não é o mesmo do século XX, e muito menos o do século XXI”. Desse modo, o “velho” e o “novo” coexistem, pois os padrões seguem uma regularidade, mas com remontagens em função do marco histórico onde sucedem. Do ponto de vista das relações de trabalho, a autora acrescenta:

[...] as diferentes conjunturas históricas ricas e as transições de uma era a outra evidenciam processos de transformação em que velhas e novas formas de trabalho e emprego coexistem, são combinadas e, ao mesmo tempo, se redefinem, indicando um típico movimento de metamorfose que, no atual momento, se dá sob a égide de uma dinâmica que passa a

predominar sobre outras: é a dinâmica da precarização do trabalho (DRUCK, 2011, p. 42).

Essas transformações incidem numa dimensão global, porém, como explanado no fragmento acima, atingem em cheio as relações de trabalho e redundam num engajamento dos sujeitos a essas novas concepções. Se, por um lado, para os comerciantes, que por hora exemplificamos na pessoa de Novais, as transformações da economia da cidade foram assustadoras, sendo que para os comerciários tais mudanças pareciam gerar apenas incertezas.

Para desenvolvimento desta pesquisa, foi útil considerar a dialética do fenômeno da acumulação flexível que, embora adentre o espaço mais corriqueiro da vida comum das pessoas, possui contornos suscitados a partir da organização do capital em nível global, posto num momento histórico. Assim, buscamos entender um fenômeno complexo a partir da simplicidade de homens e mulheres comuns que compõem um universo local, com temporalidades próprias e peculiaridades. A ideia não é entender Vitória da Conquista simplesmente como porção descaracterizada e sem especificidades, pois há que se compreender essas particularidades aqui nítidas, sem, é claro, perder de vista as refrações do global dentro do recorte temporo-espacial que tratamos.

Ao levar em conta as transformações históricas que adentram o contexto da cidade, também temos o desafio de considerar as interpretações advindas de plurais homens e mulheres, situadas em distintas posições políticas, culturais, sociais ou econômicas. Precisamos observar como o “novo” capitalismo flexível é visto pelo trabalhador, mas também pelo não-trabalhador. Por isso, o pequeno burguês local é parte substancial dessa análise, pois no olhar desses entrevistados revelam-se mudanças na perspectiva gestora, tão atingida pela “novidade histórica” a que nos referimos. O ponto de vista dos comerciantes (e ex-comerciantes) é fundamental como oportunidade de confronto entre os discursos e o lugar socioeconômico ocupado pelo sujeito, afinal, não podemos divorciar opiniões de trajetórias pessoais, discursos da materialidade onde se desdobra a vida das pessoas.

Contudo, na outra ponta, a ótica do comerciário (do trabalhador) também se faz altamente significativa, pois valida o senso comum daqueles cuja história se mostrou na base do processo. A sensação de ser gerido pelo “novo” regime flexível, ora ocasiona em incertezas, ora constrange, ora empolga. Os trabalhadores entrevistados esboçavam essas dicotômicas sensações em seus discursos, pois a “novidade” atrai e repele, inclui e

excluso discursos altamente ambivalentes. Além disso, é na vivência diária de homens e mulheres trabalhadores que se metamorfoseiam os processos de flexibilização do trabalho, identidades, pois é sobre um terreno movediço que os pertencimentos se erigem. Com isso estamos afirmando que a transitoriedade de representações, valores, princípios e sensações adentram a subjetividade de tal forma que os sentidos de pertença se tornam muito menos previsíveis do que se supunha.

Diante do exposto apresentamos a hipótese de que as transformações espaciais vivenciadas na cidade de Vitória da Conquista nesse início de século mostraram-se extremamente hipnotizantes, afinal enxergar logomarcas estrangeiras sendo erigidas no centro da cidade, adentrar gigantescos hipermercados, contemplar mudanças no comércio segundo conceitos de mídia internacional, observar a aparência da cidade entremarcada por iluminações extravagantes de grandes lojas de departamento, geram uma sensação de cosmopolitismo. Aquela cidade mediana, composta por simples comerciantes locais, agora tinha um metropolitanismo esvaziado de identidade e carregado de relações ambíguas sob uma aparência de prosperidade. Se o regime de “acumulação flexível¹⁰” serviu para agudizar a desigualdade e acentuar a exploração dos trabalhadores, agora o faz de modo dissimulado, protagonizado pelo gigantismo do sistema que encontrou nas pequenas e médias cidades oportunidade de manobra ideológica pela sensação de projeção social e econômica.

Também é parte de nossas hipóteses a ideia de que as transformações no sistema foram impactantes no espaço, mas também adentraram os trabalhadores, impondo novos conceitos e visões de mundo. De todo modo, a “novidade” do capitalismo flexível não extinguiu representações do passado, mas também não se mostrou ineficaz, pois instituiu “novos” conceitos ao mundo do trabalho. Assim, entendemos que o trabalhador mescla, em seu discurso, componentes advindos de um período sedimentado por “velhas” formas de produção, com a “nova versão” de trabalho moldada pela flexibilização do mercado.

¹⁰ A acumulação flexível se refere ao modelo organizacional capitalista que combate qualquer forma de rigidez verificada até meados do século XX. A flexibilização se apoia na “empresa enxuta”, na produção *just-in-time* e na desespacialização de unidades produtivas, caracterizando-se por um processo de difusão e transnacionalização do capital, na busca permanente por novos nichos de mercado e melhor capacidade de superar crises do sistema. Esse padrão também remodelou os mercados consumidores, as relações de trabalho e o perfil de funcionário exigido pelas empresas num contexto de flexibilização. Evidentemente, há muito mais a ser conceituado sobre o tema, fato que será mais bem realizado à frente. (HARVEY, 1993).

As hipóteses mencionadas acima norteiam a presente pesquisa, justificada por um legítimo desejo de interpretar as proposições, os significados e as temporalidades da “acumulação flexível” no espaço conquistense, orientado pelos seguintes objetivos gerais:

- Compreender os efeitos da acumulação flexível para a subjetividade dos trabalhadores, buscando observar em que medida o poder perpassante da ideologia da flexibilização adentrou a percepção desses sujeitos sobre os sentidos de ser trabalhador no tempo atual.
- Analisar o comércio da cidade de Vitória da Conquista, inscrito dialeticamente a uma totalidade cuja dinâmica acionou mecanismos materiais e simbólicos ao serviço do nexo expansionista do capital.

Além disso, intentamos: i. Analisar a forma como os trabalhadores, inscritos em diferentes trajetórias de vida, interpretam a flexibilização do trabalho, a transnacionalização do capitalismo nesse início de século XXI e como mesclam memórias e rupturas em seus discursos; ii. Reconhecer os efeitos da acumulação flexível no cenário conquistense, enfatizando a reestrutura das relações de trabalho e a redinâmica impressa no espaço geográfico; iii. Identificar a dimensão subjetiva da acumulação flexível e sua repercussão no campo cotidiano da vida dos sujeitos dentro do *locus* empírico que estudamos; iv. Observar como passado e presente coexistem e traçam entre si uma relação dialética, conforme os discursos dos sujeitos de pesquisa em seu espaço cotidiano.

Para desenvolver o estudo, entrevistamos comerciantes, ex-comerciantes e comerciários de uma grande rede do ramo eletroeletrônico presente na cidade. Também ouvimos líderes do sindicato dos comerciários da cidade e utilizamos de reportagens recentes e antigas extraídas do arquivo público municipal.

Assim, o desenvolvimento da presente pesquisa se organizou dentro do seguinte percurso:

Capítulo I: Nessa etapa da pesquisa buscamos caracterizar o fenômeno da acumulação flexível, realçando os seus resultados para o campo da cotidianidade das pessoas, em especial da classe trabalhadora. Não defendemos a ideia de que a acumulação flexível tenha inaugurado a desigualdade social, mas comungamos da percepção de que ela foi agudizada, impactando diretamente a consciência das pessoas e as representações que circulam na prática social. Por fim, debruçamos sobre o conceito de consciência de classe,

vasculhando seus meandros e relacionando sua imbricação dialética com a realidade da economia atual.

Capítulo II: Aqui apresentamos enfoque ao conceito de ideologia e sua relação com a concreticidade das relações sociais, destacando a forma como suas intencionalidades se diluem no terreno mais corriqueiro da vida. Também tratamos da consciência comum a partir de Kosik (2010), sobretudo na sua percepção de que é na ordinariade do dia a dia que nascem representações sobre fatos e coisas, capazes de inspirar e justificar a ação das pessoas. Logicamente, essa subjetivação se dinamiza segundo a trajetória de vida dos sujeitos postos dialeticamente num mundo cambiante de representações e conceitos.

Capítulo III: Adentramos aqui no campo da memória, buscando entendê-la como porção viva no mundo de significações das pessoas. A memória é explicitada pelos entrevistados no momento que trás para o presente caracteres negociados em outros contextos históricos. Assim, a memória ratifica o fato de que passado e presente se coadunam no imaginário cotidiano das pessoas.

Capítulo IV: Nesse momento ocupamos mais claramente do campo empírico, mostrando sensações, representações e emoções advindas das mudanças espaciais e sociais. As imagens contribuem para se interpretar o que falamos, desvelando a empiria do “novo” em contraste com o “velho”. Também nessa etapa do texto, tentamos discorrer sobre a subjetivação narrada pelas pessoas, cujas identidades e sentidos de filiação adquirem movimento.

Finalmente, o desenvolvimento dessa pesquisa culminou num intercruzamento do marco teórico com os discursos dos sujeitos entrevistados, que resultou em algumas conclusões substanciais sobre o tema de pesquisa. A princípio, tornou-se evidente que os fenômenos que afetam o comércio local se amarram a um conjunto vasto de transformações históricas na estrutura econômica do capitalismo global. Assim, a narrativa de cada um entrevistado se mostra apenas como a ponta do *iceberg* do nosso objeto de estudo que, em sua imbricação dialética, é parte de uma história em curso cuja magnitude revela interfaces conflitivas e desarmonicas do “velho” e do “novo”. Contradizendo a retórica ufanista que interpreta as transformações da economia conquistense como resultado “honroso” do trabalho local, salientamos que as mudanças nas relações sociais e trabalhistas acompanham intencionalidades que extrapolam o controle da dimensão local.

Outra constatação importante adveio da tentativa de entender a forma como passado e presente se coadunam, uma vez que representações de outrora reverberam no hoje e trazem para o terreno presente sentidos advindos de outros contextos históricos. Não ignoramos o fato de que a magnitude dos “estrangeirismos” que aqui se erigiu tenha extinguido valores, representações ou motivações suscitadas num recente passado, pois consideramos que a memória ainda subsiste e permite coexistir significações acerca do “velho” e do “novo”. Falamos de mudanças sim, mas falamos também de conservação, afinal o que seria a memória senão a relação dialética entre ambos?

De todo modo, as transformações aqui verificadas foram de grande amplitude, não se puseram nas entrelinhas ou em sutilezas de discursos, elas se escancararam, empirizando-se na paisagem, gerando fissuras no senso de pertença e angústias no tato com a novidade. O “novo” capitalismo flexível é sim discurso, é também ideologia que trafega na subjetivação das pessoas, penetrando suas identidades e emoções, mas é, sobretudo, espacialização e remontagem dos lugares por intencionalidades explicáveis através do momento histórico.

O campo empírico confirmou o que se tem afirmado, pois os discursos denunciam a exposição dos trabalhadores às transformações na forma como o capital se organiza. Quando tratamos dos trabalhadores do comércio, buscamos entender a forma como esses sujeitos visualizam as transformações econômicas da cidade, bem como os efeitos desse processo para o senso de filiação dos mesmos ao que se entende por “consciência de classe”. Numa análise inicial, ficou bastante evidente que o consumo parece ter atingido um grau tão elevado de significação que, na ótica dos entrevistados, foi resposta às reivindicações trabalhistas. Quando o comerciário orgulhosamente aponta seu veículo seminovo estacionado na porta da loja, ele se define como bem-sucedido, uma vez que o acesso a um bem desse porte sempre esteve na esfera da utopia até recentemente, afirma.

Nunca que meus pais podiam ter um desse aqui [aponta o veículo]. Tinham de vir trabalhar andando ou de bicicleta. Hoje, eu posso ir ao *shopping* de carro, não pego chuva, não chego suado no trabalho, ouço música no conforto e o carro fica aqui... à minha disposição. Se posso comprar um “carrinho” hoje financiado é porque os trabalhadores lutaram para isso. (João, 25 anos).

Não podemos negar o fato de que a aquisição de João, situada no lugar onde ele relata, é altamente substancial. Falamos de um jovem de 25 anos, que em três gerações da

família, é o único que pôde adquirir um veículo. Ao apontar orgulhoso o carro financiado, o rapaz se alegra e entende que tal fato é advindo de vitórias alcançadas pelo coletivo de trabalhadores ao qual, de alguma forma, ele entende fazer parte.

O mesmo discurso se repetiu entre os demais, seja acerca do *tablet* orgulhosamente exibido, seja a faculdade paga como salário do comércio, ou os breves momentos de viagens, minuciosamente divulgados em redes virtuais, são interpretados pelos comerciários como momento de usufruto das conquistas. Logo, para grande parte deles, a amplidão da “nova” economia capitalista erigida nos cenários que compõe suas vidas é, em grande parte, associada à melhoria do poder de consumo, ou seja, é vista com positividade por ser a resposta das reivindicações de outrora. O consumo, noutras palavras, é a respostas aos anseios dos trabalhadores, fazendo das lutas um posicionamento isolado e situado em momentos pontuais. O sindicato, nessa ótica, passa a ser compreendido como instituição útil em momentos raros, como a garantia de direitos trabalhistas, intervenção em acidentes de trabalho, também para coibir o assédio moral etc.

Eu acho que sindicato é tipo plano de saúde: a gente paga porque um dia pode precisar. Eu nunca precisei do sindicato, mas pago [...] Conheço pessoas que tiveram de usar o advogado do sindicato e para isso que também sou sindicalizado (João, 25 anos).

É interessante observar João comparando o sindicato com plano de saúde, como se fosse um “mal necessário” e não expressão legítima do interesse do coletivo que ele também pertence. Assim, precisamos sempre afirmar que a consciência não é uma entidade pragmática, ela é simplesmente percepção e autopercepção suscitada na prática diária de vida, totalmente permeável por valores e insinuações de correntes ideológicas que transitam no seio social.

É nesse teor que salientamos o quanto os discursos se vinculam à experiência diária e ao lugar que cada pessoa ocupa. As posturas, sejam elas coletivistas ou individualistas, fazem parte de uma concepção ideológica do sujeito acerca do grupo ao qual pertence. E esse senso de pertença também é instável, ou seja, totalmente mutável e exposto à inferência de valores sociais.

Lembremos que os comerciantes viam as transformações da economia com grande pesar, ao passo que os comerciários já se empolgavam com a “nova” configuração comercial de Conquista. De todo modo, é interessante transcender binarismos do tipo

alienante x alienados, erudito x superficial, profundo x superficial... Não há ponto de vista certo ou errado, existem, na verdade, discursos advindos de locais diametralmente opostos.

Outro aspecto conclusivo sobre as opiniões dos entrevistados, foi a surpreendente associação entre idade e narrativas. Surpreendente porque não havíamos introduzido a faixa etária como variável significativa de interpretação dos discursos, mas à medida que tal fator se tornou significativo, fez-se importante redigir acerca.

Os trabalhadores entrevistados com até 30 anos de idade ainda se encantam com as mudanças existentes nesse início de século, mostrando-se empolgados com o ritmo de vida metropolitano de uma cidade que agora possui *fast-food*, *shopping*, engarrafamento, *drive-thru*. Notadamente, esses elementos inspiram e nutrem a sensação de estar se tornando adulto entre os jovens. Já os entrevistados com mais de 30 anos parecem fadigar com essa estranheza oriunda do “metropolitanismo” conquistense. “Conquista agora é correria”, afirma Antônio (comerciário de 37 anos). De todo modo, a “correria” mencionada se faz presente no tempo de trabalho, posto num ambiente estressante, barulhento, visualmente poluído e que exige um grande esforço físico e emocional dos trabalhadores que carregam mercadorias, atendem simpaticamente fregueses, rivalizam com metas de comissões, suportam exortações ríspidas da administração...

Outra interferência do elemento “idade” é a forma como reagem à exploração. Os “mais novos” demonstram maior subordinação, ao passo que os “mais velhos” são mais enérgicos. A diferença é sutil, mas existe. Os jovens se põem numa disponibilidade sem limites, pois entendem que, sob vigilância, estão construindo carreira e, para tal, há que se submeter.

Estou aqui para fazer minha vida profissional, se não trabalho não sou bem visto. A gente tem metas para cumprir, daí a importância de esforçar para me efetivar ou até chegar a chefia. Todo mundo começa de baixo e vai se fazendo na carreira até a hora de aposentar. (Felipe, 19 anos).

Longe de traçar julgamentos sobre a opinião de Felipe, cabe salientar o quanto seu discurso se aproxima do nexa neoliberal para a noção de empregabilidade. “Somos responsáveis pelo que conquistamos”, diz, concordando com a autculpabilização por fracassos. Nesse ideário, ser trabalhador é identificar-se com os demais trabalhadores no campo cotidiano do serviço, mas é também lutar sozinho pela projeção de carreira profissional.

Enquanto os jovens se mostram mais subordinados, os mais velhos parecem assumir a linha de frente da contestação. Trata-se de uma luta “silenciosa”, não há piquetes, placas, mobilização nas ruas ou greve, nada disso. Na verdade, é um murmurar que resiste na sutileza, seja na infração de horários, na apropriação das brechas que permitem morosidades ou no usufruto de um ou outro recurso sob olhos desatentos da gerência.

Dessa forma, falamos de um “novo” capitalismo e, por consequência, também falamos de “novas” formas de resistência a “novas” formas de exploração. Essa “novidade” se revela nas relações sociais e profissionais, tornando a cotidianidade um terreno fértil de análise, mas complexo por suas ambivalências. Essa “novidade” é, portanto, operante na sutileza e, ao mesmo tempo, escancarada nos espaços, rompendo com o velho sem extingui-lo, impondo o novo contra, pela e através da identidade das pessoas. Mas, não seria contraditório dizer que a flexibilização opera contra e, ao mesmo tempo, através das identidades e filiações? Sim, seria contraditório, mas não inverídico.

2. METODOLOGIA

Embora a presente pesquisa se ocupe das representações concretas e da memória social construída por homens e mulheres trabalhadores em seu espaço cotidiano de vivência, é sabido que os discursos deles extraídos estão inscritos numa totalidade dialética. Essa constatação é primordial para fundamentação teórico-metodológica do presente trabalho, pois permite entender que o *lócus* que pretendemos estudar não é recorte suficiente para explicar o dinamismo da sociedade capitalista.

Nesse sentido, o método dialético, especialmente em sua proposta de inscrever a parte no todo, é o percurso que adotamos, já que permite amarrar cada representação concreta esboçada pelos trabalhadores, em seu mais ordinário cotidiano, a um dinamismo social amplo, complexo e altamente vivo. É exatamente essa associação que mais tarde será aqui enfatizada, pois transcende a superficialidade das representações comuns, rompe com seu caráter fetichizado e tributa-lhe sentido, segundo um metabolismo social amplo. Dessa maneira, adentrar o mundo de significados dos sujeitos é, sobretudo, entendê-los como históricos, inscritos dialeticamente numa totalidade social.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, algumas categorias de análise se mostram relevantes:

- i. Memória: Recorremos a Halbwachs (2006) para compreender a memória como “fio de continuidade” e acrescentamos que ela pereniza e recompõe representações comuns, ou seja, é composta pelo senso ordinário, construído e reproduzido no discurso dos sujeitos, demonstrando certo grau de “imperecibilidade”. Nesse sentido, é na mais corriqueira relação social entre os sujeitos que representações comuns são produzidas, externadas no discurso, precedendo a ação e dando-lhe sentido. Essas representações podem se manter entre gerações, especialmente pelo senso de pertença, adquirindo maleabilidade e transividade, perpetuando no imaginário das pessoas e conservando no tempo seus valores. Por este viés de análise, representar as coisas significa inserir-se histórica e socialmente e, para compreender tais representações, há que esquadrihar, tanto na história como nas relações sociais, suas motivações. Embora

partamos de Halbwachs para compreender a memória, é no método dialético que ancoramos a presente pesquisa, concordando com a ideia halbwachiana de memória construída a partir da preservação de referenciais sociais elaborados no passado e recrutados pelo e no presente, contudo entendendo que tais referências encontram na história e na totalidade dialética respostas aos seus contornos. A memória é entendida como manifestação mais espontânea das relações sociais, reconstruída permanentemente nas narrativas e nos discursos das pessoas. Aqui insistimos na ancoragem dessas memórias ao tempo histórico que as contorna, fazendo necessário invocar a totalidade dialética para compreender representações anunciadas pela memória social corriqueiramente esboçada nas opiniões de sujeitos. Segundo Halbwachs (2006), a memória individual depende de sua constante referência a um quadro social e deve ser considerada como um ponto de vista da memória coletiva. Portanto, as lembranças são construídas no âmbito de um espaço, lugar, tempo e relações com grupo de pessoas, intercâmbios com as quais compartilhamos mediante determinadas necessidades e condições. As lembranças, nesses termos, são reconstruções que se apoiam no passado para balizar, julgar, servir de interpretação ao presente, susceptível, é claro, a um dinamismo inerente aos pontos de vistas dos grupos.

- ii. Capitalismo flexível: A flexibilização é característica precípua do “novo” capitalismo no período de virada entre séculos XX e XXI, que introduziu novas características ao sistema produtivo com vistas a fazer subsistir o capital num contexto de instabilidade econômica global (HARVEY, 1993). Desse modo, a flexibilização é também um momento histórico do sistema e não apenas um formato de gestão isolado, pois apoia-se na estrutura política e penetra a subjetividade de pessoas pela definição de valores muito mais equalizados ao expansionismo predatório do capital (ALVES, 2011). Trata-se do processo de redução drástica nos custos de produção com a preconização da empresa enxuta, além da remodelagem nas relações de trabalho, produção *just-in-time* e reorientação do consumo (CASTEL, 1998). A flexibilização, nesse sentido, não é apenas uma característica organizacional, mas também comportamental e cultural do “novo” capitalismo, apoiado na fugacidade de vínculos trabalhistas, volatilidade do capital, tudo calcado num consumo fugidivo, em valores tênues, cuja obsolescência é a máxima do consumo de mercadorias. Essa lógica se opõe radicalmente da organização

produtiva existente até meados do século XX, cuja presença estatal e a concentração territorial das empresas geravam maior solidez de relações trabalhistas e previsibilidade de mercados. Paulatinamente, esse modelo se tornou obsoleto e, dado às circunstâncias econômicas globais, fazendo erigir o capitalismo flexível, totalmente apoiado por um cenário político neoliberal. É interessante observar que, ao mesmo tempo em que falamos de ruptura (protagonizada pelo capitalismo flexível), falamos também de conservação de representações pela memória, contudo, o que parece contraditório, na verdade se complementa, pois, embora o capitalismo flexível tenha inaugurado novas formas de gestão e organização em escala global, as representações comuns traçam uma relação dinâmica entre presente e passado, concatenando ideias e discursos construídos na atual lógica e também elaborados em outros contextos.

- iii. Trabalho: Compreendemos trabalho como parte da humanização do homem, como possibilidade única de construção da sociedade e, também, como formador de sentidos. Quando Marx (1996) exemplifica que um arquiteto projeta uma obra antes de sua execução, ele reconhece que trabalho também é produção de sentidos e, por efeito, também existe subjetivamente. Há, portanto, uma personalidade objetual (FROMM, 1967) que se imprime no fruto do trabalho e, em Marx, tal personalidade se distancia do trabalhador à medida que a alienação se acentua. Logo, pensar nesse distanciamento entre o trabalho e as intencionalidades que lhe atribuem sentido é reconhecer o grau extremo de alienação promovido pela forma como o capital se organiza. Na análise sobre a acumulação flexível, entender o trabalho se torna parte primordial desse processo, pois é no espaço produtivo que o capital assume sua versão mais perversa e predatória. As relações de trabalho, então, se tornam vulneráveis a padrões comportamentais suggestionados pelas novas formas de gestão, que tão frequentemente fazem uso de artifícios sutis para cooptar as emoções dos trabalhadores (ALVES, 2011). Tão logo, a percepção de homens e mulheres trabalhadores se torna carregada da ideologia burguesa, que dissimula a percepção das pessoas com vistas a injetar “novos” conceitos sobre o que é ser trabalhador no atual contexto. De modo conflitivo, passado e presente subsistem no imaginário desses sujeitos e, por conseguinte, tornam seus discursos carregados de ambiguidades que revelam a coexistência do “velho” e do “novo” em suas visões de mundo.

- iv. O espaço: Encontramos em Harvey (1993, 2011) a constatação de que o espaço é montado segundo as demandas vigentes no sistema socioeconômico, ou seja, estudar as metamorfoses do espaço e sua organização implica também em compreender a estrutura orgânica do sistema. Nesses termos, analisar a relação estabelecida entre o espaço e as reestruturações verificadas no sistema capitalista é de extrema pertinência para este trabalho, pois a lógica organizacional do capital impactou diretamente a modelagem espacial mais cotidiana dos sujeitos. A cidade, especialmente a cidade de Vitória da Conquista, BA, a qual pretendemos estudar, é palco das transformações mencionadas, pois a dinâmica local nesses últimos anos radicalmente se contrasta com aquela verificada até década de 1990, fato que atingiu também o ritmo de vida dos trabalhadores e contribuiu para massificação de novas subjetividades, hoje muito mais equalizadas ao capitalismo flexível transnacional. A sensação de prosperidade e cosmopolitismo é parte dessa transformação, uma vez que a multiplicação de empresas de capital externo deixou a sensação de sofisticação, mas, ao mesmo tempo, recrudescer a exclusão, constringendo aqueles que foram alijados aos padrões de vida modernos. Por essa constatação, fica claro que entender o espaço corrobora com análises sobre as representações comuns porque o redesenho espacial, marcado pela sofisticação de ambientes destinados ao consumo, é parte do projeto capitalista de captura da subjetividade, com a intensificação de fluxos de consumo, coerção sobre os padrões culturais associados ao capital e imposição de novos comportamentos, seja no âmbito social ou no ambiente de trabalho.
- v. Consciência de classe: Encontramos em Thompson (1997; 1998) a base teórica para entender que a consciência brota da cotidianidade das relações. Aqui não concebemos consciência como modelo imputado por estudiosos ao coletivo de trabalhadores, mas a entendemos como percepção desses sujeitos acerca de sua própria condição, por efeito, estudar o conceito de “consciência” requer ingressar no mundo de representações comuns dos trabalhadores e não limitar-se a uma análise teórica longínqua. Essa categoria se faz oportuna por que pretendemos extrair dos discursos dos trabalhadores os elementos arrastados pela memória capazes de organizar suas representações comuns sobre o que é ser trabalhador no atual contexto. Entendemos que as representações comuns, além de conterem elementos advindos da memória socialmente compartilhada, possuem também caracteres advindos da ideologia

preconizada pelo sistema, seja nas antigas formas de organizações do trabalho, seja no atual contexto de flexibilização.

- vi. Identidade: Harvey (1993, p. 119) entende que “a socialização do trabalhador nas condições capitalistas envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais”. Tão logo, salienta o autor, a esfera psicológica é imediatamente trabalhada de modo a capturar o senso de identidade através do trabalho, equalizando-o às intencionalidades do capital. Castel (1998) acrescenta que os padrões de acumulação na atualidade insistem em fragmentar a classe trabalhadora, pela multiplicação de formas particulares de contratos de trabalho. Essa realidade atinge “as identidades do coletivo de assalariados” (CASTEL, 1998, p. 607) no momento que promove “o isolamento e a perda de enraizamento de vínculos, de inserção, de uma perspectiva de identidade coletiva” (DRUCK, 2011, p. 50). Desse modo, fica evidente que o senso de identidade dos trabalhadores estabelece uma interconexão com a estrutura do capital vigente, mostrando-se instável, conforme o movimento sinalizado historicamente pela realidade social onde a classe trabalhadora se circunscreve.
- vii. Comércio: Segundo Sandroni (1999, p. 110), comércio é “troca de valores ou de produtos, visando lucro”. Pelo comércio, circulam mercadorias entre indivíduos, deslocadas de lugares onde são abundantes para outros onde há escassez para satisfazer o consumo. O autor ainda salienta que, no fim, a atividade comercial não tem apenas função econômica, mas estimula a expansão de redes de comunicação e transporte, intensifica o fluxo populacional e promove o intercâmbio cultural e social entre comunidades. A estrutura das relações comerciais é composta por diversos sujeitos que compõem todo o processo produtivo, dentre eles destacamos: comerciantes e comerciários. As primeiras são pessoas que marcaram a composição histórica da classe burguesa desde o período medieval, sendo, portanto os detentores do capital nas relações comerciais (SANDRONI, 1999). Os segundos são aqueles que não detêm os meios de produção, ou seja, que trabalham para o proprietário (comerciante) dentro dos mais variados ramos nas relações comerciais: atacado, varejo, rede hoteleira, salões de beleza, rede imobiliária, dentre outros¹¹.

Os atores da presente pesquisa são pessoas envolvidas com o comércio local, entretanto, para melhor operacionalização do trabalho realizaremos recortes, sem perder de

¹¹Listagem extraída de http://www.sescalagoas.com.br/matricule_se/quem_e_comerciario/

vista a imbricação da parte no todo, uma vez que as representações elaboradas pelos sujeitos sobre as coisas são também compostas por ideologias circundantes no sistema.

2.1. O CAMPO EMPÍRICO

Vitória da Conquista é hoje a terceira maior cidade do Estado da Bahia, que segundo IBGE¹², hoje possui 336 990 habitantes, dentro de uma área equivalente a 3 356 886 km², situada na Região Sudoeste da Bahia. Ainda segundo o IBGE, a maior participação da economia local é o setor de serviços, composto fortemente pelo comércio que ainda é muito atrativo para grande contingente populacional de cidades circunvizinhas. A participação dos setores agrícola e industrial é incipiente quando comparado com o setor de serviços, que hoje é responsável por alavancar a economia da cidade.

Rocha & Barros (2010) salientam que Vitória da Conquista seguiu uma tendência nacional quanto ao processo de urbanização. As políticas estatais implementadas em meados do século XX resultaram num vertiginoso processo de migração para centros urbanos, fatos que acentuou a desigualdade social nas cidades brasileiras. Vitória da Conquista apresentou situação muito semelhante, pois é no decorrer da segunda metade do século XX que a cidade foi se tornando polo atrativo de serviços para toda região circunvizinha. Ferraz (2001) observa que entre os anos 1980 e 2000, houve um processo acirrado de ampliação da malha urbana em função da polarização de serviços no espaço urbano conquistense. Hoje, segundo a autora, tem sido marcante o desenvolvimento do comércio local, associado à ampliação da oferta dos serviços públicos especialmente voltados para a classe média.

O espaço urbano de Vitória da Conquista cresce com a demanda por lotes e a conseqüente abertura de loteamentos, realizada principalmente por proprietários-loteadores, proprietários-incorporadores e empresas incorporadoras. Neste período [anos 1970 a 1990], também se verificou a abertura de assentamentos populares através do Programa de Habitação. Assim, o parcelamento do solo urbano é feito levando-se em consideração os interesses econômicos dos proprietários do terreno, de empresas incorporadoras e construtoras, e também, os interesses do poder público municipal (FERRAZ, 2001, p. 95).

¹²<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=293330&search=bahia%7Cvitoria-da-conquista>

Não obstante, o processo de segregação social se espacializou, evidenciando contornos de um sistema paradoxal agora nitidamente impresso na silhueta da cidade, quando altos de morros passam a ser desenhados por subúrbios, que contrastam com a estrutura predial moderna de bairros nobres. Assim, pensar em crescimento urbano implica em considerar, não apenas a ostentação oriunda do capital injetado no município, mas significa considerar também os efeitos mais nefastos que acompanham o percurso do capital. Paralelamente ao crescimento urbano, Vitória da Conquista foi também demonstrando problemáticas típicas de uma cidade de porte médio/grande: violência, tráfico de drogas, subemprego, criminalidade, engarrafamento, crescimento do mercado informal, dentre outros. Confirmando tal fato, Ferraz (2001) salienta que entre as décadas de 1980 e 1990 o crescimento econômico da cidade girou em torno de 8,09%, sendo que essa época também é marcada por profundas transformações no mundo do trabalho que repercutiram num agravamento da desigualdade social.

Nesse sentido, tratamos de um espaço urbano carregado de peculiaridades e especificidades, mas inscrito num todo, ou seja, que demonstra refrações de mudanças no cenário global que segue intencionalidades compreendidas historicamente.

2.2. PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

A coleta de informações foi realizada por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas (apêndices I e II), realizadas junto a oito comerciantes e ex-comerciantes, dois membros do sindicato e doze comerciários. Além das entrevistas mencionadas, foram aplicados questionários a cinquenta trabalhadores dos diversos ramos do comércio varejista, especialmente os situados em espaços mais tradicionais do comércio local.

As entrevistas foram aplicadas segundo dois grupos: num primeiro grupo (apêndice I), foram entrevistados quatro comerciantes, quatro ex-comerciantes, dois membros do sindicato¹³, com vistas a observar a forma como esses sujeitos expõem em seus discursos quaisquer transformações visualizadas acerca da dinâmica comercial do município. As pessoas foram selecionadas de acordo com as suas trajetórias de envolvimento com o comércio local durante a segunda metade do século XX, sendo, então, capazes de esboçar

¹³ As entrevistas realizadas aos dois membros do sindicato não foram acompanhadas por roteiros, mas seguiram um formato livre cujas colocações acompanharam o próprio percurso do diálogo.

opiniões sobre a dinâmica econômica do espaço analisado no decorrer desse período. Os entrevistados foram escolhidos por seu tempo de experiência com o comércio da cidade, especialmente porque vivenciaram de perto as mudanças substanciais a que nos referimos no presente estudo. À medida que entrevistávamos, recebíamos indicação de outro nome para aplicar a entrevista seguinte, fato que permitiu alcançar uma diversidade substancial de histórias de vida que participaram do texto aqui redigido.

Em seguida, foram entrevistados trabalhadores (apêndice II), escolhidos aleatoriamente dentro da maior diversificação possível de idade, sexo e tempo de trabalho. O roteiro das entrevistas se orientou segundo os seguintes objetivos: a) Compreender a forma como o sujeito se percebe na condição de trabalhador; b) Analisar a importância que os sujeitos atribuem ao trabalho para sua vida e para sua inserção social e cultural; c) Entender a forma como o trabalhador se nota no atual contexto, investigando seu grau de satisfação para com as relações de trabalho atualmente estabelecidas; d) Analisar se o indivíduo pretende mudar de ramo de trabalho e o porquê desse anseio ou conformidade; e) Observar o discurso que o sujeito incorporou por meio da educação com pais ou com seu meio social, valores esses que certamente atribuem sentido ao seu trabalho; f) Extrair dos discursos a ideologia capitalista, seja no atual contexto ou em contextos passados, que atingiram a subjetividade dos trabalhadores; g) Esquadrinhar o tempo de trabalho e as horas vagas dos trabalhadores, especulando a forma como o tempo livre é utilizado.

Todos os doze trabalhadores entrevistados são comerciários de uma grande rede de lojas no ramo de eletroeletrônicos que, embora nascida em Vitória da Conquista, possui hoje centenas de unidades espalhadas pelas regiões Norte e Nordeste. A referida rede seguiu rigorosamente as tendências insinuadas pela flexibilização desde os anos 1990, com alterações no modelo de gestão, além de fusões corporativas e um vasto expansionismo, que a tornaram uma gigantesca rede varejista no ramo eletrônico e de móveis populares. É útil salientar que abordamos no texto diferentes falas em distintas proporções. Isso se deve ao fato de os entrevistados abordarem de forma diferente, ou seja, se expressarem mais ou menos segundo características próprias, permitindo-nos discorrer mais sobre alguns sujeitos e menos sobre outros.

Os caminhos metodológicos visaram, em suma, compreender as representações comuns dos trabalhadores expressas pelo seu discurso e por sua ação. Ao reconhecer esses elementos, tivemos a oportunidade de compreender a forma como a subjetividade dos

sujeitos vem sendo atingida no atual cenário de flexibilização, bem como as representações de outrora que subsistiram através da memória social. Nessa mescla dinâmica de representações comuns, os trabalhadores dão sentido à sua condição social que significam as transformações concretas vivenciadas no seu entorno.

Assim, para proceder a investigação, entrevistamos doze comerciários nos períodos de setembro a dezembro de 2013, e aplicamos questionários (apêndice III) com cinquenta outros trabalhadores no intervalo de novembro de 2013 a janeiro de 2014. Essa proporção se justificou pela disponibilidade dos entrevistados em participarem da pesquisa, já que o preenchimento dos questionários ocorria num tempo mais curto, facilitando sua aplicação a um número maior de comerciários.

Os trabalhadores entrevistados atuam em uma grande rede de lojas de eletroeletrônicos subdividida em quatro unidades na cidade. Já os questionários foram aplicados a comerciários de variados ramos disponíveis em Vitória da Conquista, a exemplo de material de construção, confecções, eletroeletrônicos, cosméticos, dentre outros. Os doze comerciários entrevistados foram abordados, a princípio dentro da loja e, seguidamente, em seus períodos de descanso para almoço ou final de expediente. Os questionários, por sua vez, foram entregues aleatoriamente a cinquenta comerciários, que responderam as perguntas, devolvendo-as em outro momento, sem identificação.

Na ocasião, foram entrevistados sujeitos da maior variedade possível de sexo e idade, bem como os questionários que foram direcionados a maior variedade possível de idade, sexo, ramo comercial e função.

Para proceder as análises, as informações foram cruzadas, tentando detectar padrões e assimetrias que permeavam os discursos. Pelo confronto de discursos, foi possível extrair algumas conclusões e suposições decisivas para a pesquisa, que serão abordadas no decorrer do presente trabalho.

3. FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO: CONTRADIÇÕES INERENTES AO CAPITAL NA VIRADA DE SÉCULO

“O proletariado pode tornar-se consciente de si mesmo somente desenvolvendo a consciência de classe, ao passo que a burguesia, contra quem luta, já é consciente de si” (Temma Kaplan).

3.1. TRABALHO COMO PARTE DO METABOLISMO SOCIAL

Debater sobre a forma como a atual configuração social redesenha as relações de trabalho, requer perceber os meios pelos quais os sentidos de trabalho se associam à própria divisão social que historicamente se desenvolve na sociedade. Por conseguinte, pensar em trabalho é debruçar também sobre a forma como a sociedade se organiza, o que permite entender que ser trabalhador e representar essa condição perpassa por uma formação social, sobretudo, imbricada nas relações de produção historicamente construídas.

Nesse sentido, a partir do olhar ontológico, o trabalho é compreendido como parte essencial de toda vida social, bem como do processo de humanização do próprio homem, capaz de desenvolver suas habilidades criativas. Nesse percurso de análise, a configuração das sociedades humanas, bem como a constituição complexa das relações sociais são elementos insurgidos a partir do trabalho.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1996, p. 303).

O trabalho humano é ação consciente, direcionada a partir de objetivos predefinidos e racionalmente articulados. Essa ação torna os homens absolutamente distintos dos demais

animais, pois o ato de trabalhar não deriva de pulsões instintivas, mas é ato consciente e planejado.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho (MARX, 1996, p. 297).

Nessa ótica, é o trabalho que cria o homem, inserindo-o num contexto de relações sociais inscritas numa história em curso. Todavia, ao mediar a relação do homem com a natureza, do homem com outros homens e ao tornar o homem sujeito ativo em sua história, o trabalho também pode se tornar um mecanismo de aprisionamento, alienação e degradação.

Configura-se, então, historicamente, um modo de produção onde as relações sociais de produção são marcadas por uma cisão fundamental: proprietários dos meios e instrumentos de produção e assalariados, não proprietários, que dispõem, para a troca, unicamente de sua força de trabalho, criadora do valor, agora transfigurada em uma mercadoria, para o capitalista, igual a qualquer outra. Esta cisão delinea as classes fundamentais do modo de produção capitalista e o eixo para entender as relações sociais de produção e prática educacional que se dá no seu interior (FRIGOTTO, 2010, p. 91).

É imprescindível salientar que a exploração nas relações de trabalho, mediante a apropriação do excedente, não foi inaugurada pelo sistema capitalista. Tais relações de exploração certamente foram acentuadas pelo capitalismo e facilitadas pela propriedade privada que convertera o trabalho na potência econômica da classe hegemônica.

Essa percepção corrobora com a ideia mencionada no início do texto. Entendido como atividade consciente, o trabalho possui total articulação com o metabolismo social em associação com o conhecimento e com as representações das coisas. O homem que trabalha constrói não apenas matéria, mas visões de mundo, necessidades relativas ao contexto social da produção, fato que gera a construção da sociedade segundo as próprias

representações suscitadas em seu interior. Trabalhar, nessa lógica, é, sobretudo existir social e historicamente, é significar a existência, uma vez que

todas as expressões do homem, a começar pelas fundamentais como o trabalho e a linguagem, até objetivações do mais alto valor, são sempre necessariamente posições teleológicas. A relação sujeito-objeto, enquanto relação típica do homem com o mundo é uma inter-relação na qual se tem uma ação inovadora, transformadora, permanente do sujeito sobre o objeto e do objeto sobre o sujeito, na qual nem uma nem outra componente pode ser concebida isoladamente, separada do par positivo, isto é, de modo autônomo. (LUKÁCS, 1979, p. 138).

Dessa forma, o trabalho é pressuposto para construção do homem no espaço e no tempo, é atividade dialeticamente relacionada às características sociais, por ser ação consciente e orientada a um fim, cujo resultado advém das necessidades socialmente construídas. Fato que torna as relações sociais altamente complexas e completamente equalizadas ao tempo histórico, pois trabalhar é voltar-se a um fim e a sua finalidade é a satisfação do desejo conscientemente estabelecido nas relações sociais¹⁴.

Logicamente, a larga produção em massa sugestionada pelos modelos contemporâneos de produção retira a personalidade criativa do trabalhador de seu objeto de trabalho, extirpando-lhe o direito de interferir no processo de produção. As subjetivações do trabalhador não mais são impressas no objeto resultante de sua atividade, alienando o sujeito do seu trabalho, que agora lhe parece estranho, condicionando-o a um modelo produtivo fora do seu controle, verticalmente imposto e distante de sua personalidade.

Nesse nexos, tanto o fruto do trabalho não mais apresenta traços criativos do trabalhador, como também o conceito de necessidade se aliena, agora associado a uma ampla cadeia de padrões consumistas, mais articulados à lógica do capital que às características suscitadas da individualidade. Ao exteriorizar a vida do homem, tem-se uma alienação capaz de condicionar motivações e desejos a um nexos embrutecedor e altamente homogeneizador.

¹⁴ Entendemos, a partir de Marx, que o trabalho é ação consciente conduzida a uma finalidade previamente estabelecida, visando suprir necessidades construídas pelos próprios homens que são, sobretudo, homens históricos. É importante sinalizar que as necessidades, como as mercadorias, são construções dentro de um contexto histórico, logo, como sinaliza Marx em “O Capital”, a mercadoria é uma coisa na qual pelas propriedades, busca satisfazer as necessidades humanas de qualquer espécie, seja elas originadas no estômago ou na fantasia, sendo que “os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais” (MARX, 1996, p. 198).

Dessa forma, todos os sentidos físicos e espirituais do homem parecem ter se reduzido a um único: o sentido de ter. Em consequência disso [...] ele diminui à absoluta pobreza não somente os seus sentidos, como também as qualidades de humano. É assim, por conseguinte, que vai surgindo o homem carente de um conjunto de exteriorização. (DIAS, 2011, p. 40).

Oportunamente, é certo dizer que a apropriação intermitente dos meios de produção sugestionada pelo sistema capitalista redundou na alienação do trabalho, mediante a expropriação da interferência do trabalhador no resultado da sua ação. Entretanto, é necessário insistir na ideia de que os sentidos do trabalho são oriundos das próprias estruturas estabelecidas na dinâmica social. De fato, nas sociedades primitivas ou na organização medieval havia maior proximidade do trabalho em relação à totalidade das atividades sociais, porém o que chamamos atenção para o fato de que a cisão entre o sujeito trabalhador e a personalidade objetual do seu trabalho é fruto de um complexo de transformações socioeconômicas em curso na história.

Nos modelos de produção baseados no capital, o trabalho foi sendo gradativamente convertido em mercadoria passível de compra, venda ou exploração, deixando a sensação gradativa de perda do *status* ontológico, para subjugar o homem trabalhador à engrenagem exploração/consumo que funda a sociedade de classes. Essa situação ocasionou um rompimento da ideia do trabalho humano para além do produtivismo alienado e gerou uma cisão entre o homem em seu espaço de trabalho e em sua prática social, uma vez que o trabalho passa a ser associado a uma obrigatoriedade pontual, restrita a momentos em que os sujeitos adentram um *locus* de subserviência com o intuito de venderem sua força sob um tempo pré-estabelecido.

Pode-se concluir, então, que o trabalho – como parte da regulação das atividades sociais e gerador de complexas estruturas de pensamento nos homens – se mantém nos diferentes momentos históricos dos seres humanos, adquirindo diferentes contornos em função das características sociais que lhe infere significados. O trabalho se configura como ato primário e pressuposto de toda história humana, obtendo novos sentidos, não apenas segundo a necessidade de apropriação e transformação da natureza, mas também por ser parte da consolidação da cultura dos povos, de onde emerge o senso de identidade.

Seguindo esse raciocínio, é o trabalho condição central para formação das sociedades humanas, que, no atual contexto socioeconômico, é também causa e efeito da degeneração social, assumindo centralidade no que hoje definimos de formação de classe,

elemento causador de grande parte do caos social que assola a atual organização das sociedades humanas.

3.2. CLASSE TRABALHADORA: UNIDADE E CONTRADITORIEDADE

Ao eleger o método dialético como percurso teórico-metodológico, o pesquisador fica com a sensação de que o uso de termos coletivistas negligencia ambiguidades e contradições intrínsecas a essas tênues noções totalitárias. Falar de uma “classe social” não pode transgredir as assimetrias que permeiam sua formação, pois tais “agrupamentos” são, sobretudo, uma composição histórica de um processo social, capaz de desencadear em relações conflitivas dentro do próprio senso de “pertença” de homens e mulheres, frequentemente imputados numa segmentação por intelectuais que se ocupam desse estudo.

Ao analisarmos a “classe trabalhadora” é de suma importância ponderar que o conceito de classe subsiste de forma completamente difusa e, muitas vezes, fragmentada, sendo impossível estabelecer uma categorização estanque, isolando-a para uma investigação pragmática. Recorremos, oportunamente, a Thompson (1997, p. 9) para entender classe como “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”.

Nesse sentido, estamos entendendo classe social como uma formação cuja ocorrência é resultante das próprias relações humanas. Nessa perspectiva, classe é uma relação e não uma coisa, logo, ela não existe abstratamente, mas apenas é observável quando posta num conflitivo composto de relações sociais concretas que fazem emergir sujeitos, cujas intersecções redundam no que ora chamamos de classe trabalhadora. Classe, nessa ótica, “não é o proletariado industrial fabril, assim como a história operária não é feita só de greves, sindicatos e partidos” (FORTES et al. 1998, p. 41).

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais:

encarnadas em tradição, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1997, p. 10).

Como mencionado no fragmento, o autor entende que a classe é “resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas)”, ou seja, pela prática social construímos o senso de pertença a um dado grupo, fato bastante nítido no quesito trabalho, no qual a transmissão de experiências se mescla à construção coletiva de valores e posicionamentos ideológicos. Afinal, não deixamos de ser sujeitos sociais no espaço de trabalho e não estamos isentos da formação e aplicação de valores no momento do trabalho, quando mesclam-se posicionamentos que, no conjunto, formam os sujeitos.

Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade. Embora a vida social esteja em permanente mudança e a mobilidade seja considerável, essas mudanças ainda não atingiram o ponto em que se admite que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente. (THOMPSON, 1998, p. 18).

É a partir da constatação de Thompson acerca das experiências como constituidoras da consciência de classe, bem como de sua associação com os valores herdados, que introduzimos a categoria memória como categoria central dessa investigação. A princípio é útil adiantar que o compartilhamento de representações comuns entre os sujeitos em diferentes momentos históricos, é parte da configuração da consciência e das representações comuns que motivam a ação dos trabalhadores em sua cotidianidade. Por efeito, se existe uma relação íntima entre experiências e conhecimento, e, se essas experiências são permeáveis às representações comuns compartilhadas entre pessoas, logo, a memória expõe significados altamente relevantes para compreender trajetórias de vida e suas formas de inserção na sociedade.

Ela [a consciência de classe] nasce da articulação de valores herdados e do embate das lutas de classe. Precisa-se entender a heterogeneidade das classes, os processos históricos específicos de formação e conflito entre elas, seus ambientes de sociabilidade, a necessidade do uso de conceitos e métodos de outras ciências sociais como captamos a constituição da consciência de classe. A constituição da consciência de classe somente pode ser compreendida a partir da categoria experiência; a partir das experiências dominantes e dominadas no processo de luta de classe (MARTINS & NEVES, 2013, p. 345).

Na ótica das autoras, classe existe inscrita na experiência, assim como a consciência de classe e o senso de identidade são dela advindos. É a partir desse posicionamento que se pode entender a ação prática dos sujeitos como pressuposto da construção identitária, em outras palavras, é o ato cotidiano que faz materializar a autopercepção da condição em que se encontram inscritos. Contudo, mesmo nessas condições, a ideia de “classe” é absolutamente ambivalente, transitória e efêmera, fato reforçado pela contraditoriedade do que se entende por “identidade” que, para Thompson (1998), não consegue dar conta da brevidade dos muitos “senso de identidade” que circundam os sujeitos.

O “interesse de classe” em si não é mais conhecido como um “fato social” objetivo e inequívoco, mas antes como algo cujo sentido é constituído pela interação e discussão das experiências da vida diária e as interpretações dessas mesmas experiências pelas doutrinas políticas; por conseguinte, como algo que pode assumir diversas formas, como indicam, de certo modo, as divisões históricas no movimento da classe trabalhadora (BOTTOMORE, 1988, p. 62).

O que se pode deduzir é que muito do que se tem produzido sobre o tema mais se relaciona a concepções distorcidas por intelectuais do que propriamente a sensações, consensos ou representações produzidas legitimamente no interior da classe. Retomando as palavras de Thompson, na percepção de que classe não existe como abstração teórica, se torna possível observar que a consciência de classe muito frequentemente é transposta a um grupo de modo artificial, sem sequer seu literal conhecimento, fato que danifica a pesquisa e corrompe a percepção de que o pertencimento a classe social mais vem do exercício de um papel social.

A consciência de classe, porém, é algo daninho, inventado por intelectuais deslocados, visto que tudo o que perturba a coexistência harmoniosa de grupos que desempenham diferentes “papeis sociais” deve ser lamentado como um “sintoma de motim injustificado”. O problema consiste em determinar a melhor forma de condiciona-“la”, para que aceite seu papel social, e de melhor “tratar e canalizar” suas queixas. (THOMPSON, 1997, p. 11).

A linha teórica sugestionada por Thompson relativiza interpretações marxistas mais ortodoxas, insinuando que “uma história ou uma sociologia que reduz incessantemente os fatos da superestrutura à sua base é falsa ou banal” (THOMPSON, 1998, p. 77), assim o

“reducionismo economicista” negligencia elementos plurais – contidos na prática social – que corroboram para construção do que ora entendemos por classe trabalhadora. Aqui, deve-se salientar que “uma diversidade de fatores sociais, culturais, componentes da vida e das contradições dos trabalhadores assume, então o primeiro plano da análise, reforçando a crítica ao determinismo econômico” (SILVA, 1998, p. 53).

Construir uma historiografia marxista da Inglaterra significa tentar responder através da pesquisa aos *silêncios* de Marx. A característica particular do material oferecido ao historiador implica a redefinição das categorias de análise, redefinição que se efetua em um movimento dialético do material empírico às categorias (THOMPSON, 1998, p. 76 – grifo nosso).

Nesses termos, Thompson nega a percepção de classe trabalhadora como substrato reacionário à lógica cruel do capital, sem perder de vista o fato de que as relações capitalistas de produção participam ativamente da configuração da classe trabalhadora, pois é na constatação de sua posição antagônica à burguesia que os trabalhadores se percebem numa situação comum. Entretanto, o autor assume que a organização do sistema pode também ser um resultado histórico da luta de classes, travando entre si uma relação de intercomunicação. Nesse sentido, “ao mesmo tempo em que [Thompson] submete a relação social ao processo histórico, ele apresenta a formação da classe operária como condição e não simplesmente resultado da industrialização” (SILVA, 1998, p. 51). De modo que:

Thompson [...] traz as atividades humanas para o cerne do materialismo histórico e instaura o materialismo humanista, de modo que as experiências humanas tornam-se fundamentais para a formação das classes e de sua consciência. As experiências humanas decorrem das lutas travadas entre as classes sociais, são determinadas pelas condições materiais de existência (MARTINS & NEVES, 2013, p. 344).

Disso resulta que os estudos em torno desse tema devem partir do pressuposto de que “se há confronto entre a pesquisa empírica e o modelo, é este último que há de ser modificado” (FORTES et al. 1998, p. 39). Essa é uma constatação fundamental que orienta, inclusive, os caminhos metodológicos da presente investigação, pois insistimos na ideia de que o autoreconhecimento dos trabalhadores como classe se relaciona em mútua determinação com o regime de produção historicamente organizado, sem supervalorização

da ideologia hegemônica como modelo geral e determinante da totalidade das relações sociais.

Dizer que a classe só pode ser definida dentro de um processo histórico, que ela é resultado de suas próprias lutas que ela faz a si própria, significa negar fundamentos teóricos e políticos aos partidos e intelectuais detentores do conhecimento sobre os “verdadeiros interesses” da classe operária. (SILVA, 1998, p. 54).

Essa conduta, segundo Thompson, é pura abstração na qual frequentemente a teoria parece prevalecer sobre o fenômeno histórico que se pretende teorizar. O resultado é que se tem pensado numa “noção de classe como uma categoria estática, tanto sociológica quanto heurísticamente [...] geralmente de cunho positivista, classe pode ser reduzida a uma pura e simples medida quantitativa” (THOMPSON, 1998a, p. 96). Nesse raciocínio, o autor salienta que as pessoas podem suportar a exploração, podem ver a deterioração dos seus interesses, até descobrirem-se como uma classe, podendo, inclusive, aflorar sua consciência como tal; tudo, é claro, dentro de um processo histórico. Aqui, Thompson, mais uma vez, reforça sua rejeição ao conceito de classe como uma categoria estática e dissociada da prática social.

A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. De tal sorte que, afinal, nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a “verdadeira” formação de classe em certo “estágio” do processo [...] Na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que a outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente (THOMPSON, 1998a, p. 102).

Por fim, é interessante compreender que a sensação de inconclusividade dessa discussão é, na verdade, respondida pela cautela que se sugere ao pesquisador quando tratar do tema “classe trabalhadora”. Classe é uma formação ambígua e complexa, que requer um olhar amplo sobre as subjetividades¹⁵ implícitas nas relações postas aos

¹⁵Quando fazemos uso do conceito de subjetividade partimos da ideia de que “o mundo do trabalho é também um mundo subjetivo, de atividades, interações, sensações, percepções, representações, pensamentos, conhecimentos e sentimentos” (FIDALGO & MACHADO, 2000, p. 319). Nessa percepção, podemos então intuir que nas relações de trabalho inserem-se sentidos subjetivos inerentes às próprias relações sociais de

“membros” dessa classe. Os textos de Marx e Engels foram incisivamente influenciados pelas características estruturais do sistema que fizeram eclodir os movimentos de classe, de modo semelhante, entender a classe trabalhadora hoje implica em compreender a dinâmica social e histórica ampla que aporta nas relações de trabalho que, pela experiência, constrói o que ora se define por “consciência”.

Entender como o trabalhador constrói sua identidade num contexto de fetichização crônica da mercadoria, realçada por um crescimento econômico conturbado pelas desigualdades sociais, é um desafio posto à pesquisa, visto que as nuances mais se manifestam como regra. Apropriadamente, utilizando as palavras de Marx, estudos acerca do trabalhador não podem ocorrer pelo “*passé-partout* de uma teoria histórico-filosófica, mas por uma análise concreta, em cada caso específico, das circunstâncias empíricas dadas” (MARX, 1982, p. 63).

3.3. CAPITALISMO: SISTEMA ESSENCIALMENTE CONTRADITÓRIO

Havendo discutido o conceito de classe, bem como o conceito de trabalho e sua relação ambivalente com a estrutura produtiva capitalista, é útil salientar a forma como um regime calcado na extrema valorização do capital tenta regimentar a conduta dos sujeitos numa coerção sobre modos de vida submissos à ideia de acumulação. Embora saibamos que o trabalho é condição primordial de “humanização do homem”, também é por meio do

homens e mulheres. Assim, por mais que a alienação do trabalho gere cisões na personalidade dos homens, este não impede que as circunstâncias objetivas do seu cotidiano impactem sua subjetividade, ou seja, “a subjetividade não é mero reflexo da objetividade externa [...] mas tem uma relação dialética e complexa entre ele e as circunstâncias em que se encontra” (FIDALGO & MACHADO, 2000, p. 319). A subjetividade, então, se situa no cerne do sujeito, se localiza no mais íntimo de sua formação e se externa em suas ações, na sua história pessoal e no sentido que ele atribui à sua própria existência. Assim como partimos de Thompson, para compreender que o senso de filiação e autoconcepção dos trabalhadores em sua condição, possuem um sentido prático de suas relações sociais; também acionamos o conceito de subjetividade a partir das experiências adquiridas na sua relação social cotidiana, em acordo com a redefinição teórica que o autor propõe acerca do conceito de classe e sua total ênfase à experiência prática do trabalhador. Entendemos, então, o sujeito como atado às normas, valores e representações socialmente construídas e não invocadas numa individualidade desconexa da coletividade: “O campo subjetividade e trabalho constrói-se no tensionamento entre as dicotomias indivíduo-coletivo e objetivo-subjetivo, buscando ampliar as análises sociais que enfatizam as determinações socioeconômicas para a dimensão da cultura e da ética, por exemplo” (NARDI et al., 1997, p. 241). Do ponto de vista do trabalho no atual cenário de reestruturação produtiva, a flexibilização, hoje em voga, adentra a subjetividade dos trabalhadores porque possui um articulado componente ideológico que reestrutura valores e a ética das relações trabalhistas. As tecnologias, os novos valores de consumo, a erosão de direitos trabalhistas, os vínculos de trabalho, a incorporação do ideal de homem empreendedor são apenas alguns tópicos do “novo” capitalismo flexível que “orienta e pressiona os modos de subjetivação” (NARDI et al., 1997, p. 244).

trabalho – alienado – que se observa a mais extremada condição subserviente e precarizada das relações sociais. O trabalho, então, foi convertido em mercadoria, aviltando o ser humano, agora concebido como componente ordinário de uma engrenagem global a serviço da acumulação.

Nesse contexto, o sistema capitalista recria mecanismos de subsunção dos homens à ideia de priorização absoluta ao governo do capital, movendo meios ideológicos para sujeição comportamental à ideia do consumo, e também outros meios políticos para deterioração da resistência. Num cenário de embate de forças, normalmente sobressaem grupos possuidores do poder de prevalência, que, por outro lado, não neutralizam de todo o poder de resistência daqueles subordinados.

Segundo Sennet (2007), a instabilidade é a máxima do capitalismo nessas últimas décadas, já que as crises são acompanhadas por ascensões efêmeras do sistema, configurando num mosaico de ambiguidades tão típicas no mundo moderno. O Estado, nessa retórica, se torna conivente com a acumulação, disponibilizando sua máquina¹⁶ para, sucessivamente, restaurar o poder capitalista e consolidar a reprodução do capital, projeto este que “tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal” (HARVEY, 2011, p. 16). Essa situação se mostrou mais contundente pós 1980, quando os Estados manifestaram uma postura de gestor dos negócios da burguesia pela desregulamentação dos mercados que, a esta altura, se tornaram prioridade absoluta de governos neoliberais (DRUCK, 2011).

Mediante a necessidade de garantir a perpetuação do sistema capitalista, ocorrem redesenhos estruturais com vistas a manter a reprodução do capital. Para realçar esta necessidade contínua de renovação, basta lembrar que um dos mais graves entraves ao acúmulo de capital em meados do século XX foi o poder de resistência e articulação da

¹⁶ As medidas estatais, com vistas a favorecer a reprodução do capital, foram múltiplas e totalmente associadas às demandas situadas no período histórico. Durante o tempo do nacional-desenvolvimentismo, o Estado passou a investir cifras milionárias na educação tecnicista de modo a entregar para indústria, que acabara de aportar no país, uma mão-de-obra qualificada, dócil e disponível a ser explorada. O mesmo pode ser observado nos largos investimentos em infraestrutura que elevou a níveis insanos o endividamento de nações emergentes e à isenção de impostos que, na pior das hipóteses, se tornou plataforma de campanha política na guerra fiscal entre Estados brasileiros. Mais recentemente, o governo tem suprimido impostos para comércio de bens de consumo, fato que tem estimulado a população à ideia do endividamento, exatamente para tornar as condições nacionais mais propícias aos investimentos estrangeiros. Nesse sentido, o Estado é constringido a corroborar com a ideia de circulação do capital a todo custo, implementando medidas cujo sentido é provocar uma avalanche de consumismo de modo a favorecer a acumulação.

classe trabalhadora. Naquele período, medida como o fomento a imigração nos países desenvolvidos¹⁷, desterritorialização de unidades produtivas e investimento em tecnologias ao processo produtivo se mostram eficazes na tentativa de desarticular o poder de resistência dos trabalhadores.

Formou-se, então, um largo contingente de desempregados, o que inevitavelmente empurrou os salários para baixo, impondo condições de trabalho desumanas aos trabalhadores que se submetiam à exploração. Com o engrossamento das filas de desempregados, conquistas trabalhistas são perdidas e ocorre a disseminação da filosofia de que as condições precárias seriam melhores que o desemprego.

A flexibilização da produção exige que se flexibilizem as leis que regulamentam o uso e a alocação da força de trabalho pelas empresas. Isso implica em alterações na legislação trabalhista, levando principalmente nas economias periféricas, onde já são escassas as estruturas de proteção social por parte do Estado, à redução dos direitos dos trabalhadores e à crise do movimento sindical, através da elevação do número de contratações precárias (como as temporárias, por tempo parcial etc.), mudanças nas normas salariais (como vinculação dos salários ao faturamento das firmas), com heterogeneização entre os segmentos do mercado de trabalho. O desemprego estrutural e as inúmeras formas de precarização dos contratos e das condições de trabalho, têm imposto à classe trabalhadora ocidental a necessidade de buscar meios de adequar-se às novas exigências de qualificação profissional e educacional colocadas por esse sistema (PINTO, 2010, p. 79).

Não é demasiado lembrar que todo este combate às barreiras postas à perpetuação do capital, por mais perverso que seja, sempre foi acompanhado por um Estado permissivo que esmagou os sindicatos e disseminou uma onda de facilidades a uma rede cada vez mais mundializada de circulação de capitais. Nessa conjuntura, os governos dos países emergentes concederam amplas vantagens, como incentivos fiscais, infraestrutura conveniente à produção, mão-de-obra qualificada e disponível à exploração e um mercado

¹⁷Para minimizar qualquer limitação posta ao sistema, o governo de países desenvolvidos entrou em cena fomentando a imigração em países desenvolvidos, o que gerou um grupo de trabalhadores dóceis e vulneráveis à exploração. Tal fato reduziu drasticamente o valor dos salários e estimulou a supressão de direitos trabalhistas, redundando também em problemas sociais como a hostilização contra estrangeiros em nações que se tornaram violentamente xenófobas. Embora saibamos que a realidade brasileira apresente contornos peculiares, o processo supracitado serve como exemplo para ilustrar os mecanismos de suplantação dos entraves postos ao capitalismo predatório, que, em articulação com o Estado, encontra mecanismos de deterioração das relações do trabalho e sustentação da exploração.

consumidor com razoável poder de compra. Nessas condições irrecusáveis, produzir no Brasil, México, China ou Argentina se tornou um excelente negócio para a acumulação de capital favorecido pelas condições de subserviência nesses países.

Realçando o processo de precarização do trabalho, observou-se, nessa virada de século, um alargamento do trabalho feminino, um surto de trabalho escravo, especialmente de imigrantes, além da exploração do trabalho infantil que ainda é uma realidade no mundo subdesenvolvido. A China é um clássico exemplo do que se afirma, onde a exploração da mão-de-obra se tornou crônica, redundando numa transnacionalização da economia que elevou os índices de crescimento chinês a números estratosféricos. Por conseguinte, o crescimento acelerado de economias emergentes retorna à cena nesse início de século, porém os efeitos perniciosos dessa realidade também assustam pelo poder de degradação de fatia significativa de homens e mulheres destituídos da ascensão do capital.

A garantia da reprodução do capital e aumento dos índices de crescimento econômico, hoje, são possíveis apenas por conta de uma nova arquitetura financeira planetária que dispersou as unidades produtivas e desterritorializou a produção. Através deste fenômeno, a disponibilidade de trabalho deixou de ser um problema para o capital que, graças aos avanços tecnológicos, pôde ir até o trabalhador, ou seja, tornou-se deslocável no rastreamento de espaços propensos à exploração. Agora, reduzir salários e impor relações de trabalho frágeis, com alta rotatividade de trabalhadores, tornou-se parte elementar da atuação empresarial.

Ora, se por um lado a redução salarial e supressão de direitos trabalhistas é condição para reduzir custos de produção, por outro, o sistema de acumulação se depara com um sério problema: a redução do poder de compra deste trabalhador que, inevitavelmente, também é consumidor. Tão logo, visando resolver esta lacuna, surge outro empreendimento muito relevante que, segundo Harvey (2011), se tornou indispensável para mediar a relação trabalho/consumo: a indústria de cartões de crédito que redundou no aumento do endividamento.

Nos EUA, em 1980 a dívida agregada familiar média era em torno de 40 mil dólares, mas agora é cerca de 130 mil dólares para cada família, incluindo hipotecas. As dívidas familiares dispararam, o que demandou apoio e promoção de instituições financeiras às dívidas de trabalhadores, cujos rendimentos não estavam aumentando. Isso começou com a população constantemente empregada, mas no fim da década de 1990 tinha de ir mais longe, pois havia se esgotado. O mercado teve de ser

estendido para aqueles com rendimentos mais baixos (HARVEY, 2011, p. 22).

Em outros termos, a redução salarial implicaria em diminuição do poder de compra do trabalhador, isso ocasionaria encolhimento do consumo. Porém, este contexto despertou o crédito fácil, que teve seus critérios afrouxados para facilitar a concessão de empréstimos. A meta era reinserir o trabalhador na engrenagem do consumo, mediante financiamento de dívidas, renegociação de valores, redução de exigências para recuperação do crédito.

Essa situação é bastante nítida no decorrer desse início de século XXI no Brasil, época em que a facilidade de financiamento tem empurrado a classe média para um endividamento sufocante. Seja para aquisição de veículos, de aparelhagem tecnológica ou de imóveis, insurge a ideia de crédito facilitado, sob juros exorbitantes, fato que fomenta o consumo a todo custo e denuncia o projeto burguês de sociedade, apoiado por um Estado totalmente equalizado à lógica da acumulação.

Nesse contexto paradoxal de reprodução do sistema, em que forças contrárias, ora parecem se opor, ora parecem convergir dentro de uma concordância homogeneizadora, a sustentação do capital demonstra ser a única meta que legitima a ação dos sujeitos. O processo de mundialização do capital serviu para garantir, não apenas o alargamento das corporações estrangeiras, mas para a padronização do consumo como princípio da prática social. Nessa ideologia da acumulação, a mercadoria não é meio, mas meta, finalidade essencial de homens e mulheres deslumbrados pelo poder fetichista exercido pela aquisição.

Naturalmente, o que está em questão a esse respeito não é um processo designado à crescente satisfação da necessidade humana. Antes, é a expansão do capital como um fim em si mesmo, servido à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem afirmar constantemente seu poder como um modo ampliado de reprodução. (MESZAROS, 2007, p. 58).

Obviamente, as tentativas de inserção do trabalhador na cadeia de consumo não é uma novidade introduzida na acumulação flexível. No fordismo já era possível observar um largo trabalho ideológico que se mostravam através de mudanças nas condições sociais, nos costumes e hábitos que excediam o espaço da fábrica. A tentativa de engajar os

trabalhadores ao nexa da acumulação ocorria, não apenas pelo disciplinamento, mas também pela persuasão, inclusive pela promoção salarial. A lógica era gerar no trabalhador o desejo por projeções que lhe permitissem usufruir de melhores padrões de vida e ampliassem suas ambições de consumo, com menor dispêndio individual de energias musculares e nervosas (GRAMSCI, 1991). Assim, duas metas eram simultaneamente cumpridas: reinserir o trabalhador no consumo de mercadorias e, ao mesmo tempo, injetar a sensação de melhorias e atendimento de necessidades pessoais, traduzíveis pelo consumo.

De toda forma, no fordismo já se podiam observar estratégias para fugar a subjetividade do trabalhador, de modo rudimentar, mas com características muito específicas para aquele período. A acumulação flexível não introduziu a esfera subjetiva como novidade, mas apenas a reincrementou por uma persuasão mais “sofisticada” e “elaborada” a partir de estratégias mais complexas de manipulação pelo consentimento e sutileza.

3.4. CONTRADIÇÕES QUE BIFURCAM O SER SOCIAL

Como tem sido sinalizado pela linha teórica do presente texto, no cerne do metabolismo capitalista, o trabalhador ocupa posições completamente antagônicas no espaço social. Enquanto o trabalhador se situa numa posição nefasta de deterioração de suas condições sociais, simultaneamente é convocado a integrar os padrões de consumo que garantem a circulação de capital, ora é posto numa arena de rivalidade e competição ferrenha, ora é cinicamente denominado parceiro ou colaborador. As imprecisões sobre o que é ser trabalhador no século XXI se tornam ruidosas ao senso de identidade dos sujeitos, que mesmo estando, na pior das hipóteses, embrutecidos por uma ideologia do consumo, possuem sua filiação fragmentada pela lógica individualizante dos novos propósitos capitalistas.

Desequilibrado entre condições difusas que oscilam de produtor a consumidor, de explorado a colaborador, de desempregado a “inempregável¹⁸”, de subalterno a empreendedor; o trabalhador não pode se agarrar a nenhuma certeza que lhe projete

¹⁸Esse neologismo ficou conhecido quando primeiro empregado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Seu sentido traduz os projetos neoliberais para o mundo do trabalho e provoca diversos debates em torno do acirramento da desigualdade pelo modelo político-econômico daquele período.

estabilidade, até mesmo por que, nas atuais condições transitórias do mercado, o equilíbrio é ilusório.

A assimetria que trinca a identidade dos trabalhadores não é tão recente, muito menos foi criada no século XXI. Tais relações díspares já são motivo de reflexão em outras etapas de desenvolvimento do sistema capitalista, uma vez que a própria alienação do homem em relação ao fruto do seu trabalho, analisada por Marx, já é parte desse esfacelamento de personalidade nos indivíduos inseridos no modelo de produção capitalista.

Dessa forma, no nexos capitalista, o trabalhador foi posto num terreno arquitetado para propiciar a proliferação do capital, e forçado a sujeitar-se à lógica acumulativa, vendendo sua força de trabalho e se submetendo às condições de empregabilidade¹⁹ hoje imputadas pelas demandas de um capitalismo internacional. No final desse processo, o estranhamento provocado pelo seu objeto de trabalho – como mencionou Marx – se acentua, fato que distancia ainda mais o trabalhador de sua condição criativa, aviltando-o à nefasta posição de reprodutor de um sistema que lhe excede o controle. Mais do que nunca, o trabalho deixa sua função de humanização do homem, para se tornar trabalho assalariado, alienado e fetichizado, convertendo-se “em meio e não primeira necessidade de realização humana” (ANTUNES, 2009, p. 232).

A alienação e fetichização do trabalho se converteu também em fetichização social, tornando o capital forma e pressuposto da relação social. Nesse sentido, a essência do trabalho foi se despreendendo da vocação essencial do homem para se tornar um apêndice do seu “eu”, configurando-se como etapa esporádica da prática social, e não parte dela.

Já é aqui claramente visível como a divisão capitalista do trabalho se insinua na alma do indivíduo singular, deformando-a; como transforma num filisteu limitado um homem que, tanto intelectual quanto moralmente, está muito acima da média. Este império exercido sobre a consciência humana pela divisão capitalista do trabalho, esta fixação do isolamento aparente dos momentos superficiais da vida capitalista, esta separação ideal de teoria e práxis, produzem – nos homens que capitulam

¹⁹ A expressão “empregabilidade” carrega consigo um conjunto imenso de contradições implícitas na ideologia neoliberal. O vocábulo, muito em voga nos anos 1990, denota uma culpabilização dos sujeitos por qualquer estado de exclusão/inclusão, pois compete a cada um, isoladamente, adequar-se às condições meritocráticas da empregabilidade. Assim, este termo está longe de expressar harmonicamente o momento histórico ao qual nos referimos, ao contrário, revela toda as assimetrias suscitadas nos discursos exalados pelo neoliberalismo.

sem resistência diante da vida capitalista – também uma cisão entre o intelecto e a vida dos sentimentos (LUKÁCS, 1992, p. 125).

Descolado de sua propriedade humanizadora, o trabalho, na perspectiva capitalista, provoca uma cisão entre o sujeito em sua espontaneidade social e o sujeito trabalhador, vendido à cadeia produtiva. É fora deste espaço de trabalho alienado, trincado por forças contraditórias, que o homem assume outra vertente de si mesmo, à qual Lukács apelida *Myhouseismycastle*: “O ‘pobre homem’, humilhado e ao mesmo tempo ambicioso em sua atividade profissional, desafoga em sua casa todos os seus instintos de domínio reprimidos e pervertidos”. (LUKÁCS, 1992, p. 126).

Como implícito nas palavras de Lukács, é no cerne da dinâmica capitalista que ocorre a mais acentuada cisão entre o trabalhador e a atividade produtiva, desajustando o sujeito no processo de trabalho e, especialmente, alienado do fruto de sua atividade. O trabalho, na lógica capitalista, aliena o homem, tornando sua atividade a causa de sua condição de exclusão, fato que deturpa o conceito ontológico do trabalho como condição humanizadora, tornando-o instrumento de desumanização e coerção social.

É por essa razão que trabalho, na ótica do senso comum, adquire *status* de condição subalterna, de uma prática obrigatória pontual e dissociada da espontaneidade do ser social²⁰. Ser trabalhador, ao mesmo tempo em que embute uma sensação de identidade e honradez, aliena o sujeito extirpando a possibilidade de usufruir do produto final.

A partir dessa ótica, o trabalhador observou que, havendo vendido sua força de trabalho, o objeto resultante de sua atuação não lhe pertence – bem como todos os instrumentos usados para produção – fato que constrange os sujeitos, gerando um estranhamento com o fruto do seu trabalho que, no final, lhe desnuda sua condição subserviente. Essa dicotomia que cinge o ofício do lazer se torna componente da organização espacial dos lugares.

²⁰ Em “A ideologia alemã”, Marx & Engels (2007) propõem uma relação metafórica entre o caracol e a concha, ao se referir à dicotomia que separa o local de trabalho e o local de reprodução do consumo que bifurca o homem em *locus* tão antagônicos. Essa separação rompe com o significado ontológico do trabalho, restringindo-o a uma mera atividade pontual revestida de obrigatoriedade, capaz de neutralizar o poder criativo do trabalhador pela despossessão do homem assalariado dos meios de produção. A cisão entre o ambiente de trabalho e o ambiente de vida se apresenta como imposição de um sistema movido pela exploração, hábil por extirpar do trabalhador seu potencial criativo, subsumindo-o à necessidade de acumulação. É exatamente esse estranhamento gerado pelo trabalho, como parte externa ao sujeito, que dificulta a percepção ontológica que insere a categoria trabalho como parte da totalidade social.

O espaço se torna elemento imprescindível da organização social imposta pelo fluxo capitalista, sendo então esboçado para atender à perpetuação do sistema. Por efeito, ir ao trabalho, à escola, ao cinema, ao show ou à praia significa transitar por espaços igualmente fissurados pela cisão entre o trabalho e o não-trabalho, entre o lazer e a obrigação do ofício. O espaço então apenas sedimenta o paradoxo presente na personalidade do homem capitalista, desvendando suas contradições e materializando angústias que permeiam os contornos territoriais.

Cria-se todo um novo estrato de desamparados e dependentes, enquanto o antigo e já conhecido amplia-se enormemente: a proporção dos "doentes mentais" ou "deficientes", os "criminosos", as camadas pauperizadas na parte baixa da sociedade, todos representando variedades de desmoroamento sob as pressões do urbanismo capitalista e das condições de emprego ou desemprego capitalista. Além do mais, as pressões da vida urbana crescem mais intensas e ela torna-se mais difícil aos necessitados de amparo na selva das cidades. Uma vez que nenhum cuidado se pode esperar de uma comunidade atomizada, e uma vez que a família não pode arcar com todas as incumbências, já que tem que arrojarse na ação para sobreviver e "ter êxito" na sociedade de mercado, o cuidado de todas essas camadas torna-se institucionalizado, muitas vezes das maneiras mais bárbaras e opressivas. Assim compreendido, o maciço aumento das instituições que se estendem de todos os modos, das escolas e hospitais de um lado, a prisões e manicômios de outro, representa não precisamente o progresso da medicina, da educação ou da prevenção do crime, mas a abertura do mercado apenas para os "economicamente ativos" e em "funcionamento" na sociedade, em geral à custa pública e para um vultoso lucro para as empresas fabris e de serviços que em geral possuem e invariavelmente patrocinam essas instituições. (BRAVERMAN, 1987, p. 238).

O que se percebe é que essas bifurcações que permeiam o homem no capitalismo se tornaram parte inevitável de um cotidiano hostil, pois, enquanto o escasso lazer, usufruído pela classe trabalhadora, admite ao sujeito extravasar seu senso de identidade; o trabalho, por outro lado, asfixia a espontaneidade do homem, solicitando adequação às normatizações impostas. Além de tudo, na ótica da acumulação e assujeitamento à ação predatória do capital, prevalece uma ideologia que admite o lazer como sendo tempo livre destituído de humanização e entendido como etapa supérflua e secundária à classe trabalhadora que precisa, sobretudo, subsumir-se à condição subserviente. Afinal, seguindo essa ideia, será pela subordinação ao trabalho que o sujeito poderá garantir precariamente

sua existência, sendo possível, inclusive, “comprar” entretenimento nas horas vagas. Por esse viés de percepção,

a população não conta mais com a organização social sob forma de família, amigos, vizinhos, comunidade, velhos, crianças, mas com poucas exceções devem ir ao mercado e apenas ao mercado, não apenas para adquirir alimento, vestuário e habitação, mas também para recreação, divertimento, segurança, assistência aos jovens, velhos, doentes e excepcionais. Com o tempo, não apenas necessidades materiais e de serviço, mas também os padrões emocionais de vida são canalizados através do mercado (BRAVERMAN, 1987, p. 235).

O espaço, urbano especialmente, se tornou então composto por cisões, permeado de contradições que naturalmente se esboçam na paisagem contemplada por homens e mulheres inseridos num cotidiano contraditório. Se o trabalho alienado se torna continuamente estranho ao trabalhador, o espaço também por vezes o é, fato que permite gerar um simultâneo senso de pertença e repulsa que coexistem paradoxalmente: posso me sentir nativo em certa cidade, mas sei que muitos ambientes nela existentes não foram feitos para mim; posso acionar minha identidade como cidadão paulistano, carioca ou soteropolitano, mas sei que o ócio usufruído numa praia ou cinema não está sempre disponível a mim.

O espaço urbano se constituiu palco onde se trava o embate de forças antagônicas, se torna fragmentário, ambíguo e antagônico. Constroem-se, então, homens-fragmentados e espaços-fragmentados, todos reféns do metabolismo do capital que dilacera a ontologia do ser social, impondo a alienação como condição primordial à existência em sociedade. Os espaços se moldam então segundo a racionalidade capitalista cujo alargamento acompanha a ação expansionista do capital, definindo os locais produtores e aqueles reservados à exploração. O espaço se torna essencialmente fragmentário, pois se organiza em sincronia com os interesses das classes hegemônicas, que acionam inclusive o Estado para garantir meios de perpetuação.

Na outra ponta, a classe trabalhadora perde a capacidade de interferência seja sobre o espaço, seja sobre si mesma, alienando-se na medida em que é coagida a vender sua força de trabalho para que possa simplesmente existir. Nesse nexos, o trabalhador se torna vulnerável ao metabolismo social, insurgindo como parte essencial de uma engrenagem ampla, porém à deriva de um sistema manobrado para atender a hegemonia do capital.

No cerne do crescimento econômico, surgem bolsões de prosperidade nos espaços urbanos que, simultaneamente, agridem ideologicamente o trabalhador por se tratarem de espaços destituídos de suas capacidades financeiras, mas também recrutam-no para sujeitá-lo à exploração. Nessas condições, o resultado do trabalho não apenas é alienado do usufruto pelo trabalhador, mas se volta contra ele, desvendando-lhe sua posição de classe.

Por conseguinte, determinados espaços ora funcionam para o lazer, ora como *lócus* destinado à extração da mais-valia. Tal dicotomia também pode coexistir num mesmo espaço, veja como exemplo uma tarde de domingo num *shopping-center*. Nesse ambiente, é possível encontrar sujeitos em horário de trabalho, fadigados pelas extensas jornadas ou exigências cotidianas, e outros dispostos a consumir lazer.

Os *shopping-centers*, por exemplo, assumem uma realidade dúbia do poder coercitivo do capital: ao mesmo tempo em que trabalhadores são postos a serviço da produção da mais-valia, sugados até o máximo que as frouxas leis trabalhistas permitem; ao mesmo tempo, os recursos coercitivos do consumo convencem os sujeitos a aderirem à fetichização da mercadoria, disponibilizando o pouco saldo que o trabalho ainda lhe deixa, à lógica da acumulação. Essa servidão voluntária impõe uma lógica cruel que aprisiona os sujeitos a uma postura servil que transita entre a subsunção à exploração e a adequação aos padrões de consumo. Por resultado, é nessa condição que trabalhar se torna fundamental, não por sua conotação ontológica que implica na humanização do homem, mas por que permite aos sujeitos comprarem sua relevância social.

Para nutrir essa análise, Braverman deduz que a crônica exploração do trabalho fragiliza laços no espaço de cotidianidade dos sujeitos. Os vínculos familiares e sociais, por exemplo, se tornam fragilizados e geram uma necessidade compensatória de encontrar realizações no fetiche do “mundo moderno”.

Esse processo é apenas um aspecto de uma equação mais complexa: à medida que a vida social e familiar da comunidade são enfraquecidas, novos ramos da produção surgem para preencher a lacuna resultante; e à medida que novos serviços e mercadorias proporcionam sucedâneos para relações humanas sob a forma de relações de mercado, a vida social e familiar são ainda mais debilitadas. Trata-se, pois, de um processo que implica alterações econômicas e sociais de um lado, e profundas mudanças nos padrões psicológicos e afetivos de outro (BRAVERMAN, 1987, p. 236).

Assim sendo, os espaços, na sua configuração mais paradoxal, são palco para precipitarem essas relações de fragilidade e, simultaneamente, coesão, sob o rumo do nexos capitalista.

3.5. A DINÂMICA CAPITALISTA NO FINAL DO SÉCULO XX: VISÃO PANORÂMICA

As análises teóricas anteriores se ocuparam em validar a relação ambivalente estabelecida entre a lógica acumulativa do capital e as relações do trabalho, fato que quase sempre redundava em interesses divergentes entre grupos que compõem as pontas do sistema produtivo. A partir dessa constatação, é oportuno expor o dinamismo adquirido pelo sistema capitalista nos últimos anos, bem como a forma pela qual essa transição de estrutura produtiva redesenhou as relações de trabalho e inserção dos trabalhadores no processo produtivo. Nesse sentido, para entendermos as transformações estruturais do sistema, nos afastaremos momentaneamente dos debates em torno do trabalho para, posteriormente, reposicionarmos a categoria trabalho em consonância com os reajustes apontados pelo sistema capitalista na contemporaneidade.

Em meados do século XX, iniciou-se nos países desenvolvidos um gradativo processo de transformação da estrutura produtiva. O modelo de produção fordista se tornou obsoleto²¹ e inviável para as novas características do mercado internacional, fato que resultou no rompimento da concentração espacial da indústria, na interferência estatal na economia, além da obsolescência de uma produção estandardizada. Em função dessas novas reestruturações, o século XX ficou marcado pela expansão da indústria em escala planetária. Em meados desse século, a América Latina, por exemplo, vivenciou um processo largo de substituição de importações, recebendo um grande número de empresas multinacionais. Posteriormente os “Tigres Asiáticos” ingressaram nesse processo ao instalarem as plataformas de exportação e, por efeito, adentraram a nova divisão

²¹ Frisamos que a obsolescência do modelo de gestão fordista, não foi capaz de torná-la plenamente superada. Cabe realçar que ainda é possível visualizar formas de organização produtiva em total acordo com as antigas fábricas de Detroit. Assim, é válido destacar que não partimos de uma história linear, estancada por etapismos, mas entendemos que “velho” e “novo” traçam uma relação dialética de oposição e complementação contínua. O modelo de gestão vigente no período fordista se tornou obsoleto à medida não mais conseguiu atender o momento histórico do capital, ou seja, “demonstrando-se [ineficaz] às necessidades da produção em diferentes momentos históricos do desenvolvimento das forças produtivas...” (KUENZER, 2007, p. 1161). Taylorismo, Fordismo, Toyotismo são apenas diferentes formas de gestão articuladas a partir dos subsequentes e interpenetráveis contextos históricos vivenciados pelo “mesmo” capitalismo, moldado por “novas” estratégias de perpetuação.

internacional do trabalho. No interior desse contexto, as condições de reprodução do capital exigiam um expansionismo planetário com vistas à perpetuação do sistema, pois, saturando mercados locais, o rastreamento de novos nichos do mercado foi condição inevitável para a acumulação.

A estrutura conceitual capaz de dar sentido ao sistema do capital só pode ser global. O capital não tem absolutamente qualquer meio de se restringir, tampouco é possível encontrar no mundo uma contraforça capaz de restringi-lo sem superar radicalmente o sistema do capital como tal. Assim, o capital teve de seguir seu curso e sua lógica de desenvolvimento: teve de abraçar a totalidade do planeta (MÉSZÁROS, 2007, p. 65).

O processo expansionista financeiro se configurou como condição para perpetuação do capitalismo. Sem reorganização, segundo as demandas sinalizadas pelo organismo social, o capital atrofiaria; por resultado, o final do século XX e início do século XXI são parte desse redesenho da dinâmica capitalista, visando atender as novas características sociopolíticas que apontaram para um novo panorama na conjuntura global.

É preciso ter em mente que as novas forças de produção e as novas relações de produção não se desenvolvem a partir do nada, nem caem do céu, nem nascem tampouco do útero da ideia que a si mesma se põe; mas se formam no interior e em antítese ao desenvolvimento da produção existente e às relações de prioridade transnacionais herdadas. Se em pleno sistema burguês cada relação econômica pressupõe todas as outras em sua forma econômica burguesa, e tudo o que foi posto é, portanto, também um pressuposto, então o mesmo se dá com qualquer sistema orgânico. Esse mesmo sistema orgânico, como totalidade tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento em direção à totalidade consiste precisamente em subordinar a si todos os elementos da sociedade, ou criar a partir dela os órgãos de que ainda carece; eis como historicamente ele se torna uma totalidade. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2007, p. 56).

Essa compreensão permite deduzir que os reincrementos apontados nessa conversão de século ao sistema não advém de outra questão, senão da necessidade visceral de reprodução do capital. Seja o expansionismo industrial, o fomento ao consumismo e ao endividamento ou o avanço da estrutura neoliberal, são medidas equalizadas à ideia de reprodução do capital. Compreender a vinculação orgânica entre capital e o metabolismo social é condição essencial para entender a reestruturação produtiva como parte de um largo projeto de sociedade construído segundo demandas apontadas pela história em curso.

O momento histórico vivenciado a partir da segunda metade do século XX foi propício a reajustes profundos na economia, tornando-a altamente imprevisível devido a reestruturas profundas no sistema associadas à liberação dos mercados. É nesse momento que surge um componente central do “novo” capitalismo: a flexibilização, aqui entendida como antítese da rigidez fordista, tão comum na forma de gestão no início do século XX.

Pouco antes disso, no período de 1965 a 1973, a inflexibilidade do modelo fordista emperrava o avanço capitalista, dado a rigidez da produção mediante às metamórficas demandas do mercado de consumo, além da centralização espacial que aumentava significativamente os custos da produção. Outro entrave posto a esse sistema fordista foi a aparentemente invencível força da classe trabalhadora, o que explica a grande onda de greves registradas entre 1968 e 1972 (HARVEY, 1993).

Além disso, outro problema limitador do expansionismo desmedido do capital foi o modelo de Bem Estar Social²² que, vigente em países desenvolvidos, resultava numa rígida intervenção estatal, que encarecia os custos da produção pela adoção de uma política trabalhista de assistência social. Somada a esta questão, a década de 1970 também foi marcada por ondas inflacionárias que atingiram o comércio de petróleo, que, aliado aos baixos índices de crescimento econômico, resultaram em crises fiscais nos diversos países desenvolvidos. Simultaneamente, as corporações passaram a demonstrar um excedente de capacidade não utilizada devido à queda na demanda de consumo, fato que exigiu racionalização de gastos e aumento no controle do trabalho com tentativa de cooptar o poder sindical.

Na busca por sobrevivência em condições adversas, as empresas então passaram a investir em automação – de modo a suplantar o poder de resistência dos trabalhadores – além de buscarem novos nichos do mercado consumidor, com fomento às fusões corporativas e desespacialização para usufruto da mão-de-obra barata.

²² O Estado de Bem-estar social trata-se do modelo de governo em que a participação da máquina pública é entendida como base fundamental para garantia dos serviços básicos da sociedade e também na regulação das atividades econômicas. O Estado, nesse sentido, assume áreas como saúde, educação, segurança, além de políticas previdenciárias, de emprego, renda, regulando diretamente políticas comerciais. Tal intervenção foi intensamente desmontada em meados do século XX, período marcado pela expansão da ideologia neoliberal baseada na desarticulação da influência estatal nas áreas anteriormente mencionadas. No Brasil tal realidade foi muito distinta do que sucedeu nos países centrais, pois aqui prevaleceu um Estado desenvolvimentista, tolerante com os critérios impostos pela expansão do capital vigente em meados do século XX (PINTO, 2010).

A globalização, como mostram vários estudos, na forma que se explicita atualmente é, sobretudo, a ruptura das fronteiras dos mercados nacionais pela ferrenha competição na realização (venda) das mercadorias que condensam trabalho social explorado (capital-mercadoria), sob a égide da força desigual do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e pela hegemonia do capital-financeiro, que circula, como uma nuvem, de um polo a outro do planeta, facilitado pelas redes de informação sob a tecnologia microeletrônica, em busca da valorização. (FRIGOTTO, 1998, p. 42).

Tal dinâmica se justifica porque:

A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda a parte, criar vínculos em toda parte. [...] A sociedade burguesa é muito estreita para conter as suas próprias riquezas. E como a burguesia vence estas crises? De um lado pela destruição violenta de grande quantidade das forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela intensa exploração dos antigos. Portanto, prepara crises mais extensas e mais destrutivas, diminuindo os meios de evita-las. (MARX *apud* FRIGOTTO, 1998, p. 44).

Entendido como acumulação flexível, o modelo que surge na segunda metade do século XX visou suplantando a rigidez fordista, sugerindo a flexibilização em todo o processo produtivo, de modo a reajusta-lo sempre que necessário para maximização da acumulação. Além disso, é válido lembrar que os avanços significativos em telecomunicações simplificaram a dispersão geográfica da grande indústria, facilitando sua operacionalização a partir de uma sede distante das unidades produtivas, faminta por redução dos custos de produção. Gradualmente se observou uma invasão de logomarcas americanas, inglesas ou japonesas no mundo subdesenvolvido, fato que aumentou quantitativamente os índices de crescimento econômico nessas regiões.

Ao mesmo tempo, o modelo político neoliberal atingiu escala planetária, minimizando a interferência estatal, de modo a maximizar medidas corporativas capazes de superar os limites postos à acumulação. Na ocasião, a supressão de direitos trabalhistas e o enfraquecimento da influência sindical se tornaram medidas comuns especialmente nos novos países industrializados que viram a intensificação de uma política exploratória da mão-de-obra, com grande anuência do Estado. Em suma, o avanço do capital golpeou a mobilização sindical cuja “desregração, ou antes uma mudança na segregação, promoveu esse desmoronamento do bloco trabalhista” (HOBSBAWM, 1995).

O retrocesso das conquistas trabalhistas foi intensificado pelo engrossamento das filas de desempregados que inevitavelmente redundaram numa redução da média salarial e fragilização dos vínculos de emprego. Nesse contexto, a desterritorialização da indústria se configurou em excelente medida para barateamento da mão-de-obra e conseqüente redução dos custos de produção. Fica claro que o trabalho passou por uma ampla reestruturação, “diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os padrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis” (HARVEY, 1993, p. 143).

Dentro da onda de flexibilizações do processo produtivo, a rigidez dos padrões fordistas, baseada na solidez dos vínculos de trabalho, perspectivas de projeção salarial, além de outras bonificações, foi gradativamente substituída por um novo perfil de trabalhador, agora adaptável, flexível e disponível aos contínuos reajustes da cadeia produtiva equalizados à demanda. Somado a este novo perfil de trabalhador, surgiu uma leva imensa de contratos de trabalho temporário inclusive para preenchimento de cargos de elevada qualificação. Ambas as medidas ampliam o rodízio de empregados, fato que facilitou a exploração por enfraquecer a mobilização da categoria e reduzir substancialmente os custos da produção.

As grandes demissões dos anos 90, a difusão no interior das empresas de programas organizacionais voltados para a antecipação dos conflitos e o maior envolvimento ideológico dos trabalhadores (especialmente no âmbito dos programas de qualidade total), a migração de trabalhadores do setor industrial (tradicionalmente mais organizado em sindicatos e desfrutando relações de trabalho formal), para o setor de serviços (caracteristicamente mais heterogêneo e onde predominam relações de trabalho mais precárias e instáveis, portanto, de baixa organização sindical), tiveram conseqüências avassaladoras sobre o nível de sindicalização e sobre o poder (ideológico e material) dos sindicatos, compondo uma realidade muito mais complexa para as relações de trabalho que não mais poderia ser enfrentada pela prática confrontacionista do passado (COSTA, 2003, p. 10).

A problemática da subcontratação também foi intensificada por um surto dramático de novos pequenos negócios que acompanharam todo o processo de reestruturação produtiva. A ideia do empreendedorismo, fomentada inclusive pelo Estado, fez emergir diversos empreendimentos familiares como efeito direto da fragilização das relações de

trabalho e busca pela sobrevivência dos sujeitos privados da empregabilidade mediante novos parâmetros de contratação.

Concomitante às transformações internas do sistema produtivo, o final do século XX também foi marcado por alterações profundas no perfil e nos padrões de consumo do mercado. Seja pelo tempo médio de vida da mercadoria, seja pelos padrões suggestionados pelos veículos de mídia ou pela própria dinâmica tecnológica dos bens de consumo, é certo dizer que o mercado se tornou mais imprevisível e flexível. A não adequação à tendência *just-in-time*²³ implicaria na obsolescência da empresa e conseqüente extinção, pois o tempo de giro na produção foi causa e efeito da aceleração do tempo de giro no consumo.

A meia vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade em certos setores [...] A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (HARVEY, 1993, p. 148).

Também associada a toda dinâmica aqui debatida, ocorreu concomitantemente um crescimento do setor de serviços²⁴ (terciário), uma vez que o surto de novos empreendimentos foi acompanhado por um aumento na demanda de serviços de assistência, consultoria, finanças, seguros, imóveis, contabilidade, setor jurídico, dentre

²³Em oposição ao modelo de produção fordista, praticado no início do século XX em países desenvolvidos, a produção *just-in-time* se baseia numa produção em rigorosa associação com a demanda. Isso significa o total combate à estocagem e ao desperdício, estabelecendo não apenas uma racionalização das operações, mas uma sincronização dos postos de trabalho com o perfil de consumo do mercado. Tal fato ilustra o caráter flexível da produção, equalizada ao dinamismo do mercado, e a menor demanda de espaço ocupado pelas fábricas, o que contribuía para reduzir custos (PINTO, 2010).

²⁴Os investimentos maciços em tecnologias aplicadas à produção industrial prescindiram rapidamente da mão-de-obra humana no contexto de acumulação flexível. Essa situação gerou uma migração descomunal de contingentes imensos de trabalhadores para o setor terciário que, mesmo com seu razoável alargamento, não conseguiu absorver a totalidade de trabalhadores, redundando num acelerado processo de precarização do trabalho e alargamento do subemprego. Enquanto a indústria se sofisticou com a introdução da alta tecnologia, o setor de serviços foi se tornando cada vez mais complexo e diverso, servido de apoio para a própria realidade de dinamização e ampliação do capital. É nesse contexto que o próprio espaço urbano é redesenhado, com a criação de grandes empreendimentos: são os *shopping-centers*, complexos empresariais, feiras para comércio popular, rede hoteleira, condomínios residenciais, dentre outras estruturas que reforçaram a grande importância do setor de serviços para organização e fluxo do capital na atual configuração.

outros. Essa situação retroagiu com o surto de empreendedorismo que anteriormente mencionamos, fazendo emergir diversas pequenas empresas na área de serviços que realçaram a iniciativa empresarial como uma das características da reconversão produtiva.

Enquanto numa ponta periférica do empreendedorismo ocorria uma disseminação de ideias voltadas ao empreendedorismo, associadas a uma avalanche de subcontratações temporárias, numa escala transnacional ocorria uma tendência de fusões entre grandes corporações estrangeiras que atenderam uma convergência ao monopólio para conquista de novos nichos do mercado consumidor. Se por um lado houve uma descentralização territorial das unidades produtivas, por outro, existiu uma tendência à centralização do capital que acentuou dramaticamente a concentração do poder econômico.

À medida que se desenvolve a produção e acumulação capitalista, na mesma medida desenvolvem-se concorrência e crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização. Paralelamente, o progresso da acumulação multiplica a matéria centralizável, isto é, os capitais individuais, enquanto a expansão da produção capitalista cria aqui a necessidade social, acolá os meios técnicos, para aquelas poderosas empresas industriais cuja realização se liga a uma centralização prévia do capital. Hoje, portanto, a força de atração recíproca dos capitais individuais e a tendência à centralização são mais fortes do que em qualquer ocasião anterior (MARX, 1996, p. 258).

Aliada à onda neoliberal dos Estados inseridos na dinâmica capitalista, a fusão entre corporações gerou um fortalecimento exponencial das transnacionais, que se internacionalizaram numa velocidade descomunal. As economias emergentes implementaram políticas públicas de favorecimento ao ingresso dessas empresas em seus territórios, disponibilizando vantagens fiscais e sociais irrecusáveis, que variavam desde isenção tributária, até qualificação e barateamento da mão-de-obra. Por esse motivo, a segunda metade do século XX é emblemática pelo expansionismo do capital transnacional, fato que modificou radicalmente o espaço geográfico de muitas cidades do mundo subdesenvolvido, bem como a dinâmica social desses espaços.

No cenário político, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, personagens emblemáticos, como Thatcher e Reagan, ilustraram o conservadorismo visceralmente desenhado sob o *slogan* de liberação econômica. De fato, trata-se de um período de mudanças significativas no contexto econômico global, porém essas mudanças são marcadas por uma política conservadora, altamente comprometida com a manutenção do

status quo, uma vez que a própria priorização do crescimento econômico sempre teve conotação quantitativa²⁵, concentradora, baseada numa sujeição da interferência estatal apenas para contenção de crises. Para alimentar essa realidade, foram notórias as privatizações, justificadas pelo sucateamento dos serviços públicos, além da liberação dos mercados ao fluxo do capital volátil e disseminação de uma cultura consumista, comprometida apenas com um crescimento econômico absolutamente desigual.

A retomada do crescimento por si só não é suscetível à diminuição da pobreza de maneira significativa, tanto em nível de sua amplitude como de sua profundidade. Ela é muito profunda, extensa e o crescimento é excludente, criando cada vez menos emprego; também repousa num regime de acumulação particularmente frágil e pobre em criação de empregos. [...] A nova inserção internacional dessas economias e a maneira pela qual ela se realiza tendem a ampliar a pobreza e acentuar as desigualdades sociais. A dinâmica desse regime de acumulação aumenta consideravelmente a probabilidade de sérias crises financeiras, cujos efeitos sobre a pobreza são e serão profundamente negativos (SALAMA, 1999, p. 219).

Mediante essa arena de agressividade expansionista do capital especulativo, os Estados – especialmente aqueles de economias emergentes – se viram em diversas situações delicadas: por um lado, acionados para evitar crises desastrosas oriundas dos arriscados malabarismos da especulação, por outro, forçados a garantir condições propícias à lucratividade, exatamente para neutralizar a emigração em massa de investimentos.

Essas condições foram a base desse modelo de acumulação flexível, pois fragilizaram os governos periféricos, impondo condições propícias ao capital, mais calcadas no desfavorecimento das massas e acentuação da exploração. As condições de trabalho se precarizaram ao máximo com total anuência do Estado cujo pretexto seria uma regulação flexível, ou seja, balizada pela total liberdade do capital, que vulnerabilizou a classe média e agravou a desigualdade social.

²⁵ A retórica que justifica a política de crescimento econômico inconsequente em países de economia emergente omite o fato de que os índices são absolutos e não relativos. Assim a lógica do “crescimento não implica espontaneamente num crescimento homotético do conjunto da renda, e uma política redistributiva da renda pode ser estabelecida” (SALAMA, 1999, p. 180). No auge da conjuntura neoliberal, a intervenção estatal é limitada a alguns setores mercantis como saúde, educação e infraestrutura. Não há intervenção com vistas na alocação dos recursos, no investimento produtivo ou na ideia de redistribuição da renda, fato que acentua o fenômeno da desigualdade social nas nações em vias de crescimento econômico, aprofundando os problemas sociais, especialmente nos centros urbanos.

Não se pode pensar em outro sistema de controle maior e mais inexorável – e, nesse sentido, “totalitário” – do que o sistema de capital globalmente dominante, que impõe seu critério de viabilidade em tudo, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as maiores empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais até os mais complexos processos de tomada de decisão no âmbito dos monopólios industriais, favorecendo sempre os mais fortes contra o mais fraco (ANTUNES, 2001, p. 25).

O crescimento econômico, por ocasião, passou a ser notícia prioritária entre os governos nesse final de século XX e início de século XXI, entretanto, o que não pode passar despercebido é que “o crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção. Isso não significa que o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria” (HARVEY, 1993, p. 166). Os “números-fetichê”, utilizados como *marketing* em campanhas políticas, não necessariamente traduzem no atendimento às necessidades da população e, em momento algum, implicam em usufruto democrático por todos os envolvidos nesse processo.

Nesse sentido, o sistema capitalista vai se desenhando de modo absolutamente contraditório, composto basicamente pela contradição e incoerência, fazendo suscitar disputas sociais pela prevalência de interesses de classe. Como efeito inevitável de toda incoerência presente num sistema concentrador, as crises são parte fatalista da ganância burguesa. Por conseguinte, crescimento e falências, acumulação e exclusão, ascensão e declínio são extremos cotidianos que coexistem na era do capital internacionalizado, ora sob condições mais permissivas, ora sob a conveniente interferência estatal.

3.6. TRABALHADORES DO SÉCULO XXI: QUEM SÃO?

Como foi debatido, o avanço agressivo do capital no final do século XX, com vistas à conquista de novos espaços convenientes à produção, se opôs ao rígido e centralizador modelo fordista, cuja produção se voltava ao estoque de mercadorias standardizadas. É útil salientar que a instabilidade do sistema, composto por períodos cíclicos de ascensão e retração, pode afetar drasticamente as empresas que, de modo cauteloso, acabam preferindo produzir em total equalização à demanda, de modo a não arriscar capital na incerteza do estoque.

A ideia da produção *just-in-time*, tão flexível quanto a imprevisibilidade do mercado consumidor, afetou também o perfil de trabalhador que, nesses últimos anos, não mais deveria ser tão especializado como outrora, mas dinâmico e ciente de toda cadeia produtiva. No período fordista, a produção em série e em larga escala, baseada em unidades produtivas verticalizadas, com grandes contingentes de trabalhadores especializados, tornou-se um elemento limitante dos projetos expansionistas do capital. Tal fato se deve, sobretudo, à alta especialização técnica dos funcionários e pelo encarecimento da mão-de-obra, pois, embora os mecanismos de exploração fossem claros no modelo fordista, o que se observava era uma razoável aproximação física entre os trabalhadores que, no convívio, se percebiam solidamente como classe (CASTEL, 1998).

No Brasil, o sistema fordista aportou de forma distinta, especialmente por que, diferente do que ocorreu nos países desenvolvidos – onde o Estado²⁶ mediou relações trabalhistas atuando com vistas à garantia da qualidade de vida dos cidadãos – aqui “o movimento sindical jamais chegou a se constituir num interlocutor legítimo para negociar as condições de uso e remuneração do trabalho, nem o trabalhador alcançou a sua centralidade como consumidor, sobre a qual se assentaria a produção em massa” (CASTRO, 1995, p. 29). A produção fordista, da forma como se estabeleceu no Brasil, assumiu a versão mais predatória e caótica do capitalismo, ilustrando a busca visceral por

²⁶No mundo desenvolvido – especialmente Estados Unidos e Europa – verificou-se o que foi entendido por Estado de Bem-estar social, ou seja, “o compromisso entre política social do Estado, interesses da empresa e demandas do trabalhador” (CASTRO, 1995, p. 29). Essa ideia foi traduzida pelo lema “*fivedollars a day*”, objetivando sustentar o maior acesso dos trabalhadores ao consumo como direito legítimo à cidadania. A ação estatal fazia insurgir a concepção de que o modo de consumo está integrado nas condições de produção: “essa forma de liberdade que passa pelo domínio da temporalidade e se satisfaz no consumo de objetos duráveis, não estritamente necessários. O ‘desejo de bem-estar’, que incide sobre o carro, a moradia o eletrodoméstico etc., permite o acesso do mundo operário a um novo registro de existência” (CASTEL, 1998, p. 432). A mediação do Estado na garantia do consumo foi desmantelada pela política neoliberal, que fez retroceder a participação governamental na economia. Entretanto, como mencionado, os impactos do novo modelo organizacional fundado no “Estado mínimo” foram profundamente nítidos nos países desenvolvidos, onde foi possível sentir mais claramente a participação estatal até meados do século XX. Em países como Brasil – atingidos por um processo de industrialização tardia e abastecidos pela desterritorialização das multinacionais, que enxergaram o mundo subdesenvolvido apenas como espaço propício à exploração – tal mudança sequer foi observada, afinal a participação estatal aqui sempre foi marcada por políticas públicas frouxas e incoerentes com as reais necessidades do povo. Esse processo só aportou no Brasil com grande contundência a partir dos anos 1990, período marcado também pela política neoliberal que foi parte fundamental desse processo de mudanças econômicas. Observou-se, pois, de uma “modernização conservadora”, pois, com o auxílio da tecnologia, as decisões acerca da produção se mantiveram restritas a poucos sujeitos de alta qualificação que gerenciavam a cadeia de produção, fato que sustentou as formas autoritárias de controle no trabalho (ALVES, 2005, p. 76). Desse modo, o “Estado de bem estar social” não ocorreu no Brasil porque não houve interesse de fazer revolução dentro dos moldes capitalista porque a burguesia brasileira se associou ao capital internacional, comprando tecnologias com entrada do capital estrangeiro.

mão-de-obra barata e cooptação de novos nichos do mercado consumidor. Uma característica expansionista típica do arranjo econômico verificado no curso do século XX.

A América Latina, a partir de meados do século XX, foi inundada por investimentos multinacionais, facilitados por governos de bases neoliberais que sistematicamente abriram as fronteiras para a internacionalização da economia. Os países de industrialização tardia se tornaram, então, espaços altamente atrativos para maximização de lucros, especialmente num contexto de flexibilização, quando reduções nos custos da produção se tornaram condição para sobrevivência empresarial num cenário de concorrência acirrada, fato ainda mais favorecido pela sofisticação tecnológica que permitiu um expansionismo ilimitado.

Elas [as empresas transnacionais] simplesmente dispõem de uma nova gama de procedimentos e de meios de ação para organizar, reforçar e consolidar as “deficiências de mercado”, na perspectiva de estabelecer formas estáveis de dominação oligopolista, que foram afetadas pela crise, pela passagem do oligopólio doméstico ao oligopólio mundial e pelas profundas mudanças tecnológicas (CHESNAIS, 1996, p. 105).

Essa dinâmica promovida por um capitalismo internacionalizado impactou radicalmente a estrutura econômica interna dos novos países industrializados, redesenhando as relações de trabalho, o perfil do consumo e a participação estatal. Como mencionado, o regime de acumulação flexível não foi apenas uma organização do sistema produtivo, mas tornou-se impactante para os vínculos de trabalho e para a concepção do trabalhador acerca de sua própria condição. Tem-se, então, construído um novo perfil de profissional, agora equalizado às exigências da produção e da vida social, educado para se submeter “aos processos flexíveis caracterizados pela intensificação e pela precarização, a configurar o consumo cada vez mais predatório e desumano da força de trabalho” (KUENZER, 2007, p. 1159).

Não se pode, evidentemente, negligenciar as lutas de classe travadas no Brasil, especialmente durante a década de 1980, que repercutiram fortemente na própria consciência de classe dos trabalhadores. Durante o governo de José Sarney (1985-1989), por exemplo, foram contabilizadas cerca de 6500 greves dentro das mais variadas categorias profissionais (COSTA, 2003). Esse cenário de mobilizações foi imprescindível para a formulação da Constituição de 1988 com a legalização de muitas reivindicações de classe, contudo as manifestações dos trabalhadores mais serviram para amenizar os

prejuízos decorrentes do nível de renda, do que para repensar os níveis de acumulação capitalista. Além disso, as grandes disparidades econômicas setoriais e regionais, agravadas pelos sucessivos planos de estabilização econômica, debilitaram a ação cooperativa entre os sindicatos, fato que enfraqueceu as disputas (COSTA, 2003).

Embora o saldo deixado pelas mobilizações sindicais tivesse sido significativo para a realidade nacional, é somente na década de 1990 que os trabalhadores observaram um processo acentuado de desmantelamento dos direitos conquistados e dissipação do sindicalismo. Isso por que o regime de acumulação flexível, já vigorante nas nações desenvolvidas, até então demonstrava apenas indícios no Brasil, porém é no final do século XX que o chamado terceiro mundo foi coroado pela invasão da ideologia da flexibilização.

Destarte, foi no governo Collor (1989-1992) e Cardoso (1994-2002) que se acentuou a abertura econômica, trazendo consigo o discurso da competitividade acirrada pela remodelagem no espaço produtivo nacional. Posto numa arena violenta de competitividade, o Brasil passou a observar internamente a expansão dos processos de reestruturação produtiva, ilustrado pelo fechamento de fábricas, incremento tecnológico, terceirização, subcontratação, enxugamento de quadros, dentre outras medidas voltadas à drástica racionalização de custos.

Logicamente, todas essas medidas ocorreram com simultânea complacência do Estado que afrouxou a CLT, com vistas a tornar a produtividade menos onerosa e as condições do mercado nacional atrativas a investimentos estrangeiros. Paralelamente, os programas de treinamento se multiplicaram, envoltos por uma ideologia empreendedora e uma linguagem empresarial capazes de seduzir trabalhadores numa noção ilusória de participação e cooperativismo, impactando, na outra ponta a mobilização sindical.

A política neoliberal, incrementada pelo regime de acumulação flexível, solapou a influência sindical que, ao contrário do que se verificava na década de 1980, não mais ganhou as ruas na luta por novas pautas de reivindicações, mas se manteve dentro das empresas, restringido a renegociação e manutenção dos direitos até então conquistados.

Observou-se, então, que, ao recrutar as esferas política e social, a economia flexível disseminou uma ideologia calcada na total subsunção do trabalho à lógica acumulativa. Paralelamente, desenvolveu-se uma ética individualista e de acirrada competição dentro e fora da empresa, asfixiando a noção de classe trabalhadora, por uma postura isolacionista

que transferiu para dentro da empresa qualquer negociação coletiva, onde prevalece um particularismo unilateral.

O próprio direito social se particulariza, se individualiza, pelo menos à medida que uma regra geral pode individualizar-se. Assim, o direito do trabalho, por exemplo, se fragmenta, recontratualizando-se ele próprio. Aquém das regulações gerais que dão um estatuto e uma identidade forte aos coletivos de assalariados, a multiplicação das formas particulares de contratos de trabalho ratifica a balcanização dos tipos de relação com o emprego: contratos de trabalho por tempo determinado, interino, de tempo parcial etc. (CASTEL, 1998, p. 607).

Todas essas transformações verificadas no contexto de flexibilização do trabalho impactaram diretamente a subjetividade do trabalhador, redefinindo, inclusive seu senso de identidade com a classe trabalhadora. A larga estratégia de individualização dos sujeitos teve efeitos muito pertinentes para a lógica flexível, calcada na redução de custos a partir do estrangulamento da mobilização sindical e fragilização dos vínculos de trabalho. Oportunamente, individualizar o trabalhador é caminho adequado para dismantelar qualquer possibilidade de articulação com vistas à consolidação de conquistas salariais.

Castel (1998) compreende que a identidade social dos trabalhadores insurge da posição ocupada na condição de assalariado, nesse sentido, é mediante o senso de filiação que se estabelece a mobilização em prol de conquistas coletivas. Pois bem, se é pela noção de identidade que se estruturam as mobilizações de classe, justifica-se, então, o porquê de o projeto burguês de sociedade atingir justamente a subjetividade do trabalhador. Nesse sentido, ocorrem vínculos identitários controversos: se por um lado os sujeitos têm alargada sua autonomia em relação às diversas filiações coletivas em múltiplos grupos sociais, por outro ocorre uma desfiliação provocada pela crise do projeto da sociedade salarial que implica na exclusão social (BARBOSA, 2011).

A ambivalência da acumulação flexível também acentuou a heterogeneidade da classe trabalhadora, que assumiu contornos muito diversos se comparada com o que se verificou no período fordista, pois o regime flexível foi marcado pela dispersão espacial dos trabalhadores, alta rotatividade e a fragmentação hierárquica que também contribuíram para um desengajamento coletivo. A estratégia de individualização do trabalhador, portanto, é parte do projeto de flexibilização do perfil de empregados nos novos parâmetros de acumulação, ou seja, um trabalhador totalmente subsumido à ideia de

exploração, sincronizado às demandas expansionistas do capital, mesmo ciente dos riscos de que tais caminhos impliquem na sua própria exclusão.

Com o advento da produção flexível e de suas inovações técnico-gerenciais, com a exemplaridade da fábrica enxuta, a fragmentação crescente da classe trabalhadora, advinda das transformações das relações salariais, com a fragilização do poder de pressão dos sindicatos e a desmobilização visível dos movimentos operários nos últimos trinta anos, fica cada vez mais difícil construir identidades sólidas pela via do trabalho. a situação de instabilidade que caracteriza as novas formas de emprego, surgidas no contexto da flexibilização produtiva e normatizadas sob a égide de políticas de inspiração neoliberal, torna as trajetórias profissionais bastante imprevisíveis (BARBOSA, 2011, p. 3).

De modo semelhante, a imprevisibilidade do mercado também afetou as relações de trabalho, pois impôs aos trabalhadores um perfil ideal de sujeito, agora desprendido de qualquer forma de conforto e estabilidade, posto, sobretudo, numa teia de vínculos oscilantes, forçado a lidar com riscos permanentes e exposto a condições de competitividade e empregabilidade instáveis. Ao transitar num terreno incerto, amedrontado pelo iminente desemprego, o trabalhador vive sob o estresse e se percebe desarticulado de classe e, especialmente, gravitando numa permanente rivalidade no que Castel (1998) definiu como “individualismo coletivo”.

O isolamento e a perda de enraizamento, de vínculos, de inserção, de uma perspectiva de identidade coletiva, resultantes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão, são condições que afetam decisivamente a solidariedade de classe, solapando-a pela brutal concorrência que se desencadeia entre os próprios trabalhadores. Essa condição de “desfiliação” ou de “inúteis para o mundo” [...] explica [...] a perda das identidades individual e coletiva (DRUCK, 2011, p. 50).

A arquitetura do “novo” capitalismo flexível detém um poder decisivo ao penetrar as relações sociais e domesticar as representações. É por esse motivo que entender a experiência dos trabalhadores, expressa na cotidianidade, se torna essencial para remontar os efeitos da ideologia da flexibilidade nas representações comuns, na consciência e na memória que, a partir dessa concretude, tem sido expressa nos discursos. Ao montarmos o marco teórico do presente texto, entendemos que os conceitos debatidos se complementam, seja a ideia thompsoniana sobre a consciência como suscitada da experiência e da cotidianidade, seja nas representações em sua estreita relação com a memória compartilhada

na ordinariedade das relações, e seja na percepção de que o regime flexível interpenetra todos esses elementos subjetivos, inscritos em relações concretas de existência e inserção social.

Na busca por tornar-se empregável e segurar as débeis vantagens que o assalariamento ainda lhe oferece, o trabalhador adentra num estado crônico de individualismo, desprendido de qualquer ótica coletivista e de qualquer mobilização social capaz de despertá-lo à coletividade.

A segmentação dos empregos, do mesmo modo que o irresistível aumento dos serviços, acarreta uma individualização dos comportamentos no trabalho completamente distinta das regulações coletivas da organização “fordista”. Não basta mais saber trabalhar, é preciso saber tanto quanto, vender e se vender. Assim, os indivíduos são levados a definir, eles próprios, sua identidade profissional e a fazer com que seja reconhecida numa interação que mobiliza tanto um capital pessoal quanto uma competência técnica geral (CASTEL, 1998, p. 600).

Simultaneamente a esse fomento à competitividade ferrenha, o trabalhador se viu desprotegido das políticas públicas e notou que os mecanismos de luta de classe e mobilização coletiva pareciam ter se tornado obsoletos para conquista de direitos no trabalho. Parece que para o trabalhador, subjugar-se à exploração, subsumindo suas potencialidades à lógica da empregabilidade era a atitude mais sensata que reivindicar por algo que o Estado não garantia.

Dessa forma, a lógica da individualização da ação inerente à estrutura da empresa neoliberal em rede e financeirizada predomina sobre a lógica da ação coletiva inerente ao sindicalismo. A condição fragmentária [...] produz efeito assíncrono: a multiplicidade de temporalidades, deriva do labor cotidiano, “bloqueia” severamente a ação propriamente coletiva. [...] E as lutas mais ou menos vinculadas ao reconhecimento da dignidade individual – contra o assédio moral, pelo direito de ir ao banheiro, pela ampliação dos intervalos, pela melhoria dos lanches... – acomodam-se no espaço outrora reservado às lutas salariais do conjunto da categoria (BRAGA, 2009, p. 86).

Esse pensamento é fruto de um longo e persuasivo trabalho ideológico movido pelo projeto burguês de sociedade nas relações flexíveis de trabalho. Homens e mulheres lutam pela manutenção no emprego, e mais ambicionam “empregabilizarem-se” do que acionarem a coletividade para lutar pela categoria. Afinal, a fragilidade dos vínculos

trabalhistas, bem como a existência de um grande e qualificado exército de reserva, devem ser considerados como motivos razoáveis para assujeitamento do trabalhador às normas oscilantes de empregabilidade.

[...] o capital financeiro em relação a qualquer tipo de demanda coletiva que represente um ônus indesejado aos mercados, cria um ambiente de incertezas e de insegurança social que nutre o recrudescimento de um novo tipo de individualização, em que os indivíduos passam a perceber-se como desvinculados de qualquer projeto coletivo comum, pois lhes é total ou parcialmente negada a inserção social baseada no reconhecimento de direitos sociais incorporados àquilo que Castel chama de condição salarial (BARBOSA, 2011, p. 4).

O componente ideológico da empreitada capitalista para capturar a subjetividade do trabalhador também precisa ser explorado para compreensão do discurso empreendedor burguês tão disseminado na atualidade. A lógica da flexibilização massifica um ideário calcado na motivação e desenvolvimento de qualidades pessoais com vistas à individualização dos trabalhadores no espaço de trabalho. Os programas de treinamento frequentemente parecem trocar o termo “funcionário” por “colaborador”, “empregado” por “parceiro”, quando os mecanismos de exploração se mantêm nítidos e as estratégias de aviltamento do trabalho se sofisticam.

Na estratégia massificadora do ideário capitalista nesse início de século, é imperativo fisgar a subjetividade dos trabalhadores, para subsunção dos sujeitos à lógica da acumulação predatória do capital, sob a nomenclatura de “colaboração interna” ou integração à família “Toyota”. Segundo Thompson (1998, p. 279), “uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma”, destarte, é altamente pertinente que o discurso envolva os trabalhadores, denominando-os de “parceiros” ou “colaboradores” porque gera uma falsa sensação participativa, ativa na projeção de um regime supostamente inclusivo. Thompson salienta que “classe” não é “algo”, não é uma “substância”, mas apenas existe através de um senso de filiação adquirido na própria ação cotidiana do trabalho. Na atual realidade, o engajamento proposto ideologicamente pelo capitalismo flexível mobiliza, em alguma medida, qualquer senso identitário dos sujeitos com o que se entende por “classe” pois recruta os pensamentos e representações mais cotidianas dos trabalhadores em seu espaço de vivência profissional e pessoal.

É importante salientar que, além de desmobilizar a coletividade e o engajamento da categoria trabalhadora, a produção flexível penetra as referências dos trabalhadores propondo-lhes uma nova filiação, sob formas diferenciadas de exploração. Dessa vez, não se pode falar em violação do consentimento de trabalhadores, mas trata-se de uma servidão consentida, agora, subsumida por um trabalho persuasivo ideológico e não sob a violência física. O “engajamento subjetivo” gerado pela flexibilização deixa uma sensação de pertencimento a uma “grande família” produtiva que, muito embora dissimule a agudeza exploratória do capital que subjuga os sujeitos a condições convenientes de lucro, tenta deixar um saldo positivo na ótica do trabalhador, pois lhe concede a sensação de competência fragilmente sinalizada pela sujeição à exploração.

A “adesão” dos trabalhadores à lógica da flexibilização produtiva que passa a nortear a organização do trabalho dentro das empresas parece ocorrer com uma abdicação relativamente consciente de um possível projeto de classe, mas não com a abdicação de uma busca por emancipação do indivíduo. Aos olhos daqueles que possuem uma visão monolítica da relação capital-trabalho, se essa situação parece claramente caracterizar uma sujeição ideológica a um projeto que não seja o mais adequado aos “interesses” (seus) da classe trabalhadora, para os trabalhadores, no nível de suas vivências práticas, confere-lhes a sensação de fazer-se parte de uma coletividade que oportuniza, mesmo que de modo instável e transitório, a sensação de transcender o mero pertencimento amorfo da condição de classe (BARBOSA, 2011, p. 8).

Nesse cenário, qualquer forma de precarização passa a ser vista com naturalidade, como consequência fatalista das relações de trabalho (DRUCK, 2011). Na ocasião, o trabalhador se vê responsável por si mesmo, sensação advinda do discurso embutido na lógica da empregabilidade, que responsabiliza exclusivamente os cidadãos por sua própria condição “inempregável”. O Estado se torna mais complacente, expondo os trabalhadores às turbulências de mercado volúvel, cujas noções de “longo prazo”, verificadas no período fordista, são substituídas por vínculos que se dissipam ao menor sinal de inconveniência à primazia do capital. Nesses termos, a presença Estatal é útil apenas para legitimar o interesse burguês, disponibilizando sua maquinaria para a circulação do capital, mesmo que para tal necessite usurpar direitos trabalhistas e submeter o contingente de trabalhadores à volúpia da acumulação.

Enquanto a desfiliação do trabalhador ocorre mediante a perda de referência coletiva, bem como pela desproteção de direitos trabalhistas, outro fenômeno

simultaneamente vai arrebatando o senso de identidade desses sujeitos no que Castel (1998) entende por “sedução” da classe trabalhadora. A fragilidade de vínculos com grupos organizados da categoria provoca o recrudescimento da ideologia do consumo e atração para novas metas: a tênue mobilidade social. Os trabalhadores abandonam a ação revolucionária da classe operária tradicional, agora, “seduzidos pelas sereias da sociedade de consumo e enquadrada por aparelhos sindicais e políticos reformistas...” (CASTEL, 1998, p. 459).

Memória: subjetivação e concretude

A memória também participa dessa persuasão que tratamos, uma vez que, dado seu grau de mutabilidade, no compartilhar de representações (potencializada pelo senso de identidade) as pessoas se tornam permeáveis a inferências de muitos quadros sociais. Ora, se nos identificamos com um certo grupo social, logo ficamos mais vulneráveis a concordância com esse grupo. Por isso Halbwachs (2006, p. 65) entende que “à medida que cedemos sem resistências a uma sugestão externa, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim em geral a maioria das influências sociais a que obedecemos permanece despercebida por nós”.

Assim, identificar-se com o grupo perpassa pela subjetivação elaborada a partir do campo cotidiano da prática social, quando no compartilhar de valores, ideias, conflitos, perspectivas, os sujeitos se identificam e, ao mesmo tempo, rompem com outras identidades. No movimento permanente dessas identidades tão dinâmicas, operando numa base concreta, as memórias e representações são esboçadas e reproduzidas em discursos²⁷.

Nessa linha de análise, Martins denuncia o reducionismo existente no emprego da expressão “exclusão”. Isso porque, ao mesmo tempo em que “exclusões” podem ocorrer na sociedade, simultaneamente “inclusões ideológicas” moldam a forma como esses “excluídos” se visualizam no processo. Assim, o estado de “exclusão” e subordinação não é apenas um estado externo à pessoa, mas é também elaboração de conceito e interpretação de sua condição.

²⁷ É útil salientar que não intentamos cometer o equívoco de um idealismo que desprenda a subjetividade da concreticidade por onde sucedem as relações sociais. Tratamos sim da subjetividade como parte da nossa substância investigativa, todavia as reelaborações do subjetivo são feitas a partir do mundo concreto. De igual modo, a memória e as representações não existem sem algum tipo de alicerce concreto que as substancialize e as signifique dentro de um dado tempo histórico.

O favelado, que mora no barraco apertado da favela imunda, com o simples apertar de um botão da televisão, pode mergulhar no colorido mundo de fantasia e luxo das grandes ficções inventadas pela comunicação de massa; exatamente como faz, pelo mesmo meio e, provavelmente, no mesmo horário e canal, o milionário que vive nos bairros ricos das grandes cidades. A nova desigualdade separa materialmente, mas unifica ideologicamente (MARTINS, 1997, p. 21).

Com isso podemos afirmar que a “inclusão”, “exclusão” ou “reinclusão” são também conceitos ideologizados “no imaginário da sociedade de consumo e nas fantasias pasteurizadas e inócuas do mercado, qualquer que seja ele, até mesmo o mercado dos valores sagrados da tradição ou da dignidade humana” (MARTINS, 1997, p. 21). Nessa linha de análise, a identificação com o grupo é também subjetivação, movida, em especial, pela identidade que se tem com ele, moldada tanto pelas condições concretas mais óbvias, como também por articulações ideológicas que figam o senso de pertença e coagem as filiações.

De igual forma, a memória também é subjetivação erigida a partir de bases concretas de existência social, cujos grupos (ou marcos sociais) não demonstram uma demarcação tão clara e estanque simplesmente porque interpenetram-se mutuamente. Sobre isso, Halbwachs (2006, p. 39) aponta que, para ratificação da memória individual a partir do coletivo de sujeitos, é necessária a existência de uma “base comum” ou de “pontos de contato”, ou seja, o testemunho se torna muito mais apropriado pelo indivíduo à medida que precipitam sobre uma moldura familiar aos sujeitos envolvidos na memória reconstruída.

É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 2006, p. 39).

É bem perspicaz a compreensão do autor quando nota que as “reconstruções” da memória ocorrem a partir de “noções comuns”, que, por sua vez, se situam no interior do “nosso espírito”. Essas “noções comuns”, portanto, excedem qualquer posição social ou econômica, pois a consciência, como já abordamos, não é uma substância estanque e

imputada a um dado sujeito, mas é transitória e metamórfica no momento em que toca subjetivações moldadas no campo diário de pessoas inseridas nos muitos espaços sociais. A identidade, portanto, se situa em “nosso espírito”, fato que apenas reforça a importância da subjetividade para a perpetuação e disseminação da ideologia hegemônica pela promoção de engajamentos ao coletivo de trabalhadores.

Assim, a contradição é elemento expressivo na nossa concepção de memória e consciência, pois, podemos encontrar um grupo realmente coeso de trabalhadores, que compartilhem identidades e se tornem uníssonos na luta por direitos comuns; mas podemos também encontrar, no meio desses mesmos trabalhadores, “espíritos” arrebatados pelo consentimento ao nexos da exploração capitalista.

É nesse momento que compreender a retórica ideológica do sistema capitalista se torna indispensável para entender as estratégias da flexibilização que romperam com o conceito clássico sobre o que é classe trabalhadora, através da incorporação de novas subjetividades. No atual estágio da modernidade, o dinheiro se tornou fundamental força mobilizadora dos sujeitos, configurando-se como meio de avaliação da dignidade humana. Essa construção de valores se acentuou com a “libertinagem” consumista intensificada pelas tecnologias e disseminada pelos veículos de comunicação, fato que deslocou a subjetividade das pessoas para a meta prioritária do consumo, reforçando o olhar individualista sobre a prática social (BARBOSA, 2011).

[...] quando os cidadãos agem como modernos consumidores, estão deixando de pensar como artesãos. Essa preocupação complementa a desatenção dos dirigentes políticos, mas de uma maneira mais sutil; o cidadão-como-consumidor pode distanciar-se quando as questões políticas se tornam difíceis ou resistentes (SENNET, 2007, p. 154-155).

Numa sociedade de consumidores, a identidade passa a ser balizada pelos caminhos fugazes do mercado, cuja busca visceral se torna a frivolidade das sensações proporcionadas pelo consumo. Essa dinâmica, então, invadiu a subjetividade de trabalhadores que, além de pessoas subjugadas à exploração, são também consumidores avaliados pelo poder de compra e pela capacidade de “consumir” a vida social.

A tese do “aburguesamento” da classe operária apoia-se na elevação geral do nível de vida que atenua os antagonismos sociais. O “desejo de integrar-se numa sociedade onde prima a busca do conforto e bem-estar”

leva a classe operária a dissolver-se progressivamente no mosaico das classes médias (CASTEL, 1998, p. 460).

Num cenário de total individualização e perda de referências sociais, os sujeitos agarram qualquer forma ideológica que lhes dê segurança, seja posicionamentos religiosos, políticos etc. Nessa desfiliação generalizada, a ideia de consumo e materialismo encontra terreno fértil para massificação das pessoas, agora drenadas por um ideário radicalmente ancorado na lógica da acumulação flexível e numa subserviência consentida.

Mas que prossiga o crescimento, que o Estado continue a estender seus serviços e suas proteções e, quem merecer, poderá também “subir”: melhorias para todos, progresso social e bem-estar. A sociedade salarial parece arrebatada por um irresistível movimento de promoção: acumulação de bens e riquezas, criação de novas posições e de oportunidade inéditas, ampliação dos direitos e das garantias, multiplicação das seguridades e das proteções (CASTEL, 1998, p. 417).

A partir dessas afirmações, pode-se constatar que está em voga o desmantelamento de princípios reguladores de coesão do sistema de vida social, bem como do senso de segurança advindo desses laços. Nesse cenário de incertezas, os cidadãos são jogados a um individualismo vinculado a uma luta por si mesmo, por interesses particulares, quase sempre, concorrentes aos interesses de outros sujeitos, fato que torna a coletividade um valor ultrapassado, impróprio para as possibilidades de ascensão individual ofertada pelo regime expansionista do capital.

Essa situação muito difere do que se verificou no período taylorista/fordista, quando, apesar dos mecanismos de exploração se manterem ativos, havia tendência à homogeneização da classe trabalhadora, dado o senso de identidade propiciado pelo convívio comum de grandes contingentes de operários no chão da fábrica²⁸. A identidade comum conduzia a uma consciência de classe, fato que articulou o grupo na resistência contra a opressão dos empregadores e que, nos países desenvolvidos, resultou no *WelfareState*²⁹. As conquistas trabalhistas, essas também verificadas no Brasil, fortaleciam

²⁸ Não intentamos esboçar uma percepção saudosista dos modelos de gestão verificados no início do século XX. Apenas chamamos atenção para o empenho das novas formas de gestão na individualização dos trabalhadores e desfiliação dos mesmos ao coletivo. É sabido que sempre existiu a acumulação, a extração da mais-valia ou as estratégias de exploração, entretanto o recrudescimento do individualismo do trabalhador se articula ao empenho ideológico que moveu a esfera simbólica com o engajamento do coletivo de trabalhadores ao ideário burguês, agravado no contexto da flexibilização.

²⁹ Estado de Bem-Estar Social.

o senso de pertencimento ao coletivo da classe, solidificando as identidades com a posição ocupada pelos trabalhadores. Essas características são muito distintas daquelas verificadas numa época de flexibilização, quando a empresa enxuta, marcada pelos fenômenos da dispersão espacial e da terceirização, combateram qualquer forma de coletividade e articulação, impondo a individualização do trabalhador como condição precípua para a heterogeneização da classe.

Visto dessa maneira, a flexibilização não corresponde simplesmente a um modelo organizativo proposto pela Toyota e implementado em fábricas também do mundo ocidental. Mais do que isso, para garantir a perpetuação do sistema capitalista no contexto histórico de início de século XXI, a flexibilização excedeu o espaço fabril, atingindo, sobretudo, as relações e a geografia do trabalho, além da subjetividade do trabalhador. Falar de flexibilização é falar de um momento histórico, é falar também de uma mudança radical na subjetividade de homens e mulheres, hoje cimentados num individualismo e um materialismo crônico, tão desvinculado da ideia coletiva de outrora.

Assim, não é o taylorismo/fordismo que cria a divisão técnica do trabalho, tão pouco o toyotismo será capaz de supera-la; estas propostas apenas respondem, no plano teórico/prático, às necessidades da produção em diferentes momentos históricos do desenvolvimento das forças produtivas; também não superam as formas anteriores de organização e gestão, mas, sendo hegemônicas por períodos estáveis de acumulação, incorporam as formas anteriores e de modo peculiar. Assim é que a acumulação flexível, embora caracterizada por utilizar tecnologias de alta complexidade, incorpora o trabalho domiciliar, quando e de modo que lhe interessa para assegurar os ganhos do capital (KUENZER, 2007, p. 1161).

Evidentemente, a resistência prossegue existindo, porém de uma forma dispersa, fragmentada ou adaptada (DRUCK, 2011). Parece haver uma sensação de obsolescência dos sindicatos num tempo de “modernidade empresarial”, cujo “progresso natural” invoca novas formas de superação da desigualdade. Essa forma de pensamento promove um incômodo silêncio da classe trabalhadora, agora mais acalmada pela natureza simbólica do trabalho ideológico neoliberal. Na ótica da acumulação, os direitos do trabalho são custos que emperram o crescimento, tornando necessário convencer trabalhadores e líderes sindicais sobre a necessidade de abrir mão de muitas vantagens para garantia do emprego, para que, desse modo, tomem como sua a lógica do mercado. Em outros termos, a linha de

raciocínio cruel é: melhor trabalhar sob as perniciosas condições postas do que perdê-las por completo.

No “espírito” desse “novo” capitalismo, a subjetividade é premissa para perpetuação da exploração, cujo propósito se entende pela introjeção do ideário burguês por uma classe progressivamente coagida no viés do consenso e vulnerável ao poder coercitivo de valores que remontam representações e identidades.

Talvez, nessa perspectiva, torne-se mais claro compreender as especulações em torno do “fim da história”, ou seja, de uma vitória final do capitalismo diante das possibilidades históricas – que agora estariam esgotadas – de sua superação, a exemplo das transformações capitalistas nos países que tinham realizado experiências socialistas (DRUCK, 2011, p. 51).

3.7. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Retomando o que foi discutido anteriormente, a ofensiva do capitalismo no campo do trabalho se tornou uma ameaça ao coletivo dos trabalhadores, fato que debilitou a filiação dos trabalhadores à categoria. A ideologia do consumo, calcada na exploração da mão-de-obra e aceitação dos padrões acumulativos, foi meticulosamente disseminada e expressa no antagonismo e destituição da ótica coletivista.

Nessa configuração, as estratégias do capitalismo são maximizadas pela sofisticação tecnológica que dispõe de estratégias infalíveis para tentar neutralizar qualquer mobilização que se oponha à exploração, tanto porque busca reduzir o poder de barganha do trabalhador ao prescindir de muitos postos de trabalho, como também por que globaliza a produção com a efemeridade das instalações de unidades produtivas, que, ao menor sinal de hostilidade à conveniência lucrativa, migra facilmente.

As reservas de trabalho existem em toda parte e há poucas barreiras geográficas ao acesso capitalista. O ataque política sobre os movimentos de classe trabalhadora do mundo inteiro reduziu a resistência do trabalhador a níveis muito modestos em quase toda a parte. A crise de 2008 a 2009 não pode ser entendida em termos de esmagamento dos lucros. A repressão salarial por causa da oferta de trabalho superabundante e a conseqüente falta de demanda de consumo efetiva são problemas muito mais graves (HARVEY, 2011, p. 61).

Segundo o autor, um dos fatos que na atualidade torna o sistema capitalista altamente propenso a sucessivas crises reside na ideia de o capital ser muito poderoso e o trabalho ser muito fraco. Desproporção essa que desestabiliza os mercados facilmente, instaurando um sistema especulativo, concentrador e extremamente vulnerável à inconstância do capital volátil.

Obviamente, essa instabilidade do capital debilitou ainda mais a classe trabalhadora que, seduzida pelo frágil poder de compra, se expôs à ferocidade do capital e à inadimplência. Nessas condições, o trabalhador se tornou subserviente ao consumo, transferindo grande parcela do seu salário à sustentação da lógica capitalista, alicerçada sobre a ideia de consumir sempre, mesmo quando as condições sugerem cautela.

Para garantir a circulação de capital, grandes esforços são aplicados na coerção do trabalhador sobre a necessidade incondicional de aquisição, manipulando vontades, desejos e necessidades das populações humanas a níveis inconsequentes, de modo a perpetuar o sistema de acumulação. Nessa empreitada, não bastam apenas recursos de publicidade, é imprescindível desenvolver a noção de que determinadas mercadorias supérfluas sejam significadas como necessidades absolutas para homens e mulheres de todas as classes sociais. É nesse contexto que as tecnologias surgem, não apenas para sanar os problemas criados pelo próprio sistema, mas para reinventar necessidades de uma parafernália infundável de objetos, cuja função é a continuidade da expansão infundável do capital. Trata-se de uma criação perpétua de necessidade, com a formação de uma sociedade adaptada para o efêmero, o fugidio, o descartável, o mutável, dissociado da melhoria da qualidade de vida, mas, sobretudo, articulado à lógica do consumo ininterrupto. A articulação trabalho/consumo criou uma cadeia viciante de sujeição a longas jornadas de trabalho, mesmo sob condições de baixos salários, tendo em vista o pagamento de mercadorias adquiridas mediante eficazes estratégias de coerção do capital.

O hábito de poupar se tornou antiquado, especialmente por que é sabido que quanto mais pessoas ou instituições acumularem dinheiro, e não gastarem, maior será a possibilidade de um colapso capaz de decrescer as economias, encolhendo a circulação do capital. Ciente desse risco, não apenas ocorre um estímulo ao consumismo, como também promove-se uma fácil concessão de crédito para intensificar o processo de circulação de mercadorias.

Ao tornar-se cliente, o trabalhador é arrebatado por uma sensação ilusória de projeção econômica e social que o fascina e o envolve pela ideia de adequação aos padrões de consumo. É nesse sentido que, tragados pela ideologia do consumo, os seres humanos se submetem a uma servidão voluntária, que robustece a compreensão de que a aquisição de mercadorias seria condição para satisfação individual e pressuposto para a vida social.

O século XXI iniciou repleto de contradições que tornam a realidade menos legível e bem mais imprevisível. Nesses termos, falar de trabalhador não é se referir a uma classe homogênea, que se perceba como tal ou que esteja engajado na luta política pela superação das condições que outrora despertaram a mobilização de classe. Hoje, falar de classe trabalhadora é referir-se a um coletivo altamente heterogêneo, ora representado por posturas de resistência, ora articulado à ideia de uma subserviência ideológica aos padrões de consumo.

Quando se pensa, portanto, na classe trabalhadora hoje, é preciso reconhecer esse desenho compósito, heterogêneo e multifacetado que caracteriza a nova conformação da classe trabalhadora: além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos”, temos também as estratificações e fragmentações que acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital (ANTUNES, 2009, p. 237-238).

Um caminho para se perceber teoricamente todo paradoxo que cerca as relações de trabalho na contemporaneidade, são as formas fetichizadas assumidas pelas mercadorias e também pelas relações sociais no cerne do sistema capitalista, quando as atividades cotidianas exercem um poder coercitivo sobre o sujeito, favorecendo a coisificação do homem na sua prática social. Tal fato atinge a consciência sobre si mesmos dos sujeitos, o que inevitavelmente afeta também a consciência de classe de homens sociais, inscritos numa história em curso e postos numa totalidade dialética.

Para análise dessa consciência, também se fazem oportunos os debates em torno da memória, pois, concordando com Halbwachs (2006), a memória é, sobretudo, uma construção social elaborada dentro de marcos sociais. O grupo de trabalhadores corresponde a um desses muitos marcos que permeiam a vida social das pessoas e, portanto, contribui substancialmente para esboçar representações e discursos dos sujeitos. Evidentemente, a memória flui a partir da identificação com o outro e esta identificação se

relaciona a variáveis muito mais complexas que apenas condicionantes socioeconômicos. Logo, é possível que o sujeito se identifique com um grupo ao qual não pertença, assumindo seus discursos, uma vez que a transitoriedade e a subjetividade contribuem para o compartilhamento de representações no cotidiano da prática social.

Partindo dessa constatação, pensar em classe trabalhadora remete a uma análise mais complexa que excede qualquer percepção simplificada como aquelas voltadas a entender o trabalhador do início do século XX. No atual contexto, é um sério equívoco reducionista pensar numa classe trabalhadora absolutamente articulada contra a opressão ou, em outro extremo, completamente mortificada pela cegueira ideológica. Embora saibamos que os séculos XX e XXI tenham se manifestado como períodos de avassalador expansionismo de mercadorias e da fetichização social, partimos do pressuposto de que a contradição dialética considera a assimetria de sentidos assumidos pelas relações de classe, que jamais subestimam os efeitos da contradição numa história em curso.

4. IDEOLOGIA E MEMÓRIA: A SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR EM PAUTA

“Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma” (E. P. Thompson).

4.1. A DIALÉTICA DA IDEOLOGIA

Para pensar no senso comum, bem como em sua inserção no atual contexto capitalista, há que se entender a forma como as ideologias que trincam as relações sociais dialogam com a consciência comum dos sujeitos. Ser trabalhador no atual contexto é absorver significados, é estar exposto ideologicamente a um sistema que permanentemente remodela os vínculos, com vistas a garantir a hegemonia do capital. Desse modo, para entender a subjetividade do trabalhador, é fundamental compreender a forma como se perpetuam as ideologias circundantes e seu nexos de atuação, mediante o que Marx entendeu por “visões de mundo”. As “visões de mundo” não podem ser concebidas como reféns de uma dinâmica hegemônica brutal que neutraliza o poder de autonomia dos homens, mas o que foi importante observar é que tais “visões” jamais estão isentas de inferências advindas das relações sociais e das ideologias delas resultantes.

Se ser homem é necessariamente ser social, então, ser homem também é estar exposto a ideologias – por vezes conflitivas – capazes de penetrar o mundo de significados mais aparentemente individuais. Postas essas observações, para seguir a análise, é oportuno estabelecer uma compreensão mais ampla sobre a categoria “ideologia”, ancorando-a numa base teórica que legitime sua pertinência conceitual para a presente pesquisa.

Embora a expressão ideologia seja muito associada ao marxismo, seu uso antecede as análises propostas pelo materialismo histórico-dialético. Destutt de Tracy (1801) já havia tratado do tema muito brevemente em um capítulo dos seus livros voltado a temas da

zoologia. Nessa perspectiva, o autor abordava ideologia basicamente como ideias derivadas da interação entre os organismos vivos e o meio.

Em “A ideologia alemã” (1846), Marx & Engels retomam a expressão ideologia, mas dentro de um enfoque bastante distinto. Aqui, ideologia é apontada como um conceito pejorativo, como ilusão ou falsa consciência, dentro de uma concepção materialista sujeita à manipulação de classes sociais hegemônicas. Em Marx, as condições materiais são determinantes das ideias, como resultante, as classes favorecidas terão o poder de manipular as ideologias com vistas ao atendimento dos seus interesses, tendendo sobressair o discurso hegemônico. A lógica do raciocínio é: se estamos numa sociedade estratificada em classes sociais, então as distintas classes terão desiguais possibilidades de inserção social. Por consequência, as ideias que transitam na cotidianidade, bem como sua capacidade de ordenação e materialização no espaço, podem apresentar contornos muito mais sincronizados aos interesses hegemônicos do capital.

Evidentemente, o termo ideologia não possui um único significado, sendo possível encontrar, após Marx, mudanças conceituais, que até hoje motivam diversos debates dentro da academia. Contudo, apesar da diversidade de abordagens, em Marx a percepção dos componentes materiais como parte integrante da formulação de ideias é de extrema validade. Não se podem negligenciar as condições de inserção dos sujeitos na sociedade como elemento significativo na formulação, bem como na assimilação das ideias que transitam na prática social. É considerando a dimensão social para formulação da ideologia, que alguns autores preferem defini-la como “visão social de mundo”, ou seja, percepção a partir das condições históricas e materiais que formam os sujeitos dentro do seu contexto social. Nesse contexto, “visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas.” (LÖWY, 2006, p. 13).

É nesse contexto que é pertinente lembrar a dialética como parte significativa da análise marxiana. A princípio, a dialética considera o movimento perpétuo, rejeitando qualquer sensação de permanência rígida dos fatos e das ideias. Essa constatação é sensata a medida em que permite compreender as mudanças sinalizadas historicamente pelo sistema capitalista como parte constituinte da transformação de ideologias no cerne desta estrutura. Afinal, todos os incrementos postos à sociedade como condição de sobrevivência

do modelo concentrador, também se converte em significação, em representações e subjetividades.

Para Marx, aplicando o método dialético, todos os fenômenos econômicos ou sociais, todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produto da ação humana e, portanto, podem ser transformados por essa ação. Não são leis eternas absolutas ou naturais. São leis que resultam da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos e, portanto, podem ser transformadas pelos próprios indivíduos num processo que pode ser, por exemplo, revolucionário. (LÖWY, 2006, p. 15).

Outro componente imprescindível da dialética é a totalidade. Essa ideia parte da constatação de que é impossível entender um fenômeno sem considerar a totalidade dos elementos que inferem sentido ao mesmo. Analisar a realidade social, por exemplo, solicita considerá-la como um todo orgânico, e admitir sua vinculação com o conjunto. Tal observação é muito oportuna para estudos acerca da ideologia, uma vez que tal análise sugere perceber a relação estabelecida entre sua subjetividade e o conjunto da vida social, especialmente porque entende a história em sua relação dialética com as bases materiais construídas e construtoras dos homens.

Um estudo dialético sobre ideologia considera a totalidade dos fenômenos que a compõem, pondera as bases materiais e históricas que a formulam e, inclusive, as contradições presentes no próprio objeto analisado. Então, pode-se deduzir que não existe uma ideologia isenta de história, de classe social, de contradição, de uma totalidade social que a torna tão complexa quanto as próprias teias que formulam o todo.

Partindo dessa ideia, concordamos que a ideologia não se constrói no plano individual, mas no social. São grupos que constroem visões de mundo e, por conseguinte, que as fazem subsistir ou extinguir. Se existem textos ideológicos na cultura, na arte, na ciência, na mídia, na política ou na religião, tais posicionamentos são, sobretudo, visões de classes sociais.

[...] as visões de mundo, as ideologias, a superestrutura, não configuram ideias isoladas mas um conjunto orgânico. São sobretudo “uma maneira de pensar”. Esse é o termo que Marx utiliza para caracterizar a visão de mundo, a ideologia pequeno-burguesa. Não é apenas a ideia sobre a propriedade privada sobre o Estado ou sobre Deus, é uma certa problemática, é uma certa maneira de pensar. (LÖWY, 2006, p. 105).

As ideias, nesse sentido, são compostas de representações de grupo e, como tal, estão ligadas a determinadas classes sociais em detrimento de outras. Em algumas interpretações do marxismo, a ideologia surge sempre como representante dos interesses burgueses, cuja finalidade é conservar a estrutura de classes vigente no capitalismo. Entretanto, embora não adentremos no teor extremista dessa constatação, é útil lembrarmos que as ideologias contêm interesses de classes, sejam aquelas com intuítos conservadores, revolucionários ou subversivos, são todas postas em determinados pontos de vistas e, como tal, possuem interesses que legitimam o lugar de onde surgem. Antes de antevermos a ideologia como subjetividade tragada pela lógica burguesa, devemos constatar que o cerne da questão é compreender as ideias como espaço de luta por interesses frequentemente antagônicos. É esta constatação que permite formular hipóteses investigativas passíveis de serem surpreendidas, uma vez que “as ideologias têm um caráter intrinsecamente dialético, enquanto os processos sociais complexos significam que ‘as ideologias se superpõem, competem e se chocam, e subjagam ou reforçam umas às outras.’” (ABERCROMBIE et al., 1996, p. 155).

Por fim, é necessário retomar a percepção dialética para compreender a ideologia e seu caráter classista, afinal, até mesmo os interesses mais conservadores estão ancorados a determinados interesses historicamente construídos. O próprio Marx lembra que a burguesia já foi uma classe revolucionária cuja ideologia apoiava a mudança da sociedade, contudo, no momento em que tal classe se estabelece como hegemônica e as condições concretas de sobrevivência lhe tornaram propícias, os interesses se passaram de revolucionários a conservadores, tendo em vista a manutenção da propriedade privada e da exploração que dela advém. Nesse sentido, a ideologia também é um elemento posto nos trâmites históricos, tão mutável quanto as próprias formas concretas de subsistência do sistema, que busca meios para garantia da estratificação social e da reprodução do capital. Concordamos com Therborn em seu conceito de ideologia:

“Ideologia” será usado, aqui, num sentido muito amplo. Não implicará necessariamente nenhum conteúdo específico (falsidade, falso conhecimento, caráter imaginário em oposição ao real), nem tampouco presumirá nenhum grau necessário de elaboração e coerência. Antes, fará referência ao aspecto da condição humana em que os seres humanos levam sua vida como atores conscientes num mundo que faz sentido para eles em graus variáveis. A ideologia é o meio através do qual essa

consciência e esse sentido operam. (THERBERN apud ABERCROMBIE et al., 1996, p. 158).

4.2. IDEOLOGIA E SUBJETIVIDADE NUM CONTEXTO DE FLEXIBILIZAÇÃO

A trajetória cíclica do capitalismo se associa a um amplo processo de transformações sociais e econômicas. Por isso, medidas estratégicas aplicadas ao processo produtivo se sintonizam com uma necessidade constante de multiplicação do capital e perpetuação do regime concentrador. Esse fato permite compreender que as transformações na concepção de trabalho, bem como o meio pelo qual este se insere na prática social de homens e mulheres, passa por uma formação histórico-social.

Uma transformação da concepção do trabalho, que não é mais só um dever que responde a exigências religiosas, morais ou mesmo econômicas. O trabalho torna-se a fonte de toda riqueza e, para ser socialmente útil, deve ser repensado e reorganizado a partir dos princípios da nova economia política (CASTEL, 1998, p. 213).

Seguindo esse raciocínio, se o trabalho é reorganizado para e pelos “princípios da nova economia política” e este todo orgânico se insere num contexto de mudanças históricas, então, pode-se entender que as táticas aplicadas para controle e reprodução do capital, por meio do trabalho, também se associam a uma dinâmica complexa e ampla. Por esse motivo, “a origem da fragmentação do trabalho, portanto, não é a divisão técnica, mas sim a necessidade de valorização do capital, a partir da propriedade privada dos meios de produção” (KUENZER, 2007, p. 1162).

Pensar na flexibilização, como característica primordial da acumulação capitalista nessas últimas décadas, não significa sintetizá-la como mera estratégia de produção, articulada à necessidade de sobrevivência empresarial num cenário de concorrência acirrada. Mais que isso, flexibilização é um modelo de organização econômica, social e política, associada à iminente necessidade de perpetuação do capital, sobretudo, equalizada ao contexto histórico, cuja lógica assenta na visceral tentativa de reinventar o sistema para garantir sua dinâmica acumulativa. Por essa razão, abordar flexibilização implica em reconhecer que o capitalismo precisa alterar sua dinâmica para perpetuar, precisa refazer suas relações para se manter como tal e driblar limitações que se mostrem antagônicas à

acumulação³⁰. A flexibilização se configura como uma medida para reprodução do sistema, cujo princípio é marcado pela

habilidade de um sistema para assumir ou transitar entre diversos estados de deterioração significativa, presente ou ruptura, de custos quantidade e tempos, sendo uma variável de segunda ordem não-homogênea, definível a partir de aspectos intra e extra-fábrica. As necessidades de flexibilidade de um sistema de produção relacionam-se com contextos definidos pela relação produto-processo-mercado e pela sua opção competitiva, não sendo, portanto, generalizáveis (SALERNO, 1995, p. 62).

Obviamente, essas transformações na estrutura produtiva perpassam também por subjetivações, ou seja, por nexos discursivos. Por efeito, a flexibilidade possui um teor ideológico e subjetivo que lhe dá significado e fertiliza o terreno onde seu ideário precipita. A subjetividade dos sujeitos, portanto, é alvo de atenção dessa estrutura, que na superfície adquire aparência inofensiva e, por vezes, atraente. Assim, partimos da prerrogativa de que trabalho também é subjetivação, também é discurso, que se monta a partir de sentidos socialmente negociados e dialeticamente imbricados na estrutura produtiva.

Como apontamos, partimos da ideia de que a consciência que integra os sujeitos à condição de classe trabalhadora advém da ação prática de homens e mulheres no ato de trabalho. Ao trabalhar, são compartilhadas experiências laborativas que se agarram a discursos capazes de (re) produzir ideologias que orientam a ação dos sujeitos. Pertencer à classe trabalhadora é, então, exercer um papel social, é transitar por um espaço de luta, disputa, acomodação, incertezas etc; é dar significado à prática social. Nesse contexto, não se pode falar em classe trabalhadora e em consciência, sem mencionar os discursos, ideologias e representações que compõem as relações sociais dos sujeitos postos na condição de trabalhadores. Desse modo, a classe se associa diretamente às condições

³⁰ As transformações verificadas no sistema produtivo se configuram como necessidade urgente de manutenção da ação predatória do capital. Assim, seria negligente compreender os modelos de produção como técnicas isoladas ao interior do espaço de trabalho, como reposicionamento pontual de determinadas fábricas para maximização da produção. Tais mudanças impactam diretamente as relações de trabalho no interior da empresa, mas é fruto de desafios postos ao capital num plano orgânico global. Dessa forma, a reconversão produtiva deixou de ser vista como mudanças “cujas virtualidades e transferibilidade deveriam ser dissecadas”, uma vez que “as instituições fabris são, elas mesmas, fruto das práticas pretéritas dos agentes, isto é, produto de escolhas entre alternativas históricas, contextualizadas pelo mundo da organização e das relações industriais” (CASTRO, 1995, p. 18). Seguindo esse raciocínio, a ação estratégica do sistema em nível global se torna um componente fundamental para compreender as transformações técnico-organizacionais que sedimentam nos ambientes de trabalho.

sócio-históricas que disseminam ideologias e papéis sociais aos sujeitos de acordo com as proposições lançadas aos trabalhadores.

Como resultado, as transformações conduzidas pelo sistema capitalista para garantir a hegemonia do capital, como aquelas verificadas nessa virada de século, impõem mudanças na ideia de consciência de classe, pois partem de transformações concretas nas relações de trabalho e na subjetividade dos trabalhadores. A partir desses pressupostos, para entender a classe trabalhadora na atualidade, é indispensável pensar a forma como a reestruturação produtiva adentra o mundo do trabalho, capturando a subjetividade do trabalhador e reorientando a consciência.

Para proceder a análise, a partir desse momento, vincularemos a noção de classe, analisada anteriormente, às características da acumulação flexível verificadas nas novas formas de organização do trabalho que, especialmente a partir da década de 1990, aportaram no Brasil e redefiniram a subjetividade do trabalhador.

Um dos componentes que oportunamente surgiu agregado à ideia de flexibilização, foi o que se definiu por Toyotismo³¹. Evidentemente, a flexibilização não se sintetiza como um modelo isolado de organização produtiva, ela mais se atrela às iminentes necessidades de sobrevivência do sistema, que encontrou na reestruturação produtiva as características adequadas aos desafios postos nessa transição de séculos, dissipando pelo mundo medidas voltadas à priorização dada ao capital. O Toyotismo, por sua vez, foi um modelo produtivo implantado na fábrica da Toyota por Taiichi Ohno (1912-1990), que, ao contrário da proposta de Henry Ford (1862-1947), surgida num período de vigor econômico do capitalismo, teve como base a tentativa de subsistir num contexto de lento e oscilante crescimento econômico, calcado na diversificação da produção, articulação à pequena demanda e combate a qualquer forma de desperdício.

³¹ O modelo Toyota corresponde a um formato de gestão implementado, a princípio, na fábrica Toyota, no Japão. Apesar de estarmos tratando no nosso campo empírico do comércio varejista na cidade de Vitória da Conquista, é importante considerar que as mudanças de gestão na fábrica tiveram repercussões no arranjo do setor terciário também. Afinal, alterou-se significativamente o perfil do mercado consumidor, hoje muito exigente quando diante da gigantesca diversidade de mercadorias adaptativas a tendências efêmeras do mercado global, e também fez emergir formas de gestão empresariais muito sincronizadas à ideologia de Ohno. Por isso, entender as metamorfoses do capital através do toyotismo é interessante para analisar as transformações verificadas no campo empírico a que dedicamos, especialmente em se tratando das relações de trabalho suscitadas pela gestão que ora debatemos. O toyotismo foi disseminado por meio de treinamentos ao redor do mundo e encontrou terreno fértil no contexto de redução de custos produtivos e flexibilização empresarial. Assim sendo, quando falamos desse modelo, estamos no referindo a uma forma de gestão, cuja apelo ideológico e motivacional podem entendidos através das novas demandas historicamente postas aos sistemas e que foram incorporados por diversos setores da economia ao redor do mundo.

O sistema Toyota teve sua origem na necessidade particular em que se encontrava o Japão de produzir pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos; em seguida evoluiu para tornar-se um verdadeiro sistema de produção. Dada sua origem, esse sistema é particularmente bom na diversificação. Enquanto o sistema clássico de produção de massa planejado é relativamente refratário à mudança, o sistema Toyota, ao contrário revela-se muito plástico; ele adapta-se bem às condições de diversificação mais difíceis. É porque ele foi concebido para isso (OHNO, 1997, p. 61-62).

Nesses termos, o modelo Ohno – descrito no livro “O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala”, com primeira edição no Japão em 1978 – se trata apenas do ponto de partida de um arcabouço ideológico e moral que desenha a gestão flexível de um capitalismo transnacional que se dinamiza até os presentes dias. A filosofia da Toyota, embora tenha sua gênese no Japão, foi rapidamente se alastrando pelo mundo, servindo de base para reestruturar a produção mediante as condições adversas da contemporaneidade. Paulatinamente, o modelo Toyota foi se tornando mais que uma forma de gestão, adquiriu *status* ideológico-moral, orientou a base do sistema e redefiniu os mecanismos de reprodução do capital.

Posto num cenário econômico oscilante, a proposta da Toyota se baseia na flexibilização da produtividade – invertendo o sentido da demanda pela produção *just-in-time* – pela implantação de tecnologia de ponta em todo processo produtivo, fato que recrutou um contingente de trabalhadores multitarefa, com olhar totalizante sobre a cadeia, sob regimes de contrato igualmente flexíveis e horários de trabalho oscilantes. Em outros termos, a flexibilização é a base fundamental do modelo japonês, em que qualquer forma de rigidez – como verificada na produção fordista – emperraria a ideia de Ohno e engessaria a dinâmica por ele sugerida num contexto de acumulação flexível. Para tal empreitada, os novos sistemas produtivos demandaram uma simultânea política neoliberal, acompanhada por um largo trabalho ideológico sobre os empregados, os quais, embora muitos tivessem sido prescindidos pela tecnologia, ainda seriam parte fundamental do que convencionou nomear “família Toyota”.

Parte primordial do modelo Toyota foi a reforçar uma ideologia invasiva à subjetividade dos trabalhadores. É certo dizer que o toyotismo deu continuidade ao nexo de racionalização e exploração do trabalho com vistas à acumulação, contudo, o fordismo não continha esse componente psicológico tão penetrante como o toyotismo, cuja ideia se

revela pela reconfiguração do comportamento dos trabalhadores através da arquitetura de meios de envolvimento subjetivo do trabalho à produção. Com destreza, então, o modelo toyotista introduziu variáveis psicológicas no comportamento dos trabalhadores, capturando a subjetividade e apropriando-se da inteligência, fantasia, identidade, moral e vida social.

O trabalho ideológico do toyotismo – e, por extensão, em todo modelo flexível de acumulação – é insinuar que *business* é vida, é associar o empreendedorismo a uma meta geral da existência humana, é exceder a acumulação do chão da empresa e torná-la elemento moral de formação cidadã. O empenho do modelo flexível não é formar trabalhadores apenas profissionalmente qualificados, mas, sobretudo, equalizados ideológica e moralmente à ideia de acumulação e priorização incondicional ao lucro.

As inovações sociometabólicas do capital se disseminam por meio de treinamentos em empresas, políticas governamentais, currículos escolares, aparatos midiáticos da indústria cultural e, inclusive, igrejas, que constituem uma plethora de “valores expectativas e utopias de mercado” que se cristalizam em noções, vocábulos ou conceitos que falam por nós nas instâncias de produção social. Eles são uma espécie de “nova língua” ou espécie de vulgata do capitalismo neoliberal. É o que Bordieu e Wacquant denominam de “imperialismo simbólico” (ALVES, 2011, p. 90).

Nesse sentido, o toyotismo é uma resposta às condições contemporâneas impostas à reprodução do capital, manifestando-se como resultante sócio-histórico de um largo processo de lutas entre forças antagônicas que eclodiram principalmente até meados do século XX. O modelo Toyota é a tentativa capitalista em prevalecer numa arena hostil à ideia de acumulação, é a ofensiva ideológica do capital voltada a suplantar qualquer meio de resistência imposto pela classe que vive do trabalho. O Sistema Toyota, portanto, representa um período histórico, cuja máxima foi derrotar a classe operária no campo ideológico, político e econômico, atingindo a subjetividade e o senso de identidade dos trabalhadores. Embora saibamos que o toyotismo não sintetiza todo o regime de flexibilização produtiva, sua compreensão é fundamental para entender os valores vigentes no atual contexto econômico e social (ALVES, 2011).

É importante salientar que a acumulação flexível – que ilustramos pelo esse modelo japonês, exportado ao mundo a partir da década de 1970 – opera num contexto de total contradição e exclusão social, entretanto, parece contar com uma anuência, não

apenas do Estado, mas também da população, que sequer se percebe seduzida, massificada pela ideia de submissão e individualização. Pensando nesse fato, Alves (2011) define o atual “imperialismo simbólico” de “valores-fetichê”, comparando-os com o que Émile Durkheim entendeu por “fato social”, em seu máximo poder coercitivo e penetrante. O autor entende que os valores-fetichê operam numa “factualidade social”, interagindo na vida cotidiana dos sujeitos, capturando seus consentimentos no local de trabalho, no espaço social e familiar, remodelando linguagem, padrões de vida, expectativas e visões de mundo³².

De modo prático, essa situação pode ser claramente observada em muitas esferas da produção e do seu arcabouço ideológico:

- i. Programas de treinamento: Foi a partir da década de 1990 que observamos no Brasil uma avalanche de cursos de treinamento que se multiplicaram nos diversos campos de trabalho, desde bancos, escritórios, escolas, repartições públicas, hospitais que foram atingidos por gestão em TQM (*Total Quality Management*), cujo discurso sugere novos padrões produtivos e comportamentais. A ideia é cooptar a visão dos operários de modo a garantir a sobrevivência de uma “nova cultura” e visão de mundo, em consonância com a inevitabilidade do atual contexto econômico. Embora o espírito toyotista esteja sendo posto na empresa, sua base é educativa, instrutiva e, por efeito, condutiva mediante uma base ideológico-discursiva altamente articulada e convincente. A ideia é instaurar uma nova consciência através de novas perspectivas capazes de romper com qualquer forma identitária que arranhe os caminhos do capital.
- ii. Discurso empreendedor: A ideia do empreendedorismo e submissão à exploração possui sutilezas no seu conteúdo. O discurso sempre extrapola o *lôcus* de trabalho e mobiliza a subjetividade dos trabalhadores, fazendo uso de referências religiosas, ditados populares, contos orientais, teorias da psicologia e psicanálise, estudos científicos ou biografias. A lógica é simples: capturar a subjetividade dos operários com vistas a justificar a exploração sob um sofisticado linguajar empreendedor. O trabalho em

³² Se associarmos a ideia de construção da identidade com a pseudoconcreticidade elaborada na vida prática (KOSIK, 2010), podemos, então, supor que o componente ideológico da acumulação flexível, invade audazmente o mais íntimo das representações dos sujeitos sobre as coisas. O “novo” capitalismo sob a égide de acumulação flexível – personificada no modelo japonês – prepara o terreno da subjetividade dos trabalhadores porque nesse *lôcus* se tem a oportunidade de modificar radicalmente suas visões de mundo, seu senso de identidade e, especialmente, suas perspectivas. Se é no lugar mais corriqueiro de trabalho que são construídas as identidades de homens e mulheres trabalhadores, então, também é nesse espaço onde concepções ideologizadas aos moldes da flexibilização serão difundidas.

equipe, por exemplo, é comparado a uma competição esportiva, onde a vitória é alcançada pela integração do coletivo com foco à frente; a disciplina é justificada pela sabedoria milenar japonesa; o poder de liderança é fiscalizado com uso de requintes “psicologizados”. Nesse contexto, uma tempestade ideológica atinge os trabalhadores, envolvendo-os com um discurso moderno, absolutamente convincente por que trabalha pela sutileza, agride com um consentimento generalizado e excede o espaço de trabalho, ao adentrar a subjetividade e fazer uso de valores morais como pretextos para respaldar a subsunção ao nexos do capital. Aqui o conhecimento e a inteligência são cooptados para a produtividade, resultando num contingente de trabalhadores qualificados profissional e ideologicamente. Sobre esse fato, Antunes (2001, p. 206) conclui que o Toyotismo considerou que “o saber intelectual do trabalho é muito maior do que o fordismo e taylorismo³³ imaginavam, e que era preciso deixar que o saber intelectual do trabalho florescesse e fosse também ele apropriado pelo capital”. A tônica do capitalismo flexível é subordinar consensualmente e coagir pela sutileza, situação essa nítida nas novas formas de exploração que adentram a cena com uma aparência de sofisticação e rompimento com um passado de embrutecimento da classe trabalhadora, mas que apenas agudizam a precarização e exploração. Sennet (1999, p. 54) acrescenta: “A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam”.

iii. O mercado publicitário: Em simultaneidade com a era de reestruturação produtiva, foi possível observar uma multiplicação intensa do mercado de autoajuda, não apenas ilustrado por livros do gênero, mas também por palestras, seminários, *workshops*, biografias de grandes empreendedores, matérias espalhadas pelos aparelhos de mídia com a temática do *business* etc. Em concomitância com um contexto histórico, inscrito numa nova lógica imposta pela acumulação flexível, surge uma aparelhagem ideológica complexa para acomodar ideologicamente homens e mulheres às novas demandas do capitalismo. O discurso empreendedor, voltado ao sucesso individual a todo custo,

³³O engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915), considerado um dos primeiros a sistematizar a administração de empresas, desenvolveu um modelo de gestão calcado na ênfase de tarefas, por uma ampla especialização operacional dos funcionários através da repetição. Taylor pregava a divisão técnica do trabalho fabril, com subordinação dos funcionários aos seus empregadores, sendo que a atividade braçal, exaustivamente repetida, embruteceria de tal modo que permitiria alcance máximo dos níveis de produtividade. Na ótica taylorista, os empregados não precisariam desenvolver habilidades, senão aquelas diretamente relacionadas com o serviço braçal, ocupação suficiente para atividades no trabalho. (PINTO, 2010).

extrapola o cotidiano do trabalho, tornando-se esvaziado de militância coletiva ou visão solidária, mas, sim, carregado por um discurso convincente, porque insinua à alma ao apelar para componentes cotidianos e subjetivos como valores socialmente construídos. A ideia é levar as pessoas a abandonarem “velhas crenças” e assimilarem “novos valores” (de mercado), fazendo uso de argumentos calcados na moral e bons costumes, agora modulados pela exímia necessidade de perpetuação do capital. Sobre tal fato, Alves (2011, p. 97) lembra que esse é o “mundo social da nova precariedade do trabalho que exige novas atitudes comportamentais das pessoas. Nesse contexto do capitalismo neoliberal, coloca-se a necessidade de novo nexos psicofísico ou de um novo homem produtivo”.

- iv. A fugacidade: No contexto de acumulação flexível, tornou-se nítida a extensão do discurso produtivo para a esfera social, cultural, mais íntima dos trabalhadores. Aqui a vida social se sintetiza pela necessidade de reprodução do capital, afetando os valores, a fantasia, os anseios, a linguagem, as perspectivas das pessoas. Num contexto de rotatividade intensa de mercadorias, tem-se apelado de modo coercitivo para que o trabalhador adentre o consumismo incondicional, sujeito à efemeridade das mercadorias que se multiplicam aos olhos dos “cidadãos-consumidores”. A lógica é obsolescer rapidamente as mercadorias pelo poder de deslumbramento que as mesmas exercem sobre os sujeitos para que, desse modo, se cumpra o empenho visceral do sistema: despertar o fetiche pela sobreposição da essência pela aparência, de modo que o ápice de toda existência pessoal se resuma na aquisição de coisas. Nesse viés ideológico, a ideia é comprar, é fazer parte de um sistema transitório de aquisição e descarte, ainda que tal ciclo redunde no endividamento e escravidão dos trabalhadores ao parcelamento eterno. O fetichismo da mercadoria oculta as relações de trabalho sufocantes contidas na coisa, cuja essência se esconde sob um invólucro de desejos, fantasias, anestésias e fascínio socialmente coagidos pelos aparelhos a serviço do capital. Nas palavras de Navarro & Padilha (2007, p. 16): “a ‘coisa’ sufoca o ‘humano’”.

A matriz ideológica, em suma, é parte precípua do processo de reestruturação produtiva, sem a qual o engajamento moral e intelectual dos trabalhadores seria impossível. Pelo viés ideológico, a exploração e a precarização foram camuflados por uma nova postura agora tida como moderna, proativa e empreendedora, resultando numa vasta adesão mediante uma coerção social sofisticada, capaz de arrebatando a subjetividade de

contingentes largos de trabalhadores, agora cooptados, não só pelo corpo – como insinuava Taylor – mas pela mente, pelas emoções, pela fantasia.

O componente ideológico é o alicerce mor do regime flexível, isso porque, ao contrário do modelo taylorista/fordista³⁴ – que considerava o operário como um “gorila domesticado” – a ideia atual é arrebatrar o pensamento do trabalhador, sincronizando suas potencialidades afetivo-intelectuais ao objetivo central: a reprodução do capital. Se antes ocorria uma integração mecânica entre o operário e sua produção, agora ocorre uma integração orgânica, cuja lógica advém do fomento à subordinação psicofísica do operário, e não apenas física (ALVES, 2011).

O mais perturbador é notar que a ação do atual regime flexível parece acalmar o confronto pela introjeção de uma ideologia que chega a se configurar em senso comum, tão repetidamente mencionada no discurso dos trabalhadores. A base discursiva da flexibilização opera sob um consentimento generalizado, não encontrando resistências para sua reprodução e disseminação. A subjetividade do trabalhador tem sido enrijecida pela atuação ideológica do empreendedorismo neoliberal, articulando mecanismos de manipulação tanto no *locus* de trabalho como no convívio social dos sujeitos.

O “espírito empreendedor”, conforme explicamos, é condição à empregabilidade, fato que permite deduzir a semântica contida na expressão “espírito” e sua articulação com a obsessiva fome do regime flexível pela “psique” dos sujeitos. Fica, então, implícita a destreza do trabalho ideológico sobre os desejos mais íntimos (“espirituais”) de homens e mulheres subsumidos à ideia empreendedora dentro do contexto de flexibilização.

A acumulação flexível tenta, evidentemente, romper com qualquer ideia coletivista, solidária que não esteja diretamente subordinada à acumulação e à exploração. Há uma tentativa de suscitar uma nova geração de trabalhadores, fato ilustrado pelos programas de demissão voluntária que visam “reciclar” equipes substituindo os “mais velhos” por uma geração mais disposta à sujeição, mais amplamente trabalhada em sua subjetividade à ideia de proatividade.

³⁴ Nesse modelo de gestão, havia interesse pela força bruta do trabalhador, subsumida a atividades repetitivas que dispensavam qualquer qualificação intelectual mais elaborada. Caberia ao trabalhador realizar atividades manuais fragmentadas, mostrando-se hábil fisicamente à atividade rotineira da fábrica, tendo “a sua qualificação medida a partir do seu desinteresse intelectual, da sua ‘mecanização’” (GRAMSCI, 1991, p. 403).

É claro o sentido ideológico do “voluntariado” que, em última instância, procura “culpabilizar” as vítimas. Além disso, há o mito da “demissão voluntária”, que, muitas vezes, não é nem um pouco... voluntária. Portanto, o processo de reestruturação produtiva é, deste modo, um processo de reestruturação das gerações de trabalhadores que constituem os coletivos de trabalho nas empresas (ALVES, 2011, p. 108).

A reestruturação produtiva é, como afirma o autor, também uma reestruturação de trabalhadores, fato que tem sido acompanhado pelos critérios de admissão, que buscam analisar a predisposição dos sujeitos às novas formas de exploração. Os recém-egressos das faculdades em administração de empresas, por exemplo, tiveram acesso a um largo rol de conteúdos mercadológicos, visando atender às expectativas do “novo” capitalismo (ALVES, 2011). Essa nova geração, ao ingressar no trabalho, se autodefine como colaboradora e não mais funcionária ou operária, esta também é uma geração condicionada ao trabalho em equipe, totalmente esvaziado de um senso identitário de luta, mas plenamente formada pela ideia de subsunção consensual ao ideal empreendedor.

Em análise acerca do caráter expansionista do capital na Ásia e sua recente priorização por mão-de-obra mais jovem, Sennet observa que:

Os empregados mais velhos tendem a ser mais senhores de si e críticos dos empregadores que os colegas mais jovens. Nos programas de retreinamento, os trabalhadores mais velhos comportam-se como outros estudantes maduros, julgando o valor da capacitação oferecida e a maneira como é transmitida à luz da própria experiência de vida. O trabalhador experiente complica o significado daquilo que aprende, avaliando-o de acordo com seu próprio passado. O jovem turco, em contrapartida, é um estereótipo falsificado por muitos estudos sobre próprios jovens trabalhadores: carentes de experiência ou de posição numa empresa, eles tendem a se comportar de maneira prudente, e quando não gostam das condições no emprego, mais provavelmente saem do que resistem, o que é possível porque os jovens trazem menos bagagem familiar e comunitária. [...] Os trabalhadores jovens, mais flexíveis, preferem sair quando estão insatisfeitos; os mais velhos, mais críticos, dão voz a sua insatisfação (SENNET, 2007, p. 92).

Destarte, existe uma diferença sutil entre trabalhadores mais velhos e os mais novos. Tais diferenças certamente se associam às distintas condições pelas quais esses sujeitos foram formados socialmente, fato que permite ancorar esses sujeitos à totalidade dialética. Se os “mais velhos” parecem ser mais resistentes, tal fato é resultado de sua percepção de mundo que, por sua vez, está inscrito num dado contexto histórico.

Na obra “A corrosão do caráter”, o mesmo autor faz uma reflexão pertinente ao que ora mencionamos. Sennet (1999) aborda o modo como o “novo” capitalismo afeta o caráter das pessoas porque se baseia no fugidio, no efêmero, no descartável. Ao analisar histórias de vidas em dois tempos diferentes, Sennet compreende que existe uma nova geração avessa a qualquer forma de rotinização e solidez, como sugestionado no período fordista. A imprevisibilidade, a capacidade de readaptação a circunstâncias adversas, bem como a construção de valores supérfluos, desprendidos de qualquer forma de perenidade são abordados como características típicas do novo modelo de cidadão. A ideia de longo prazo, segundo o autor, se tornou obsoleta, tanto no perfil aventureiro do empreendedor moderno, como nas relações sociais e nos vínculos afetivos. A reestruturação produtiva, então, faz emergir uma nova geração de trabalhadores, igualmente flexíveis, adaptáveis às mais severas condições de deterioração do trabalho e conformados com a superficialidade de vínculos trabalhistas, sociais ou afetivos.

O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal, o empresário de Schumpeter aparecendo como o Homem Comum ideal. Talvez a corrosão de caracteres seja uma consequência inevitável. “Não há mais longo prazo” desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento (SENNET, 2007, p. 33).

Em estudo sobre jovens trabalhadores na fábrica da Toyota na Argentina, Wikis&Battistini (2005) concluíram que os novos operários – dentro do capitalismo flexível – realmente demonstram uma ruptura geracional em relação ao perfil profissional de seus pais, contudo, os autores reconhecem que o senso de identidade desses sujeitos pode sofrer inferências de significados herdados pelo convívio social com os mais velhos. Em outras palavras, o estudo antropológico abordado por Wikis&Battistini, por um lado reconhece que foi suscitada uma nova geração de trabalhadores – como sugere Sennet –, mas, por outro, insiste que as rupturas não foram tão marcantes como se supõe.

En el caso que vinimos analizando planteamos, por el contrario, que es posible ver en los trabajadores de Toyota cierta actualización de principios heredados de las generaciones anteriores que no permite hablar de rupturas generacionales fuertes. Al analizar una identidad social tenemos en cuenta cómo operan las socializaciones pasadas y presentes,

dentro y fueradeltrabajo, para que dicha forma identitaria pueda enmarcar la definición de sí de los trabajadores de la empresa Toyota (WIKIS & BATTISTINI, 2005, p. 61).

Ao priorizar trabalhadores mais jovens, como sinalizou Sennet (1999), as empresas reforçam a tentativa de romper com velhas relações de trabalho. O próprio contexto histórico de mudanças confirma a existência de rupturas, todavia se remontarmos a própria concepção marxista que entende o trabalho como um ato sócio-histórico, deduziremos então que as experiências concretas da vida cotidiana, como supôs Thompson (1997), corroboram para construção do que se entende por identidade no mundo do trabalho. Ser trabalhador é equiparar-se às demandas vigentes, mas é, também, mesclá-las ao cotidiano de vida que fazem do trabalho a “senha da identidade”, fato que impele as pessoas a “ancorarem sua existência na atividade laboral, mesmo aquelas que se encontram em situação de desemprego” (NAVARRO & PADILHA, 2007, p. 14).

A concreticidade das relações sociais é elemento constitutivo da percepção do trabalhador sobre sua própria condição. É na concretude dos vínculos sociais que se encontram significados advindos do senso comum, que moldam o discurso dos sujeitos e se diluem na ação. Os discursos arrastam significados ancorados nas condições materiais de existência dos trabalhadores e revelam-se como parte essencial de estudos que ambicionem adentrar o mundo das representações.

Seguindo essa linha de abordagem, encontramos no campo da memória social a possibilidade de fornecer pistas para respostas a essas indagações, com vistas a melhor discorrer sobre o tema, a memória surge no presente texto como meio de dinamização de significados, o que permite dizer, em outras palavras, que a pseudoconcreticidade não se individualiza, mas se move no espaço e no tempo através da inevitabilidade das relações sociais. Pelo viés social, então, as representações flutuam e se perenizam, com remodelagens inevitáveis, mas se conservam entre gerações no que chamaremos de “fio de continuidade”.

Para proceder essa abordagem, será necessário o distanciamento momentâneo do que foi discutido até então, com vista a especular acerca de categorias adjacentes à proposta de pesquisa. Ao término retornaremos a essas discussões com objetivo de gerar coesão da pesquisa e síntese da análise.

4.3. O QUE HÁ DE IDEOLÓGICO NA MEMÓRIA? O QUE HÁ DE MEMÓRIA NA IDEOLOGIA?

As representações possuem, inevitavelmente, posicionamentos ideológicos associados às condições concretas das pessoas e, se lembrarmos que essas condições concretas são mutáveis em função do próprio metabolismo do sistema capitalista, então, chegaremos à constatação de que as representações das coisas comuns estão inscritas no movimento dialético da história.

As representações comuns e as experiências dos sujeitos estão inscritas numa história em ininterrupto movimento, percepção ilustrada por Hobsbawm ao fazer a leitura do “itinerário de um ser humano, cuja vida não poderia ter ocorrido em qualquer outro século.” (HOBSBAWM, 2007, p. 12). Nesses termos, dissociar as representações do contexto histórico que cerca os sujeitos é negligenciar as condições materiais e sociais que participam ativamente na construção do mundo de significados.

Assim como as representações sociais não podem ser entendidas como uma construção puramente individual – destituída do contexto social que a infere significados – da mesma forma as representações não podem ser vistas fora do contexto histórico e das condições que fundamentaram sua construção. As relações sociais postas e dinamizadas pela história permitem compartilhar significados entre os sujeitos, fato que torna ainda mais complexos os estudos em representações. Homens e mulheres constroem representações, compartilham, reconstroem a partir de outros significados que lhe foram herdados socialmente. Nesse sentido, podemos afirmar que a história dá forma à

experiência oferecendo uma gama de escolhas cambiantes, mas sempre limitadas, com as quais, adaptando a frase de Karl Marx, “os homens fazem [suas histórias], mas não [as] fazem como desejam, não [as] fazem nas circunstâncias escolhidas por eles, e sim nas circunstâncias diretamente encontradas, proporcionadas e transmitidas pelo passado”, poder-se-ia acrescentar: e pelo mundo à volta deles. (HOBSBAWM, 2007, p. 11-12).

A partir dessa discussão, consideramos então que as representações criadas pelos indivíduos sobre as coisas se movem no decorrer de uma história em permanente curso, afinal a forma como eu significo elementos da vida está associada ao meu contexto social e histórico, mas também está amarrada às condições sociais e materiais, que já foram dadas no curso de uma história em desenvolvimento. Portanto, a relação entre representações das

coisas e a história existe tanto por que as condições materiais que as elaboram são históricas, como também por que o mundo de significados é móvel no curso da história e herdado pelo vínculo social.

É esse tráfego de representações, capaz de atribuir-lhes sentido, que aqui chamamos de memória, cujo sentido está na “seleção, interpretação e na transmissão de certas representações do passado produzidas e conservadas especificamente a partir do ponto de vista de um grupo social determinado³⁵.” (JEDLOWSKI, 2000, p. 126). Destarte, as representações são aqui tomadas em sua estreita relação com a memória à medida que pode ser considerada “como o conjunto de representações do passado que um grupo produz, conserva, elabora e transmite através da interação entre seus membros”(JEDLOWSKI, 2000, p.125).

Ao abordarmos a memória como “representação do passado”, não queremos conceber os significados socialmente construídos e negociados como uma subjetividade estanque e imóvel, pelo contrário, entendemos as representações, sobretudo, como significados móveis entrelaçados à sociedade e à história de um presente em constante curso. A partir dessa ótica, as representações possuem identidade tanto com o presente como também com o passado, simplesmente por que é causa e efeito da história, é determinante e determinado pela prática social.

Estando inseridas socialmente, pessoas representam as coisas, o que implica produzir e reproduzir significados retroalimentados por ideologias que orientam a forma de pensar o mundo. As representações construídas pelos sujeitos estão postas na concreticidade, e possuem uma natureza simbólica, manifesta na ação, no discurso e nos produtos culturais. Nesse raciocínio, a representação comum é um construto pessoal, dado sua peculiaridade, mas é, sobretudo, inscrita no contexto social que adquire dinamismo e amarra as representações mais íntimas ao contexto coletivo.

Ao externarmos as representações comuns, enfatizando sua dinâmica social, reconhecemos também sua maleabilidade e mutabilidade, ou seja, admitimos que tais representações transitam na história e, pelo senso de identidade com o grupo, se perpetuam entre gerações e adquirem vida através das relações sociais. Nesse percurso, a memória nada mais é do que as representações das coisas no passado demonstrando refrações no presente, tudo num processo de conservação/mutação que torna o senso comum, não

³⁵ Tradução nossa.

apenas um discurso amorfo, mas representações dialeticamente associadas a um presente contínuo.

As representações que as pessoas têm acerca das coisas, assim como a memória, estão carregadas de ideologia, posição de classe, visões de mundo, que, conjuntamente, cimentam as representações às características específicas do grupo que as elabora. Até mesmo o caráter seletivo da memória tem uma razão, que só é percebida pelo esquadramento dos interesses ideológicos do grupo que recruta o objeto memorado. Ademais, tanto o que é memorado, ocorre mediante intencionalidades de um tempo histórico, como também o que é silenciado e, frequentemente, esquecido. Assim, “a memória não corresponde sequer a todas as representações do passado que, elaboradas de outra forma, estão à disposição dos membros de uma sociedade” (JEDLOWSKI, 2000, p. 126).

Nessa dinâmica de vínculos sociais postos numa história em curso, as representações ora se mesclam, ora são reconstruídas, ora são conservadas. Os fatores que vão determinar os caminhos das representações são múltiplos, complexos e específicos de cada grupo social em consonância com a temporalidade e trajetórias vitais, não apenas resumidas a uma interpretação cronológica convencional, mas peculiar a cada metabolismo social.

Nesse processo de acúmulo e decomposição contínua dessas experiências supõe que há um processo dialético de validação de novas e velhas experiências, a partir de determinados condicionamentos econômicos e sociais, que é inevitável considerar quando pensamos a educação, sua vinculação com a idade e com os fenômenos culturais e com a história. Tudo isto supõe a generalização de que sempre há grupos de idades que viveram distintas experiências, e ao envelhecer, trazem consigo determinadas experiências acumuladas que, de certa forma, são sempre condicionadas às condições conjunturais (econômica, política e culturais) em dado tempo, e que passam a ser continuadas e superadas por outros grupos no processo dialético de novas condições e oportunidades históricas, ao tempo em que estas experiências são compartilhadas, adquiridas e transformadas, pelo processo de transmissão geracional. (MAGALHÃES, 2007, p. 100).

Essas experiências, então, ganham mobilidade no decorrer da história e entre gerações através da memória que, esboçada no e pelo presente, solicita significações do passado, conservando ou remodelando-as segundo os interesses daqueles que acionam as representações.

Evidentemente, ao concordarmos com Halbwachs (2006), que compreende a memória como um construto social efetuado no presente, estamos reconhecendo que os significados e valores contidos no objeto memorado está completamente sujeito à manipulação decorrente do próprio caráter seletivo da memória. Através dessa percepção, entendemos que a memória, como qualquer outra ideia suscitada no interior das relações sociais, contém posicionamentos ideológicos, é uma construção parcial e comprometida com interesses implícitos na própria seletividade da memória social. Obviamente, Halbwachs (2006) não ponderou acerca de questões ideológicas implícitas na memória coletiva, contudo, inserimos o olhar dialético para compreender a memória como construção social susceptível a interferências de intentos ideológicos cambiantes. Aqui trabalhamos pelo movimento dialético que desvenda a contradição e a ideologia inseridas na memória, ligando-a mais claramente ao tempo histórico utilizado como recorte nessa pesquisa.

Aqui a memória comparece como uma importante fonte de ligação entre o passado e o presente, ou seja, da racionalização temporalizada das experiências. Portanto, como toda fonte, pode estar ideologicamente formada, carecendo de ser analisada. Isto nos obriga a anunciar, embora não tenhamos condição de aqui adentrar na distinção entre História e Memória, que a história em sua autonomia, pode não coincidir necessariamente com a memória, ou seja, há de se pensar que nesta relação há sempre que se discutir o tema da “consciência”. (MAGALHÃES, 2007, p. 103).

É interessante salientar que toda memória, inclusive aquelas mais individuais, estão inscritas em quadros sociais, sendo, pois, impossível falarmos de uma memória absolutamente individual sem vínculos com o coletivo (HALBWACHS, 2006). Nesse sentido, ao acionar a memória, o sujeito recupera significações importadas do grupo a que ele pertence, dotando suas representações de todo posicionamento social, cultural e econômico do seu espaço de vivência. É o grupo que conserva e/ou altera as representações no decorrer do tempo, sendo possível afirmar, então, que toda memória é social (SÁ, 2007).

Para Halbwachs (2006), existem tantas memórias quantos grupos sociais existirem, de todo modo, muito embora o autor não mencione claramente a memória como espaço de disputa de significados entre os grupos, pode-se deduzir que em todas as sociedades

existem aquelas memórias robustecidas pelo poder hegemônico e aquelas marginalizadas na sociedade, ao que Pollak (1992) entende por memória subterrânea.

Se há diversas memórias coletivas, certamente algumas são mantidas socialmente conforme as exigências ou necessidades do presente. Dessa perspectiva, podemos dizer que a memória está intrinsecamente relacionada com as práticas político-culturais de uma sociedade, de um povo, de uma nação etc., e que, algumas são mantidas na ordem do dia – como é o caso de algumas comemorações – ao passo que outras permanecem submergidas. (MAGALHÃES & ALMEIDA, 2011, p. 101).

Se determinadas memórias práticas³⁶ são conservadas em detrimento de outras que são esquecidas, é por que existem interesses hegemônicos na manutenção de determinados valores que orientam as relações sociais. Desta feita, falar de memória requer também falar de ideologia, uma vez que a ideologia é uma forma de memória social (MAGALHÃES & ALMEIDA, 2011), à medida que a seletividade – que lhe é típica – situa a memória na linha limítrofe entre esquecimento/conservação, e esta relação conflituosa perpassa por interesses múltiplos que buscam subsistir nas “visões de mundo” que orientam a prática social dos sujeitos. O campo da memória, portanto, solicita indagar acerca das “visões de mundo” que “prevelem ou são relegadas sob determinadas condições; que interesses de grupos sociais e que condições materiais regulam a sua produção e reprodução.” (MAGALHÃES & ALMEIDA, 2011, p. 101).

A relação dicotômica esquecimento/conservação implícita na memória, se torna ainda mais agravada quando nos referimos à sociedade capitalista, onde distintos grupos possuem desiguais possibilidades de inserção. São valores múltiplos com diferentes possibilidades de se fazerem subsistir, o que inevitavelmente resulta na prevalescência de interesses hegemônicos, sustentados a partir de uma máquina pública altamente submersa numa ideologia.

Essas relações desiguais de poder, realçadas pela discrepância econômica entre os grupos sociais, potencializa a seletividade da memória, podendo torná-la ferramenta de sustentação da estratificação social. Na oportunidade, cabe observar que a memória está exposta a muitos usos, servindo, inclusive, para o resgate de simbologias, valores e

³⁶ Em debate pertinente ao que se discute, Sá (2007) classifica a memória social em alguns subtipos, dentre eles estão as “memórias práticas”, que, segundo ele, são externas ao próprio sujeito, manifestando-se quase que involuntariamente e estando presentes nas ações que vão desde práticas ritualísticas até as mais corriqueiras. É a sedimentação no corpo e na linguagem de ações perenizadas pela memória social, que fazem reproduzir no ato cotidiano determinados valores herdados pelos vínculos sociais.

condutas, com vistas a reproduzir a dominação com banimento de memórias submersas (oriundas de classes menos favorecidas). Nessa seleção arbitrária, a memória então pode se revestir de oficialidade, oportunamente disseminada por aparelhos de mídia e pelo Estado, que tentam destituir da população a opção por uma memória que negue a hegemônica. Por efeito, frequentemente somos seduzidos a crer que no atual discurso, o capitalismo é a única forma de organização das relações humanas e o consumo a única via para alcance da realização pessoal. Ideias massificadas através da apropriação das “visões de mundo” de homens e mulheres, formados por uma memória ideologicamente comprometida com a atual estrutura de classes, buscam garantir a reprodução, bem como os incrementos, de um sistema classista, calcado no consumo e materialismo.

Ao compreender o teor ideologizado da memória implícito em sua seletividade, pode surgir o questionamento: por que estudá-la? Qual é a contribuição que esta análise geraria para superação das condições atualmente existentes? Antes de discutir sobre essas indagações, é necessário chamar atenção para alguns debates sugeridos por Halbwachs no início do século XX. Discorrendo sobre memória coletiva, o autor sinaliza que, embora a história se demonstre compartimentada por períodos, eras estanques, tal fragmentação é puramente esquemática, pois no decorrer de diferentes períodos, Halbwachs (2006, p. 104) afirma existir um “fio da continuidade” entre os grupos. Segundo o autor, mesmo em diferentes momentos da história, a memória coletiva faz transcorrer ideias, que são, para ele, “não apenas os fatos, mas os modos de ser e de pensar de outrora que se fixam assim na memória” (HALBWACHS, 2006, p. 85).

Através desse caminho teórico, entendemos que a memória faz transitar representações acerca dos fenômenos no decorrer do tempo, superando diferentes momentos da história, e arrastando significados mantidos nas relações sociais. Ademais, ao mesmo tempo em que a memória é a forma de trânsito de representações, ela também é o sentido atribuído ao passado. Assim, memória não é apenas a recuperação orgânica de um passado, mas é a interpretação, o impacto e as sensações que ele inspira num determinado grupo social, cuja relação dialética entre lembrança e esquecimento torna ainda mais complexas as relações entre passado e presente.

Com isso podemos entender que há muitos usos da memória, que variam desde aqueles a serviço da hegemonia, como anteriormente tratamos, até aqueles que intencionam entender a organicidade que se interpõe nas relações entre os sujeitos numa

dada sociedade. A memória revela conteúdos muitas vezes não traduzidos por livros, atas ou documentos oficiais, conduzindo então à possibilidade de esquadramento da história não oficializada de grupos e entendimento de subjetivações que pairam nas relações sociais.

Essa realidade nos leva a entender que investigações acerca da memória solicita perceber os meios materiais e sociais que propiciaram sua conservação e, para tal análise, torna-se necessário deflagrar as condições concretas que geraram distintas formas de inserção entre os grupos que compõem a prática social. Nesse percurso investigativo, a percepção da relação dialética entre memória e esquecimento é meio crucial para produção da consciência, afinal “o poder de criar e estabilizar a memória é, de fato, sinal geral do poder em todos os níveis da organização social.”³⁷ (JEDLOWSKI, 2000, p. 127).

Não intentamos adentrar as discussões em torno da filiação durkheimiana de Halbwachs, mas cabe salientar que os estudos em memória corroboram para compreender os contextos sociais de construção e manutenção de experiências e representações, pois

há um processo de recordação que está além do indivíduo, que é impessoal, correspondente a uma sociedade globalmente referida, que o indivíduo participa, segundo determinados interesses, sob condições parciais, ou não, se torna importante a sua formulação de que os conteúdos da memória contém sempre um reflexo da realidade social e da realidade temporal, que desempenha um papel importante no processo de transmissão social das experiências e da sua significação como aprendizagem. (MAGALHÃES, 2007, p. 108).

Por fim, cabe salientar que entender a memória solicita compreender as condições sociais e históricas em que os significados são construídos, é também compreender a sociedade como um todo orgânico, composto de contradições produzidas e reproduzidas segundo a dinâmica impressa pela história na sociedade. Noutros termos, o campo da memória implica em temporalização de vivência dos homens e mulheres que compõem o todo dialético de uma sociedade inscrita na história e em ininterrupto movimento e carregada de conflituosidade e contradição. A memória, nesse sentido, não se traduz apenas como conservação, mas está posta nas relações de forma difusa, dicotômica e flexível, situada entre a produção e a reprodução de significados a partir de um metabolismo social altamente dinâmico. A memória também não é um todo harmônico e

³⁷ Tradução nossa.

homogêneo, ela é conflituosa por natureza, no momento em que é elaborada por grupos heterogêneos, carregados de contradições.

4.4. A CONCRETICIDADE DA CONSCIÊNCIA COMUM

Quando tratamos da memória, recorremos, antes de tudo, ao que chamamos de representação comum, cuja formação se estabelece dentro de um campo concreto de relações sociais. Essas representações estão presentes no cotidiano de existência de homens e, mais precisamente no nosso estudo, de trabalhadores. Mas como se formam essas representações? Dado seu grau de subjetividade, que a torna elemento mais corriqueiro do senso comum, qual é a pertinência do seu estudo para a comunidade acadêmica?

Ao acionar os debates propostos por Thompson, notamos que a percepção dos sujeitos em sua condição de classe trabalhadora é derivada da vida cotidiana estabelecida dentro de concreticidade das relações sociais. Essa cotidianidade promove um dinâmico sistema de signos e representações que enlaçam os sujeitos e metamorfoseiam sua relação com o contexto social. Nesses termos, ser membro da classe trabalhadora não é condição externa, imputada por “intelectuais deslocados” dessa condição, mas é produto da concretude advinda da vida prática, mais corriqueira dos sujeitos.

É exatamente nessa cotidianidade que brotam sistemas de valores e representações que dão sentido ao olhar dos sujeitos sobre sua *práxis*. É sabido que, no viés teórico marxista, todo homem é sujeito histórico e, sobretudo, posto numa totalidade dialética, exposto a signos advindos da dinâmica sociometabólica do sistema. Por conseguinte, o senso comum é suscitado do mais trivial cotidiano de homens e mulheres históricos, contudo, a representação comum do dia-a-dia se torna exaustivamente repetitiva e involuntariamente reproduzida, perpetuando valores, simbologias e representações.

Para que possa ser homem, o homem tem de executar automaticamente várias ações vitais. Estas ações são tanto mais perfeitas e tanto mais benéficas ao homem quanto mais perfeitamente se automatizam e quanto menos passam através da consciência e da reflexão. Quanto mais complicada for a vida humana; quanto mais numerosos forem os contatos estabelecidos pelo homem e as funções que ele desempenha: tanto mais vasta tem de se tornar a necessária esfera da automatização de ações, hábitos e processos humanos (KOSIK, 2010, p. 88).

Por meio dessa constatação, fica claro que a automaticidade de valores e ações não só compõem a prática social dos homens, como é condição para sua inserção e identidade com seu espaço concreto de sobrevivência. É, pois, nessa base concreta que constroem-se os homens, permeáveis de valores, representações, objetivações, fato que permite deduzir que “o homem é antes de tudo aquilo que o seu mundo é” (KOSIK, 2010, p. 85).

A inevitabilidade da condição social do homem faz criar “representações das coisas e elaborar todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade” (KOSIK, 2010, p. 14). Os sujeitos estão ancorados numa teia de relações sociais que, por sua vez, se acoplam dialeticamente a uma totalidade histórica e, no convívio social, introjetam significados advindos da obviedade do senso comum, que penetram a consciência, estabelecendo o que Kosik entende por “pseudoconcreticidade”. Essa “pseudoconcreticidade” nada mais é do que os significados mais vulgares do senso comum, internalizados em pessoas que, em posição ativa, absorvem, elaboram e, até, reproduzem nebulosas representações que lhe foram compartilhadas.

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial ou apenas sob certos ângulos e aspectos (KOSIK, 2010, p. 15).

A representação comum se manifesta, então, confinada à obviedade do cotidiano, não transcendente à concretude do senso comum, circunscrita no tangível e ao alcance dos olhos. Havendo reconhecido esse caráter experiencial das representações, cabe ao pesquisador ter a perspicácia de associá-la à totalidade, sem perder de vista a simplicidade-complexa (ou a “claridade-obscura”) do senso comum. É por esse motivo que, na busca por compreender a totalidade que cerca o pensamento fetichizado, se faz necessário destruir esquemas abstratos e a “aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia” (KOSIK, 2010, p. 20).

É também necessário salientar que a cotidianidade não se opõe, necessariamente, ao “mundo oficial”, pelo contrário, estabelecem entre si uma relação de retroalimentação que se complementam. Nesse sentido, se pensarmos na história, esta se interpenetra à cotidianidade, podendo estabelecer uma relação de complementariedade e, não necessariamente, de oposição. Em suma, podemos encontrar na história explicações para

fatos nebulosos da vida cotidiana, bem como podemos também encontrar na vida cotidiana signos que ratificam e corroboram para a amplidão da pesquisa histórica.

Para que seja reconduzido à própria realidade, ele [o senso comum] tem de ser arrancado da familiaridade intimamente fetichizada e revelado na sua brutalidade alienada. A experiência acrítica e ingênua da vida cotidiana como o ambiente humano natural, e bem assim a tomada de posição crítica do niilismo filosófico, apresentam um traço comum essencial: consideram um determinado aspecto histórico da cotidianidade como o fundamento natural e imutável de qualquer convivência humana. A alienação da cotidianidade reflete-se na consciência, ora como posição acrítica, ora como sentimento do absurdo. Para que o homem possa descobrir a verdade da cotidianidade alienada, deve conseguir dela se desligar, liberá-la da familiaridade, exceder sobre ela uma “violência” (KOSIK, 2010, p. 89).

Se transpusermos essa constatação a estudos sobre a classe trabalhadora – formada a partir de suas mais concretas condições sociais de existência – observaremos que representações comuns são parte integrante das relações traçadas na cotidianidade do trabalho. Nesse sentido, o senso comum dos trabalhadores é carregado por uma visão simplista sobre sua realidade, todavia, é também, parte da substância dessa pesquisa à medida que se associa a uma totalidade dialética.

Em Marx, as representações das coisas aparecem em sua relação dialética com o modo de produção da vida material, sendo que “as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias” (MARX, 1996, p.56). Para Marx, a “maneira de pensar” é fruto das condições concretas de existência do homem histórico e, como tal, estão fetichizadas pela ideologia dominante (LÖWY, 2006). Nesse sentido, ao contrário dos hegelianos, Marx entende a base material como condição para o desenvolvimento do homem em suas dimensões social, política e intelectual.

Indivíduos determinados que, como produtores, atuam também de forma determinada, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas [...]. A produção das ideias, das representações, da consciência está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material entre os homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui como a emanção direta de seu comportamento material [...]. Os homens são produtores de suas representações, de suas ideias, etc., mas os homens reais, ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças

produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde (MARX, 1996, p. 35-44).

Evidentemente, o materialismo histórico-dialético, considera não apenas as bases materiais na formulação de significados, como também entende esta relação dentro da história. Por resultado, as características sociais, políticas, econômicas inerentes a um período histórico contribuem na construção de representações sobre as coisas, por efeito, “a imaginação, a representação, que esses homens determinados fizeram de sua práxis real transforma-se na única força determinante e ativa que domina e determina a práxis desses homens”. (MARX, 1996, p. 45).

Em suma, as representações das pessoas sobre as coisas são “um claro-escuro de verdade e engano” por que se produzem no e pelo ao caráter fetichista da cotidianidade, ordinarizam-se por ser parte constituinte do mais elementar convívio social. Com a ressalva de que, para fazer uso dessa consciência comum, há que acoplá-la a uma totalidade sócio-histórica que constitui a vida humana, hoje totalmente sujeita à inferência de significados de ideologias circundantes no convívio social.

De igual modo, a memória também integra a construção dessa consciência, pois é no campo mais corriqueiro de vínculos sociais, onde os sujeitos compartilham discursos, narrativas e experiências, que brotam “sensações de familiaridade” (HALBWACHS, 2006, p. 55). No compartilhar de representações se tem a possibilidade de criar vínculos com o grupo e, no agir cotidiano, “nos identificar com ele e confundir nosso passado com o dele” (HALBWACHS, 2006, p. 33). Portanto, longe de ser um todo harmônico e imutável, a memória é conflitiva e maleável, porém é suscitada a partir dos laços sociais que, em alguma medida, liga a esfera individual à coletiva. Assim, ao mesmo tempo em que a memória liga o presente ao passado pela sensação de familiaridade, ela também o nega à medida que o reconstrói de modo arbitrário, metamórfico e cambiante.

4.5. E QUAL CONSCIÊNCIA SUBSISTE?

Ao trabalhar por meio do consentimento – e não do uso da força – a flexibilização necessita adentrar a subjetividade dos trabalhadores com vistas a regimentar uma nova percepção acerca de sua existência. Sem sua porção ideológica, a reestruturação produtiva seria apenas mais um sistema gerenciador da produtividade e, certamente, depararia com

entraves, como mobilizações articuladas com eficiente resistência. O nexos discursivo dos sujeitos pode se compor da aparência fetichizada da “modernidade”, movida por uma obsessão massificada pelo consumo, pela aquisição e por uma vida social esvaziada de sentido e preenchida pela mercadoria.

Se por um lado, entendemos que o “novo” capitalismo flexível rompeu com “velhos” padrões de acumulação, instaurando sofisticados mecanismos para adentrar a fantasia dos sujeitos; por outro, compreendemos também que, no convívio, as representações das coisas, calcadas na identidade dos trabalhadores de outrora, podem apresentar refrações ainda presentes. Destarte, “novo” e “velho” coexistem e permitem compreender que a dinâmica em curso atualmente não superou formas antigas de exploração, bem como pode ter permitido subsistir a consciência de classe que se mantém implícita na experiência dos trabalhadores.

É essa a hipótese que substanciou o desenvolvimento desta pesquisa, orientada a partir de que a história não se mostra linear, mas, mesclada de significados que transitam irregularmente na superfície das representações comuns. Postos na condição de trabalhadores, homens e mulheres históricos herdaram, compartilham, rejeitam ou introjetam valores, numa ininterrupta teia de relações sociais capaz de ligar pessoas, gerando um senso de filiação.

Acrescentando substância à noção de consciência da classe trabalhadora, é preciso adicionar os elementos que são externos a ela, mas que, no fim, penetram o campo da subjetivação. A organização do espaço, que contorna o campo de atuação dos trabalhadores, obedece a intencionalidades precisas que, inevitavelmente, participam da formulação de representações que compõem o discurso dos sujeitos. Não há como negar que ser nativo ou sobreviver num espaço articulado sob novas perspectivas do capital seduza atenção e sugestione representações. Do mesmo modo, não há como pensar no espaço, sem imaginar a atuação humana por meio do trabalho e os resultados da apropriação capitalista do trabalho que deixa marcas na organização espacial urbana.

Desse modo, o espaço, mais precisamente o urbano, é lugar privilegiado onde se travam embates de interesse antagônicos expressos na memória, nas representações e na experiência cotidiana. É importante lembrar que essas representações operam num espaço concreto, montado e remontado segundo interesses que permeiam a prática social. Num terreno de disputa desigual, o grupo que prevalece hegemonicamente arquiteta os cenários

e imprime seus interesses, fato muito perceptível nas cidades, que hoje vivenciam um encolhimento de espaços públicos e um alargamento exponencial de espaços privados, fenômeno notório pelo poder de asfixia que o aparelho privado exerce sobre a esfera pública. Nesse processo, o espaço se torna parte precípua da malha capitalista, ordenado com vista a propiciar a circulação, reprodução e perpetuação do capitalismo (HARVEY, 2011).

O espaço urbano é, então, uma produção social, no sentido amplo do termo. Assim, se a organização social é regida e determinada por uma racionalidade capitalista, e o capitalismo é um sistema essencialmente de contradição e de distinção entre os grupos sociais, o espaço urbano sob o capitalismo reflete a contradição e distinção (PADILHA, 2006, p. 6).

Para ilustrar a arrumação da malha urbana segundo os paradigmas economicistas, observou-se, por exemplo, que o “novo” capitalismo flexível redundou numa expulsão maciça de trabalhadores fabris (devido especialmente às novas tecnologias) que se viram forçados a migrarem para o “setor de serviços”. Por efeito, houve uma multiplicação intensa de microempresas, além de trabalhadores informais, ambulantes que hoje são parte cotidiana da paisagem urbana no Brasil.

É perceptível também, particularmente nas últimas décadas do século XX, uma significativa expansão dos assalariados médios no “setor de serviços” que, inicialmente incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização, mas que também sentem as consequências do processo de reestruturação (ANTUNES, 2007, p. 19).

As mudanças na estrutura econômica repercutiram na organização do espaço que se tornou um campo propício para apreciação do estudo que desenvolvemos. Por essa razão, quando inserimos o espaço e sua relação dialética com a reestruturação produtiva, é-nos permitido observar o processo de desterritorialização e fugacidade dos investimentos corporativos internacionais – que reorientam e esfacelam economias inteiras na busca incessante por condições propícias à lucratividade – quando também é possível notar tais transformações no microcosmo urbano, afinal, as cidades passaram por um fenômeno abrupto de mudanças que superlotaram os “serviços” e acentuaram a silhueta excludente das periferias.

O espaço urbano, mais do que nunca, se converteu em arena de escancaramento da desigualdade e da pauperização de grandes contingentes humanos em prol da acumulação do capital. Em outros termos, o espaço é resultado literal do modelo de organização histórica das sociedades, que afixam nele suas mais graves dicotomias e ambiguidades, postas nas entrelinhas dos traçados urbanos e no constrangimento que a efêmera prosperidade dos centros empresariais impõe às populações mais pobres. Ser “filho” de um espaço urbano – cada vez mais privatizado pelo poder expansionista do capital – significa acatar com as mudanças no senso de identidade materializado no espaço, mas é também negar-se como cidadão de um ambiente cada vez mais exclusivo àqueles que podem pagar pelo seu acesso. A estrutura política neoliberal, realçada pela reestruturação produtiva, implica numa reestruturação também comportamental de trabalhadores e de consumidores, numa reestruturação de perspectivas cidadãs e reestruturação no arranjo espacial, mais do que nunca calcado na ideia prioritária do expansionismo capitalista.

Para exemplificar essa afirmativa, os *shopping-centers*³⁸ são porção emblemática da atual conjuntura expansionista do capitalismo flexível, onde a sofisticação promovida pelo sistema de iluminação, pela arquitetura arrojada e a climatização geram a impressão de que este é um lugar “público”, cuja engenharia soube materializar perfeitamente as necessidades dos cidadãos. A ideia de espaço público no interior dos *shoppings* falseia o caráter altamente ambicioso do capital privado, que regimenta condutas e exclui, sob uma aparente prosperidade do todo. Os *shoppings* ilustram a materialização da ideologia

³⁸Segundo a Associação Brasileira dos *Shopping-Centers* (ABRASCE), o primeiro *shopping* foi inaugurado no Brasil em 1966 na cidade de São Paulo e, no decorrer do século XX o aumento de unidades foi exponencial. Somente em 2011, foram inaugurados mais de 22 *shoppings* em todo Brasil, no ano de 2012, foram mais 40 *shoppings* e em 2013 mais 30 *shoppings* abertos. Nesse sentido, é possível observar que os *shopping-centers* se tornaram um fenômeno nacional, muito atrelado à dinâmica capitalista registrada nessa virada de séculos. Não podemos perder de vista que a acelerada explosão de números de *shopping-center* não é suficiente para compreender a dinâmica econômica desse início de século, mas, quando confrontada com as atuais estratégias de perpetuação do sistema capitalista, permite compreender o processo expansionista dos *shoppings* e das franquias internacionais como fenômeno advindo da ação expansionista do capitalismo. Simultaneamente ao expansionismo vertiginoso dos *shoppings-centers* no Brasil, também se verificou um aumento considerável no número de empregos diretos e indiretos produzidos dentro desses espaços. A ABRASCE informou que, em média, o número de *shoppings* no Brasil tem dobrado a cada cinco anos, conseqüentemente as relações de trabalho, bem como o perfil específico de trabalhador recrutado por esses ambientes também estão apresentando participação progressivamente maior em todo cenário nacional. É por esse motivo que, quando abordamos o espaço dos *shopping-centers*, não estamos entendendo este como um lugar isoladamente privilegiado pela circulação de mercadorias, mas apontamos o fenômeno expansionista como resultante de uma real transfiguração do capitalismo nesse início de século que vem reorganizando a malha urbana e as relações (de trabalho e sociais) com vistas a atender às características imperialistas do capital no atual contexto.

neoliberal, que ergue os espaços privados como ambientes adequados, capazes de suprir a ação deficitária do Estado.

Com olhos viciados na racionalidade econômica do capital, os gestores dos shopping-centers redesenham cidades e suas praças públicas, recriando-as mais limpas, mais bonitas, mais modernas, mais práticas e mais seguras, de forma que as pessoas sintam mais prazer no mundo artificial “de dentro” que na realidade real “de fora”. Esse prazer provocado artificialmente, mesmo ilusório, acaba por dificultar a tomada de consciência dos conflitos sociais e econômicos, do imperialismo norte-americano, dos riscos trazidos pela globalização e pelo desenvolvimento tecnológico sem limites, da manipulação do “tempo livre” pela via do consumo etc. (PADILHA, 2006, p. 26).

Os *shoppings* representam bem o projeto do “novo” capitalismo para sociedade, hoje tão enrijecida pela “forma fantasmagórica da mercadoria” (MARX & ENGELS, 2007), e tão seduzida pelos fetiches do consumo. O atual cenário demonstra que homens e mulheres se acostumaram com a ideia de consumirem a felicidade, a comodidade, a segurança; em suma, se acostumaram a garantir sua existência pessoal apenas quando se ocultam sob as mercadorias que consomem.

Por esse propósito, os centros urbanos brasileiros hoje são equipados com bolsões de prosperidade que contrastam com um contingente gigantesco de sujeitos excluídos, fadados a viverem em subúrbios precários sob o estigma da precarização no trabalho. A sensação de prosperidade advinda da multiplicação de grandes redes e franquias nacionais e internacionais inspira a percepção de que essa é uma “prosperidade de todos”, “uma conquista do município”, fato inclusive utilizado pelo poder público como plataforma de campanhas políticas.

Nesse início de século temos notado um aumento significativo no número de hipermercados, *fast-foods*, franquias e lojas de capital estrangeiro que, até num recente passado, não eram tão comuns. A aparência de cosmopolitismo, rompendo com a sensação pacata interiorana de algumas cidades, vai deixando a controversa impressão de que esta é uma “evolução” necessária para o bem-estar de todos e para a melhoria da qualidade de vida.

Desse modo, a sensação de que o expansionismo capitalista é de interesse público omite o caráter privativo desse fenômeno, calcado na exploração e aviltamento do trabalho, e que, ao final, gera números “incontestáveis” acerca do crescimento econômico e

redinâmica no fluxo de mercadorias, como se estes permitissem usufruto de todos. O crescimento econômico transparecido pelo processo expansionista do capital desprezita identidades regionais, maquia a desigualdade social e impõe uma subjugação crônica à ideia do consumo. Nesse discurso, consumismo se torna sinônimo de qualidade de vida, aquisição de mercadorias passa a ser condição para exercício da vida social, pois a aceitação social fica então condicionada à adequação ao padrão transnacional de consumo.

As remodelagens nos centros comerciais, bem como nas relações neles traçadas, são, por conseguinte, a mais emblemática expressão da dinâmica intervencionista do capital sobre o espaço, com vista a garantir a propagação do consumo, a captura da subjetividade dos sujeitos e, sobretudo, o mascaramento das tensões que colidem nas relações sociais altamente desiguais e expostas à barbárie do substrato mais nefasto da exclusão. De forma idêntica, os vínculos sociais embutidos nos novos intentos capitalistas também possuem um caráter fetichista, encoberto por relações de trabalho calcadas na flexibilização, com uma clara erosão de direitos trabalhistas, mas, que num olhar aligeirado, se mostram sofisticados, aparentemente distintas das “inescrupulosas” relações de trabalho nas obsoletas e desconfortáveis fábricas fordistas no início do século XX.

Esse fenômeno ampliatório dos espaços privados se tornou nítido em outros locais de circulação comercial. As grandes lojas de departamento, aliadas a redes e franquias estrangeiras e nacionais redesenharam a dinâmica local de muitas cidades, eclodindo uma concorrência assimétrica, com destruição de micronegócios e polarização de nichos específicos do consumo. Destarte, o alargamento das redes transnacionais, que recentemente aportou em cidades de médio porte, impactou o fluxo de capitais, a dinâmica comercial e os próprios vínculos sociais. Agora, o sistema tenta formar um novo perfil de trabalhador, gestor e consumidor, muito mais equalizado ao cosmopolitismo artificialmente criado pelo capitalismo flexível que, inscrito em redes globais de tecnologia, induz padrões comportamentais segundo ditames imperialistas do capital.

Estamos falando de uma “modernização” cuja máquina estatal, acionada pelos rearranjos impostos pela flexibilização, se encontra cada vez menos disponível às necessidades mais elementares da população, porém, cada vez mais manejada pelas demandas expansionistas do capital.

Assim sendo, a política neoliberal³⁹, associada à acumulação flexível, fez com que “a parte” sofresse influência “do todo”, num movimento dialético que gerou efeitos, mesmo nos espaços mais tradicionais de comércios locais, requerendo mudanças para sobrevivência numa arena marcada pela ação predatória do capital transnacional.

4.6. O ESPAÇO E O TRABALHO: MARCAS DA CONTRADIÇÃO

Como mencionado por Lukács (1992, p.125), a divisão social do trabalho no capitalismo se “insinua na alma” de homens e mulheres recrutados por essa organização em prol da acumulação. Nessa ideia, fica implícita a noção de que um dos substratos mais dissimulados da sociedade classista é a interferência nas visões de mundo e perspectivas dos sujeitos acerca de si mesmos e do espaço sociocultural onde estão inscritos. Nessa linha de raciocínio, o capitalismo é compreendido mais do que um sistema organizacional político e econômico, penetrando, inclusive, o mundo de representações comuns de homens e mulheres formados por uma ideologia sincronizada à ideia de consumo.

Consequentemente, ao contemplar um espaço urbano, por exemplo, tem-se a oportunidade de – excedendo a aparência fetichizada da primeira impressão – associar a dinâmica local a um trâmite global, que numa vinculação dialética, permite compreender os efeitos da organização capitalista num “microcosmo”, ou seja, a imbricação entre as partes e a totalidade dialética. Os pressupostos capitalistas, portanto, ao insinuarem à alma dos homens, se assenta no espaço, mostrando toda sua assimetria.

Por essa razão, é possível afirmar que todo rearranjo da dinâmica espacial, insinuada pela hegemonia do capital, redefiniu o universo simbólico e a subjetividade dos sujeitos – especialmente da classe trabalhadora – que se insere nesse sistema orgânico. O espaço se torna campo de tensões onde se travam lutas de interesses divergentes, muito embora o espaço também revele a prevalência de uma ideologia hegemônica que constrói a dinâmica territorial segundo interesses bastante claros: a acumulação.

³⁹ É preciso observar que o ideário neoliberal não pode ser confundido com a acumulação flexível, pois o neoliberalismo surge oportunamente no contexto da flexibilização acentuando-a e não gerando-a. Segundo Petras (1999), o ideário neoliberal se oportunamente um meio de debilitação das democracias, bem como dos movimentos sociais dela advindos, reforçando a ideologia da responsabilidade individual em contraposição à responsabilidade do Estado em prover aos cidadãos as condições que lhes são vitais. Petras salienta que a ação pontual de um Estado, cuja atuação se limita aos interesses do capital, despolitiza a luta por melhores condições reforçando a ótica individualista e apolítica dos sujeitos.

A sobrevivência do capitalismo, em suma, depende do investimento na organização e financiamento de infraestruturas adequadas para manter a taxa de crescimento composto. O capital tem de criar um cenário adequado para suas próprias necessidades – uma segunda natureza construída à sua própria imagem – em um dado momento, só para revolucionar a paisagem em um momento posterior, a fim de acomodar uma maior acumulação numa taxa composta (HARVEY, 2011, p. 76).

Destarte, seguindo os caminhos teóricos do presente texto, se torna necessário observar que os incrementos acionados pela dinâmica do capitalismo nessa conversão de século impactaram decisivamente a organização territorial. Seja a desterritorialização de unidades produtivas das corporações, seja a invasão de grandes transnacionais em espaços urbanos que até então desconheciam logomarcas globais, seja também na remodelagem da dinâmica urbana de muitas cidades que foram atingidas nessa década pela internacionalização do capital. Esse sistema dinâmico globalizado reestruturou o espaço, atingindo diretamente a organização do trabalho.

Notamos para o caso brasileiro, que se num dado momento a desterração significou a expulsão de milhões de camponeses e índios da terra rumo aos centros urbanos, em momento recente a desterritorialização dos trabalhadores proletarizados em geral, mas, sobretudo, urbanos, que expressa a cisão do vínculo empregatício ou perda do emprego, move parte desses trabalhadores ao retorno a terra, sendo, pois, a fração majoritária vagueia de lugar a lugar em busca de novas colocações, sendo que para garantir seu sustento se enquadram em diferentes atividades urbanas, que exprimem formas assalariadas, semi-assalariadas, autônomas, mas todas reunidas no quadro da precarização do trabalho (THOMAS JR., 2006, p. 10).

Quando nos referimos às redefinições espaciais evocadas pelos rearranjos do sistema capitalista que, diretamente, impactaram a classe trabalhadora, não tratamos apenas da dicotomia rural/urbana, mas também referimos a toda dispersão da classe trabalhadora em função de medidas como terceirização e pulverização de unidades produtivas, que atingiram diretamente a articulação de classe.

Se entendemos, então, que cada forma de trabalho “requer” uma arrumação espacial específica há, por sua vez, uma nítida vinculação entre as reformulações que ocorrem no âmbito do trabalho, passando pelas formas proletarizadas (assalariamento clássico), às formas mais expressivas da subproletarização, tais como o trabalho parcial, temporário, domiciliar, informal, etc. Aprender esse processo por meio da “leitura” geográfica é, antes de tudo, aprender a identificar formas,

estabelecer parâmetros de localizá-las territorialmente e desvendar o significado dessa ordenação. (THOMAS JR., 2003, p. 9).

Trata-se de consequências diretas do controle social exercido pelo capitalismo que trincou gravemente a subjetividade do trabalhador. Hoje, falar de um dado espaço urbano, por exemplo, significa adentrar o mundo de significados que imprimem nesse espaço caracteres advindos de um universo simbólico, capaz de fetichizar, excluir, subordinar ou aviltar o trabalho humano. É oportuno lembrar que “reconhecer as marcas territoriais do trabalho e seus significados topológicos na sociedade que vivemos é a chave para identificarmos as contradições, os conteúdos e os sentidos do exercício de dominação dos setores hegemônicos e também as lutas de resistência.” (THOMAS JR., 2003, p. 11).

Ao concordarmos com o viés marxista, que entende o capital como categoria histórica presente no intercâmbio sociometabólico entre o homem e a natureza e os homens entre si, podemos também supor que entender as ofensivas do capital sobre o trabalho solicita uma percepção do contexto histórico. Destarte, as mutações da categoria trabalho, em articulação com os múltiplos formatos adquiridos pelo espaço, são, sobretudo, parte de uma análise histórica, derivada de demandas advindas de um sistema orgânico inscrito num trâmite histórico.

Falar hoje em dispersão de atividades produtivas, na desterritorialização da empresa global, na dissipação dos sindicatos, centralização/descentralização do capital ou na logística do investimento transnacional é falar de um sistema sociometabólico posto na história e materializado no espaço. Aqui, o espaço se tornou mais um elemento desenhado para atender a iminente necessidade acumulativa e reprodutiva do capitalismo, conseqüentemente, tem efeito na subjetivação dos trabalhadores inscritos nessa engrenagem.

4.7. REATANDO A DISCUSSÃO

O marco teórico onde se situa o presente texto se envereda num caminho congruente, que permite recompor a discussão sobre os descaminhos adquiridos pelo trabalho nessas últimas décadas. Destarte, o percurso que trilhamos permitiu gerar algumas conclusões parciais acerca do debatido.

Primeiro, de acordo Thompson (1997), o sentimento de pertença à classe é suscitado pelo convívio prático, pela trajetória dos homens históricos postos em condições

concretas de vida que, no convívio social, adquire solidez de vínculos afetivo/sociais, fato que permite gerar intersecções e acionar uma identidade coletiva. A classe trabalhadora não é concebida como categoria teórica homogênea, mas é tida como porção de um todo social, cujas características parecem se repetir entre seus “membros”, onde conflitos, resistências e limitações erigem um senso de pertença, instaurado a partir da concretude e cotidianidade das relações sociais.

Segundo, foi possível observar que essas relações concretas de vida têm por resultante inevitável, a absorção de significados, que Kosik (2010) entende por consciência comum. Essas representações contêm elementos advindos da pseudoconcreticidade, que permitem ancorar o pensamento comum a uma totalidade dialética e, por extensão, aos trâmites sugestionados pelo sistema na atualidade. Evidentemente, no discurso dos sujeitos, essa pseudoconcreticidade se demonstra superficial, vulnerável à aparência dos fenômenos. Nesse sentido, cabe ao pesquisador ancorá-los dialeticamente ao cenário socio-histórico, de modo a extrair os componentes ideológicos dispostos nos discursos superficiais do senso comum. Nesse raciocínio, o senso comum é exposto ao poder ideológico que sobressai na sociedade, mas é capaz de revelar as conflituosas relações postas num contexto de contradição. O senso comum, vulgar por sua trivialidade, é meio de compreensão da forma como a ideologia hegemônica invade as representações e perspectivas de homens e mulheres históricos.

Havendo reconhecido a existência de uma pseudoconcreticidade resultante do mais trivial convívio entre os sujeitos, podemos então supor que os trabalhadores, em sua convivência cotidiana, elaborem e compartilhem significações – fetichizadas, por assim dizer – sobre sua própria condição de trabalhadores e sobre a dinâmica que toca suas relações dentro e fora do trabalho. Essas representações, inevitavelmente, se encontram carregadas por ideologias, fato decorrente do próprio caráter social de qualquer condição de existência humana, tanto que não há desprovimento de posicionamentos ideologizados sobre o mundo, há sim representações contagiadas por visões importadas da convivência.

Por último, cabe salientar que nessas últimas décadas, esse trabalhador – formado a partir de suas condições concretas de existência e movido por representações socialmente construídas – tem observado um largo processo de mudanças impostas pelo “novo” capitalismo flexível. Como disse Alves (2011), o regime flexível tem capturado a subjetividade desses sujeitos, impregnando-os de uma ideologia altamente sofisticada e

convincente porque recruta valores morais, consensos sociais subjugando-os à ideia incondicional de acumulação capitalista. Com esse instrumento, os ditames da flexibilização penetram habilmente na subjetividade dos trabalhadores, impõem, pela sutileza e pela consensualidade, normatizações com linguagem incrementada que redesenham moral e ideologicamente o novo perfil de trabalhador.

Finalmente, é possível conduzir o debate para questionamentos centrais nesse texto: Ora, se a consciência comum do trabalhador é produto do convívio social na sua mais elementar cotidianidade e, como observamos em Halbwachs (2006), essas representações podem ser movidas pela memória, então, quais são os significados transcritos pelo discurso dos trabalhadores que podem ser associados ao passado? Situados num contexto de reestruturação produtiva, cuja subjetividade dos sujeitos se tornou parte central do trabalho ideológico do “novo” capitalismo, o que restou de uma memória advinda das relações sociais com trabalhadores de outrora? Qual remanescente que as lutas sociais do passado, bem como todos seus mecanismos de resistência, deixaram para a atual geração, que parece tão mais facilmente adequar-se às novas demandas do trabalho flexível? Se o senso de pertença participa tão ativamente das memórias e dos discursos, qual é a identidade esboçada pelo trabalhador no seu campo cotidiano?

Seria descuido nosso subestimar o poder de sedução e remontagem subjetiva que o “novo” capitalismo executa sobre sujeitos através de uma arquitetura ideológica altamente cativante, porém também seria incongruente supor que o poder de fascínio, que penetra a consciência da vida diária das pessoas, tenha anulado a história de resistências que acompanha o mundo do trabalho. Em Marx encontramos a ideia de que o homem é social e, sobretudo, histórico, permitindo entender que tratar das representações, mesmo em seu mais acentuado grau de fetichização, implica em reconhecer a possibilidade de inferências advindas de uma história contínua, cujos signos transitam e se mesclam numa teia difusa de significados que, ora remetem “ao passado”, ora ratificam “o hoje”.

Por esse motivo, reconhecemos que as representações não se mantêm coladas a um presente imóvel, mas podem ser arrastadas no curso da história pelo que chamamos de memória. É pelas relações sociais que homens e mulheres compartilham significados e, pelo senso de identidade, que herdamos valores, assim, mesmo que carregada por uma visão ingênua e fetichizada, as representações sociais inevitavelmente levam consigo componentes advindos da realidade sócio-histórica onde se formam. Se as representações

são permeáveis ao contexto e possuem caracteres adquiridos, dado seu caráter eminentemente social e histórico, logo a memória também o é. Através dessa constatação, optamos por privilegiar os conceitos em torno das representações e memória social porque entendermos que é no discurso dos sujeitos que são presentificados e sedimentados elementos da ideologia, capazes de sinalizar – mesmo que de modo superficial – as transformações advindas da dinâmica social desenvolvida no curso da história.

Somente pela etapa empírica desta pesquisa será possível gerar análises sobre essas afirmações, pois é no campo que será desvendada a forma como o “novo” capitalismo flexível tem aportado e reorganizado as relações de trabalho. Também é no espaço urbano que as contradições se materializam, espacializando desigualdades, sendo, então, a base concreta onde se reproduzem discursos e representações. É na etapa empírica, igualmente, que o discurso dos trabalhadores é investigado, na tentativa de extrair as representações suscitadas a partir das relações sociais concretas, que, inevitavelmente, sinalizam para ideologia desenrolada no curso histórico do capitalismo. Temos então, nesse momento, a possibilidade de confronto entre a “parte” e o “todo”, de modo a reatar amarras que interligam esferas tão distantes, porém sincronizadas.

5. TRABALHO, MEMÓRIA E ESPAÇO: O CAMPO EMPÍRICO

“Os donos do capital incentivarão a classe trabalhadora a adquirir cada vez mais bens caros, coisas e tecnologias, impulsionando-a cada vez mais ao caro endividamento, até que sua vida se torne insuportável.” (Karl Marx).

5.1. CAMPO EMPÍRICO: APROXIMAÇÕES

Seguindo o raciocínio acerca das partes inscritas no todo histórico, nessa etapa do texto recortaremos com maior precisão um fragmento da totalidade dialética, tendo em vista viabilizar a construção do objeto de estudo. Partiremos da cidade de Vitória da Conquista – situada no interior da Bahia – cujo porte mediano permite situar sua dinâmica às transformações verificadas pelo dinamismo econômico e social do atual momento histórico.

Nitidamente o espaço geográfico desse município sofreu profundas alterações a partir do final dos anos 1990. O comércio local, até então de proporções incipientes, passou a sofrer a concorrência com grandes empreendimentos e franquias internacionais que aportaram na cidade. Tal fato remodelou a dinâmica urbana, resultando na formação de grandes bolsões de prosperidade, contrastados com a acentuada exploração da mão-de-obra local, associada com a falência de micronegócios que foram sufocados com o poder de redução de preços, diversificação de produtos, *marketing* milionário e ampla concessão de crédito. Essa combinação foi crucial para reestruturar a dinâmica do comércio local, impondo uma sensação de suposta prosperidade ao município nesse início de século, utilizada inclusive como plataforma de campanha política. Por conseguinte, o processo de dispersão e mobilização geográfica das unidades produtivas (HARVEY, 1993) atingiu Vitória da Conquista, emergindo, no espaço geográfico da cidade, diversos logotipos emblemáticos do capitalismo transnacional.

Assim, o comércio, que marca tão claramente a economia local, sofreu alterações nesses últimos anos devido sua profunda interligação com setores outros da economia global. À medida que todo circuito da produção foi sendo modificado, obedecendo tendências explicáveis pelo momento histórico presente, a configuração comercial conquistense também revelou alterações sincronizadas àquelas incidentes num plano global. Alterações na esfera produtiva, na distribuição e no consumo se interconectam e

não podem ser analisados isoladamente, uma vez que os entraves postos historicamente à perpetuação do capitalismo solicitam reincrementos em toda a cadeia, cuja lógica obedece rigorosamente a trajetória do capital.

A agudeza dessas mudanças conservadoras que marcaram a transição de século também possui efeitos nas representações comuns de homens e mulheres inseridos nesse processo. Se por um lado a exploração da mão-de-obra, realçada pela fragilidade dos contratos de trabalho temporário e pela fragilidade da organização sindical, resultou na formação de um contingente de trabalhadores cronicamente subordinados à volúpia do capital; por outro, tais trabalhadores também adentraram a engrenagem de consumo exacerbado, constituindo-se em escravos voluntários do novo projeto burguês de sociedade servil.

A socialização do trabalhador nas condições capitalistas envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e pretensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem trabalho. Também aqui o “modo de regulamentação” se torna uma maneira útil de conceituar o tratamento dados aos problemas da organização da força de trabalho para propósitos de acumulação do capital em épocas e lugares particulares. (HARVEY, 1993, p. 119).

A mútua motivação estabelecida entre o trabalhar e o consumir parece ser utilizada pelo capital como estruturadoras do senso de identidade dos sujeitos. O apelo de mídia, ao menos, tem sido nesse sentido, bem como as mensagens apresentadas aos trabalhadores que sutilmente são constrangidos a se adequarem ao modelo de consumo imposto pelo grupo social que lhe é apresentado através do próprio espaço de trabalho. Nessa lógica, a razão de trabalhar está em manter-se no consumo, com vista a tornar-se como sujeito existente na lógica do sistema. O não consumo, ao final, extingue o sujeito de sua prática social e, conseqüentemente, extirpa-lhe a existência.

Para transpor esta análise ao campo empírico, temos como recorte o comércio varejista situado no centro da cidade de Vitória da Conquista, que nesse início de século tem passado por um vertiginoso processo de mudanças, com adesão cada vez mais recorrente de franquias e grandes negócios de capital externo. Entendemos que as transformações espaciais e estruturais do comércio local são reflexo de toda dinâmica socioeconômica do capitalismo global que anteriormente discorremos.

Mediante o que foi sinalizado no marco teórico, a reestruturação produtiva, vivenciada pelo capitalismo a partir do final dos anos 1990, consiste também numa reestruturação das relações sociais, impondo uma nova perspectiva do que é ser trabalhador e consumidor, maximizando o caráter fetichista da mercadoria com vistas ao pleno comando do capital. As relações de exploração, embora acentuadas, demonstram-se atenuadas por uma ideologia perspicaz que atua por meio de uma manipulação consentida, fato também observável nas relações de trabalho e, por extensão, nas próprias relações humanas, hoje conformadas com vínculos fugidios, tão distintos da perenidade de outrora. Ocorre, então, um “esvaziamento da atividade social” (LUKÁCS, 1992, p. 127), resultado ideológico das condições concretas em que vivem os sujeitos.

Este homem-mercadoria só conhece um meio de relacionar-se com o mundo exterior: o de tê-lo e consumi-lo (usa-lo). Quanto mais alienado estiver, tanto mais a sensação de ter e usar constituirá sua relação com o mundo. Quanto menos você é, quanto menos exprime sua vida, tanto mais você tem, tanto maior é sua vida alienada e maior a poupança de seu ser alienado. (FROMM, 1967, p. 60).

No embate dessas relações contraditórias estão os comerciários, situados numa situação ambivalente, que oscila entre a posição de trabalhadores subjugados ao sistema e de consumidores coagidos a investirem numa aparente, e a fugaz sensação de conforto conquistada pelo consumo. O capitalismo, nesse raciocínio, excede o *status* de sistema econômico para se tornar componente cultural capaz de orientar significados dos homens e guia-los em sua ação cotidiana (LUKACS, 1992); resulta que entender as representações concretas de homens e mulheres na atual configuração social solicita entender também a ideologia estruturante do capitalismo nessa conversão de século.

É no cotidiano, trincado por ideologias que invadem a subjetividade de modo tão convincente, que trabalhadores frequentemente se localizam numa posição conflituosa, tornando qualquer definição homogeneizada de “classe” um grande equívoco teórico.

Fazendo alusão a Thompson – que entende a consciência como um fenômeno histórico – podemos sublinhar que, ora cooptados pelo poder sedutor das ideologias do consumo e pela capacidade manipulatória dos novos valores de trabalho sob normatizações da flexibilização, os trabalhadores, embora postos nessa condição, podem desenvolver uma consciência totalmente deformada sobre si próprios. Nesses termos, cabe compreender que, para além da consciência atribuída, podemos lembrar que existe também o que Lowy (2006) entende por “consciência empírica”, compreendida como a real, ou seja, a consciência vista de dentro do grupo, aquela que a classe tem sobre si mesma. De todo modo, uma classe proletária pode ter uma consciência empírica absolutamente dominada pela ideologia burguesa, cuja causa está na histórica formação ideológica desse grupo, bem como no fascínio exercido pela mercadoria nesse novo contexto econômico.

Uma ideologia nacionalista, populista, conservadora, enfim, todas as modalidades da ideologia burguesa podem estar presentes na consciência empírica. Se se fizer um levantamento em um país determinado, em um momento determinado, da opinião dos proletários, as concepções que poderão emergir poderão estar bastante distanciadas do que se poderia considerar a verdadeira consciência de classe do proletariado. (LÖWY, 2006, p. 125).

Essa noção parece romper com algumas interpretações marxistas, que consideram a consciência de classe operária sempre antagônica à consciência da classe burguesa, entretanto, esta ideia apenas amplia a análise, tornando a dicotomia burguesia/proletário uma relação muito mais complexa e menos previsível como julgam alguns. Afinal, o fato de o trabalhador pertencer à classe operária não significa necessariamente ele pense como tal e tenha atitudes previsíveis de quem pertence a tal lugar, especialmente num contexto de total manipulação de significados a serviço da engrenagem econômica.

Ao debruçarmos sobre o mundo de sentidos, bem como sua articulação com a dinâmica global, temos a oportunidade de entender os sujeitos históricos dentro de uma concreticidade dinâmica, pois as representações comuns carregam ideologias que sedimentam valores e posturas equalizados ao metabolismo social. Nesse sentido, moldar as visões de mundo é parte significativa da empreitada capitalista com vistas à reprodução do capital, uma vez que, adentrando as significações dos sujeitos, tem-se formada uma servidão voluntária, cuja adesão é consentida e a manipulação é dissimulada. O empenho ideológico no sentido de sincronizar as visões de mundo dos sujeitos segundo as bases

materiais econômicas atualmente existentes corresponde a um processo longo e insistente, que hoje se impregna nas representações dos homens quando dão significado às suas práticas sociais em total acordo com os valores capitalistas.

Se por um lado estão em voga novas concepções sobre o que é ser trabalhador dentro dos novos intentos do capitalismo, por outro lado a memória da luta de classes, vivenciada no Brasil durante o século XX, não pode ter sido de todo ofuscada pelo suposto crescimento econômico vivenciado pelo Brasil nesse início de novo século. Essa relação dialética entre lembrança e esquecimento, historicamente construída sobre bases materiais, produz a identidade do novo perfil de trabalhador no século XXI que, embora arrebatado pela ideia do *status* gerado a partir do consumismo e nutrido com a consciência empírica contagiada pelo conservadorismo burguês, pode reter ainda representações advindas da consciência suscitada em contextos anteriores.

Evidentemente, não se pretende supor que os trabalhadores sejam meros reflexos passivos de manobras ideológicas dominantes, mas é certo entender que na arena de disputa de significados, posta sobre um campo desigual de inserção social, existe uma classe que prepondera, mediante distintas condições de acesso aos instrumentos de propagação e sustentação de ideologia. Nesse sentido, a memória arrasta representações permeadas de uma ideologia hegemônica que trava uma relação de disputa com os valores elaborados e reproduzidos por classes subalternizadas. Essa relação dialética não é previsível nem estancada, mas carregada de contraditoriedade e movimento, especialmente quando notamos que, no atual contexto de sofisticação manipulatória do capitalismo, a ideologia do capital não subsiste puramente pela violência, mas mediante a concessão legitimada que dissimula as representações e a subjetividade dos sujeitos como forma de circulação da hegemonia.

As relações sociais de produção reificadas sob o capitalismo não se perpetuam automaticamente. Elas só o fazem porque os indivíduos particulares interiorizam as pressões externas: eles adotam perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. É com isso que os indivíduos “contribuem para manter uma concepção do mundo” e para a manutenção de uma forma específica de intercâmbio social, que corresponde àquela concepção do mundo. (MÉSZÁROS, 2007, p. 264).

5.2. O COMÉRCIO E A CIDADE

O comércio é caracterizado como setor de serviços ou setor terciário, segundo ClausOffe (1991), não demonstrando uma estrutura rígida, ao contrário, é porção e reflexo do dinamismo econômico, político e cultural de uma sociedade em franco movimento. Assim, seu entendimento solicita analisar a totalidade das funções no processo da reprodução social, por onde se realiza a reprodução material da sociedade (OFFE, 1991).

Ademais, através do setor de serviços são produzidas “as condições e os pressupostos institucionais e culturais específicos para as atividades ‘produtivas’” (OFFE, 1991, p. 15-16). Assim, o referido setor abrange a totalidade das funções da estrutura social, situado dentro de condições culturais, sociais e físicas por onde se realiza a reprodução material da sociedade.

Embora os conceitos dos setores da economia não possam ser tipificados de modo estanque, pode-se entender que é a presença do consumidor que melhor distingue o setor de serviços dos demais. A personificação do consumidor é imprescindível na realização do papel dos serviços, pois será o sujeito comprador que decidirá o tipo, o momento e o lugar do consumo. Desse modo, o comércio se situa na ponta da realização da cadeia produtiva, abastecendo o ato do consumo, complexificado a partir das tramas de um capital transnacional.

Por essa razão, tratar do comércio, ou setor de serviços, não deve remeter apenas a uma análise estatística ou territorial acerca de sua distribuição e função. Há que considerá-lo parte de um todo processo de circulação (produção – distribuição – consumo), cuja lógica é sintonizada a momentos específicos do sistema capitalista.

Na “Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política”, Marx (1989) compreende que a produção, distribuição, troca e consumo obedecem a lógicas que se interpenetram. A produção é determinada por leis gerais da natureza; a distribuição resulta da contingência social e, por isso, pode exercer uma ação estimulante sobre a produção; “a troca situa-se entre ambas, como um movimento formalmente social; o ato final do consumo, que é concebido não apenas como resultado, mas também como objetivo final” (MARX, 1989, p. 7).

Assim poderia parecer que, para falarmos de produção, seria necessário: ou descrever o processo de desenvolvimento histórico nas suas diferentes

fases; ou então declarar de início que nos referimos a uma determinada época histórica bem definida, como por exemplo à produção burguesa moderna, que é na realidade o nosso tema específico. Não obstante, todas as épocas da produção têm certos traços e certas determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração que possui um sentido, na medida em que realça os elementos comuns, os fixa e assim nos poupa repetições (MARX, 1989, p. 5).

Desse modo, partimos do pressuposto de que a atual dinâmica capitalista, baseada na flexibilização, alterou relações de trabalho, consumo e produção e, logicamente, atingiu também toda a cadeia produtiva, sem romper com o passado. Concordando com Marx, muitas características se mostram repetíveis nos vários momentos do capitalismo, fazendo com que a conservação de estruturas coexista com rupturas numa lógica contraditória perpétua entre o “velho” e o “novo”.

Nesses termos, o “novo” capitalismo é também “velho”, à medida que permite convívio de passado e presente, introduzindo incertezas, mas conservando previsibilidades a partir da trajetória cíclica do capital. É por isso que a flexibilização se mostra um fenômeno muito mais complexo que se imagina, reverberando de modo dinâmico as muitas esferas que compõem a economia e permitindo constatar que a contradição é marca distintiva do seu desdobramento.

Por este motivo, entender a dinâmica do capitalismo conduz teóricos das ciências humanas a debruçarem sobre múltiplos estudos em torno de questões que materializam a contraditoriedade inerente a esse sistema. As relações sociais, os discursos, as representações ou espaço são apenas alguns desses elementos que sofrem a ação direta das remodelagens capitalistas e que, fatalmente, reproduzem as condições desiguais de existência. Nessas circunstâncias, ao pensarmos no regime capitalista como parte de um metabolismo social subentende compreendê-lo em sua vastidão e complexidade, capaz de atingir a esfera cotidiana de existência de homens e mulheres na contemporaneidade.

Seguindo esse entendimento, o espaço (em sua multiplicidade conceitual) sintetiza muito claramente o que se tem afirmado. Ao remetermos essa análise para a configuração comercial dos centros urbanos na atualidade, notamos que a organização de estruturas econômicas tem relevância primordial no traçado urbano, servindo, pois, de apoio para entender o espaço das cidades como manifestação do dinamismo social.

As transformações impostas pela reestruturação produtiva nesse início de século – especialmente com o largo desenvolvimento dos sistemas de comunicação e transportes – o

comércio voltou a se sobrepôr à produção industrial (CLEPS, 2004), sendo, decerto, base para compreensão da recente configuração socioeconômica global.

É interessante perceber que o comércio⁴⁰ sempre teve uma participação significativa na construção dos contornos urbanos, fato perceptível desde o período neolítico ou feudal, quando as trocas de mercadorias tiveram sua origem associada à concentração de pessoas em feiras (CLEPS, 2004). Com o tempo, essas feiras foram se tornando espaços que, além de oferecer mercadorias e consumo, geravam também divertimento, entretenimento e dinamismo social, promovendo maior efervescência não apenas no quesito econômico, mas também social.

Ao estudarmos a história de quase todas as cidades brasileiras, inevitavelmente também tocamos questões como a proximidade de rodovias que favorece a circulação de mercadorias, ou a presença de feiras livres que mobilizam uma dinâmica socioeconômica, ou ainda tendemos a associar a história com a própria dinâmica comercial sinalizada pela aglomeração humana. Seguindo essa linha de pensamento, comércio e contornos urbanos estão intimamente inter-relacionados, traçando uma relação de mútua complementariedade.

À medida que as cidades foram crescendo, as relações comerciais foram se complexificando, fazendo insurgir, por exemplo, o comércio varejista⁴¹, cuja finalidade inicial seria suprir a população local.

Dessa forma, pode-se afirmar que o desenvolvimento do comércio varejista deu-se de forma espontânea, como uma manifestação das necessidades das diferentes sociedades em diferentes momentos. Analisando sob este ponto de vista, observa-se que o comércio passa de uma função social para uma função mais econômica que vai inventando e adotando novas técnicas de comercialização, ampliando o número de mercadorias a serem vendidas, expandindo, incorporando e promovendo mudanças nas relações de troca e, principalmente, no espaço onde ele ocorre (CLEPS, 2004, p. 124).

⁴⁰ Quando tratamos do comércio estamos nos remetendo ao setor de serviços (terciário). Para Meirelles (2006, p. 9), esse setor se difere dos demais (primário e industrial) por três pontos específicos: fluxo, variedade e uso intensivo de recursos humanos. Esse setor é marcado pela continuidade e simultaneidade do processo de produção seja no tempo ou no espaço, logo, não é possível armazenar ou mensurar serviços porque ele é processual, informativo, ininterrupto.

⁴¹ O varejo consiste no ramo comercial voltado à venda de bens e serviços para o uso pessoal, familiar ou domiciliar dos consumidores finais. Trata-se do estágio final da distribuição, envolvendo todas as atividades voltadas para o atendimento do consumidor final em toda sua multiplicidade. Cabe salientar que o varejista se ocupa de mercadorias voltadas para o uso pessoal do consumidor, diferindo do atacadista porque este último se ocupa de clientes institucionais e atende às atividades empresariais de outrem (LOPES, 2012).

É nessa realidade que aos poucos os centros comerciais vão deixando de ser lugares de encontros sociais para se tornarem lugares de compras realizadas diariamente, havendo, para tal, um silencioso processo de privatização do espaço com a imposição e tendas cobertas para efetivação das relações comerciais. Esse processo de alargamento do comércio varejista teve início no século XIX, mas é a partir do século XX que se observou uma ação expansionista sob dimensões internacionais, assim “a nova forma de comercialização de mercadorias criou novas centralidades comandadas pelo interesse do capital privado que vai utilizar-se do comércio e dos serviços para a acumulação de capital” (CLEPS, 2004, p. 124).

No atual cenário, marcado por uma ampliação vertiginosa do capital estrangeiro, tem havido uma remodelação intensa dos comércios locais, que, em diversas cidades, apresentam contornos globais. Aliado a esse fato, a expansão urbana gerou aumento e diversificação do consumo, contribuindo para estruturação de novas formas de comércio, agora muito mais dinâmicas, devido seu grau de variedade e multiplicidade de mercadorias. Também com simultaneidade, observou-se uma participação crescente dos meios de comunicação e publicidade como estratégia de dinamismo comercial, gerando redes infindáveis de circulação de signos, ícones, logomarcas, valores e fetiches. Dessa maneira, o atual estágio de internacionalização do capital promoveu uma dinâmica tal nas relações de produção entre muitas partes do globo que tem havido, como nunca, uma forte interdependência entre os lugares, alterando, inclusive, “exigências locais para o comércio varejista e para a maior parte dos serviços ao consumidor” (CLEPS, 2004, p. 126).

Em simultaneidade, ocorreram fusões de grandes corporações internacionais – numa tendência típica de monopolização decorrentes da concentração financeira – o que tem promovido um frequente gerenciamento a distância, tornando o contato com o consumidor mais impessoal. Também se observa uma tendência de terceirização de serviços, além do fornecimento de crédito fácil e fortes campanhas de *marketing*, fato que tem posto as microempresas em posição desigual de concorrência dentro de um mercado cada vez mais global.

A nova forma de produção provocou um fortalecimento de macronegócios em cidades de porte médio, fazendo surgir grandes hipermercados, *shopping-centers*, lojas de departamentos, cada vez mais amplas e com instalações extravagantes, contrastando com

pequenos negócios locais, cada vez menos visíveis. Esses microempreendimentos, quando não extintos, tiveram, a partir desse novo século, uma participação muito menor no fluxo de capitais em nível local, fato que forçou muitos negociantes a mudarem de ramo e deixarem os grandes empreendimentos se apropriarem de determinadas fatias do mercado. Com efeito, falar desse “novo” capitalismo é falar também de novas formas de apropriação do espaço e de um novo metabolismo socioeconômico.

Nesse processo de acirramento da concorrência em cidades medianas, para atração do consumidor, os grandes empreendimentos começaram a apelar para componentes culturais locais, tocando questões identitárias para despertar a necessidade de consumo. Passou-se assim a investir no chamado “conceito”, de modo a tornar o consumo de determinados produtos um elemento de identidade cultural em determinados nichos do mercado consumidor, ou seja, a ideia é “para você ser, há que ter”.

Novos *shopping centers* já são planejados para acomodar parques de diversão, complexos gigantescos de cinemas e áreas de alimentação com restaurantes que satisfazem todos os tipos de paladar. A ideia desses novos empreendimentos é atrair mais consumidores ao oferecer conveniência e entretenimento sob o mesmo teto. Hoje, as lojas já não são mais criadas em torno de produtos, mas sim em torno de conceitos. A ideia é apelar para um número cada vez maior de sentidos humanos (HERNANDEZ, 2009, p. 5).

Os grandes negócios de capital externo são muito mais hábeis na coerção, impondo-se de modo sofisticado, sob um meticoloso estudo de *marketing*, no qual as pequenas empresas jamais tiveram acesso. Os micronegócios vão tendendo a trabalhar com mercadorias populares, situando-se em redutos de comércio barato, enquanto as grandes empresas se alargam em influência territorial, alocadas em grandes avenidas ou rodovias, maximizando seu poder de captação de consumo. De modo idêntico, essas empresas de capital externo são decoradas, arquitetadas e situadas para remodelar a dinâmica comercial local, mesclando venda com arte e entretenimento, ou seja, movendo uma infinidade de estímulos sensoriais e, por consequência, despertando mais eficazmente o interesse pelo consumo.

Outro impacto dessas novas formas de organização do capital foi nas relações de trabalho. A princípio é interessante considerar que uma característica clara no setor de serviços é o elevado conteúdo informacional requeridos nos postos de trabalho. O

trabalhador precisa interpretar as necessidades do cliente, uma vez que a informação, muitas vezes, já encerra a atividade do empregado que, no ramo de serviços (terciário), nem sempre possui um produto, mas tem o processo “de serviço” como meio e fim de sua atuação profissional. Sobre esse tema, Meirelles (2006, p. 12) explica que serviço é “trabalho em processo, e não o resultado da ação do trabalho; por esta razão elementar, não se produz um serviço, e sim se presta um serviço”.

Pensando nos serviços como ação comunicativa, e pensando também que o processo de reestruturação produtiva atingiu o modelo organizacional das empresas, bem como sua abordagem e estratégia junto ao público consumidor; podemos também supor que tais remodelações por tabela afetaram o perfil de trabalhador aos quais as empresas necessitam. Destarte, não é demasiado afirmar que a reestruturação produtiva marca também uma reestrutura de relações de trabalho e vínculos sociais.

5.3. O COMÉRCIO PELOS COMERCIANTES LOCAIS

Nessa etapa do trabalho, adentraremos mais fortemente na realidade local de Vitória da Conquista. Assim, as discussões realizadas até a presente etapa do texto servem de base por onde nossa percepção acerca do campo empírico se orientou. Assim, o senso comum dos entrevistados será interpretado em sua imbricação dialética com o todo histórico, que substancia a interpretação dos fenômenos econômicos sedimentados na vida cotidiana das pessoas.

As expressivas metamorfoses do sistema capitalista no transcurso do século XX aportaram também no arranjo econômico do município de Vitória da Conquista. Como sabido, as novas estratégias e caminhos orientados pelo sistema são motivados pela iminente necessidade de reprodução do capital mediante os desafios historicamente postos que, nesse sentido, imprimem no espaço e nas relações sociais os efeitos de políticas e táticas a serviço da prioritária subsistência do capitalismo.

Recorremos ao marco teórico anteriormente percorrido para respaldar essa constatação, mas é a partir dessa etapa da pesquisa que nos ocuparemos a extrair do

discurso dos sujeitos a forma como a dinâmica capitalista impactou o campo empírico tratado. Para construção desse percurso metodológico, os entrevistados nessa primeira etapa – empregadores que atuaram em vários ramos comerciais a partir de meados do século XX – foram questionados sobre temas capazes de tocar as mudanças verificadas no comércio local nos últimos anos, e, de modo muito espontâneo, os entrevistados expuseram suas opiniões e impressões sobre tal movimento, demonstrando também diferentes pontos de vistas sobre a atual configuração econômica e social do município.

Os discursos extraídos nas entrevistas feitas a proprietários de lojas que se mantiveram trabalhando durante a segunda metade do século XX se complementam, confirmam mutuamente e não apresentam discordâncias entre si. Embora, homens e mulheres entrevistados contenham enfoques diferenciados, ao se reportarem ao recorte temporal que propomos, há confirmação de que as transformações ocorreram num mesmo sentido.

Os entrevistados demonstraram certo saudosismo ao descreverem o que foi denominado “tempos áureos do comércio de Conquista”. Segundo Firmino Novais (ex-comerciante da cidade), 1977 a 1983 correspondeu a este período, época em que o comércio local era abastecido basicamente por empreendimentos de capital interno, em cuja rotatividade de mercadorias era definida pelos comerciantes que aqui residiam.

Anos 1970 e 1980 foram o período áureo do comércio de Conquista. Bons tempos aqueles que eu sabia o que comprar do fornecedor e o freguês sabia o que queria adquirir. Nesse tempo o dinheiro ficava aqui e os comerciantes se ajudavam quando era necessário, não tinha essa rivalidade toda de hoje e o comércio era mesmo da cidade. (Novais).

Embora existissem problemas como a inflação e a instabilidade econômica, o entrevistado afirmou que essa época foi marcada pela adimplência e pela centralização do comércio por investidores locais. Essa opinião também foi compartilhada por Marli Miranda e Marlene Miranda (irmãs comerciantes que atuam no ramo de confecções desde meados dos anos 1970) e que chamaram atenção ao fato de o comércio popular (situado na circunferência central da cidade) ser muito mais movimentado no início dos anos 1980, período marcado, inclusive, pela venda no atacado pelos comerciantes.

Não tinha esse *apartheid* de hoje não. O pessoal já vinha para essas regiões do comércio e com intenção de comprar. Hoje as lojas grandes de

shopping atraem muito mais porque elas parecem ser lojas de gente rica, quando na verdade vende roupa com a mesma qualidade nossa. (Marlene Miranda).

Novais salientou que hoje os representantes comerciais de grandes empreendimentos atacadistas passaram a buscar diretamente os micronegócios das pequenas cidades, fato que reduziu drasticamente a migração de consumidores para o centro popular de Vitória da Conquista. Para que se tenha uma ideia, o entrevistado observou que a venda no atacado⁴² já foi atividade tão relevante que o estoque se extinguia com velocidade incrível, fato que gerava maior contratação de mão-de-obra. No início dos anos 1980 sua loja contava com 28 trabalhadores, ao passo que no ano de 1994, existiam em sua loja apenas 4 funcionários.

Eu não queria mesmo demitir, pois gostava dos funcionários todos. Sempre paguei direitos, assinava carteira, cumpria tudo certo, dava até presentes, mas não deu mais [...] Era triste chamar alguém e dizer: “olha, tudo ficou muito difícil aqui na loja e infelizmente não posso mais te ter no quadro de trabalhadores da loja”. Triste mesmo. (Novais).

Situação semelhante é descrita por Pedro Santino (ex-comerciante que atuou entre as décadas de 1960 e 1990), que mencionou a década de 1980 como período mais favorável à sobrevivência da microempresa, ao passo que os anos 1990 (apesar da estabilização da economia pós-plano real) são vistos como período de redução drástica no lucro em função da concorrência acirrada no cenário local.

Fomos notando a mudança chegando [...] Na verdade, tudo parecia vir para melhorar a vida da gente [...] Melhorou muito, mas as coisas continuam caras e abrir loja hoje só é para quem tem “sangue no olho”. (Santino).

Ainda que as condições de estabilização monetária demonstrassem superficialmente melhores condições de lucratividade e consumo, essa época foi marcada

⁴² O entrevistado Novais destacou que até os anos 1990, os representantes de redes atacadistas não circulavam pela região. Diante disso, pequenos comerciantes de cidades circunvizinhas precisavam se deslocar a Vitória da Conquista para abastecimento de estoque. Por essa razão, embora Novais se situasse no ramo varejista, alguns fregueses viajantes compravam inúmeras peças para abastecimento de suas lojas em pequenas cidades da região Sudoeste da Bahia. O entrevistado apontou também que nos anos 1990, os representantes atacadistas chegaram em grande número ao interior da Bahia, circulando pelos mais remotos locais. Esse fato foi decisivo, pois arrancou uma fatia significativa da clientela de Novais, gerando um prejuízo inestimável, segundo seu relato.

pelo expansionismo do capital e consequente desaquecimento dos lucros em microempresas. Embora o discurso neoliberal insista em conceber a década de 1990 como princípio de a uma nova era de crescimento econômico brasileiro, tal ideologia mascara os impactos trágicos de um sistema capitalista transnacional para o arranjo econômico local, episódio que serviu para ampliar o abismo de desigualdade hoje marcante no cenário brasileiro.

Informações semelhantes são confirmadas por outros empresários. Cícero Amorim, que ainda atua como comerciante, salientou que o comércio do município em meados do século XX era composto exclusivamente por comerciantes da cidade e por um mercado consumidor muito menos exigente e pouco equalizado às tendências impostas pela cultura de massa global.

Eu já construí diversas casas de gente importante aqui [...] Tudo era mais fácil [...] A gente já sabia o que o cliente queria porque as casas não seguiam essas mudanças de hoje. O conquistense gostava mais ou menos da mesma coisa, da mesma fachada, do mesmo material, do mesmo tipo de jardim etc. (Amorim).

Nesse sentido, o comerciante apontou que muitos tratavam seus fregueses de modo personalizado, porém “sem muita questão de vender”, pois, ciente da baixa concorrência e da pouca diversidade de mercadorias, a clientela se tornava cativa e sujeita às condições postas pela loja.

Se o freguês não soubesse bem o que queria, a gente abandonava o projeto. Hoje para entender o que um cliente quer, é muita paciência. Eles veem algo numa revista e querem igual, mas quando você acaba a obra eles já vão querer outra coisa. (Amorim).

Tal fato muito se distingue da realidade atual, já que a concorrência, bem como a grande diversidade de mercadorias, tornou o mercado consumidor fugaz, volátil e muito mais exigente no atendimento e na qualidade requerida do produto. O senhor Durval Moura (comerciante desde os anos 1960 no ramo de tecidos) mencionou que os produtos não ficavam tão à mostra, eram estocados no interior da loja e apresentados aos fregueses à medida que estes solicitavam, fato que deixava subentendido que as pessoas iam ao comércio com um foco preciso de consumo, não fazendo necessário despertar outras necessidades de compra. Moura acrescenta também que os clientes não exigiam tamanha

diversidade de mercadorias como no tempo atual, pois, em grande parte, se satisfaziam com os produtos sugeridos pelos comerciantes; ao passo que hoje o deslumbre exercido pela mercadoria, movido pela transnacionalização do perfil de consumo, tem imposto novas estratégias de gestão e aperfeiçoamento dos trabalhadores.

Vender tecido hoje não é fácil [...] Aparece uma novela, a pessoa assiste e quer ter o que está lá [...] No dia seguinte, a procura já é outra [...] Antigamente, a gente colocava mercadoria na vitrine e pronto, resolvido, o cliente entrava, gostava e comprava. (Moura).

Complementando essa ideia, Osmar Silveira, ex-comerciante e um dos fundadores da Câmara de Dirigentes Lojistas, salientou que até metade do século XX o comércio de roupas era feito a partir da compra de tecidos e confecção por costureiros locais, justo porque a moda externa não interferia muito fortemente nos hábitos de vestir das pessoas que, naquele período, se adornavam segundo próprios gostos pessoais e não coagidos pela indústria cultural. Nesse sentido, o senhor Osmar acrescentou que os hábitos de consumo estavam mais de acordo com as necessidades e hábitos locais, fato que começou a mudar lentamente com o ingresso de tecnologias – mais perceptível a partir da década de 1980 – impulsionando os comerciantes a buscarem tendências de consumo fora do Estado de modo a atender novas demandas do mercado local.

As mulheres aqui antigamente gostavam de vestir saia e os homens gostavam de vestir calça. Pronto! Era assim. Às vezes tinha uma ou outra moda que aparecia, mas era muito raro. Hoje, quem não se atualiza, não corre atrás dessa moda que está mudando o tempo todo, não vende nada. (Silveira).

De forma semelhante, campanhas publicitárias locais tinham um poder de aguçar o consumismo. Sobre tal fato, Silveira lembrou que o Clube de Dirigentes Lojistas – CDL (inaugurado em Vitória da Conquista no ano de 1963) passou a realizar campanhas publicitárias temáticas em períodos de celebrações, como dia dos pais, natal, páscoa, festas juninas e outros eventos, objetivando contagiar as pessoas ao consumo sazonal.

Lembro que quando ajudei a fundar o CDL, começamos a fazer campanha em véspera de festas. Era preciso tirar o povo de dentro de casa e por na rua, então os carros de som passavam anunciando. Isso foi importante para girar o consumo da cidade e sem falar que, desse jeito, o

comércio foi se fortalecendo e o povo foi valorizando as coisas da terra. (Silveira).

Foi somente na década de 1960 que esses eventos passaram a repercutir significativamente e atrair consumidores ao centro comercial, despertando novas necessidades e fetiches. O entrevistado entende que esse fato foi decisivo para dinamizar a circulação de mercadorias no final do século XX, porém ressalva que é nos anos 1990, quando surge a TV local, que o *marketing* adentrou mais eficazmente nos lares conquistenses, agora com novas e sofisticadas estratégias de fomento ao consumo. Como se tem percebido, a trajetória da economia local no curso do século XX apontava para um processo de abertura contínua à dinâmica global, favorecendo paulatinamente o ingresso do capital externo.

No que tange ao mercado consumidor, todos os entrevistados chamam atenção para as mudanças significativas no curso desse final de século. Ronaldo Pinto, por exemplo, entendeu que a relação com o freguês na primeira metade do século XX era muito mais pessoal, quando ainda se chamava pelo nome e se tinha noção das preferências de consumo daqueles que frequentavam a loja e a ela regressavam.

Nunca tive um único problema com fregueses que não pagassem [...] Tínhamos uma relação amigável com as pessoas, então ninguém queria ficar mal visto e honrava o que comprava. Até prostitutas frequentavam a minha loja e todas elas pagavam tudo em dia. (Pinto).

Todos os entrevistados observaram também que a inadimplência era muito menor, fato que gerava maior confiança no cliente e permitia vender por nota promissória ou por anotações informais no caderno de contas. “A inadimplência ainda constrangia”, observou Cicero Amorim, que chamou atenção ao fato de que as pessoas se conheciam mutuamente e zelavam pela reputação pessoal para poderem circular dignamente no pequeno centro comercial existente em meados do século XX.

Quando se conhece o freguês, eu acho que cria confiança. No início do meu negócio, eu só anotava no caderno e sempre as pessoas pagavam [...] Hoje em dia, a gente vende e nunca sabe se vai receber pelo que vendeu. (Amorim).

A nova dinâmica comercial, após década de 1990, transformou profundamente essa realidade por remodelar as relações entre comerciantes e consumidores, fato descrito por todos entrevistados. Alguns entendem que o crescimento natural do comércio foi responsável pela impessoalidade nas relações com a clientela, outros responsabilizam a entrada do capital externo, com novos modelos de gestão, que reorganizaram a economia local. Novais, por exemplo, informou que poderia vender a prazo para o consumidor em três prestações, contudo, os grandes empreendimentos na área de confecções, que adentraram o cenário conquistense durante a década de 1990, tiveram um poder de fracionar o pagamento em até dez parcelas, condições insuportáveis para o pequeno empreendedor que não conseguiu acompanhar essas facilidades ao consumo. Além disso, as grandes lojas chegaram com um cartão de crédito próprio, fato que terceirizava a administração do crédito e facilitava por demais a venda no crediário, simplificando a venda e intensificando a circulação de mercadorias⁴³.

Eu vendia na nota promissória e no cheque. O máximo era em quatro ou cinco parcelas, o que já era complicado pra gente [...] Quando essas lojas grandes chegaram vendendo em dez vezes, aí foi quando nocautearam o comércio local. (Novais).

Marlene Miranda considerou que o atual deslumbre do consumidor pelo consumo, fomentado pelos veículos de comunicação e pelos agentes facilitadores de venda (crediário fácil e rápido), promoveram um descontrole orçamentário que tem gerado um aumento exponencial da inadimplência. Graças a esse suposto crescimento do poder aquisitivo e

⁴³ O Jornal Diário do Sudoeste (29 de setembro de 1998) trazia a seguinte matéria: “CDL e Banco do Brasil querem facilitar acesso a cartão de crédito”. O jornal apresenta seguinte fragmento: “Esse aspecto deve ser definido hoje, durante uma reunião com o gerente regional do Visa que estará em Conquista para tratar do assunto. ‘Espero que os lojistas compreendam a importância dessa parceria, porque os cartões de crédito têm sido amplamente utilizados nos países de Primeiro Mundo’, salienta, acrescentando que estimulando a expansão do ‘dinheiro de plástico’, os comerciantes poderão fazer promoções específicas para as vendas via cartão, favorecendo lojistas e consumidores”. Embora a proposta tivesse intensão inicial de abarcar a totalidade dos comerciantes locais, na prática somente os megaempreendimentos tiveram possibilidades reais de abraçar a ideia, amplificando as possibilidades de venda e marginalizando mais ainda os micronegociantes que, a essa altura, já começavam a notar os efeitos nocivos de uma nova etapa do comércio municipal: a da expansão concentradora. É pertinente observar que o ingresso do crediário pelo cartão de crédito acabou ocorrendo numa velocidade fora do controle do CDL, pois as grandes franquias que aportaram na cidade já trouxeram seus sistemas de crédito, trazendo para o cenário local uma tendência mundial de venda por cartão. Além disso, para ilustrar o componente ideológico desse modelo expansionista do capitalismo na virada de séculos, a matéria do jornal salienta os efeitos facilitadores do “dinheiro de plástico”, mas pouco menciona os juros elevados embutidos nessa “facilidade”, bem como não observa os elevados custos operacionais desse sistema para os pequenos negociantes. Nesse sentido, o sistema de crédito fácil e amplo redundou no maior fluxo de compras, mas também resultou em desiguais condições de sobrevivência na arena de disputa pelo consumidor num contexto de capitalismo flexível.

aumento desenfreado no consumo irracional, tem ocorrido, segundo ela, uma perda de confiança no consumidor, fato que levou os comerciantes a um trato mais distante, longe de qualquer favorecimento amistoso nas condições de venda. Oportunamente ao momento histórico a que nos reportamos, a venda por cartão de crédito se tornou a melhor alternativa, pois, em caso de inadimplência, o consumidor é acionado judicialmente pela operadora de crédito, isentando o comerciante dessa problemática.

Nosso cliente hoje é o pessoal da zona rural porque as pessoas da cidade têm cartão de crédito e exigem que se divida numa quantidade de parcelas a perder de vista [...] Nós não podemos fazer isso. Por essa razão, o movimento aqui maior é na manhã de sábado, quando vem gente de outras regiões, porque se depender do conquistense mesmo... (Marli Miranda).

Dois dos comerciantes entrevistados coincidiram quando mencionaram a empresa *Duloren*. Segundo os entrevistados, essa marca de roupas íntimas contém peças de melhor qualidade e são muito buscadas pelos consumidores, contudo, a partir da década de 1990, o representante comercial dessa marca passou a estipular o preço atacadista em função do volume de mercadorias adquiridas pelas lojas. Com essa estratégia desigual, grandes comerciantes poderiam repassar para o consumidor um valor muito mais reduzido, gerando uma progressiva centralização comercial a partir dos anos 1990. Segundo Marli Miranda, esperava-se que o intenso consumo no varejo, vivenciado na década de 1980, ressurgiria com a estabilização econômica do governo FHC, todavia, segundo os entrevistados, os anos 1990 são marcados por um declínio exponencial das vendas no varejo local, cada vez mais aniquilado pela concorrência.

Eu me lembro do plano real, foi ali que começamos a perder clientela [...] Tínhamos a esperança de que ocorreria o contrário, quando a inflação foi contida, mas não foi bem assim [...] Portas começaram a se fechar quando os clientes já não queriam saber desse comércio simples como o nosso. (Marli Miranda).

De um modo geral, o que se observou é que os comerciantes e ex-comerciantes entrevistados não demonstravam grande otimismo com a lucratividade do comércio para os investidores locais. Eis a razão do saudosismo com os anos 1970 e 1980, período em que a concorrência não demonstrava grande ameaça, época também caracterizada pelo ingresso

de uma clientela residente em distritos e cidades circunvizinhas sedenta por consumir num comércio hoje concebido como popular e de menor importância. Amorim chegou a mencionar uma redução em 80% nos lucros em decorrência da chegada de empreendimentos externos e com a ampliação do comércio franquiado à rede atacadista no interior do Estado.

A estimativa foi de uma queda violenta em torno de 80%. Parece exagero, mas não é [...] Já pensamos em fechar portas, mas esse negócio é essencial para muitas pessoas e, além disso, eu tenho como meta e não quero desistir assim [...] Para sobreviver, foi necessário repensar muita coisa. (Amorim).

Por essas razões, as transformações na realidade comercial da cidade nessa virada de século não são vistas com bons olhos pelos comerciantes entrevistados. Há uma sensação de constrangimento promovido pelos amplos prédios preenchidos pelas lojas de capital externo, fato que marginaliza o comércio local, colocando-o numa posição secundária, incapaz de atrair grandes contingentes de consumidores. Para realçar tal realidade, a fotografia exibida a seguir evidencia o poder de sedução realizado por grandes empresas, como Hipermercado Bom Preço vinculado à rede *Wal Mart*, que em saldos anuais liquida estoque a preços imbatíveis, o que gera uma fila imensa de clientes na calçada do estabelecimento.

Com campanhas tão arrebatadoras, ocorre uma subvalorização das pequenas lojas, frequentemente vistas como obsoletas e impossibilitadas de acompanharem a sensação metropolitana adquirida no atual contexto de fusões corporativas e expansão de megaestabelecimentos comerciais.

Quando a cidade foi crescendo, a gente percebia que as lojas pequenas ficavam menores ainda quando comparadas com as novas [...] Não tinha como não comparar, a diferença era grande. Imagine uma mercearia antiga ali perto do Hiper Bom Preço. Não tinha outra... Faliu. (Santino).

Imagem 01: Hipermercado Bom Preço no Bairro Recreio – Vitória da Conquista



Fonte: <http://www.blogdaresenhageral.com.br>

Questionamos a todos os entrevistados: “Você me aconselharia iniciar uma atividade comercial hoje?” e a resposta foi categórica para a maioria: “Não”. O pessimismo com o comércio conquistense hoje se dá pela elevada carga tributária, pela grave especulação imobiliária que aumentou por demais o preço do aluguel (pago facilmente por grandes lojas de capital externo) e, principalmente, devido à concorrência com megaempreendimentos, que tem arrebatado multidões de consumidores através de um meticuloso trabalho de *marketing* e das imbatíveis condições de venda. Concluem, então, que abrir um novo empreendimento nessas condições se tornou muito arriscado e, por demais, frustrante.

Não tinha como mesmo continuar [...] Lembro de amigos que tinham comércios pequenos [...] “Vendinhas”, padarias, lojinhas de roupa [...] De repente vem um *shopping* como esse aí [...] Consumidor só quer saber de preço, para ele não importa quem fatura e nem para onde vai o dinheiro. (Novais).

Mais uma vez precisamos salientar que esse pessimismo descrito, bem como as razões para tal, se conecta perfeitamente à dinâmica capitalista vigorante no período ao qual nos referimos. Ora, um governo neoliberal, cúmplice de uma carga tributária sufocante para o microempresário, favorece o ingresso do capital externo e, conseqüentemente, corrobora com a concentração de renda que, por resultado, torna as condições de sobrevivência absolutamente desiguais, com o crescimento macrocéfalo de uma economia cada vez mais polarizada e regida pelo gigantismo de poucos. De modo semelhante, a especulação imobiliária apenas contribui para esse processo de exclusão da microempresa, pois a lógica é simples e cruel: se há grandes corporações que pagam caro

por instalações amplas no comércio, como resultado, todos os demais devem seguir a tendência de supervalorização imobiliária. A contraditória realidade de expansão e exclusão é, portanto, condição inerente ao capitalismo nesse início de século XXI.

Aluguel aqui está uma fortuna [...] Ou você é rico para ter um negócio grande como esses novos por aí, ou você aluga um espaço minúsculo como este onde nós estamos, ou você sonega imposto para sobreviver, como tantos fazem. (Marli Miranda).

Parece que este mundo é feito para dar força a quem é forte e enfraquecer quem é fraco [...] Nunca tivemos uma situação como esta [...] Até em épocas que pessoas reclamavam, era melhor para a gente. Hoje, quem é pequeno negociante e mantém essa pose [...] fachada pura. (Marlene Miranda)

Nesse cenário de profundas mudanças, o século XXI sinalizou para um recrudescimento cada vez maior da desigualdade, com uma exclusão violenta dos investimentos locais e favorecimento extremo dos grandes empreendedores, tudo isso maquiado por uma sensação de prosperidade advinda de um expansionismo concentrador do capital.

Com isso não afirmamos que a desigualdade não existia momentos que precederam o atual século, mas salientamos que o processo se acirrou e ocorreu de modo bastante distinto. O discurso do pequeno burguês local, logicamente, se enquadra dentro do lugar social ocupado por esse sujeito, e como tal não apresentou posicionamentos críticos acerca da exclusão social vivenciada pela classe trabalhadora em períodos anteriores. Em certos momentos, alguns ex-comerciantes até mencionavam com orgulho que sempre honravam “todos os direitos trabalhistas”, como se tal atitude fosse um favor que merecesse reconhecimento dos trabalhadores.

Assim, a posição social coopera para formulação dos discursos, fato nítido nas afirmações dos entrevistados, que selecionam suas palavras para enfatizar os danos à lucratividade do comércio local, sem mencionar a pauperização da classe trabalhadora pela exploração da mão-de-obra também marcante naquele período. O saudosismo dos comerciantes e ex-comerciantes entrevistados se explica pelo que eles perderam e não por compadecimento com a realidade geral da economia. A memória individual se mostra atrelada a experiências pessoais de vida e, como tal, não está, em momento algum, desarticulada do todo social que envolve a vida cotidiana dessas pessoas.

5.4. O COMÉRCIO LOCAL: UM “NOVO” RETRATO

A etapa empírica dessa pesquisa, realçada nos discursos expostos pelos entrevistados, confirma a hipótese anteriormente erguida através do marco teórico: a dinâmica capitalista insinuada pelo contexto de reestruturação produtiva impactou intimamente o cenário econômico do recorte empírico que propomos investigar, redundando num processo acelerado de remodelagens sociais, econômicas e políticas nítidas tanto na configuração espacial urbana, como também nas relações traçadas no cotidiano dos sujeitos.

Embora o discurso embutido na base política do capitalismo flexível aponte para uma maior democratização do consumo e conseqüente melhoria da qualidade de vida geral, na prática esse *slogan* tem mascarado os efeitos mais perniciosos das “novas” intencionalidades de acumulação. A permissividade dos governos tem gerado um processo desenfreado de expansão das transnacionais, obrigando microempreendimentos a recuarem em seus espaços de atuação, cuja identidade parece estar sendo remontada por uma transnacionalização massificada. O posicionamento saudosista dos comerciantes entrevistados demonstra essa sensação de não mais reconhecimento daquele comércio de outrora, cuja dinâmica parecia tão previsível e amigável. Hoje, para aqueles que insistem no comércio, o cenário se demonstra hostil, dilacerado por um estrangeirismo cosmopolita, porém violento em seu poder de persuasão e exclusão.

A realidade antagônica de expansão e exclusão, crescimento e degradação, sofisticação e abandono, parece resistir num cenário onde o “novo” e o “velho”, o arrojado e o defasado se esgrimam na tentativa de prevalência num contexto de disputa acirrada. A acumulação flexível, como se supunha, agudizou a contradição local, impondo uma “permissividade” econômica – base do Estado mínimo⁴⁴ – capaz de favorecer os grandes conglomerados transnacionais, cujo crescimento se dá pela polarização do consumo e

⁴⁴ Embora utilizemos a expressão “Estado mínimo” para nos referir aos moldes políticos neoliberais, é preciso lembrar de que a atuação estatal, nesse contexto, tem se tornado central para dissolução de crises econômicas e para disponibilização de infraestrutura que favoreça o processo expansionista do capital. Na ocasião, a ideia neoliberal, não extingue o Estado, mas atribui-lhe novo sentido, tornando-o central para resolução de quaisquer entraves apresentados à dinâmica capitalista. Nesse processo, ora o Estado recua, liberando a atuação predatória do mercado, ora ergue barreiras protecionistas para favorecimentos de economias centrais.

bancarrotas dos microempreendimentos, hoje higienizados do novo cenário econômico urbano.

Os comerciantes locais, em grande parte, ainda insistem no negócio que possuem, mas demonstram-se constrangidos por um pessimismo paralisante. Estão cientes de que o novo cenário econômico requer investimentos amplos na fachada do estabelecimento, no *marketing* da empresa, na redução da margem de lucros para dar conta da concorrência; porém são impelidos pela prudência decorrente de suas limitações econômicas. As taxas de juros embutidas nos empréstimos, além da elevação exorbitante do aluguel, as incertezas com um mercado consumidor cada vez mais fugidio, impedem que os comerciantes almejem ter muito além do que hoje possuem.

A incerteza, imposta pela acumulação flexível, ilustrada pela volatilidade do capital e pelas oscilações constantes do sistema econômico, parece ter chegado a Vitória da Conquista dentro do pacote de mudanças impostas pela transnacionalização da economia. Viver numa cidade de porte mediano, inserida nesse cenário de transformações econômicas dessa virada de séculos, implica em visualizar uma aparente prosperidade, materializada pelo metropolitanismo esvaziado de filiação identitária, mas capaz de ofuscar uma perversa exclusão consentida pelos governos na contemporaneidade.

É nessa condição que a memória dos comerciantes perpassa por um saudosismo acerca de outro contexto, desenhado por condições concretas muito distintas das que hoje percebemos e muito mais propícias à sobrevivência e criação de perspectivas. Por essa razão, os anos 1970 e 1980 são apontados, em outros termos, como épocas cujos sonhos ainda subsistiam, cujas possibilidades ainda eram cogitadas. Quando economistas definem a década de 1980 como “década perdida”, cabe ponderar que esta legenda possui posicionamentos ideológicos que falseiam a totalidade implícita na dinâmica capitalista: “Perdida para quem?”. Os índices de crescimento econômico hoje divulgados devem ser, a rigor, relativizados, pois precisam considerar o caráter concentrador dos novos desafios postos à sobrevivência do capital.

Por meio dessa análise, foi possível detectar que as representações concretas dos entrevistados se equalizam às condições materiais de existência que, por efeito, se remodelaram no transcurso do tempo. Falar sobre ter um “negócio próprio” hoje é falar num tom de descrédito, ao passo que, remeter para os “tempos áureos do comércio

conquistense”, implica numa nostalgia muito atrelada às possibilidades de ascensões significativas do que, até então, não necessitava da nomenclatura “local”.

6. A “NOVA” ARQUITETURA DO CAPITAL

“Na desvalorização do passado está implícita uma justificativa da nulidade do presente” (A. Gramsci).

6.1. INTENCIONALIDADES DA FLEXIBILIZAÇÃO: PARA ALÉM DA SUPERFÍCIE

Seguindo a análise sobre a estrutura ideológica da acumulação flexível, não é demasiado salientar que o poder perpassante do nexos do capital na atualidade adquiriu uma força altamente persuasiva, cuja subjetividade modela condutas por um engajamento generalizado. A lógica atual do capitalismo dissimula a fantasia, a identidade, a cultura ao serviço de uma subserviência crônica à ideia do consumo, instaurando uma “aldeia global” imersa em ícones de desejo e fetiche cada vez mais globalmente aceitos.

A própria noção de consumo transcende a ideia de suprimento pessoal, pois não se trata apenas da ação de forças empenhadas na persuasão, mas é, sobretudo, produção de sentido, é vender sensações a partir da forma simbólica adquirida pelo objeto de desejo (COSTA & SOMMER, 2003). Assim, o trabalho ideológico dessas “novas” reestruturações do capital deve ser muito bem articulado com vistas a garantir a perpetuação de um sistema, que esconde toda sua perversidade sob uma pretensa “modernidade” e fugidia ostentação econômica.

Objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso. O discurso como base das coisas, nas suas propriedades escondidas, e o discurso como base da ação comandada de fora, impelem os homens a construir a sua história através de práxis invertidas. Todos, assim, nos tornamos ignorantes. Este é um grande dado do nosso tempo. Pelo simples fato de viver, somos todos os dias, convocados pelas novíssimas inovações, a nos tornarmos, de novo, ignorantes, mas, também, aprender tudo de novo. Trata-se de uma escolha cruel e definitiva. Nunca, como nos tempos de agora, houve necessidade de mais e mais saber competente, graças à ignorância a que nos induzem os objetos que nos cercam, e as ações de que não podemos escapar (SANTOS, 1996, p. 45).

Os discursos que contornam todo o pacote de mudanças impostas pela acumulação flexível são absolutamente paradoxais, porém articulados com instituições diversas capazes de suavizar a crueldade típica da economia capitalista. Assim, os aparelhos de mídia, o *marketing* impecável, que sugestiona “novos” comportamentos e hábitos de consumo, além do próprio discurso empreendedor, está a serviço do convencimento sobre a “sofisticação” que mascara todas as atrocidades sociais derivadas do capital.

Na superfície mais evidente desse processo, o espaço também se articula às mudanças de ordem social e econômica, demonstrando-se como palco privilegiado onde precipitam as incongruências do modelo organizacional da flexibilização. A organização do espaço é, então, produto social repleto de conflitos, contradições e resistências.

As relações sociais têm uma existência real enquanto existência espacial concreta, na medida em que produzem e assim, efetivamente a sociedade produz o espaço. Cada local, região ou país tem sua formação própria, sua cultura, valores e costumes e deste modo o espaço vai sendo produzido conforme essas relações mais amplas, em um processo articulado à produção geral da sociedade (CARLOS, 1999, p. 63).

Desse modo, o espaço a qual mencionamos é entendido como produto do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, é, também, terreno onde se materializam os contornos sociais da civilização humana. Não é porção conclusa, enrijecida no presente por objetos imóveis, mas é fruto da contradição histórica das relações sociais que se complexificam à medida que coadunam o ontem e o hoje na sua materialidade.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compreensão do espaço-tempo” [...] no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilita cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 1993, p. 140).

Nesse sentido, ultrapassando a obviedade do que nossos olhos contemplam no espaço, as lutas e contradições afloram, mostrando o quanto a “ordem” instituída pelo capital suprime para a periferia da contemplação aqueles que foram excluídos do processo expansionista do capitalismo. Mas, mediante essa situação complexa, como o pujante crescimento econômico induzido pela flexibilidade dissimula a exclusão social? Em grande parte, pela carga ideológica contida no discurso que o antecede. Os relatos dos entrevistados que aqui investigamos confirmam tal fato, uma vez que o componente subjetivo da acumulação flexível vem moldando a consciência desde tempos anteriores, quando o sucateamento do serviço público era entendido como pretexto para privatizações, quando a sofisticação narrada nos filmes hollywoodianos impunha um desejo pela aquisição de hábitos antes mesmo de que eles fossem acessíveis. A fantasia já tinha sido capturada antes mesmo de que a acumulação flexível aportasse mais claramente por aqui, ou seja, antes mesmo de que a economia fosse transnacionalizada, a subjetividade, o desejo e a fantasia já haviam sido transnacionalizadas. Tendo reconhecido tal fato, não podemos, então, subestimar o poder perpassante do discurso que se monta com o “novo” capitalismo, realçado pela mundialização da economia.

[...] um dos efeitos mais nocivos da globalização e que ela conseguiu sequestrar nossa imaginação, fazendo-a prisioneira do imutável [...] Essa situação objetiva cria a necessidade de se pensar o seu contrário, ou seja, cria a necessidade da utopia, ou seja, de imaginar algo diferente do que é (CEVASCO, 2006, p. 137).

Logicamente as temporalidades são distintas, pois as mudanças não precipitam em simultaneidade pelo mundo, até mesmo porque as transformações que aqui analisamos perpassam por subjetivações muito mais complexas e que exigem tempos peculiares para tal, afinal, mudanças comportamentais carecem de um processo muito mais articulado de persuasão. Alterar atitudes solicita mudar representações e afinidades sendo que, para tal, há que seduzir a cultura, o desejo e a criatividade de modo perspicaz e efetivo.

De todo modo, muito eficazmente a acumulação flexível executou esse papel, instaurando transformações profundas no seio social e nas representações dos sujeitos, equalizando sentimentos e sonhos a moldes homogeneizantes. A própria organização do espaço se tornou um *locus* privilegiado onde se empirizaram essas transformações, induzidas pelo momento histórico do capitalismo. Sobre essa ideia, Milton Santos chama

atenção para o processo vertiginoso de internacionalização da produção com exemplos bastante pontuais.

[...] os objetos são criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido de antemão. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada a que produza os resultados que dele se esperam. No passado, os objetos nos obedeciam no lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais nos obedecem, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas é, também, frequentemente simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 1996, p. 56).

O trecho permite uma série de análises que são úteis para o debate que aqui propomos. Primeiro, o autor entende que a transnacionalização da produção se mostra hostil à medida que gera estranhamento de significados contidos nas mercadorias. À medida que ocorre a internacionalização dessa produção, dissolvendo enraizamentos regionais do objeto, bem como do discurso nele embutido, existe um simultâneo distanciamento do sujeito em relação à “coisa” carregada de conflituosidade. Assim, o manuseio (ou o comportamento) requerido pela “personalidade” intrínseca ao objeto em questão se torna estranha, alienada e alienante. A transnacionalização do capital, portanto, agrava a alienação, acirrando fissuras contidas nas relações sociais advindas do modo de produção, cujo distanciamento impede os sujeitos de se reconhecerem nos padrões de comportamento cada vez mais sincronizados ao nexos global.

Em comparação ao período que antecede ao que Santos entende por sociedade técnico-científica-informacional, o autor salienta que “antes, a organização da vida era local, próxima ao homem; hoje essa organização é, cada vez mais longínqua e estranha. Antes, a sua razão era a própria vida, hoje é uma racionalidade sem razão, sem objetivo, sem teleologia, que comanda a existência dos homens e a evolução dos espaços” (SANTOS, 1996, p. 57). Em outras palavras, temos “existências” e “espaços” cada vez menos humanizados, menos feitos por sujeitos locais, e mais cingidos, ou seja,

racionalizados a uma lógica produtiva global, que lhes escapa o controle e lhes destitui o senso de pertença e continuidade.

Outra observação pertinente relatada por Santos é o uso do exemplo sobre a hidrelétrica. O autor chama atenção ao fato de que transformações estruturais, assentadas em mudanças de cenário político e econômico que, por extensão, se materializam no espaço, são carregadas de discurso, aliás, são em si, discursos ideológicos. Essa realidade pode ser constatada pela aceitação que as transformações acabam adquirindo no senso comum, pois, quando envoltas por textos ideológicos, tornam-se mais palatáveis e encontram menores resistências, mesmo que arrastem consigo um número infindável de prejuízos sociais.

Oportunamente, o exemplo abordado por Santos serve para o tema que propomos estudar. Semelhante ao discurso sobre a positividade da hidrelétrica e seus promissores benefícios, a acumulação flexível também aportou envolta por esse discurso otimista. A cidade que analisamos vivenciou os efeitos mais claros da acumulação flexível um pouco mais tardiamente, afinal, como já afirmamos, as temporalidades são distintas em cada lugar e, pensando na flexibilização como um processo não apenas territorial e econômico, a subjetivação que lhe é implícita torna sua propagação um fenômeno muito mais inconstante.

Nos anos 1990, quando iniciou mais incisivamente o processo de privatizações, ingresso pesado de novas tecnologias e vertiginosa internacionalização do capital, observava-se também um discurso esperançoso sobre o novo século. Havia expectativa de que a popularização das tecnologias pudesse criar novas relações sociais e que a penetração do capitalismo transnacional melhorasse significativamente os índices de crescimento e democratizasse o usufruto do mesmo (CHOMSKY, 2008). Uma grande ingenuidade acometeu a todos que assim acreditaram, pois se ignorou o fato de que a economia podia crescer e a pobreza aumentar sem que uma coisa impedisse a outra (GENTILI, 2008). Logo, a euforia que acometeu muitos brasileiros no final do século XX acerca dos entusiastas “anos 2000”, foi se esvaindo com a paulatina percepção de que as mudanças ocorriam sim, porém se mostravam altamente conservadoras e excludentes.

Foi envolta por essa situação que a transição do século XX para XXI foi marcada por arrojadas transformações no cotidiano das pessoas, pela popularização de aparatos tecnológicos e mudanças hábitos de consumo, que surpreendentemente não foram capazes

de melhorar as sociedades como um todo. A suposta “aldeia global” não apaziguou conflitos, ao contrário, os agudizou à medida que escancarou fissuras nas relações sociais e cingiu identidades, condensadas pela artificial tentativa de “ocidentalizar” o mundo. Nas palavras de Hobsbawm (1995, p. 393): “a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”. Tão logo, a mundialização foi se revelando como um fenômeno totalmente desarmônico, capaz de acentuar assimetrias sociais pelo rompimento da pessoalidade a serviço de um projeto global massificador e subsumido ao nexos do capital.

Assim, ao afirmar, no fragmento anterior, que a intencionalidade mercantil necessita, antes, ser simbólica, Milton Santos já havia constatado o quanto o discurso ideológico antecipa o expansionismo econômico, ou seja, o teor fetichista exalado pelas logomarcas do Mac Donald’s, Bob’s ou Lojas Americanas antecede sua chegada. É por esta razão que o discurso ideológico tão facilmente tem ultrapassado limites territoriais, atraindo o imaginário nos mais remotos espaços, preparando terrenos ao redor do mundo para uma postura absorta por parte da população ao consentir com a mutilação das identidades locais em nome da “modernidade”.

O próprio desenvolvimento tecnológico favoreceu a disseminação de novos padrões de consumo, atingindo diretamente a subjetividade de sujeitos, mesmo com ausência física do objeto de desejo. Além do mais, as tecnológicas viabilizaram a dispersão da retórica que submete a ideia de desenvolvimento à lógica do consumo, ou seja, fez prevalecer a visão de que a chegada das transnacionais implicaria no desenvolvimento econômico com usufruto de todos. Desta feita, o discurso ideológico, que antecede o próprio expansionismo econômico, tem dupla função: ao mesmo tempo em que molda a fantasia, impondo novos modelos de consumo, também ilude, pois agrega crescimento econômico, internacionalização do capital e qualidade de vida como se fossem consequências mútuas, sonhando a essência local, sob o pretexto da ostentação econômica.

Esse fenômeno global apresentou leves contornos locais, conectando espaços aceleradamente e, ao mesmo tempo, impondo padrões que ofuscaram - por vezes, extinguiram - peculiaridades. Logo, a indumentária ideológica do “novo” capitalismo foi se revelando incompatível com as necessidades sociais da população, instituindo sim “novas” formas de organização financeira, mas desregulando mercados, fragilizando

economias e mutilando culturas pelo estranhamento típico de uma mundialização unilateral.

6.2. O COTIDIANO LOCAL NO CONTEXTO DA FLEXIBILIZAÇÃO

Em vésperas do natal, sob os ecos do *Black Friday*, não por acaso ocorrido na primeira semana de dezembro/2013, a euforia ainda era marcante nas lojas do comércio conquistense. Confetes lançados ao chão, balões com escritos extravagantes afixados no teto, inúmeras TVs de LED reforçando campanhas promocionais da loja, aparelhos de som exageradamente altos, correria de trabalhadores, alto falante congratulando vendedores por metas cumpridas, clientes impacientes, afobação para fisgar o gosto do freguês e muito estresse.

Para os clientes, esse estado de caos não chega a se tornar incômodo, mas para trabalhadores, que se mantêm naquele lugar todos os dias, por dois turnos e, frequentemente, emendam horas extras nos finais de semana, o ambiente se torna altamente insalubre. Esse fato muito se difere das antigas lojas da cidade que, numa época cujas demandas locais regiam a organização comercial, estavam acomodadas com a simplicidade, sem grandes apelos aos sentidos. A loja de Osmar Silveira nos anos 1970, por exemplo, demonstrava uma atmosfera interiorana, silenciosa, com leve rotatividade de pessoas e com iluminação muito menos golpeante que a hoje verificada, segundo narrativas do próprio ex-comerciante.

Nós pendurávamos algumas mercadorias bem na porta da loja para que os fregueses já fossem olhando, pegando e comprando. Hoje é feio fazer isso [...] dá uma impressão de loja mal feita, desleixada. Mais afasta freguesia do que chama (Silveira).

Antigamente, no final de semana, as pessoas colocavam a “domingueira” para sair [...] Era tudo muito simples [...] Eu me lembro das mulheres comprando roupa íntima. Nada dessa “frescura” de hoje [...] Era só olhar e levar (Novais).

Um exemplo: Cerâmica. Tinha uns dez modelos, pronto! Freguês satisfeito. Hoje? Tem de ter catálogo, tem de ter fotografia, conceito, mapa de cores, projeto de arquitetura, entrega rápida, preço bom e

dividido no cartão. Se não foi assim, ele vai na concorrência⁴⁵ e encontra tudo isso. (Amorim).

Quanta gente tem orgulho dessa cidade hoje só por causa desse monte de empresas estrangeiras que estão aqui [...] Eu não! Bom era o tempo que a renda dessa cidade ficava aqui mesmo. Boa era a época que o conquistense valorizava o povo da terra. Hoje a gente não tem nem prestígio. (Miranda).

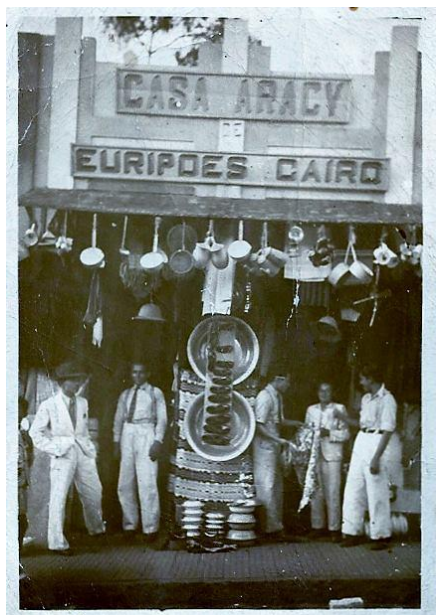
Imagem 02: Rua Francisco Santos em 1938.



Fonte: <http://tabernadahistoriavc.com.br/rua-do-espinho-ou-rua-dos-pinheiros/>

Imagem 03: Magazine Aracy em 1939.

⁴⁵ Válido ressaltar que Amorim se refere a uma grande concorrente franquizada a uma rede nacional no ramo de material de construção. Tal loja possui diversidade infindável de mercadorias, além da localização e instalações altamente privilegiadas.



Fonte: <http://tabernadahistoriavc.com.br/magazine-aracy/>

As imagens, embora usurpem a totalidade da situação, permitem vislumbrar a “lentidão” de um cotidiano marcadamente dissociado do frenesi imposto pela sociedade globalizada. As exigências de metas de vendas, a concorrência entre comerciantes, as opções de mercadorias, bem como a agitação hoje marcante no trabalho comercial não eram aspectos significativos naquele período. As imagens 03 e 04 revelam lojas tradicionais da cidade, com proporções significativas para o período em que estão situadas. Nota-se pela arrumação dos espaços comerciais que já existia influência de padrões arquitetônicos importados, com alguns traços de estrangeirismos, entretanto, os conceitos, bem como as logomarcas, ainda tinham algum teor local. Assim, a estética globalizada já exercia alguma influência, mas longe do grau definidor da atual arrumação comercial que tão pouco considera os regionalismos.

Imagem 04: Confeitaria Araci em 1966.



Fonte: http://iconquista.blogspot.com.br/2008/07/foto-do-dia-uma-volta-ao-passado-de_29.html

Até mesmo os grandes estabelecimentos locais obedeciam ao tato próximo com o consumidor, aderindo pontualmente a modelagens importadas de fora. Isso evidencia que as características do consumo também seguiam um nexo próprio e que a arena concorrencial não estava tão acirrada, permitindo que os modelos de gestão não fossem desafiados a incorporarem novas posturas nas relações comerciais. A imagem 05 mostra um grande mercado local que, mesmo contendo grande influência na economia local, apresentava um ritmo interiorano, com formato de consumo equalizado às demandas locais.

Imagem 05: Super Lar, inaugurado em 1980.



Fonte: <http://www.blogdoanderson.com/tag/superlar/>

É preciso salientar que até os anos 1990, não existia claramente no imaginário do consumidor conquistense o binômio negócio local x negócio estrangeiro. Até esse período, a totalidade dos empreendimentos comerciais que aqui operavam era pertencente ao pequeno burguês local, muito embora o discurso e o valor simbólico de empresas estrangeiras já insinuava o imaginário das pessoas através dos veículos de informação. As formas de gestão locais ainda não tinham sido de todo convencidas sobre as tendências econômicas internacionais, que somente na segunda metade dos anos 1990 conseguiram mobilizar ideologicamente as relações de consumo e, por efeito, sistematizar a dinâmica segundo os descompassos da mundialização da economia.

Eu tinha negócio num período mais simples. Hoje tudo está muito moderno e eu nem sei te dar opinião sobre o que existe agora [...] Posso afirmar que eu gostava sim de ter uma madeireira, mas hoje melhor não, tanto por causa da minha idade, como também por conta de um mercado difícil esse que está aí. (Santino).

É mediante a necessidade de chamar a atenção da clientela que hoje as lojas do comércio local poluem-se de recursos visuais e sonoros, obedecendo a modelos de organização ditados pela rede a qual são franquizadas. Essa situação não se restringe a um ramo em específico, mas é notória em toda modalidade de vendas e, hoje, em todo tamanho de estabelecimento comercial.

Alice (28 anos), vendedora de uma grande loja de eletrodomésticos, se incomoda com a agitação barulhenta do comércio, mas, ao mesmo tempo, se conforma com a ideia de que “só assim atraímos clientes”, afinal, do contrário, o silêncio abre espaço para a concorrência. É nesse tom que o comércio local se tornou ruidoso e agitado, entrecortado por faixas, *outdoors*, trânsito pesado, gente apressada e desconforto térmico em função da construção predial. A “modernidade” agrava o estresse e a vulnerabilidade dos trabalhadores, que não mais se sujeitam às sujas fábricas do século XVIII ou às inóspitas montadoras de veículos do século XIX, porém hoje são postos numa arena concorrencial ferrenha, composta de estresse emocional e, sobretudo, da subjugação sob um ar debochado de artifícios desarmônicos que compõem a decoração visual e sonora das lojas. O espaço de trabalho é, portanto, um dos meios para se compreender a forma como a empresa deseja tratar seus empregados, que naquele ambiente se tornam parte da imagem

que se monta no interior da loja. A desarmonia de cores e sons, também presente na indumentária e conduta dos comerciários, permite constatar que as empresas também usam os sujeitos como forma de atração de clientes, sonhando qualquer traço de humanização do vendedor, agora sobreposto por estratégias irônicas de fomento ao consumo.

Desse modo, as formas de exploração adquirem novos contornos em sincronia com a história do sistema capitalista, assim como a precarização do trabalho e as formas de resistência, que estão inscritas no tempo, se revelam como substrato das estratégias de perpetuação do capital. Falamos aqui, portanto, de muitas formas de exploração e resistência nas relações de trabalho, cuja análise recruta considerar também o tempo histórico em que essa estrutura se monta.

Embora saibamos que as formas de exploração adquiram contornos sutis em tempo de flexibilização, movido mais hoje pela subjetividade e o engajamento ideológico que pela força bruta, também é útil salientar que os trabalhadores encontraram formas de resistência bastante pontuais. Seja fazendo uso da máquina de cópias em benefício próprio, seja burlando o horário de folga ou reagindo morosamente a uma solicitação, os trabalhadores reagem a sensação de exploração com condutas solitárias, pouco mobilizadas, mas que expressam em seu isolamento uma latente rebeldia. Evidentemente, essas formas de resistência não se configuram no projeto esquerdista para a classe trabalhadora, mas permitem compreender que em sua trivialidade das relações no trabalho, como entende Thompson (1997), os sujeitos se forjam situações ou extraem benefícios de uma classe que lhes parece estranha, numa hierarquia diferenciada daquele nível que lhe agrega identidade. É mais recorrente, um trabalhador se apropriar de algo pertencente ao que não seria “classe trabalhadora”, pois usurpar do colega seria um ato covarde nessas condições, eticamente mais reprovável. Se há possibilidade de trocar um dever do trabalho por um passeio virtual pelo *Facebook* via celular, o trabalhador o faz, ciente de que esse pequeno delito não danifica a si mesmo ou a um parceiro, mas lesa, de certa forma, aquele que seria o “não trabalhador”, ou seja, o burguês.

É no compartilhar de experiências e representações que memórias se cristalizam e se conflitam no grupo social. Nesses termos, a classe trabalhadora se mostra como um marco social da memória, por onde decantaram visões de mundo articuladas a subsequentes contextos históricos, que ancoram trajetórias peculiares de vida. Desta feita, o modo pontual de resistência tem uma razão de ser, explicável tão somente pela

meticulosa arquitetura ideológica do capital que interpenetra representações e equaliza perspectivas de mundo. Os trabalhadores que analisamos nasceram sob o signo do neoliberalismo e, como tal, não poderiam ter uma forma de interpretação tão distante dessa perspectiva individualista. Destarte, o conceito de classe trabalhadora e a forma como os sujeitos nela se inserem, passa por formas particulares de interpretação, permeáveis a representações e persuasões trafegadas na vida cotidiana.

O que insistimos aqui é na percepção de que o mais elementar cotidiano dos trabalhadores e o mais comum modelo de gestão arquitetado nas relações comerciais possuem vinculação a uma arquitetura maior de significações, valores e articulações associadas ao tempo histórico do capitalismo.

6.3. REPRESENTAÇÕES E MEMÓRIAS

Para operacionalização da pesquisa dentro do campo empírico proposto, realizamos entrevistas com comerciantes, comerciários, além de aplicarmos questionários com cerca de cinquenta trabalhadores do comércio local nos mais distintos ramos e funções (caixas, supervisores, assistentes, vendedores). As idades também foram bastante variáveis, porém foi imediata a constatação de que todos os entrevistados notaram mudanças substanciais na realidade econômica do município nesses últimos anos.

Os comerciários mais jovens (idades entre 18 e 25 anos) chamam atenção para mudanças mais superficiais, como aquelas patentes no espaço geográfico da cidade ou na popularização dos instrumentos de tecnologias; ao passo que os mais velhos (acima dos 30 anos) chamam atenção para transformações nas relações de trabalho e no cotidiano das pessoas, especialmente no que tange às vinculações com os comerciantes e clientes. Assim, o inter cruzamento das opiniões, advindas das mais variadas faixas etárias, é imprescindível para entender a forma como se dá a relação entre o mundo de significados e as condições concretas de existência que se desenrolam historicamente.

Hoje eu acho que essa cidade melhorou demais [...] Eu não conseguiria morar num interior como Conquista era, quando não tinha nada pra fazer (Felipe, comerciário, 19 anos).

Muita coisa melhorou mesmo, mas eu ainda prefiro Conquista um tempo atrás [...] Tinha mais união entre as pessoas [...] Hoje é um querendo passar por cima do outro. (Mauro, comerciante, 38 anos).

Gosto de morar aqui porque temos opções do que fazer no final de semana, também porque no trabalho a gente tem oportunidades que antigamente não existiam (André, comerciante, 22 anos).

Muita coisa melhorou nessa cidade, mas piorou também: engarrafamento, violência, falta de tempo também não é exclusividade de São Paulo (Antônio, comerciante, 37 anos).

Outra diferença também marcante entre os sujeitos de distintas idades é a forma como respondem às mudanças. Confirmando Sennet (2007), os mais velhos são mais resistentes e questionadores sobre as transformações, ao passo que os mais jovens se predispõem facilmente a novos desafios impostos pelos gestores. Um dos entrevistados, Mauro (38 anos), trabalhador de uma grande loja de eletroeletrônico, reconhece que as lojas têm resistência em contratar pessoas que já passaram dos 30 anos e, segundo ele, isso se deve à obsolescência no comportamento dos mais velhos.

Eu já tive amigos me enviando currículo, mas quando passa dos trinta e tantos anos, eu já imagino que vai ser difícil [...] Eu não sei porque, mas acho que a gente vai ficando meio sem forças e também não sabe reagir do jeito que as empresas modernas precisam (Mauro, comerciante, 38 anos).

O comerciante admite que pessoas de mais idade se mostram mais engajadas em lutas por direitos e mostram-se conscientes de leis trabalhistas, ao passo que os mais jovens parecem atribuir seus direitos ao futuro, sentindo-se mais vulneráveis à arbitrariedade imposta pelo emprego atual. Mauro confessa que na década de 1990, quando iniciou suas atividades no comércio, essa realidade também era notória, especialmente porque os mais velhos tinham vivenciado movimentos sociais de décadas anteriores e traziam uma herança de resistência contagiante. Hoje, o entrevistado diz, com pesar, que o conformismo parece ter abocanhado os novos trabalhadores que facilmente se satisfazem com as condições impostas.

Quando o pessoal percebia que o gerente estava pegando pesado, todos reclamavam [...] A insatisfação tinha voz [...] Hoje aqui é cada um por si,

brigamos por clientela, competimos nas comissões e todo mundo quer ser o mais bem visto (Mauro).

Outro entrevistado, Júlio, trabalhador do comércio, afirma que direitos trabalhistas como décimo terceiro salário, intervalo para almoço ou salário família, soam como bônus surpreendente para os mais jovens. Esses últimos se sentiriam, segundo o entrevistado, presenteados pelo comerciante com esses direitos, fato que, muitas vezes, retém diversos jovens nesse ramo de trabalho por um longo período, num conformismo com as “bonificações” que buscam escamotear a exploração.

Essa turma jovem aí pensa que salário é favor de patrão [...] Quando sai o décimo terceiro só faltam agradecer ao gerente [...] Depois que exploram tanto, é pouco o que fazem no final do ano (Júlio, comerciário, 35 anos).

O diretor do sindicato dos comerciários de Vitória da Conquista, atuante na área há vinte anos, informou que hoje encontra grandes dificuldades de mobilizar a categoria, especialmente entre os jovens que compõe parcela considerável dos afiliados. O entrevistado entende que diversas medidas do governo contribuíram para suavizar a sensação de exploração, a exemplo da bolsa família e dos incentivos a estudo no ensino superior privado que, segundo ele, geraram uma sensação de melhora entre a classe trabalhadora. Cabe lembrar o que debatemos no marco teórico acerca da desfiliação generalizada dos trabalhadores com a categoria. Por meio de Castel (1998), Druck (2011) e Harvey (1993), observamos a importância dada pelo capital a elementos subjetivos dos trabalhadores, como o senso de identidade, muito frequentemente afetados por discursos ideológicos que defendem a acumulação inconsequente. Os trabalhadores, evidentemente, não são impermeáveis e imunes a tais articulações discursivas e, tão logo, reproduzem em suas falas os posicionamentos equalizados ao nexos acumulativo do capital.

Antes, quando a gente convocava os sindicalizados era muito mais fácil porque o pessoal se sentia explorado. Hoje com esse consumo, com esses programas de governo que dão dinheiro, com essa campanha de crescimento econômico aí, a turma só procura sindicato quando tem problema grave (Guimarães, sindicalista).

É útil salientar o empenho ideológico dos seguidos governos nas últimas décadas que, apoiados por uma estrutura global de dissolução dos sindicatos, se empenharam na

construção ideológica de um conformismo com a sensação tênue de melhorias. A tentativa de injetar na subjetividade dos trabalhadores uma consciência burguesa, apoiada no consumismo, no ideário da empregabilidade e num individualismo extremo foi primordial para o resultado hoje notório: pessoas que entendem o alargamento do poder de consumo como atributo suficiente à classe trabalhadora, hoje mais envolta por reivindicações postas na esfera individual do que na esfera coletiva. Nesse aspecto, a individualização do trabalhador e sua identificação com a lógica acumulativa do burguês representa a triunfo de um projeto de sociedade para Vitória da Conquista, operante dentro de muitas temporalidades e especificidades, mas articulada a intencionalidades típicas de um regime empenhado em garantir a perpetuação do capital.

Não concordo com esse negócio de greve [...] Quem não concorda com o salário que ganha, que saia do emprego. Acho que pessoas procuram desculpa para não trabalhar depois que conquistam o emprego (João, comerciário, 25 anos).

Esse raciocínio coincide com as afirmações de Castel (1998, p. 459), quando menciona que os trabalhadores abdicaram da ação coletiva revolucionária, para deixarem-se seduzir “pelas sereias da sociedade de consumo, [...] enquadrada por aparelhos sindicais e políticos reformistas...”. Por este motivo, Guimarães, diretor do sindicato de comerciários, afirma que em momentos anteriores a mobilização parecia mais fácil, uma vez que atualmente a consciência de classe trabalhadora recebe ruídos de uma autopercepção aburguesada, ocupada por demais com a realização individual que o consumo e o aparente *status* social pode oferecer. Em outras palavras, Guimarães reconhece que a mobilização sindical parece ter se tornado uma forma antiquada de reivindicação de direitos, soando como antítese do trabalho que, nessa concepção, incondicionalmente honra o cidadão. Essa percepção se agrava entre os trabalhadores mais jovens, que parecem desdenhar da organização sindical, entendida, em grande parte, como elemento prescindível e, portanto, oponente às “novas” atribuições de um trabalhador flexível.

Numa época em que se tinha noção de coletivo, as pessoas ganhavam ruas, lutavam, enfrentavam seus problemas. Hoje movimentos são muito sem sentido [...] Acho que falta de visão coletiva é o que mais me

dificulta em movimentar o pessoal [...] Quando me procuram, eu atendo sim, mas noto que os problemas são todos individuais (Guimarães).

Os próprios trabalhadores, em grande parte, confirmam essa percepção através de seus relatos que reconhecem a importância do sindicato e, inclusive, admitem já terem recorrido em condições atípicas, entretanto essa vinculação sindical ocorre de modo encoberto e não declarado. Parece haver um constrangimento em expor o assunto, uma vez que o sindicalismo não é mencionado como entidade que gere coesão ao senso de pertença daqueles sujeitos à classe, pelo contrário, sindicalizar-se é sinônimo de obrigatoriedade e de precaução mediante questões de ordem judicial e trabalhista. Apesar dos esforços dos líderes em promover eventos como jogos, palestras ou confraternizações, a frequência da maioria dos associados parece forçosa. Felipe, um comerciário entrevistado, entende que sindicalizar-se “é tipo plano de saúde, a gente tem que ter, pois não sabe o futuro”.

Sindicato é importante demais [...] A gente sabe que para ser demitido é fácil, mas se isso acontecer comigo eu vou buscar o sindicato para entender meus direitos. É importante ter para prevenção desse tipo de coisa. (Felipe, comerciário, 19 anos).

Concordamos com Alves (2011) quando menciona a captura da subjetividade como parte fundamental do projeto burguês para o capitalismo flexível, capaz de convencer sutilmente que a identidade dos trabalhadores deva ser desprendida daqueles que pertencem à mesma condição, fisingando suas referências aos padrões de consumo e embrutecendo pela individualidade de uma consciência equalizada à priorização ao sucesso pessoal. Não estamos insinuando que a resistência tenha sido extinta, pelo contrário, acreditamos que existem novas formas de burlar o sistema e rebelar contra ele, contudo, a articulação coletiva engajada em causas de classe, essa parece estar apaziguada por uma luta agora individualizada e pontual.

Aqui as pessoas falam que são todos de uma família, mas na realidade é cada um por si. Ninguém é amigo de ninguém na prática [...] Se eu não me cuidar sou passada para trás mesmo. (Alice, comerciária, 28 anos).

Os entrevistados, quando relataram ter recorrido ao sindicato, falam de questões de interesse próprio, nenhum comerciário salientou a coesão da categoria como motivo para o sindicalismo. Márcia, por exemplo, relata que é sindicalizada por uma questão de

prevenção apenas, pois em casos de demissão por injusta causa, não recebimento de direitos trabalhistas ou acidentes no trabalho, a comerciária entende que o sindicato, nessas situações, tem papel indispensável. Esses pontos de vistas tomaram uma proporção quase epidêmica, pois no momento em que são compartilhados, tornam-se convincentes por serem envoltos num sentimento de identidade com o coletivo. Assim sendo, compartilhar corriqueiramente o significado de sindicalizar-se implica em disseminar visões de mundo atreladas ao modelo ideológico presente no espaço de trabalho desses sujeitos. Observemos que a entrevistada não descarta a relevância do sindicato na luta de causas coletivas, mas sequer as menciona.

Sindicato é muito importante [...] Conheci pessoas que já recorreram em casos de acidentes no trabalho e demissão injusta [...] Por isso que ninguém pode ficar desfilado, senão pode ocorrer o mesmo e não ter como pagar advogado ou lutar por direitos (Márcia, comerciária, 29 anos).

A visão assistencialista sobre o sindicalismo permite interpretar o tom de obrigatoriedade, precaução e formalidade do “ofício” de sindicalizar-se como um ato externo ao sujeito, longe de representá-lo. O trabalhador não nota o sindicato como parte de si, como membro representativo legítimo de sua categoria, aliás, a própria expressão “categoria” se mostra coesa por demais para denotar a ideia aqui redigida. Quando não individualizado, repartido ou dissipado, o senso de identidade dos trabalhadores mostra-se muito mais próximo da perspectiva burguesa. Assim, a tese do “aburguesamento” criticada por Castel (1998) não ocorre dentro das reais possibilidades de inserção social e salarial dos trabalhadores, mas existe apenas como abstração, cooptando a autopercepção desses sujeitos.

É oportuno lembrar que Halbwachs (2006) entende que a memória funciona a partir de elementos comuns que ligam as pessoas e essas “bases comuns” se situam no “espírito”, ou seja, é subjetivação. A partir daí, fica clara a ideia de que o trabalhador não precisa ter condições materiais do burguês para se sentir como tal, de igual modo, ele não precisa notar semelhanças com os membros do sindicato para repudiá-lo. A identificação com certo grupo social ou a rejeição de outros tantos, opera através de ideologias circundantes e não necessariamente do teor homogêneo sugerido por expressões estanques, como “categoria”.

Toda arte do orador talvez consista em passar aos que escutam a ilusão de que as convicções e as sensações que neles desperta não lhes foram sugeridas de fora, mas surgiram neles mesmos, que o orador apenas adivinhou o que se criava no segredo de sua consciência e se limitou a emprestar-lhes sua voz. De qualquer maneira, cada grupo social se empenha em manter semelhante persuasão em seus membros (HALBWACHS, 2006, p. 64-65).

O autor aponta uma ideia bastante cabível para se pensar os programas de treinamento nesse contexto de flexibilização. A ideologia circundante nos recentes modelos de gestão faz uso dissimulado de estratégias para adentrar o campo afetivo e emocional dos trabalhadores, arrebatando-lhes o “espírito”. A retórica dos treinamentos insiste na subjetividade como matéria-prima de dominação, dissimulando a identidade pela incorporação de interesses burgueses como legítimos a totalidade dos trabalhadores.

Outro fator preponderante, também pontuado pelo diretor do sindicato dos comerciários, tem sido o fascínio que o poder de compra dos trabalhadores tem gerado. A sensação de hoje poder comprar uma motocicleta do ano, bem como adquirir aparelhos de tecnologia de ponta deixa a impressão de que nunca a vida do assalariado foi tão boa. Todos os entrevistados entendem que houve melhorias substanciais nas condições de vida da classe trabalhadora nos últimos anos. Alguns comerciários fizeram ressalvas (que serão detalhadas à frente), mas o sentimento de que “finalmente é a vez do ‘pobre’ poder comprar” é categórica.

Meus pais falavam como a vida era difícil antes [...] Recebiam o salário no final do mês e três dias depois já não dava pra comprar nada direito [...] Eu já tenho meu carro, tenho meu quarto com TV, dvd... Agora finalmente é a vez do pobre também poder comprar. (João, comerciário, 25 anos).

De fato, enche os olhos poder parcelar um carro popular e poder estacioná-lo na frente da loja, atrai a atenção manter um *tablet* na mochila com acesso a diferentes meios de vinculações sociais, é significativo viajar de avião para Salvador nas férias ou pagar escola particular para os filhos. Essas realizações de compra foram orgulhosamente pontuadas por diversos entrevistados que, unanimemente afirmam que nunca se teve tamanho acesso ao consumo. Muito francamente, como falar em agravamento da realidade social, quando se tem uma sensação geral de acesso ao consumo? Como tratar de pautas de

reivindicação, quando o consumo consensualmente parece sintetizar o conceito de qualidade de vida para as pessoas?

A ascensão do poder de compra da classe trabalhadora é parte significativa desse apaziguamento da mobilização, pois, articulando o suposto aumento do poder aquisitivo com a ideologia da empregabilidade – que transfere aos trabalhadores a responsabilidade por construírem-se como cidadãos bem sucedidos – não há mais contra quem lutar e por qual razão lutar.

Um dos questionamentos no qual insistimos foi “Comparando com a realidade que você vivenciou ou ouviu falar, como você entende a realidade atual? Houve melhoras ou pioras?” Nesse momento, os entrevistados acionaram a memória social, invocando posicionamentos suscitados do convívio com o grupo, fato que reforça nossa tese de que as condições concretas de existência moldam as representações comuns e, quando trafegadas pela memória no curso da história, inter cruzam “velho” e “novo”, passado e presente que se diluem na experiência de vida e no discurso.

Eu trabalho porque preciso conquistar meu espaço na vida [...] Não gosto muito desse emprego aqui não, mas aqui tenho oportunidade de crescer e dar orgulho para meus pais (Lucas, comerciário, 20 anos).

Desde cedo eu sempre trabalhei muito [...] Acho que foi a educação que meus pais me deram e acabei sendo trabalhador como eles sempre foram (Márcia, comerciário, 29 anos).

Não tem coisa melhor do que você comprar suas coisas sem depender de ninguém. Hoje eu sou assim porque sempre reconheci o valor de trabalhar [...] Nunca gostei de ficar em casa sem nada pra fazer [...] Quero fazer carreira e dar orgulho para minha família (André, comerciário, 22 anos).

Embora haja concordância generalizada sobre melhoras nas condições de existência do assalariado do comércio, houve algumas ressalvas quase que imperceptivelmente pontuadas. Sandra (27 anos) observou que existem melhorias sim, porém a concorrência e desunião entre os comerciários hoje parece ter sido acirrada. Felipe (19 anos) salientou que seus pais podiam almoçar em casa e hoje, lamentavelmente, o tempo e a “correria” não lhe permite este “luxo” (palavras do entrevistado). Mauro (38 anos) apontou o conforto proporcionado pela razoável melhoria no poder de consumo, mas notou que antes os trabalhadores se ajudavam, alternavam atividades, permitiam rotatividade de funções e

suas comissões não os punha numa arena concorrencial tão violenta e desumana. Mauro se referiu aos anos 1990, período em que o processo de deterioração das relações de trabalho já estava dando sinais de que esta seria uma tendência irrevogável, mas essa década ainda continha características tradicionais de vínculos empregatícios minimamente sólidos e relações trabalhistas ainda humanizadas. A avalanche de franquias que aqui aportaram distanciou demasiadamente a relação empregador/empregado, gerando uma impessoalidade que dissolveu o senso de pertencimento do trabalhador em relação ao seu ambiente de trabalho, visto, não como extensão de si mesmo e produto da sua relevância, mas como ambiente hostil, situado numa posição ambígua, ora como mero “ganha-pão”, ora como espaço que violenta sua autoestima e aprisiona suas potencialidades.

A memória dos entrevistados participa ativamente da formulação das representações e narrativas, mostrando-se diluída nos argumentos, nas histórias ou situações apresentadas. Tanto comerciantes, como os comerciários recrutaram o passado para substancializar seus argumentos, embora ambos os grupos tivessem posicionamentos diametralmente opostos sobre os questionamentos realizados.

Não precisa nem dizer para você que essa cidade enriqueceu, basta olhar para o passado e comparar agora [...] Tudo hoje é mais fácil, além de termos opções de coisas pra comprar sem necessidade de ir para capital nenhuma (Júlio, comerciário, 35 anos).

A cidade está vivendo outra realidade hoje, mas o problema é que esse comércio aí enriquece rico e empobrece pobre. Agora é a vez dos grandes [...] vocês que são jovens tem de procurar fazer concurso, estudar, porque comércio hoje não banca ninguém mais (Novais, ex-comerciante).

Olha a quantidade de lojas que este centro tem [...] Essa cidade tem dinheiro demais, aqui dá para viver bem se souber como investir. (João, comerciário, 25 anos).

Esse crescimento aí serve para quem já era rico antes [...] Na minha opinião, o consumidor se tornou exigente demais, desvalorizando seu povo e querendo imitar tudo o que vem de fora. Bom mesmo era quando nada disso aí existia. (Marli Miranda, comerciante).

Os comerciantes tendem a visualizar com negatividade todas as transformações advindas do “novo” capitalismo flexível, especialmente porque redundaram em bancarrota de suas atividades comerciais; ao passo que os comerciários são atingidos por uma euforia

inquietante. O trabalho subjetivo dos novos modelos de gestão, aliado à ascensão do poder de compra desses sujeitos, deixaram a constatação de que hoje é melhor ser classe trabalhadora do que ontem, tanto porque “somos treinados e desafiados”, como porque “podemos mais” (expressão empregada por Felipe, comerciário entrevistado de 19 anos).

As posições são múltiplas em função do local onde estes indivíduos desenvolveram suas vidas. As narrativas comparam ontem e hoje dentro de condições concretas que participam das múltiplas trajetórias de vida que fazem dos homens hoje reflexos de uma infinidade de variáveis que aqui não comportaríamos mencionar. As opiniões dos entrevistados carregam interesses ideológicos dos grupos, aos quais todos nós inevitavelmente tendenciamos a realçar nos discursos.

Desse modo, a nossa tese de que a captura da subjetividade imposta pelo “novo” capitalismo flexível, articulado à estrutura neoliberal que se propagou principalmente nos governos dos anos 1990, é verdadeira à medida que as palavras dos entrevistados demonstram anuência com ideário burguês, assentado na individualização do trabalhador e enrijecimento da mobilização a partir da sensação de alcance de padrões ideais de consumo. Também constatamos a tese de que a memória se articula à sensação de identidade de distintos grupos (POLLAK, 1992), cujas trajetórias de vida se apegam a condições concretas que, inevitavelmente, participam da formulação dos discursos. A memória é, sim, seletiva por natureza, e como tal está propícia a redesenhos em função de interesses específicos de grupos sociais, logo, por razões óbvias, a memória do trabalhador é distinta da memória do pequeno burguês local. Falar da realidade econômica de ontem e de hoje é, portanto, inscrever opiniões em experiências (vividas ou herdadas) e por realidades materiais totalmente adversas. De todo modo, negligenciar a materialidade da vida que participam da formulação das muitas opiniões, significaria concordar com um idealismo do qual não compartilhamos. As vidas se precipitam numa concretude que monta os cenários e se arquiteta no imaginário das pessoas. Narrar, portanto, é recompor uma memória carregada de emoção, e, sobretudo, apoiada num mundo material.

Lembro que minha avó tinha só uma TV velha para a família toda [...] Hoje eu tenho uma TV de LED no meu quarto e vou comprar outra para meu filho. Isso é melhoria para todos. (Antônio, comerciário, 37 anos).

Minha mãe sempre pegava ônibus para trabalhar [...] Agora eu sempre dou carona, ajudo na feira mensal, temos um carro que deixa tudo mais fácil. (João, comerciante, 25 anos).

Essa loja aqui é popular, mas as coisas que se vende são muito boas. São coisas de luxo com preço barato para o povo. Antes só rico que podia comprar essas coisas todas. (Mateus, comerciante, 23 anos).

Assim, a memória e todo seu poder de reelaboração a partir do presente, como afirma Halbwachs (2006), não é jamais imparcial, mas é moldada e remoldada com cargas fortes de ideologias que lhe atribuem substância. Falar do comércio local de ontem implica em recorrer a ideologias circundantes e narrar pela seleção de episódios, de modo a robustecer o argumento de que “antigamente era melhor” ou “antigamente era pior”. Antes de agarrarmos a uma dessas opiniões e nutri-las de argumentos, há que se entender que elas derivam de experiências de vida, elas suscitam da identidade que compõe histórias pessoais intimamente atingidas, seja para melhor ou para pior, pelas transformações globais do capitalismo.

6.4. Identidades corroídas

Há um sutil desconforto implícito nas narrativas dos mais “velhos”. Apenas aqueles que passaram dos 35 anos, o que não inclui os comerciantes e ex-comerciantes, parecem expectadores assombrados com o que presenciavam. Esses sujeitos de mais idade não se sentem protagonizando a cena, percebem-se agora assistindo o desmonte de uma cidade que outrora lhes “pertenceu”, pela amputação do “atraso” e levante do “arrojado”.

Hoje eu precisaria estudar muito, aprender demais para abrir um negócio. O que eu sei é sobre outro tempo e não mais serve para esse desenvolvimento todo dos dias de hoje. (Pinto, ex-comerciante).

Essa sensação agonizante se mantinha nítida no diálogo com os entrevistados mais “velhos”. O desconforto é motivado por uma perda de controle e autoridade sobre o tempo presente, num recolhimento à própria obsolescência. Para os entrevistados, a novidade conferida aos novos modelos de gestão e às tendências estrangeiras que orientam o perfil do consumo local chega a ser sufocante para emitir opiniões. Esse constrangimento justifica as dificuldades dos entrevistados mais “velhos” em emitir opiniões acerca do tema

investigado e a insegurança sobre a utilidade de suas narrativas para o trabalho que desenvolvemos. Vez ou outra surgiam observações do tipo: “Hoje tudo mudou, não sei se posso ajudar”, “Não se pensa atualmente como na minha época”, “Dentro do possível eu te respondo, mas não sei se na minha idade ainda posso falar sobre isso” ou “Se quiser eu te apresento meu filho, ele está mais por dentro disso que você quer saber”. Mesmo que insistíssemos nas suas narrativas, para os entrevistados mais “velhos” suas opiniões eram ultrapassadas e pouco relevantes para serem relatadas.

Abrir uma loja pequena perto dessas que tem ai, deixa a gente é com vergonha. Se um conquistense hoje quer arriscar, que instale essas bancas que pedem pouco investimento e se tem menos risco de prejuízo (Novais, ex-comerciante).

Eu tenho dificuldade nas palavras, se eu disser alguma coisa errada, pode me corrigir. [...] Sou de uma época mais simples... as coisas eram mais fáceis de entender. Hoje eu nem entendo o que tem escrito nessas placas ai. (Júlio, comerciante, 35 anos).

Esse desconforto em versar sobre as transformações vivenciadas pela economia local se justifica porque as rupturas foram bruscas e invasivas à medida que impuseram a novidade de modo muito mais rápido do que se pôde acompanhar. De repente, aquela antiga loja do centro foi demolida para ceder espaço ao gigantismo de uma rede recém-chegada, em seguida, a fachada de uma lojinha foi sendo alterada para ganhar um novo nome e uma nova roupagem e, finalmente, a mídia anunciava a novidade e a população, uníssona, acatava. Como externar saudosismo quando há consenso de que agora tudo mudou, e mudou pra melhor?

Tudo hoje é diferente, mas é assim mesmo [...] Na vida tudo muda, não é verdade? O comércio e a economia também mudam, é a lei da vida mesmo [...] Ninguém pode exigir que tudo hoje seja igual há cinquenta anos. (Silveira, ex-comerciante).

Para avigorar essa análise, é útil insistir na ideia de que as mudanças impostas pela acumulação flexível são, também, impressas no espaço geográfico, tornando-se imponente pela megaestrutura montada na malha urbana. A altivez da economia capitalista hostiliza a simplicidade, principalmente porque tem sido polarizada por megaempreendimentos

capazes de estabelecer padrões de gestão que penetram os mais remotos espaços do globo. Nesse sentido, a imponência do capital transnacional se sobressai de tal forma no espaço geográfico, que constrange qualquer forma de simplicidade, tanto pela impiedosa concorrência, como também pela ideologia que “recolhe” o simplório à marginalidade da economia. Na magnitude desse fenômeno, os mais “velhos” se notam ultrapassados, veem-se prendidos a um passado “simplório” e descolados da complexidade do mundo “moderno”.

Minhas mercadorias ficavam expostas em araras ou tablados. Não era necessário todo esse requinte de hoje nessas lojas de departamento [...] O freguês gostava de tocar nas peças, hoje ele prefere olhar na vitrine ou na foto da revista (Novais, ex-comerciante).

Os tecidos ficavam pendurados ou em rolo [...] As pessoas eram mais rápidas para comprar e não perguntavam se tinham cores que só elas sabem o que são. (Moura, comerciante).

As pessoas fazem questão de vitrines hoje, tanto que elas chegam aqui e se não tiver a mostra, ninguém quer. Preferem lojas como Riachuelo que tem vitrines grandes e podem vestir seus manequins sem encardirem pela poeira que temos aqui. (Marli Miranda, comerciante).

Sobre o espaço, Halbwachs (2006, p. 157) entende que “as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis do nosso eu” e, como tal, interpenetram em nossas representações. O espaço contém a materialização de memórias ancoradas em *lócus* aparentemente estáticos, mas que, na verdade, movem-se em sincronia à dinâmica social. Desse modo, ao deciframos os objetos contidos no espaço a nossa volta, incorporamos os sentidos por eles exalados e aplicamos nossas memórias individuais que, permanentemente, colidem e ratificam as memórias sociais. Evidentemente esse processo não é harmônico, é contraditório por natureza porque envolve múltiplas variáveis, como gênero, classe social, etnia, posicionamento políticos e tantos mais que não temos possibilidade de debater no presente trabalho.

É útil lembrar que a memória é seletiva e conflituosa, mostrando-se dinâmica e permeável a sentidos socialmente negociados. De igual modo, a forma como interpretamos as mudanças do espaço toca a memória individual, posta dentro de marcos sociais. Assim, quando entendemos que a consciência é fruto das relações cotidianamente existentes, de

forma semelhante as leituras de mundo são resultado dessas relações corriqueiras e estão longe de ser homogêneas e, necessariamente, uníssonas ao grupo que o sujeito pertence.

A contradição marca a forma como as pessoas interpretam as mudanças no espaço, pois, embora falemos de espaços externos a esses sujeitos e, portanto, susceptíveis a remodelagens da dinâmica capitalista global; tratamos também de uma sensação falsa de propriedade. Esse sentimento deixa uma frágil impressão de que os objetos que compõem o espaço nos pertencem simplesmente porque compõem cenários apropriados por nossa memória e, quando são assujeitados às remodelagens do sistema, logo temos uma sensação momentânea de indignação e estranheza. A demolição dos cenários, para ceder lugar à “novidade” advinda do expansionismo capitalista, então, violenta nosso senso de pertencimento, extirpa-nos o desejo de conforto decorrente da sensação de continuidade e pertencimento.

Sim, é inevitável que as transformações de uma cidade e a simples demolição de uma casa incomodem, perturbem e desconcertem alguns indivíduos em seus hábitos [...]. O passeante sente que toda uma parte sua morreu com essas coisas e lastima que não tenham durado pelo menos o tempo que lhe resta de vida (HALBWACHS, 2006, p. 163-164).

Cabe acrescentar, então, que a imposição espacial do “novo” capitalismo ocorre mediante a espetacularização do consumo em sintonia com tendências globais que se metamorfoseiam numa velocidade perturbadora, tornando-se indigesta para aqueles que são fruto de outra época. Os comerciantes e ex-comerciantes entrevistados confirmaram tal fato: “sou de uma época em que o freguês era chamado pelo nome” (Marli Miranda, comerciante), “eu apostava no comércio porque, tanto o governo, como a população, valorizava o que era da terra” (Novais, ex-comerciante), “se eu não tivesse investido na loja, teria ficado de fora [...] observe a fachada dessas lojas novas: são grandes, tomam quarteirões inteiros e dão impressão de credibilidade” (Amorim, comerciante).

Essa pujança do capitalismo, imposta agressivamente no espaço, afetou todos os ramos comerciais: lojas de material de construção hoje contrastam com franquias de gigantismo avassalador, lanchonetes se comprimem em meio *fast-foods*, lojas de confecções se acomodam modestamente entre famosas redes do varejo como C&A, Renner ou Riachuelo. Obviamente, quando falamos desse gigantismo, não apontamos apenas a grandiosidade física e espacial, pois isso também inclui a magnitude ideológica exalada

pelas logomarcas e conceitos implícitos nas referências impostas pelo comércio transnacional. Uma *logo* de uma rede de lanchonetes norte-americanas contém uma infinidade de estímulos, contraditoriedades, conceitos, *designs* e intentos que afetam as emoções e solicitam encanto.

Assim sendo, a espacialidade do referido fenômeno monta uma “nova” cidade, cuja sofisticação é antítese de toda carga afetiva inerente à “velha” Vitória da Conquista. Destarte, ser “velho” nesse contexto de transformações é “estar por fora desse ‘mundão’ moderno que chegou aqui” (palavras Mauro, trabalhador de 38 anos). O “mundão” que Mauro se refere é, certamente, aquele fruto de um processo acentuado de globalização, que nada mais é do que a mundialização das contradições capitalistas, numa estandardização cada vez maior das “manias” de consumo, com implacável agravamento da desigualdade. O referido “mundão” que finalmente “chegou aqui” é o ápice da interconexão do local ao global, com eclosão de desarmonias que desfiliam sentimentos locais e ruem identidades; é, também, o projeto para Vitória da Conquista, agora, sim, “mundializada” e esvaziada de subjetivações que são parte do teor saudosista explicitado nas palavras de alguns comerciários.

Se antes bastava mostrar a roupa, hoje tem de ter música, ar condicionado, internet, comerciais na TV, música ambiente [...] Consumidores ficaram exigentes demais. (Marlene Miranda, comerciante).

Além do mais, os “velhos” não conseguem reconhecer suas histórias pessoais no espaço local, não se percebem como extensão da engenharia local, ao contrário, recolhem-se e não se atrevem a falar de uma Vitória da Conquista desconfigurada, pois, se assim o fazem, tornam-se petulantes:

[...] agora é o tempo dessa turma mais nova pegar no batente, minha época já foi. Agora tem novidade demais, tecnologia demais e exigência demais. Eu ia pra São Paulo, ali comprava camisas polo, vestidos, calça jeans... e as pessoas aqui já iam pegando tudo enquanto eu arrumava as prateleiras. Hoje com essas lojas ai... não mais quero voltar ao comércio. (Novais, ex-comerciante).

É útil acrescentar que todos os comerciantes entrevistados sentiam a necessidade de informar como era o espaço urbano nos seus tempos, sempre estavam desenhando com

gestos ou apontando para explicar como se organizava a cidade. Em suas palavras havia uma nostalgia latente, principalmente porque as transformações espaciais foram acompanhadas por um processo severo de exclusão e desfiliação através dos novos traçados urbanos. Paulatinamente a cidade foi se transformando e, para os entrevistados, é impossível falar dessas mudanças sem a carga emocional que elas explicitam. Assim, a imposição do “novo” capitalismo flexível se caracteriza como onda de transformação para os mais “novos”, mas para os mais “velhos”, ela assusta, principalmente pela corrosão das identidades que, substituídas por adesões artificiais e arbitrárias aos novos valores de consumo, são comprimidas pela avalanche de apelos à “modernidade”.

O capital encontrou, portanto, na mundialização a oportunidade de dilaceramento das filiações locais, pois, sempre que elas se opõem aos ditames da acumulação, há que equalizá-las aos imperativos do consumo e da subsunção à ideologia da flexibilização. Tal fato constata o afirmado por Lukács (1992, p. 125) que entende a sociedade capitalista sob “um místico e obscuro poder, cuja objetividade fatalista e desumanizada se contrapõe ao indivíduo”.

Dessa forma, o poder penetrante do trabalho ideológico advindo da flexibilização gerou fissuras no senso de continuidade, tanto porque reestruturou o espaço onde a filiação se apoiaria, como também porque afetou a subjetividade com apelos à “novidade” que arbitrariamente aportou nos mais longínquos espaços.

Interessante que Moscovici (2010), tratando do campo das representações na área da psicologia social, entende que a primeira reação de uma pessoa ao ser confrontada com o diferente é a repulsa. Tal fato ocorre porque o diferente parece ameaçar o senso de continuidade e de pertencimento, então a atitude inicial é estereotipar o sujeito estranho, negando-o para que se retorne ao conforto da permanência da identidade.

O medo do que é estranho (ou dos estranhos) é profundamente arraigado (...) Fenômenos de pânico de multidões muitas vezes proveem da mesma causa e são expressos nos mesmos movimentos dramáticos de fuga e mal-estar. Isso se deve ao fato de que a ameaça de perder os marcos referenciais, de perder contato com o que propicia um sentido de continuidade, de compreensão mútua, é uma ameaça insuportável. E quando a alteridade é jogada sobre nós na forma de algo que “não é exatamente” como deveria ser, nós instintivamente a rejeitamos, porque ele ameaça a ordem estabelecida (MOSCOVICI, 2010, p. 56).

O conforto da permanência é violado por mudanças abruptas no espaço que perturbam identidades e conflitam com as memórias materializadas nos objetos que compõem os cenários.

É exato que mais de uma perturbação psíquica vem acompanhada de uma espécie de ruptura de contato entre nosso pensamento e as coisas, a incapacidade de reconhecer os objetos familiares, embora nos encontremos perdidos num ambiente estranho e movente, e nos falte qualquer ponto de apoio (HALBWACHS, 2006, p. 157).

Mas, e se o estranho se esconder sob o senso de pertença? É tocando essa reflexão que podemos interpretar a massificação da sociedade de consumo globalizada como fenômeno movido pelo falseamento das identidades. Por essa razão é tão comum ver grandes empresas de capital estrangeiro fazer uso de simbologias locais: a bandeira hasteada à frente do hipermercado, ornamentação com festejos juninos, uso das cores da bandeira em períodos que antecedem Copa do Mundo, entre outros. Com intencionalidades muito claras, essas empresas estrangeiras vão adquirindo contornos locais com o objetivo de suavizar qualquer ruptura advinda do seu ingresso. Tão logo, as simbologias artificialmente dissimuladas servem de possibilidade para uma ação predatória no campo socioeconômico, cuja engenharia ocorre sob os artifícios da identidade.

Estudando o campo interdisciplinar da memória social, Sá (2007) a observa que existem vários subtipos de memória. O autor ressalva que essa tipologia não é estanque, ao contrário, fundem-se aleatoriamente no cotidiano das sociedades, podendo ser acionadas reciprocamente pelos usos informais do passado. Entre os tipos de memórias indicadas pelo autor, estão as memórias públicas que, segundo o ele, é “onde proliferam os chamados ‘usos públicos da história’, onde são esgrimidos os argumentos opostos do ‘dever de memória’ e da ‘necessidade de esquecimento’, onde as memórias se encontram cada vez mais submetidas à mediação dos meios de comunicação de massa.” (SÁ, 2007, p. 294).

Fazendo um intercruzamento entre os conceitos de identidade e memórias públicas, é possível ressaltar que a relação presente entre trajetórias pessoais de vida e os usos públicos da memória são carregados de conflituosidade. Isso ocorre porque é no ato de externar memórias e inscrevê-las no coletivo que são intercaladas relações de identificação e estranhamento. É na articulação entre a dimensão individual e a pública, onde afinidades e dessemelhanças coexistem, que esgrimam interesses conflitivos e são estabelecidas

disputas por significados, onde também ocorre a subjugação de partes mais vulneráveis às forças que se interpõem.

Tudo modernizou sim, hoje tem muita coisa mais fácil do que antes, mas ainda tem exploração, ainda temos de cansar no trabalho e, o que é pior, temos menos tempo ainda (Sandra, comerciária, 27 anos).

Às vezes o trabalho cansa tanto que nem dá tempo para desfrutar das coisas boas que a gente tem por perto. Pode até ser perto e barato, mas falta é tempo mesmo. (Maria, comerciária, 25 anos).

Assim, as identidades arrastadas pelas memórias dos mais “velhos” encontram embates de forças poderosas, quando externadas, o que intimida o resgate de um passado hoje aviltado por sua obsolescência. Por essa razão, os entrevistados de mais idade depreciavam muito sutilmente seu próprio discurso, tentavam suavizar o estranhamento provocado pela “modernidade”, mas, no fim, assumiam sua “inapropriação” para a fruição do futuro: “esse novo comércio aí é para os jovens, porque eles, sim, têm espírito corajoso, eu, como sou de outra época... [ideia inconclusa por uma expressão reticente]” (Júlio, comerciário, 35 anos).

Comércio hoje? Não, não mais, estou velho para isso [...] Agora é mesmo com vocês que tem força e que tem conhecimento para encarar isso tudo que está mudando. (Pinto, ex-comerciante).

6.5. O TRABALHO NO ÂMBITO DA FLEXIBILIZAÇÃO

Numa clássica comparação, Marx afirma: “o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera” (MARX, 1996, p. 298). Essa elaboração mental do trabalho, antes de executá-lo, nada mais é do que uma “construção conceitual” do objeto que, em seguida, será construído no mundo material. Assim, entendemos que o “econômico” não poderia funcionar nem teria efeitos reais sem elementos subjetivos que atravessam discursos. Com efeito, comungamos da ideia de que a arquitetura do capital perpassa também por

subjetivações, sincronizada à materialidade da estrutura econômica que, inevitavelmente, redundava em representações que compõem o mundo de significados.

O trabalho, portanto, é também construção de valores e sistematização de sentidos, imbuído de vinculação dialética com o regime capitalista, cuja historicidade metamorfoseia seu significado. Assim, a afirmação de que o regime flexível é também subjetivação fica comprovada no discurso dos trabalhadores entrevistados que, na sua maioria, demonstram ter incorporado a cartilha do modelo japonês, que reverberou nas formas de gestão pelo Brasil, principalmente depois dos anos 1990.

Cansa muito o trabalho aqui porque é pesado, mas nós temos gerentes muito preparados, eles sabem como nos animar e motivar [...] Quando estou meio parado, o gerente lembra a gente que tem de vender, que tem cliente querendo comprar e isso dá um “gás” (Felipe, comerciário, 19 anos).

É um trabalho em equipe aqui [...] Tem disputa, às vezes tem briga [...] Mas a gente se entende porque para todo mundo a satisfação tem de ser do cliente (Alice, comerciária, 28 anos).

O importante é estar atualizando porque um funcionário por fora das tendências, da tecnologia e da moda não sabe vender e não serve para esse ramo (João, comerciário, 25 anos).

Evidentemente, os trabalhadores não se impõem ativamente quando relatam suas experiências, não demonstram consciência sistematizada sobre os efeitos da flexibilização sobre suas formas de pensar, porém, ao compararem seus cotidianos com o narrado pelos mais “velhos”, põem-se diante da constatação de que algo dinamizou o mundo do trabalho. Antônio (trabalhador do comércio), acompanhou um processo severo de mudanças na loja de eletrodomésticos onde trabalha desde os anos 1990. Segundo ele: “ou mudávamos, ou falíamos”. Não é raro na fala de Antônio inserir-se no processo, tomando-o como desafio próprio, fato que inspira o uso de expressões como: “éramos felizes nos anos 1990”, “participamos da construção dessa cidade”, “somos importantes para o povo conquistense”, “queremos atender bem o cliente”. O emprego do verbo na primeira pessoa do plural é fruto de um trabalho ideológico extremamente articulado que gerou um engajamento dos trabalhadores para com o ideal da empresa, induzindo os comerciários a assumirem os desafios postos ao patronato como se fossem também seus. Contudo, a

absorção do ideário da empresa não implica na repartição dos lucros, pois, nessa esfera o “parceiro” ou “colaborador” não passa de “empregado”.

O mesmo teor se repete entre muitos trabalhadores investigados, principalmente aqueles de faixa etária abaixo dos 35 anos, que raramente falam da empresa sem assumirem os desafios como pessoalmente seus. Felipe (19 anos) diz que “precisamos fazer nosso melhor para combater nossos concorrentes”, André (22 anos) entende que “se não tratarmos bem nosso cliente, perdemos para concorrência”, Márcia (29 anos) enfatiza “ou melhoramos sempre ou perdemos espaço no comércio”.

“Nossos concorrentes”, “nosso cliente”, “nosso espaço no comércio”, eis o que chamamos de engajamento. Enquanto os trabalhadores se inserem no ideário da empresa, simultaneamente tratam da vinculação sindical como obrigatoriedade, que nada mais é do que uma precaução inerente à formalidade do emprego. O sindicato, no discurso dos trabalhadores, é visto como um elemento distante, dissociado do “nós” que acompanha a retórica sobre a empresa. Observemos que, ao capturar a subjetividade⁴⁶ do trabalhador pelas táticas de persuasão dos treinamentos inspiradas no modelo japonês, criou-se uma afinidade dissimulada dos trabalhadores com a empresa, ao passo que a vinculação sindical se tornou uma mera formalidade. Oportunamente cabe lembrar que na reflexão de Thompson (1997) sobre a consciência (entendida como resultado da vida diária dos sujeitos) o compartilhamento de valores, representações e memórias também protagoniza a cena e adiciona sentido às interpretações proferidas nos discursos.

De forma semelhante, a memória integra as narrativas, especialmente porque opera através da herança de representações potencializadas pela identidade que liga o indivíduo ao seu grupo. Nesse sentido, como salienta Halbwachs (2006), a memória ocorre mediante uma “base comum”, cujas afinidades são observadas a partir do interior do “espírito”, sendo que tal subjetivação transcende qualquer nomenclatura de classe, pois muito mais se associa ao engajamento ideológico que interpenetra os grupos sociais.

⁴⁶ Como debatido no marco teórico da presente pesquisa, o modelo japonês está longe de definir o que é a acumulação flexível, todavia o seu ideário repercutiu em formas de treinamento ao redor do mundo, propondo um engajamento do coletivo de trabalhadores à causa da empresa, o que muito ilustra o projeto da flexibilidade para o capitalismo globalizado. Faziam-se usos de contos, provérbios, ditos populares e comparações com competições esportivas e com relações familiares harmônicas, de modo a adentrar a subjetividade dos empregados e instaurar o ideário da “família Toyota” (ALVES, 2011). Nesse ideário, ser trabalhador passou a ser uma questão de honra e subjugação consentida com a exploração, aqui concebida como parte natural das relações de trabalho, cuja filiação forjada constringe qualquer forma de rebeldia.

Eu não gosto dessas ideias de greve e revolta, pois tudo se resolve na conversa. Quando a gente tem competência, a empresa reconhece (Márcia, comerciária, 29 anos).

A cisão entre o trabalhador e sua filiação sindical é fruto de uma longa persuasão exercida pela acumulação flexível, que abocanhou o mundo de significados desses sujeitos, agora enrijecidos segundo o nexos discursivo da empresa. Esse processo, embora caracterize os trabalhadores desse início de século, não os resume, afinal a significação do trabalho para essas pessoas é composta de muito mais conflituosidade do que se supõe.

Sou sindicalizado e vou às reuniões. Estamos sendo tão explorados assim por causa da desunião do povo que hoje mais se interessa em festas promovida pelo grupo do que em lutas por direitos (Júlio, comerciário, 35 anos).

Havendo equalizado os seus “espíritos” à lógica burguesa, os trabalhadores assumem os desafios da empresa como seus, exaurindo suas forças pela produção. Essa subsunção, portanto, é vista de modo paradoxal, entre identidade e fadiga, pois, mesmo pondo-se dentro do ideário da empresa, a sensação de exploração é lançada à face dos sujeitos à medida que sentem a fragilidade dos vínculos trabalhistas. Sandra (27 anos) reconhece que “se eu não cumprir metas de comissões, não fico mais aqui”, André (22 anos) assume que “tem de trabalhar demais, senão fica mal falado e acaba tendo de sair”, Maria (25 anos) entende que “a parte negativa do meu trabalho é essa: concorrência demais entre os colegas porque todos querem continuar na empresa, ninguém quer ser demitido”.

No fim, torna-se difícil interpretar o sentimento contraditório que é externado na fala dos trabalhadores, isso porque o engajamento ao ideário da empresa não anulou a sensação de exclusão e, no sentido contrário, a sensação de subordinação não neutralizou a artificial sensação de pertencimento coletivo à empresa. Por mais ambíguo que pareça, repulsa e identidade convivem na relação do trabalhador com seu espaço de trabalho. Esses sentimentos não se alternam, eles existem concomitantemente, tornando o estudo que propomos muito mais complexo e menos tangível que se imaginava. Observemos como a mesma comerciária entrevistada apresenta distintas opiniões:

Temos de pegar pesado mesmo, porque se a empresa cresce, nós crescemos juntos com ela. (Maria).

Não quero ficar aqui para sempre, é muita exploração [...] Cansa demais trabalhar tanto e, no final, não ter reconhecimento disso. (Maria, comerciária, 25 anos).

Cabe lembrar que a memória desses sujeitos não faz sobrepor nenhum dos sentimentos dicotômicos que mencionamos no parágrafo anterior, ao contrário, ela pereniza ambos: de um lado, os sujeitos reconhecem que pertencer à classe trabalhadora, sujeita à exploração e, de outro, negam a filiação com essa classe à medida que incorporam o ideal empreendedor do sistema e se dispõem a “vestir a camisa da empresa⁴⁷”. A memória autentica ambos os sentimentos, pois ela trás à tona vivências do passado que evoca tanto a sensação de unidade e luta coletiva com a classe trabalhadora, como também porque move o engajamento pelos ideais da empresa, fortemente disseminado em programas de treinamento no decorrer dos anos 1990.

Assim, a captura da subjetividade pelo regime de acumulação flexível conseguiu sim reduzir os conflitos entre classes, suscitando sentimentos artificiais de realização individual com o consumo e trabalho, porém não conseguiu extinguir a sensação de subordinação e desconforto causado pela “nova” arquitetura do capital. É por essa razão que anteriormente falamos de novas formas de exploração e novas formas de resistência no trabalho.

6.6. CONSUMO: A SUBLIMAÇÃO DO DESEJO NO TEMPO LIVRE

Não por acaso, os antigos espaços da vida social existentes em Vitória da Conquista nas décadas de 1980 e 1990 foram cuidadosamente substituídos pela sofisticação dos *shopping-centers*, praças de alimentação ou restaurantes franqueados à rede internacional. Os antigos bares, casas de shows e praças foram sendo abolidos pela população que hoje prioriza os ambientes climatizados, com oferta de internet *wi-fi* e os conceitos impregnados no ambiente da loja, agora articulados a tendências globais.

Também não é coincidência que o cinema de Vitória da Conquista, seguindo uma convergência internacional, se localize num *shopping-center*, espaço onde se criam

⁴⁷ Expressão utilizada por trabalhadores quando se reportam à conduta esperada por um empregado no trabalho.

fetiches e consumam-se desejos. Agora a cidade se equalizou ao conceito global de conduta capitalista, onde o consumo se evidencia como sublimação da frustração que abate o trabalhador no seu cotidiano de trabalho.

O que mais gosto nas horas vagas é do *shopping*. Saio para comprar, afinal a gente passa a semana toda presa nessa loja e merece adquirir o melhor (Sandra, 27 anos).

Eu saio com meus amigos e temos uma vida social boa nos finais de semana [...] Só posso sair porque trabalho [...] Quando eu não trabalhava aqui eu não podia me divertir e era muito ruim depender dos pais (Lucas, 20 anos).

No meu tempo livre eu gosto de jogar bola, de sair com amigos, de ir ao boteco e ficar na internet [...] Mas para isso tenho de ter grana para abastecer a moto, senão nem saio. (Mateus, 23 anos).

O tempo livre, portanto, é a oportunidade para sublimar os desejos recalcados no decorrer da semana através da efetivação do consumo. Pelas palavras dos entrevistados, essas ideias foram constatadas, pois, elencando os hábitos de entretenimento nas horas vagas, o único costume que não toca consumo é a prática de esportes de rua. No mais, toda rotina dos sujeitos no tempo livre envolve: compras, internet, cinema, *shopping* ou TV. É necessário compreender que todos esses hábitos de entretenimento são carregados de apelos ao consumo, com tamanha precisão que atingem diretamente os desejos dos expectadores e preenchem facilmente a totalidade do tempo livre.

O que fica nítido nas falas é que o consumo se mostra o ápice da existência do homem moderno, é a mola propulsora do trabalho e a causa do aburguesamento das concepções de muitos trabalhadores.

Hoje posso financiar meu carro, no passado, meus pais nunca puderam ter um (João, 25 anos).

Tem exploração, é verdade, mas tem muita gente preguiçosa que não quer é trabalhar (Maria, 25 anos).

Sim, a vida está difícil, mas só reclama quem não gosta de trabalhar. Eu mesmo, já tenho minha independência, tenho minha moto, pago faculdade e já sou alguém nessa vida (Mateus, 23 anos).

Não são raros os comentários nesse tom, em que o individualismo impera e a “coisa” se sobrepõe ao humano. Nesse sentido, o tempo livre se tornou o meio de absorção do ideário capitalista, que insiste em criar referências com uma classe externa ao sujeito, situada, inclusive, num patamar inatingível, mas capaz de seduzir. Posso, então, ser membro da classe trabalhadora e não me identificar com ela, posso também ser subalternizado, mas demonstrar uma consciência absorta diante desta situação. Trata-se do que Löwy (2006) entende por “consciência empírica”, ou seja, não aquela imputada ao sujeito apenas por seu suposto pertencimento à classe, mas aquela que ele deliberou introjetar.

Já passo a semana toda aqui, quando estou de folga, eu gosto de ir para lugares melhores que não costumo ir no meu dia a dia (Felipe, 19 anos).

Gosto de viajar [...] Eu não vou ficar aqui se tenho de trabalhar e ver as mesmas pessoas sempre [...] Quero ficar perto de gente diferente e bonita (Sandra, 27 anos).

Cansei de ser pobre, tenho então de comprar o melhor para mim [risos]. (Alice, 28 anos).

Os fragmentos transcritos acima são extraídos dos relatos de trabalhadores, entretanto poderiam facilmente ser confundidos como palavras do pequeno burguês local. Os meandros contidos nessas narrativas implicam numa sutil adesão à ótica burguesa, que responsabiliza os trabalhadores pela condição de exclusão e insinua o consumo como a causa da dissolução dos problemas vivenciados pela classe trabalhadora de outrora. Logo, nessa ideia não existiriam razões para mobilização sindical e sua filiação não passaria de uma mera “precaução” formal, mediante o não cumprimento de direitos trabalhistas. Como já dissemos, nessa ótica, a adesão sindical mais seria fruto de uma formalidade do que de uma autêntica filiação.

O projeto burguês de sociedade em Vitória da Conquista mostra-se triunfante, especialmente porque adentrou o “espírito” dos trabalhadores, autenticando a acumulação de capital como condição para o desenvolvimento geral da sociedade. Nessa ótica, o interesse burguês é traduzido como interesse geral da humanidade, como se a concentração do capital implicasse na melhoria de vida para todos. Destarte, como se notou, os discursos dos trabalhadores externam representações e memórias carregadas de significados

fortemente articulados à ideologia hegemônica tão disseminada a partir dos anos 1990, afinal tratamos de sujeitos nascidos nesse período ou que iniciaram sua vida profissional nessa década.

6.7. ESPAÇO: A EMPIRIA DA MEMÓRIA

“Empiria” é o termo utilizado por Nora (1993) para defender a tese de que a memória se cristaliza no espaço, tendo nele a oportunidade de externalização de representações e materialização de identidades. A partir dessa ideia, Nora (1993, p. 7) verifica que “o sentimento de continuidade torna-se residual aos lugares”.

Embora não necessitemos discorrer tão profundamente sobre o conceito de “lugares de memória”, pois não é categoria central do presente trabalho, é em Nora que encontramos a pertinente observação de que nos lugares as memórias se sedimentam e, num contexto de mundialização, se conflitam. O espaço pode se tornar lócus onde forças poderosas tentam prevalecer, seja gerando uma falsa sensação de homogeneidade, seja eclodindo rupturas desconfortáveis que perturbam o senso de pertença.

Halbwachs (2006, p. 170) também reconhece que “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial”. O autor lembra Augusto Comte para salientar a validade da sensação de permanência e equilíbrio advinda dos objetos materiais que compõe o espaço onde as dinâmicas sociais precipitam, pois a sensação de estabilidade aparente garante o conforto do pertencimento e acomoda os sentidos. O espaço, então, é uma companhia silenciosa e aparentemente imóvel, que gera ordem e tranquilidade no momento em que se opõe a nossa agitação e transitoriedade (HALBWACHS, 2006).

Ademais, os objetos que compõem o espaço não são apenas pedaços fragmentados de um cenário arbitrariamente montado, eles interpenetram na nossa subjetivação de tal forma que nos sentimos coautores de sua montagem à medida que recompõem nossas memórias. Com isso dizemos que à medida que mudam, exalam representações impossíveis de serem ignoradas; e também à medida que mudamos, reorientamos a forma como os interpretamos.

Cada objeto reencontrado e o lugar que ele encontra no conjunto nos recordam uma maneira de ser comum a muitas pessoas e, quando analisamos esse conjunto e lançamos nossa atenção a cada uma dessas

partes [...]. Não estávamos errados ao dizer que eles estão em volta de nós, como uma sociedade muda e imóvel. Eles não falam, mas nós os compreendemos, porque têm um sentido que familiarmente deciframos. São imóveis somente na aparência, pois as preferências e hábitos sociais se transformam e, quando nos cansamos de um móvel ou de um quarto, é como se os próprios objetos envelhecessem (HALBWACHS, 2006, p. 158).

É interessante a constatação do autor no momento em que entende o “envelhecimento” não apenas como uma condição cronológica, mas também como uma percepção moldada socioculturalmente. Assim, objetos tornam-se “velhos” no espaço à medida que contrastam com tendências da atualidade, seja pela oposição ou pela complementariedade. De todo modo, também em Halbwachs, encontramos a ideia de que esse equilíbrio instável que compõe o espaço não é percepção individual, mas, como ocorre com a memória coletiva, é uma construção social, afinal são muitas as memórias que participam das sensações suscitadas pelos objetos empirizados no espaço.

Os diversos bairros de uma cidade e as casas em uma quadra têm uma localização fixa e também estão presos ao solo, como as árvores, os rochedos, uma colina ou um planalto. por isso o grupo urbano não tem a impressão de mudar enquanto a aparência das ruas e das construções permanece idêntica; existem poucas formações sociais ao mesmo tempo mais estáveis e de duração mais segura [...]. Toda essa agitação acontece num cenário familiar, que parece não ser afetado por ela (HALBWACHS, 2006, p. 160).

Mas, e quando toda essa agitação chega a um dinamismo tal ao ponto de afetar a organização dos espaços? Se os espaços não são apenas um conjunto de objetos organizados, pois exalam sentimentos e identidades, como sua mudança atinge o senso de pertencimento das pessoas? Reconhecendo inevitabilidade dessas mudanças, Halbwachs (2006) observa que alterações significativas na paisagem perturbam e desconcertam a cotidianidade das pessoas, impactando a percepção da “memória individual” e sua inserção na esfera social.

Se “não há grupo nem gênero de atividade coletiva que não tenha alguma relação com o lugar” (HALBWACHS, 2006, p. 170), de igual modo não há como ignorar mudanças do espaço sem considerá-las como mudanças da própria história de vida das pessoas. Contemplar marcantes alterações espaciais é visualizar a invasão do estranho, é presenciar a “amputação” de um alicerce à memória. Se o espaço gera conforto pela

continuidade e pertencimento, de igual forma o seu desmonte redundava em estranheza e não reconhecimento de trajetórias pessoais de vida nos objetos externos aos sujeitos.

As fotografias registradas anteriormente, que revelam uma Vitória da Conquista muito diferente dessa que hoje verificamos, confirmam o que discurremos à medida que inspira diferentes interpretações. Para aqueles que viveram outrora, transitar pelo comércio hoje é provocar um não-reconhecimento (ou não-pertencimento) ao ambiente em questão, assim como, as gerações mais jovens dificilmente reconhecem a cidade de hoje nas imagens que apresentamos. As fotos 06 a 09 foram todas tiradas da Praça Barão do Rio Branco, o cerne do centro comercial da cidade, onde a arquitetura histórica convive com logomarcas de filiais franquizadas a grandes redes comerciais.

Imagem 06: Imagem de uma filial da “Ricardo Eletro” - Praça Barão do Rio Branco



Fonte: acervo pessoal.

Embora sejam recorrentes imagens como estas, compostas por logomarcas exuberantes com vistas a fisgar a atenção dos transeuntes, também existe uma arquitetura antiga, bastante opaca quando comparada com a novidade dessas cores vibrantes do comércio moderno. É impossível não notar a destoante combinação de cores das lojas comerciais, posto que ofuscam arquiteturas simplórias que subsistem espremidas entre empreendimentos de grande porte.

Destarte, insistimos na ideia de que as mudanças espaciais interpenetram nas representações das pessoas, pois mobilizam também o campo da subjetividade. Tanto os comerciantes como os comerciários, todos tiveram iniciativas de abordar transformações no espaço como porção do tema que tratavam. Longe de gerar as mesmas sensações, as remontagens dos cenários são lidas de acordo com memórias individuais inscritas em marcos

sociais específicos. Assim, quando um velho comerciante se espanta com as mudanças, entendendo-as como invasivas e descaracterizadoras e o jovem comerciário se orgulha dessas transformações, tais posicionamentos estão situados em diferentes marcos sociais da memória.

Por trás das novas fachadas, por avenidas bordejadas de ricas mansões recentemente construídas, nos pátios, nas travessas, nas ruelas dos arredores, se abriga a vida popular de outrora, recuando passo a passo. É assim que nos surpreendemos ao encontrar ilhotas arcaicas no meio de bairros novos (HALBWACHS, 2006, p. 164).

Apesar de o autor tratar de cidades europeias dentro de outro tempo histórico, é útil transcrever seu posicionamento porque permite contemplar a forma como o arcaico é “recuado passo a passo” para ceder espaço ao “novo”. A relação conflitiva marca então a coexistência de distintas temporalidades no mesmo espaço que, nesses termos está longe de ser um todo coeso e harmônico.

O espaço, então, além de desvendar a contradição de classes sociais, também revela as muitas temporalidades que por ele passaram, os diversos rastros de memórias nele sedimentados e os “clarões de memória⁴⁸” que se perenizaram. É também halbwachiana a constatação de que as leituras desses elementos são muitas, estão longe de serem totalitárias e unânimes, pois interpretá-los implica em posicionar-se socialmente e não apenas introjetar objetos, como um *scanner*.

Desse modo, traduzir mudanças espaciais em discursos significa compreender o *locus* social por onde as experiências individuais, inscritas em quadros sociais, se precipitam.

Imagem 07: Praça Barão do Rio Branco

⁴⁸ Expressão utilizada por Nora (1993, p. 15) para definir memórias que desapareceram, quando tragadas pela história. Para o autor, "tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história".



Fonte: acervo pessoal.

Imagem 08: Praça Barão do Rio Branco



Fonte: acervo pessoal.

Imagem 09: Rua Zeferino Corrêa



Fonte: acervo pessoal.

As palavras de Nora (1993) são possíveis de ser constatadas à medida que a conflituosidade social cristalizada nessas imagens desperta sensações múltiplas entre as pessoas. No geral, os entrevistados mais jovens se orgulham da mudança, não demonstrando nenhuma consternação com a mutilação do “antigo” a serviço da “modernidade”.

Esse crescimento aconteceu em toda cidade [...] Isso é ótimo pra toda a gente [...] Tem de mudar o comércio mesmo, tem de entrar gente nova, não podemos ficar naquela mesmice de poucas opções sempre. Assim, a cidade não evolui nunca. (Márcia, 25 anos).

Qual é a necessidade de ter aquelas casas antigas aqui no centro? A prefeitura deveria mudar essas casas pequenas que têm por aqui [...] Eu prefiro é a beleza desses prédios novos e modernos. (Maria, 25 anos).

Se os comerciantes da cidade se sentiram no prejuízo, está certo mesmo. Quem não se atualiza, quem não corre investe e quem evolui tem de ficar para trás mesmo (Lucas, 20 anos).

Quando questionávamos sobre a percepção de transformações sociais ou espaciais, expressões recorrentes eram: “... estamos numa nova era” (Felipe, 19 anos), “... a cidade está crescendo” (Mateus, 23 anos), “... Conquista agora foi pra frente” (Sandra, 27 anos). Os entrevistados mais velhos mostram-se indecisos, posto que, ora se orgulham da sensação de prosperidade, ora põe-me num estado de pequenez diante da magnitude do fenômeno: “... a cidade cresceu muito, isso é necessário, mas a gente tem de ter cuidado

para não ficar para trás” (Julio, 35 anos), “... esse crescimento todo ai é para os jovens mesmo” (Mauro, 38 anos).

Engolidos pela concorrência, os velhos empresários, por outro lado, constroem-se com as mudanças espaciais e sempre se orgulham de lembrar o desenho espacial do município no passado. Não obstante, é a desigual posição ocupada por esses homens e mulheres que fazem suscitar também diferentes interpretações sobre o lugar, afinal a conflituosidade da memória sedimentada no espaço nada mais é do que efeito de assimetrias sociais que encontram no espaço a sua empiria. Se prédios históricos hoje se comprimem em meio a placas de trânsito e fachadas gigantes de lojas franquizadas, é porque a organicidade da “mundialização” assim requer. E não estamos falando do que foi demolido para se converter estacionamento privativo, prédios novos ou para ceder espaço ao alargamento de vias. A organização do espaço é fruto de intencionalidades que o delineiam em função dos imperativos históricos, que, no presente momento, são articulados organicamente ao capital.

As fotografias novas aqui apresentadas podem deixar o leitor a sensação de que os *closes* parecem desnecessários, pois raramente se tem uma visão panorâmica do espaço fotografado, entretanto é útil salientar que os ângulos foram assim possíveis devido ao pouco espaço existente no centro da cidade. Trânsito carregado, veículos estacionados, bancas instalada em calçadas, pedestres disputando espaço com motocicletas e carros de som, tornam as fotografias poluídas, carregadas de cores, fiação de postes e placas de trânsito. Aquele centro comercial da “velha” Vitória da Conquista se tornou pequeno para o número de empreendimento que resolveram erigir na cidade e para o volume de sujeitos que necessitam desse espaço como ambiente de sobrevivência. A Praça Barão do Rio Branco, por exemplo, mostra uma infinidade de símbolos que carregam em si uma lógica própria, permeados de conflituosidade e contraditoriedade, revelando o quanto o capital imprime no espaço caracteres que garantem sua subsistência, uma vez que o funcionamento da logística da acumulação necessita do espaço para sua fluência.

Assim, as sinalizações de trânsito, os fios que se emaranham no enquadramento da foto ou os veículos que caoticamente se põem à frente dos objetos fotografados fazem parte da imagem que pretendemos registrar, isso porque o processo desarmônico, que aporta no município, irradia sensações dicotômicas, seja de orgulho ou repulsa, de empolgação ou constrangimento naqueles que o contemplam. Não se tratam de objetos

aleatoriamente postos num espaço, na verdade, eles são parte de um fenômeno global e sinalizam uma etapa histórica, cuja “novidade” adentra a vida das pessoas e recompõe suas perspectivas. Para ilustrar, as fotos seguintes mostram o convívio de cores, ícones, pessoas, veículos, símbolos e logomarcas, que disputam espaço, marcando o desarmônico fenômeno da mundialização, traçado pelo poder hegemônico.

Imagem 10: Praça Barão do Rio Branco



Fonte: acervo pessoal.

Imagem 11: Rede Insinuante, uma das maiores franquias do ramo eletroeletrônico instalada em Vitória da Conquista.



Fonte: acervo pessoal.

As imagens podem deixar também uma falsa sensação harmônica que frequentemente é representada nos discursos dos entrevistados. A aparência de crescimento falseia o terreno movediço no qual o processo de transnacionalização comercial tem posto a economia local. É nesse teor que concordamos com Sennet (2007) ao entendemos a instabilidade como realidade inequívoca do capitalismo globalizado, como única regra do tempo atual. Não há longo prazo, não há certezas, tudo se mostra fugidio e fugaz, numa subjugação crônica aos ditames especulativos do capital global.

Há, portanto, uma intencionalidade nessa sensação inclusiva do capital flexível, ideologia esta diluída no discurso, mas que se mostra falsa na realidade. A mundialização da economia não é, e está longe de ser, um fenômeno democrático. O espaço, para além da sensação imponente da logomarca austera registrada na foto acima, coroa o “império IN”, nascido em Vitória da Conquista, como síntese arrogante da identidade comercial do município. O fato de esta grande loja ser nativa da região não a impede de ser atualmente apenas mais uma representante da ação predatória do capital flexível, sincronizada ao ritmo exploratório anuído pelo neoliberalismo econômico. Esta constatação mostra que o problema, em nossa opinião, não reside somente na antítese negociantes locais x negociantes estrangeiros, que se esgrimam, afinal o poder monopolista pode ser exercido também pelos sujeitos locais, tendo por efeito relações tão desiguais como as que hoje se notam. Por isso, abolimos visões “saudosistas” antiglobalização, já que o problema da desigualdade não reside na presença ou ausência de megaempreendimentos estrangeiros, mas reside na forma como as relações de trabalho se dão e na forma como a apropriação das identidades embrutece e tenta sintetizar a vida humana ao mero apego à mercadoria.

Hoje, marginalizados e desprestigiados, os comerciantes disputam visibilidade em “resíduos espaciais” que lhes sobraram, tendendo expor mercadorias de forma caótica, penduradas na frente da loja, em tablados ou araras que poluem visualmente as ruas. Este fato é visto com ar de desdém e repugnância por um consumidor de perfil “aburguesado”, ou seja, de concepções e exigências mais próximas do que a “nova” economia oferece.

A aparência caótica do centro popular, entremarcada por ambulantes e bancas do mercado informal, ironicamente também se associa à realidade predatória do capital. É preciso lembrar que o desemprego e subemprego estão relacionados a uma economia concentradora, logo, os ambulantes que se aglomeram nas ruas são fruto de um processo severo de exclusão no mundo do trabalho.

Quando formalizados, esses negócios mostram-se simplórios pela falta de recursos e precário investimento em *marketing*. Com mostruário invasivo na calçada, sem os mesmos aparatos de tecnologias disponíveis aos grandes negociantes, resta ao pequeno empresário recorrer a estratégias arcaicas para atração do consumidor. Para clientela adaptada ao clima refrigerado e à atmosfera cosmopolita das grandes lojas, o comércio popular mostra-se desinteressante.

Imagem 12: Praça da Bandeira – centro comercial popular em Vitória da Conquista.



Fonte: <http://www.conquistanews.com.br/page/172/>

Imagem 13: Praça da bandeira – O comércio popular



Fonte: <http://www.blogdaresenhageral.com.br/>

Em contraste, a Vitrine da Loja Riachuelo em Março de 2014 ostenta o cosmopolitismo do conceito norte-americano para moda outono/inverno. Numa sintonia com campanhas publicitárias propagadas na TV e internet, essa rede varejista anuncia a moda sincronizada a tendências internacionais com o *slogan* “New York: cenário (e inspiração) para moda outono/inverno”. Cabe lembrar que o conceito dessa loja associa o

marketing sofisticado com preços populares, assim, a ideia é conduzir o cliente à percepção de que, com pouco dinheiro, se consegue vestir as mesmas roupas usadas por modelos internacionais e artistas de renome.

Imagem 14: Loja Riachuelo – Moda Outono/Inverno – Março de 2014.



Fonte: acervo pessoal.

Imagem 15: Loja Riachuelo exhibe a legenda– “Outono/Inverno 2014 *from NYC*”.



Fonte: acervo pessoal.

6.8. A “NOVA” ECONOMIA LOCAL: MEMÓRIAS E RUPTURAS

Foi nos anos 1990 que o comerciário Antônio iniciou sua vida profissional. Tudo começou através dos estágios promovidos por agências especializadas que, oportunamente surgiram numa época de disseminação de empregos temporários para redução dos custos de produção. Antônio estava no meio desse contexto de transformações que reorganizavam o mundo do trabalho e que o permitia dar início à sua carreira profissional. Entendendo que a subcontratação como “jovem aprendiz” foi a origem de sua trajetória como comerciário, Antônio compreende hoje que a proliferação de contratos temporários é necessária para ocupação dos jovens, de modo a retirá-los de uma ociosidade improdutivo.

Essa turma ai nas ruas [...] estão ai porque querem [...] Está cheio de trabalho por ai, precisam de pessoas em todo tipo de serviço [...] Quando eu era mais novo, também vivia nessa vagabundagem por ai, mas preferi trabalhar, pois assim eu atingi minhas conquistas hoje.

Implicitamente a sujeição às novas formas de exploração capitalistas adquiriu um teor moralizante, numa espécie de etapa necessária à formação cidadã e esse ideário foi acatado por grande parte dos trabalhadores que se submeteram a essas novas formas de precarização do trabalho. A insubordinação aos moldes exploratórios do sistema vez ou outra é identificado como “vagabundagem” ou como “vadiagem”, numa espécie de insolência negativa à arbitrariedade da exploração capitalista.

Já tivemos colegas demitidos porque eram rebeldes [...] Mas, está certo mesmo, quem não quer trabalhar que saia e procure o que acha melhor (Mateus, 23 anos).

Mais uma vez, a atuação neoliberal mostra sua vertente ideológica, empenhada em autenticar pelo consenso a ação exploratória no novo contexto capitalista, tão vigorosamente disseminada no cotidiano dos trabalhadores. Por meio dessa ótica, a exploração se torna legítima, pois serve para formar os jovens, adequando-os e conformando-os à condição de subserviência que lhes sentencia o futuro.

Quando narra sua experiência profissional, Antônio se orgulha de ter sido um exímio trabalhador, rigorosamente equalizado ao que a empresa lhe sugeria ser: pontual, produtivo, disponível, comunicativo e, sobretudo, tendo “vestido a camisa da empresa”.

Mas, afinal, o que significa “vestir a camisa da empresa”? Ora, no discurso de Antônio, “vestir a camisa” é também um ato físico, mas é, essencialmente, uma postura de engajamento no ideário institucional ao ponto de tratar os desafios da empresa como pessoalmente seus. Para Antônio, esse é o ideal de comerciário no tempo atual: voluntariamente subjugado à atuação predatória do capital e, acima de tudo, moldado ao ideário da empresa que, mesmo não lhe permitindo usufruir dos índices de ascensão, gratifica-o com a reputação de “bom trabalhador”. “Vestir a camisa da empresa” é uma questão de honra para o trabalhador do século XXI, fisingando a isca de uma coletividade forjada pelas necessidades empresariais da instituição, pondo em segundo plano as necessidades coletivas da classe trabalhadora ao qual Antônio pertence. Nesse tom, os trabalhadores se tornam fiscais entre si, numa vigilância mútua que acirra a rivalidade. Há senso de pertença ao coletivo quando notam a dicotomia “nós, trabalhadores x eles, não-trabalhadores”, mas essa classe não é coesa, pois mostra-se estratificada por uma disputa silenciosa e agonizante.

É nesse contexto de ambiguidades, que atingem o campo das representações comuns, que se torna oportuno apresentar o conceito de consciência. Neste sentido, consciência não é vista como um conceito abstrato imputado por intelectuais à classe trabalhadora, mas é subjetivação formada pelas e a partir das representações e dos discursos circundantes no campo corriqueiro de trabalho. Por essa razão, o trabalho ideológico das novas formas de gestão se empenhou em capturar a subjetividade dos sujeitos de tal modo que os trabalhadores, em seus discursos, incorporaram a linguagem empresarial e a ótica mesquinha do empreendedorismo, mesmo que tais intencionalidades lhes sirvam de opressão. Agora já não basta o domínio da força física do trabalhador por meio da punição material, hoje se torna necessária a construção de estratégias de subsunção também no campo simbólico, transpondo o cerne da coerção para o discurso ideologizado, motivado por uma adesão voluntária às novas formas de exploração. Desta feita, vale a pena lembrar Braverman (1987, p. 239) ao afirmar que

[...] não é nas máquinas que está o erro, mas nas condições do modo capitalista de produção sob as quais elas são utilizadas; do mesmo modo, não é na existência dos serviços que está o erro, mas nos efeitos de um mercado todo-poderoso que, dominado pelo capital e seu investimento lucrativo, tanto é caótico quanto profundamente hostil aos sentimentos da comunidade.

Para Antônio, a cidade “evoluiu”, melhorou “e muito”, diz ele, afinal a oferta de trabalho e as possibilidades de ascensão salarial são maiores hoje, ainda que tal possibilidade lhe seja apresentada de forma tão remota. No seu discurso, qualquer efeito negativo da nova configuração comercial da cidade é entendido como inevitável, uma fatalidade inerente ao crescimento econômico. Em momento algum do seu discurso critica o sistema, mas apenas aponta seus efeitos mais perversos como parte natural do percurso econômico, logo, a sensação de prosperidade impressa no espaço se sobrepõe à crueldade das relações de exploração.

Na minha época de estagiário eu não conseguia comprar moto, como os jovens de hoje todos já têm. Não tinha acesso a essas faculdades que hoje estão permitindo estudo a todos e nem podia andar numa cidade com essa grandiosidade toda [...] Hoje a gente está tendo cada vez mais oportunidades (Antônio).

No terreno da cotidianidade, em sua relação com seus companheiros de trabalho, a fala de Antônio possui um teor individualizante. Ele lamenta a ausência de companheirismo e coletivismo, pois, segundo menciona, o próprio formato do trabalho os obriga a se tratarem como rivais numa busca faminta por atingir metas de venda. Não há coletividade, existe apenas o hábito compartilhar dificuldades, frustrações e sonhos comuns, porém, em nenhum momento existe sequer a possibilidade de cogitarem mobilizações coletivas. Dessa forma, a consciência de classe existe através da percepção de características que ligam os trabalhadores e movem uma sensação de identidade com o coletivo, porém o que não existe é um todo harmônico, nem mobilizações contra o sistema, ao contrário, por vezes o grupo opera num espaço de desunião.

Lembre-mos do conceito de identidade, segundo os autores Harvey (1993), Castel (1998) e Druck (2011), que salientam o envolvimento do capital com o senso de pertença dos trabalhadores cujo objetivo é a captura de suas representações. Assim, moldar as identidades dos trabalhadores é parte do projeto burguês através da flexibilização da economia, empenhada em adentrar o “espírito” dos sujeitos para instituir uma subordinação consentida.

Gosto do clima do trabalho sim [...] Final de semana a gente até sai junto, mas no dia a dia do trabalho, é um querendo derrubar o outro. Aqui é cada um por si [...] Eu ajudo apenas um ou outro que considero amigo, já o resto... (João, 25 anos).

Somos até um grupo de amigos lá fora, porque aqui dentro é um querendo atropelar o outro na hora de pegar um cliente forte [risos]. (Sandra, 27 anos).

Consciência de classe não é entendida aqui como conceito pragmático, cuja conotação conduza necessariamente à resistência, aqui entendemos consciência como senso de pertença, como representação e negociação de discursos que corriqueiramente pairam nas relações sociais desses trabalhadores.

Paralelamente, o comerciário Antônio faz associações de sua realidade hoje com aquela vivenciada em momentos anteriores, ou seja, ele percebe que o atual contexto de sofisticação, dilacerado por vínculos de trabalho frágeis e por exigências perversas, substituiu a solidez do passado. Quando dialoga com seus pais e avós acerca do trabalho, Antônio se mostra impaciente com a pouca intimidade de seus antepassados diante das novas tendências. Seus pais, que também trabalharam no comércio, sempre mencionam benefícios trabalhistas e a comodidade da carteira assinada, que, para Antônio, soam estranhos numa era de instabilidades e fugacidades. Seus pais, hoje aposentados, adentraram o trabalho numa época de efervescência dos movimentos sociais e alcance de conquistas trabalhistas, período aquele em que a classe trabalhadora tinha uma ótica⁴⁹ coletivista e se organizava na luta por melhores condições de existência social.

Atualmente, com a desarticulação dos sindicatos e anuência estatal com a supressão de direitos, a classe trabalhadora se vê acuada e com poder de resistência sufocado por posturas individualistas (CASTEL, 1998). Assim, quando imagina os períodos que atenderam sua inserção no trabalho, Antônio estranha a solidez dos vínculos empregatícios. Incomoda-o qualquer sensação de estabilidade, sem o “estresse” de um cotidiano marcado pela ação concorrencial, mas Antônio sabe que o usufruto de direitos civis eram mais certos e a qualidade de vida, por ele tratada, parece ter se deteriorado:

[...] meus pais moravam perto do trabalho, tinham uma relação de amizade com os colegas, podiam almoçar em casa e cochilar antes de voltar ao trabalho [...] Mas, pra dizer a verdade, eu não sei qual é o melhor, porque hoje pelo menos a gente tem mais perspectivas.

⁴⁹ Fazemos uma breve menção à segunda metade do século XX, quando as reivindicações da classe trabalhadora atingiam maior visibilidade, ganhando as ruas e eclodindo em movimentos de resistência de grande repercussão. Logicamente, não estamos insinuando que esses movimentos de resistência foram extintos, contudo hoje as novas formas de gestão do capital impõem um grande desafio aos trabalhadores: articular novas formas de resistência.

O seu lamento é reconhecer que a mobilidade do espaço urbano de outrora contribuía para qualidade de vida dos seus pais e avós. Quando aflito no seu cotidiano estressado, sem tempo para acompanhar o crescimento de sua filha, nem para desfrutar da sua TV de LED 42 polegadas que acabou de adquirir. Por um momento, Antônio percebe que, no atual estágio de “sofisticação” urbana, nem todos estão em iguais condições usufruí-la. De todo modo, esse pesar colide com a parafernália fetichizante que compõe seu cotidiano:

Antigamente a vida podia ser mais tranquila, mas não podiam comprar uma TV moderna como a minha, não tinham treinamentos como os que eu faço e também não conheciam tecnologias como este *iphone* aqui [...] Muita coisa melhorou nessa vida.

Halbwachs (2006) observou que a memória opera pelo e no presente, logo, ela é totalmente adulterável, seja pelo silenciamento ou pelos acréscimos segundo as intenções daquele que a ela recorre. Se compreendermos que Antônio vivenciou os programas de treinamento e esteve exposto à persuasão ideológica das “novas” formas de exploração e engajamento, torna-se possível deduzir que o entrevistado interpreta o tempo dos seus pais sob a ótica da flexibilização. Ele impõe sua perspectiva para avaliar o passado, principalmente porque a esfera subjetiva dos trabalhadores, como Antônio, tem sido capturada, induzida à equalização de valores segundo intentos do capital.

Ademais, o poder de fascínio exercido pelos novos arranjos do sistema capitalista tem uma capacidade avassaladora de encobrir seu substrato mais perverso, impondo sutilmente um estado de êxtase com o consumismo, cooptando a subjetividade de homens e mulheres a uma servidão voluntária.

A vida pode ser difícil, mas não tem nada melhor do que ter uma TV boa, uma roupa bacana, viajar, uma moto, poder pagar a faculdade [...] Sem trabalho, nada disso teria como (Alice, 28 anos).

Como afirma Halbwachs (2006), a memória é uma construção, sobretudo, social feita no presente e, como tal, se torna sujeita a alterações em função de representações que entrelaçam o sujeito ao seu grupo. No discurso de Antônio, sua memória acerca do

trabalho insurge muito ofuscada pela atual configuração do sistema capitalista, afinal narrativas, expostas no discurso dos seus pais, são pontuadas por ele com desdém:

Estamos num novo tempo, quem não muda, fica pra trás. O tempo dos meus “velhos” já foi. Hoje, ou você corre, ou fica pra trás e não sobrevive [...] Não dá mais tempo de parar pra nada, o negócio é “correria” mesmo.

Desse modo, ao relatar a memória dos seus pais, o entrevistado impõe seus valores construídos em seu tempo (muito sintonizados aos treinamentos propostos pelas atuais tendências de gestão) para desqualificar o comportamento de “antigamente” quando o *iphone* não existia ou ainda quando se valorizava a coesão nos vínculos sociais, empregatícios. Enquanto na ótica dos seus pais a ideia de “longo prazo”⁵⁰ era tida como prova de competência, para Antônio a adaptação à efemeridade é critério precípuo para qualificar o “homem moderno”. A ideia chega a se tornar consensual, como muito bem explana Druck (2011, p. 43): “Esse ‘novo espírito’ insiste em desqualificar os valores construídos na era anterior, fazendo desmoronar a crença no progresso, nas possibilidades de emprego e de direitos sociais de longo prazo e num Estado protetor”. Ideologia que avigora o individualismo e a sensação de que o esforço próprio é a causa da superação de desafios pessoais, sem qualquer esforço numa dimensão coletivista.

Outra característica importante, presente nas palavras do comerciante Antônio, é uma nostalgia acerca da expectativa de um tempo que não chegou, mais precisamente situado no final dos anos 1990, quando falar dos “anos 2000” significava invocar certezas de transformações profundas na vida social. Lembra ele que quando as mudanças espaciais começaram a mover a realidade do comércio em Vitória da Conquista, surgiram convicções de que “novos ventos trariam mudanças”. Era algo muito semelhante ao que Firmino Novais (ex-comerciante entrevistado que apontamos no início do texto) observou sobre Vitória da Conquista na década de 1970, quando semelhantes movimentos remontavam o cenário local, despertando expectativas. Observemos que essas expectativas nada mais são do que resultado do discurso que antecede as reestruturações impostas pelo capital.

⁵⁰Sennet (1999) interpreta a atual configuração do capitalismo como ilegível, ou seja, toda massificação de valores fugidios, que rompe com a perenidade, educa através de valores transitórios e de difícil interpretação, dado sua generalização e intermitência.

Quando falava nos anos 2000 a gente já imaginava que o futuro tinha chegado [...] Mas é verdade mesmo, olha quanta modernidade a gente tem ai baratinho, tudo hoje é mais fácil. (Antônio, comerciário, 37 anos).

Nos anos 2000 já estava começando a aparecer o desânimo no comércio daqui. Eu ainda aguentei uns quatro anos porque achava que era passageiro, mas esse era o xeque-mate. (Novais, ex-comerciante).

Ora, seja na década de 1970 ou 1990, as transformações, insinuadas pelo adensamento da participação transnacional na economia do país, requereram um meticuloso trabalho na esfera simbólica. O propósito desse trabalho, também subjetivo, é mover a esperança, afinal preparar o campo simbólico é arar uma terra onde se erguerão novas estruturas ao dispor do capital. Desse modo, pensar na intimidade das pessoas é pensar também no alargamento de ideologias que indicam concepções de mundo e tentam prevalecer na esfera discursiva. Vejamos, por exemplo, a imagem 14: Para anteceder a inauguração de mais uma unidade em 2012, a rede de Hipermercados G Barbosa já tentava seduzir atenção dos clientes, ou seja, é o discurso, antecedendo o surgimento da rede, que nutre a sensação de prosperidade local. Além disso, como insinua a transcrição do *link* de onde a imagem foi retirada, a mídia anunciava a oferta de vagas para emprego, fato que deixa uma convicção em meio às pessoas de que o crescimento econômico traduz eficazmente os anseios da população.

Imagem 16: Vésperas da inauguração de mais uma unidade do G Barbosa – 2012.



Fonte: <http://www.blogdomarcelo.com.br/v2/2012/02/04/portal-do-trabalhador-anuncia-vagas-de-trabalho-no-g-barbosa-de-conquista/>

Antônio salienta que a chegada das grandes empresas, o surgimento de um grande *shopping-center* e a disseminação de contratos de trabalho pareceriam repercutir

positivamente em mudanças para todos, ao ponto de gerar convicções de que o trabalho como comerciário era promissor e sua experiência poderia implicar em projeções salariais.

Poxa! Era meu primeiro emprego. Eu dava tudo de mim, queria mostrar serviço. Meus pais se orgulhavam e eu queria me manter trabalhando e ter minha independência [...] A loja crescia e eu me sentia produtivo e animado [...] O gerente me elogiava e dizia que eu era um dos melhores deles.

Que o discurso embutido nos sistemas de treinamento é estimulante e, por vezes, cativante, ninguém pode negar, porém as intencionalidades somente se tornam visíveis nas entrelinhas. A parafernália movida pelo “novo” capitalismo flexível insinua à alma e exala significações de modo tal que transcender deslumbramento não é tarefa fácil. É por isso que insistimos em dizer que a reestrutura produtiva é antecipada pelos discursos que fertilizam o terreno para a globalização, que nada mais é do que a mundialização das contradições capitalistas.

Desta feita, quando no início dos anos 2000 foram aparecendo empreitadas da engenharia de grande magnitude, como hipermercados e *shoppings*, anteciparam-se representações. Imagine que, quase simultaneamente, obras grandiosas se erigiam na cidade, com pedreiros, arquitetos, engenheiros em trabalho eufórico, apressados por erguer a empreitada que lhes foi designada. De repente, aquele “silêncio espacial” foi rompido por transformações profundas, especialmente porque a pequenez do espaço local era confrontada pelo gigantismo do “novo” erguido por guas, caminhões e guindastes.

Como tornar-se indiferente a isso? Como não pasmar-se diante de obras constrangedoramente grandes? O discurso já se montava, representações se convertiam em orgulho ou acanhamento, em anseios ou em medo. O lugar ocupado por cada pessoa que contemplava as obras inspirava especulações distintas, movidas pela percepção de que os “anos 2000” prometiam, só não se sabia exatamente o que.

As imagens que seguem realçam o que ora afirmamos. Na sequência: Chama atenção (imagem 17) o contraste do recém-inaugurado Hiper Bom Preço com pequenas casas e negócios locais. Hoje demolidos, cederam lugar para o estacionamento do mercado que engoliu metade de um grande quarteirão no bairro Recreio. As imagens 18 e 19 revelam duas grandes obras construídas nos anos 2000, em sequência, são *Shopping Conquista-Sul* e *Hotel Ibis*, ambos os prédios imponentes destoam com o restante dos

estabelecimentos comerciais distribuídos no decorrer da Avenida Juracy Magalhães. Essas grandes obras anunciam uma “nova” configuração espacial da economia conquistense.

Imagem 17: Construção do Hiper Bom Preço em 2001



Fonte: <http://www.blogdoanderson.com/tag/hiperbompreco/>

Imagem 18: Construção do *Shopping Conquista Sul* em 2006



Fonte: <http://www.macaraninews.com.br/wp-content/uploads/2011/11/shopping-conquista.jpg>

Imagem 19: Hotel Ibis inaugurado no final de 2013



Fonte: <http://www.blogdoanderson.com/tag/ibis/>

Antes das mudanças espaciais, mais nítidas nos anos 2000, o trabalho ideológico se desenvolveu nos anos 1990. Vale considerar que a esfera ideológica diluída nas relações sociais e de trabalho disseminou a concepção de que “todo ganho é ganho de todos”, assim, terminologias no trabalho como “ajudador”, “colaborador”, “afiliado” substituíram expressões que indicavam claramente subordinação, como “empregado” ou “funcionário”.

No terreno do trabalho, a arquitetura do capitalismo remontou a esperança, reatando expectativas de que a prosperidade, erigida na superfície do sistema, redundaria na melhoria de vida para todos aqueles que se submetessem à “nova ordem” instituída.

De igual forma, assim eram vistas as mudanças espaciais: como resultado do interesse de todos os conquistenses. Vitória da Conquista, invadida por estrangeirismos, finalmente tinha “chegado lá”, esse *slogan* se põe nos meandros da ideologia capitalista na atualidade, calcada na disseminação de mercadorias e valores-fetiche que exalam representações e se impõem significados no viés simbólico. É nesse teor que a acumulação flexível dissimula a identidade, acionando-a no momento em que precisa convocar as massas para abraçarem a “causa” capitalista, mas também opondo-se a ela, no momento que transfere um ideário massificador e higienizador.

Assim, para além da aparência harmônica e futurista do espaço conquistense desse século XXI, a urbanidade local se tornou carregada de assimetrias e conflituosidades, omitindo a desigualdade socioeconômica pelo esplendor golpeante da fachada predial e também acanhando a simplicidade que liga o local ao seu passado.

Final de semana? Vou para o *shopping*, assisto filme no cinema ou então vou olhar coisas na vitrine, também gosto de ficar em casa usando internet [...] Gosto de Conquista, a cidade cresceu e hoje não preciso sair daqui porque ela já tem o que outras cidades grandes também têm (Sandra, 27 anos).

Eu já nem saio tanto porque não gosto mais, só que essa turma jovem aí tem muito mais opções do que eu tinha quando mais novo. Meu filho mesmo... É *shopping*, é cinema, é *show*... Conquista cresceu demais, a gente tem que reconhecer, hoje estamos numa metrópole (Júlio, 35 anos).

7. CONCLUSÃO

“A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos que apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.” (Milton Santos).

O comerciário Antônio é um antigo trabalhador de uma rede de lojas do comércio varejista local. A loja onde trabalha nasceu em Vitória da Conquista, mas, seguindo uma tendência de expansionismo, implementou novos modelos de gestão, investiu largamente em *marketing* e hoje possui mais de duzentas unidades espalhadas por nove estados nordestinos. Na década de 1970 era uma tímida loja do comércio conquistense, mas nos anos 1990 foi adentrando uma forte arena concorrencial, com barateamento de preços, implantação de sistema de crediário arrojado e empenho na venda de produtos de alcance popular. Nesse sentido, o crescimento dessa rede varejista foi reflexo das condições de sobrevivência comerciais impostas na atual configuração do capital.

Antônio acompanhou parte do processo de transformações, quando iniciou atividades na empresa a partir dos anos 1990 e o qualifica como “evolução” e “modernização” oportuna. Evidentemente, não queremos retirar a razão de Antônio em pensar dessa forma, até mesmo porque o conteúdo dessa representação é nossa substância de análise, uma vez que os valores atribuídos aos fatos apontados têm uma razão de ser, justificada na configuração sociocultural que contorna a trajetória de vida das pessoas. Antônio é parte de um todo social e, em sua prática cotidiana, é permeável a valorações construídas no seu âmbito de vivência, herdadas pelo senso de identidade com o grupo (POLAK, 1992).

Desde quando comecei aqui no ano de 1995, eu fui acompanhando o comércio da cidade. Tinha pontos melhores, como por exemplo, a disputa entre os empregados não era algo como hoje, mas em compensação a gente não passava por tantos desafios e não tinha acesso a tanta mudança como se tem hoje (Antônio, comerciário, 37 anos).

A forma como Antônio pontua as transformações por ele verificadas, está situada no lugar que ocupa socialmente. Como já dissemos em outro momento do texto, não há como desprender os discursos do *lócus* ocupante pelo sujeito, pois as omissões, as ênfases, as narrativas são seletividades inerentes aos interesses e trajetórias pessoais de vida. Embora Antônio reconheça as mudanças, o modo como as interpreta advém de sua postura como trabalhador, que vez ou outra, manifesta a absorção do ideário capitalista burguês tão meticulosamente disseminado em treinamentos de qualidade no transcurso dos anos 1990. Antônio, bem como todos os demais trabalhadores entrevistados, demonstra em seus posicionamentos uma conduta de defesa da empresa que colide com a condição de exploração. Assim, a contradição foi elemento marcante nos discursos, que mesclavam a subalternidade com a introjeção da ideologia empreendedora burguesa, tão sagazmente implantada na vida corriqueira desses homens e mulheres.

Eu tenho muito é de agradecer pessoas que passaram pela chefia dessa empresa. Elas me incentivavam e creram no meu trabalho [...] Hoje o que eu tenho, o que eu adquiri foi porque confiaram no meu trabalho [...] Eu devo muito a eles, pois sem ela [a empresa] não poderia ter me tornado tudo o que sou (Antônio).

A genuína sensação de gratidão provavelmente se associa ao modelo ideológico vigente na estrutura do capital desse início de século. Falamos de uma estrutura política e econômica que se empenhou em disseminar a cartilha neoliberal, com instituição de valores altamente sincronizados ao nexos da volúpia capitalista. Noções como empregabilidade, empreendedorismo e proatividade na empresa tornaram-se quase jargão nos programas de treinamento introduzido por novas formas de gestão. A ideia foi responsabilizar os próprios sujeitos por qualquer condição de fracasso, introjetando o princípio de que “oportunidade existe, se não lhe foi possível alcançar o êxito, foi por inércia própria”. Culpabiliza-se o próprio sujeito por qualquer fracasso, pois alcançar o emprego e manter-se nele é tarefa individual, calcada na sujeição ao trabalho e na permanente subsunção aos critérios de empregabilidade.

O cinismo dessa ideia nega o fato de que as condições para mobilidade social no sistema situam-se para além de investimentos na carreira e atingem variáveis que ultrapassam as possibilidades de controle das pessoas. Submeter-se à exploração ou investir em capacitação pessoal estão longe de ser elementos suficientes para manter-se no

trabalho. Apesar disso, o discurso otimista dos treinamentos de qualidade induzem pessoas a se renderem à ideia de que “ninguém pode tirar de você a competência”.

Emprego tem sim, quem está fora dele é porque não se atualiza, não “corre atrás” e não quer “pegar no pesado” [...] As oportunidades chegaram para mim porque fui atrás e mostrei que sou capaz de contribuir com o crescimento dessa cidade (André, 22 anos).

A sensação, portanto, é de usufruto de um crescimento “de todos”. O teor dessa análise está em total conexão com o contexto histórico ao qual reportamos e não advém apenas de um posicionamento isolado e individual de cada entrevistado. A memória desses sujeitos também foi cooptada para a lógica da produção que, carregada de argumentos ideológicos, convence trabalhadores a um engajamento ao pacote de interesses da burguesia. Assim, falamos de um “aburguesamento” da consciência dos trabalhadores, não porque a exploração tenha sido extinta, mas devido à articulação ideológica que fisgou o discurso trivialmente reproduzido na vida desses trabalhadores. Por essa razão, o campo cotidiano e as representações comuns foram substância tão imprescindível para este trabalho, afinal é nessa ordinariedade da vida cotidiana que significados são perpetuados e outros tantos são abolidos.

A própria representação dos trabalhadores acerca de sua condição advém da prática mais corriqueira, no discurso mais ordinário de sua atividade trivial, capaz de suscitar valores e conceitos formadores do que se define por consciência de classe (THOMPSON, 1997). É nesse campo de cotidianidade que se manifestam os reais valores desses novos modelos econômicos para as pessoas, bem como a forma pela qual as transformações sociais, espaciais e econômicas são percebidas por homens e mulheres comuns. Interessou-nos, então, compreender o olhar teórico acerca das transformações desse “novo” capitalismo flexível, mas, também, ancorá-lo no espaço de cotidianidade e na forma como sua aparência fetichizada é interpretada por pessoas que compõem a base mais elementar desse processo.

Para avigorar essa análise, entendemos que as representações comuns de homens e mulheres não possuem um caráter exclusivamente individual, ou seja, não são construídas de modo unitário e exclusivo, mas se mesclam a representações herdadas pelo viés social. A partir desse fato, acreditamos que a memória social faz essa conexão entre as representações do hoje com aquelas construídas em outros momentos. Ao adentrarmos o

campo da cotidianidade desses sujeitos, onde emergem a consciência e as representações, notamos que o senso comum adquire mobilidade e trafega no tempo. A filiação ao grupo acentua tal fato, pois, na coesão de vínculos afetivos, as representações se mobilizam mais facilmente, mesclando o senso de pertença a uma espécie de “mímeses” na esfera simbólica. A lógica seria: identifico-me com o grupo, logo, assumo também suas representações como forma de garantir o senso de continuidade. Assim, a memória é o meio pelo qual as representações se movem entre gerações, garantindo a perpetuação de determinadas representações, mesmo dentro de contextos sociais tão dinâmicos.

Encontramos em Halbwachs (2006) bases para entender que a memória aparece como representação feita no presente e a partir do presente, composta por associações com o passado e elaborada eminentemente pelas relações sociais que lhe dão razão de existir. Evidentemente, esse é um movimento involuntário, pois os sujeitos jamais dispõem em seu discurso a frase “minha memória é...”, ela, na verdade, surge nas entrelinhas de suas palavras e ligam o homem do presente ao seu grupo social inscrito numa trajetória de existência.

O melhor negócio é trabalhar para ser gente [...] É ter orgulho de pagar contas sem depender de ninguém e honrar os compromissos. (Márcia, 29 anos).

Melhor me cansar trabalhando do que ser descansado desempregado (João, 25 anos).

A memória pode não aparecer tão claramente, mas ela é parte fundamental na elaboração dessas falas. Porque teria valor o trabalho, mesmo que ele sirva para subjugação das potencialidades de jovens à produção da mais valia? Ora, podemos encontrar na história os motivos para disseminação desse discurso hoje consensualmente nítido nas opiniões dos entrevistados, pois, em outras palavras, “ser alguém na vida” é mostrar-se competente no fluxo de mercadorias, é ser produtor e, por efeito, consumidor, é também ser capaz de subsumir-se com vistas ao melhor posicionamento na engrenagem do capital. Em suma, no passado a ideologia, que entende a sujeição como honradez, encontrou terreno fértil e se perpetuou no imaginário das pessoas. As opiniões hoje emitidas, portanto, contêm reverberações de um passado marcante, não apenas por ser recente, mas

porque contou com o trabalho ideológico meticuloso para fisgar o desejo e as filiações dos brasileiros.

Destarte, os entrevistados tiveram suas memórias acionadas, tanto para ratificar determinadas ideias, como para concordar com rupturas impostas a partir dos “novos” arranjos econômicos locais. A memória aqui serve de apoio para enfatizar o senso de pertença ao espaço local, mas também funciona para salientar as mudanças da esfera subjetiva como evidência de um novo tempo e de rompimentos com os padrões “velhos” da economia.

Eu tenho orgulho dessas mudanças todas que ocorrem aqui na cidade, pois eu faço parte disso tudo (Antônio, 37 anos).

É muito importante trabalhar, meus pais sempre me ensinaram isso [...] Se hoje sou trabalhador nessa empresa é porque eu reconheço o valor do que é ser alguém nessa vida e ter um emprego. (Maria, 25 anos).

Antigamente as pessoas trabalhavam menos, mas também não podiam comprar o que hoje nós já podemos. A sociedade muda, tem perdas e tem ganhos, não dá pra melhorar em tudo. (Júlio, 35 anos).

Esses relatos mesclam ontem e hoje, movem o passado como forma de enriquecer argumentos, recrutam a memória acerca de um passado para confrontar com o presente. Como afirmado, os entrevistados não nomeiam a memória, mas a tem diluída nas suas palavras de tal forma que, para tratarem do tempo atual, sentem a necessidade de contrapô-las com referências do passado. Portanto, a memória adquire diferentes feições, segundo os interesses hoje pautados nas narrativas. Isso é bem perceptível nas sutis diferenças entre as palavras dos trabalhadores e, em contraste, a dos não-trabalhadores. Os primeiros usam a memória para argumentar sobre as mudanças enfatizando a positividade das transformações, ao passo que os segundos se agarram à memória com nostalgia de tempos menos inóspitos à atuação profissional.

Comércio hoje [...] Só para os grandes. Tem gente que não está tirando lucro por ai e se mantém apenas por tradição. Impostos demais, aluguel caro, barateamento de mercadoria [...] Tudo isso desanima (Novais, ex-comerciante).

A história de vida e as experiências pessoais, relacionadas às transformações históricas, implicam em variações na forma como os indivíduos apreendem sua existência.

Assim, o que seriam relatos senão posicionamentos de classe? E, concordando com a “irrepetibilidade” da vida humana, as abordagens também se mostram “irrepetíveis”. Desse modo, Novais, como pequeno burguês local, aciona sua memória a partir de intencionalidades explicáveis dentro desse *locus* social, bem como cada trabalhador que, inserido em certos grupos (ou marcos sociais da memória) mobilizam outras tantas memórias, segundo interesses compartilhados nesse ponto de vista social.

A memória, então, é seletiva, travando com o esquecimento uma relação de oposição e de complementariedade, é moldada segundo perspectivas dos muitos grupos que a torna plural, múltipla e manobrável: “A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (NORA, 1993, p. 9).

A loja aqui recebe muito cliente de outras cidades [...] Isso acontece porque Conquista cresceu e hoje é uma metrópole [...] Minha avó mesmo diz que aqui não era assim até pouco tempo [...] Eu acho que hoje a vida é bem mais fácil para quem mora aqui (Lucas, comerciante, 20 anos).

Logicamente, não podemos rotular as palavras do entrevistado como ingênuas, afinal os moldes do sistema estavam articulados para gerar essa sensação, falseando qualquer aparente exclusão advinda do “novo” capitalismo flexível. Nenhum entrevistado mencionou o agravamento da desigualdade social como consequência das transformações recentemente impostas, no máximo a menção da negatividade decorrente desse processo foi pontuada no campo individual, como, por exemplo, a concorrência nas relações de trabalho ou a “correria” da vida “moderna”.

Ora, precisamos lembrar que os discursos são entendidos como expressão de valores, significados e representações inscritas numa base concreta de existência. Aliado a essa ideia, há que se lembrar o início do século XXI como período de marcantes transformações espaciais em Vitória da Conquista, quando erigiram-se grandes empreendimentos comerciais e acentuou-se o processo de verticalização predial. As transformações no espaço urbano não estão desvinculadas de representações delas advindas, pois, embora seja um remonte no cenário externo aos sujeitos entrevistados, tais mudanças interpenetram a subjetividade e incidem diretamente na opinião que se tem acerca delas. Vitória da Conquista, nesse período, demonstrou maior vigor na realização da

ponta da cadeia produtiva: o consumo. Imbricado nas esferas produção e circulação, o setor de serviço aqui foi avigorado por conta do momento expansionista do capital, que periodicamente esgota nichos espaciais e, em seguida, parte para exploração de “novos” ambientes para consumação da cadeia produtiva. É entendendo a totalidade desse sistema que se torna possível compreender as razões pelas quais as transformações espaciais, econômicas e sociais desta cidade se interconectam a intencionalidades articuladas numa esfera muito maior desse atual momento histórico.

Dentro de temporalidades específicas, Vitória da Conquista se tornou ambiente atrativo para realização da mais-valia no setor de serviços, fato que demonstra a invasão de estrangeirismos no comércio local, que redundou num fenômeno excludente e, ao mesmo tempo includente, de muitos sujeitos. A dicotomia inclusão/exclusão se justifica porque não se tratam necessariamente de elementos diametralmente opostos, relacionam-se também pela mútua complementariedade. Sejam os trabalhadores ou os comerciantes locais, eles se incluem de certa forma no sistema à medida que contribuem para a acumulação de capitais a partir da precarização de suas formas de sobrevivência.

O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. (MARTINS, 1997, p. 32).

Sedimentando essa dinâmica inclusão/exclusão, as mudanças espaciais interpenetram a representação das pessoas, principalmente porque movem seus “espíritos” pelos sentimentos que tais transformações suscitam. O espaço, afinal, não é composto de objetos aleatórios e de todo externos aos homens, pois esses cenários são também subjetivação e tocá-los implica em mover sensações e identidades. Assim, as mudanças no espaço são evidências de um tempo histórico, inspirando tantos sentimentos quantos grupos sociais existirem, nas palavras de Halbwachs (2006). A mutilação do centro comercial, pela amputação do “velho” ou pela implantação do “novo”, agride os sentidos de pertencimentos, inspirando as mais variadas leituras, reforçando a tese de que as memórias, as representações e a consciência são marcadas pela contradição.

Dessa forma, para os mais jovens, comparar a Vitória da Conquista de hoje, com uma marcante silhueta metropolitana, com aquela antiga cidade de caráter “provinciano” gera a nítida sensação de que “hoje evoluímos”. De todo modo, os entrevistados insistem nessa impressão de modernidade advinda da “nova” economia local, mas essas opiniões mostram oscilantes porque disputam espaço com todo estranhamento e incertezas decorrentes da “novidade” do capital. Ao mesmo tempo em que saúdam a “nova” configuração econômica local, também lamentam o pouco tempo que têm fora do trabalho e a arena de competitividade que adentrou a vida cotidiana.

Aliada a essa sensação de desconforto, surgem comparações do tipo: “na época dos meus pais, havia duas horas de intervalo para almoço” (Júlio, 35 anos), entretanto qualquer sensação de revolta sobre a realidade dos trabalhadores é diluída pelas metas prioritárias de vendas que os individualizam. O formato de gestão vigente no contexto da acumulação flexível induz os sujeitos a uma postura obtusa e particularista, de modo que qualquer inicial ótica coletivista rapidamente é esmagada pelo individualismo em voga, tanto nas relações de trabalho, como nas perspectivas desses sujeitos.

Para constatar o que se afirma, os trabalhadores entrevistados sempre empregavam primeira pessoa em seus relatos quando se referiam aos seus sonhos: “eu quero”, “eu pretendo”, “eu sou”... O emprego do “nós” era comum apenas quando o entrevistado mencionava os desejos da empresa, a exemplo de “nós temos muitos concorrentes”. Logo, a impressão que essas falas deixam é de que a identidade do trabalhador com a empresa se mostra mais coesa que a identificação com os demais colegas. Isso é possível porque o senso de filiação é maleável e permeável ao trânsito de identidades sociais e também porque esse senso de pertença foi bombardeado por ideários burgueses nos últimos anos. Em suas palavras, fica nítido o desejo nos trabalhadores de alcançar melhores condições, todavia esse se tornou um sonho pessoal. Para eles, a superação é uma meta individual, sugados por uma luta contra si mesmos para adequação aos critérios de “empregabilidade”, cuja responsabilidade de êxito é exclusiva do próprio sujeito.

Se a consciência é um construto a partir da convivência diária no trabalho (THOMPSON, 1997), logo, os discursos ideológicos suscitados nessa cotidianidade participam da consciência que os sujeitos têm sobre si mesmos e sobre os grupos que lhes interessa pertencer. Disso se justifica o linguajar empreendedor presente nas palavras dos entrevistados, bem como a insistência pela autoresponsabilização sobre as condições de

empregabilidade. De igual modo, a pouca afinidade dos trabalhadores com a representação sindical não é outra coisa senão resultado do insistente interesse da acumulação flexível pela captura da subjetividade desses sujeitos.

Não podemos negar também que o senso comum desses trabalhadores possui caracteres advindos da memória herdada pelas relações sociais, mas, de semelhante modo, apresenta contornos do ideário neoliberal, que isenta o Estado de responsabilidades sociais, transferindo-as ao campo individual. Nessa lógica, as mobilizações se tornam formas obsoletas de luta, que apenas perturbam a “ordem natural” das coisas. A retórica dos trabalhadores ratifica o pensamento individualista do “homem moderno”, calcado numa luta pessoal para usufruto de benefícios próprios que o mundo do consumo e a subsunção ao trabalho pode ofertar.

Por fim, o que se pode notar, quando confrontamos as palavras dos trabalhadores com a dos não-trabalhadores, é o quanto a construção do senso comum, invocado pela memória social, se substancia pelas formas concretas de existência desses sujeitos na sociedade. Novais, como pequeno burguês, sente uma nostalgia dos anos de 1970 e 1980, quando as características majoritariamente locais do comércio lhe davam sólidas condições de lucratividade; ao passo que Antônio, comerciário desde 1995, mesmo lamentando a exploração que conhece de perto, entende que vivemos numa etapa de “sofisticação” e “modernidade” do sistema, cujo efeito inevitável foi a relocação dos “velhos” empreendimentos que não tinham condições de subsistirem à “modernidade”.

Novais, como empreendedor característico de um período de rigidez capitalista, demonstra-se resistente a oscilações tão bruscas e rápidas do comércio na atualidade, que se reinventa rapidamente, tanto na relação com os fornecedores como, e sobretudo, na relação com os consumidores. A efemeridade de tendências atuais é contrastante com a época que Novais mais sente saudades, pois a incerteza, que nutre as novas formas de gestão, foi a maior causa de seu abandono. Antônio, por outro lado, se mostra mais disponível às incertezas que acirram as relações concorrenciais travadas dentro do trabalho, ao ponto de entender que a atual deterioração de direitos trabalhistas, tão escassamente por ele mencionada, é resultante de uma etapa natural do processo de “desenvolvimento” local.

Destarte, a memória adquire características suscitadas na concretude das relações sociais e, como tal, pode demonstrar nuances segundo a posição na qual o sujeito ocupa. Assim sendo, a seletividade típica da memória pode ser interpretada como uma

remontagem de fatos e lembranças de acordo com os interesses do presente daquele que a aciona. Evidentemente, esses interesses perpassam por posições ideológicas que fundamentam a perspectiva de vida dos sujeitos que fazem uso da memória. É fato que a memória não está imune a edições ideológicas, contudo essa vulnerabilidade não anula seu estudo, ao contrário, revela toda ambiguidade inerente à realidade material que a circunda, e essa realidade pode ser entendida através das representações arrastadas na trajetória de vida das pessoas.

Em suma, a própria noção de consciência de classe pode conter caracteres herdados nas relações sociais que articulam o senso de identidade e formam as interpretações postas nos discursos dos trabalhadores. Por este motivo, entender o mundo de significados que compõem a cotidianidade dos sujeitos requer entender o processo histórico expresso na prática humana. Nesses termos, a consciência se forma como resultado de experiências comuns herdadas e compartilhadas socialmente que, conectadas, “criam a identidade de um determinado grupo social que se confronta com outro grupo social que possui interesses diferentes, ou seja, [...] nasce das relações humanas em confronto num período histórico”. (MARTINS & NEVES, 2013, p. 345).

Comprendemos, então, que a memória protagoniza a formação da consciência à medida que concatena representações do passado com representações do presente, ora pela complementariedade, ora pela negação (seletividade). As representações que pairam sobre a experiência cotidiana dos sujeitos não necessariamente rejeitam a memória herdada, mas também não necessariamente a testifica. Passado e presente travam, nesses termos, uma relação dialética de ambivalência e, ao mesmo tempo, identificação. Por estes termos, “a consciência é a forma como [as] experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.” (THOMPSON, 2004, p. 10).

Ademais, concordamos com a ideia de que tanto a consciência como a memória social só podem ser entendidas a partir das condições materiais de existência onde se desenvolve a experiência de vida. De todo modo, se abordamos os sujeitos hoje, precisamos observar que existem representações associadas à “novidade” imposta pelo capital, mas existem também significados associados ao passado que se perpetuam.

Assim, confirmamos a hipótese de que o passado se mescla ao presente no campo da subjetivação, mas não ignoramos o fato de que as representações comuns,

especialmente dos trabalhadores, têm sido cooptadas pela arquitetura política e econômica do capital, diluída nos textos ideológicos que lhes são parte. A tese de que a “novidade” arbitrária do capitalismo flexível se alastra no campo simbólico, adentrando a fantasia e as emoções de pessoas comuns, é verdadeira, contudo descuidamos do fato de que os efeitos negativos ou positivos desse processo não é uma obviedade. Com isso afirmamos que o olhar do trabalhador, que se encanta com a superfície pujante do capital flexível, não é inferior à percepção do não-trabalhador, agonizado e indignado com tais transformações. Não conformados por binarismos, que enxergam a sociedade apenas sob o prisma alienante x alienado, entendemos que esses posicionamentos mais se associam às trajetórias pessoais de vida e ao lugar ocupado pelos sujeitos do que a meras capacidades eruditas ou não-eruditas de interpretar o mundo. Além do mais, o fato de tratarmos da individualidade dessas interpretações não nega o fato de que cada posicionamento pessoal nunca é imune a inferências sociais, uma vez que todas as memórias e representações são formadas a partir de laços sociais que lhes robustecem e autenticam. Nesses termos, o caráter individual das memórias e representações não as impermeabiliza das inferências valorativas do grupo social e não as imuniza da base concreta de existência por onde elas operam.

Com isso, não caímos na arrogância de desnudar o senso comum e apontá-lo como visão ordinária e estereotipada. Intentamos, sobretudo, levar em consideração as representações, entendendo-as como superficial talvez, mas, acima de tudo, postas numalógica dialética que inscreve cada homem e mulher num contexto histórico de câmbios concretos e subjetivos.

É por este motivo que falamos do alastramento de valores fugidios, de uma transitoriedade esvaziada de vínculos e apegada à necessidade constante de “veneração” ao capital. Se for lucrativo, perpetua-se, se não for, desmantela-se, ainda que afrouxe vínculos sociais, dissolva identidades e desagregue filiações. Estamos na era do descarte rápido que promove eventuais perdas de referências à medida que se adere a um novo padrão comportamental da sociedade.

Devo muito a meus pais, eles investiram na minha educação [...] Só que eu tinha de procurar coisas novas, aqui na loja eu aprendo muito mais, porque eles são de uma época em que não tinha essas modernidades todas e não podiam conhecer o que eu aprendo hoje. (Maria, 25 anos).

No atual contexto socioeconômico, o que se observa é que o capital foi promovido para hierarquia máxima das prioridades contemporâneas, fato realçado pelo regime flexível que reorganizou diversas esferas da sociedade, seja política, econômica ou social, subsumindo-as aos caminhos tortuosos do sistema capitalista (HARVEY, 1993). Isso afirmamos porque a avidez desse projeto de sociedade precisou remontar valores, desejos, fantasias, ingressando ideologias na vida diária das pessoas. Portanto, seríamos anacrônicos e não-dialéticos se denunciássemos o senso comum, sem entender a ideologia circundante que também lhe adere representações.

O que não coube a esta pesquisa entender é analisar a perspectiva dos trabalhadores diante dessas condições que lhes parecem postas como imutáveis. Não queremos incorrer no pessimismo de entender que o capitalismo tenha encerrado a história, mas se concordarmos com a ideia de que muito se projeta para o futuro através das experiências e memórias que se leva acerca do passado e presente, logo, surgem as questões: De que modo as representações do passado desses trabalhadores, sedimentadas pela memória, os incita a pensar o futuro? O grau de cooptação da subjetividade desses trabalhadores ofuscou de maneira tal suas memórias acerca da luta de classe, que esses sujeitos não mais conseguem enxergar a vida sob outra perspectiva que não seja a do dominador? Não nos coube responder a estes questionamentos, mas eles insurgiram e são oportunos para pensar o desenho social provocado pelos intentos da flexibilização do trabalho.

Além disso, entendemos que a flexibilização do trabalho, excedeu o ambiente profissional e interferiu também na vida social e no posicionamento de classes dessas pessoas. São “novos” pré-requisitos de qualificação do trabalhador que levam em consideração esferas socioculturais capazes de puxar para dentro do trabalho determinados atributos moldados também na esfera emocional e psíquica. Assim, o tipo de trabalhador formado pela flexibilização parece ser proativo e dinâmico, porém obtuso pela desumanização e individualizado por prioridades tão efêmeras. Notadamente, as características impostas pelo sistema de produção flexível impactaram o comportamento das pessoas, agravando a individualização e a desumanização no espaço cotidiano do trabalho e, por efeito, na consciência dos sujeitos.

Observemos, por exemplo, o tipo de trabalhador hoje solicitado pelo mercado, cujos critérios de seleção consideram a perícia como atributo negativo, ou seja, a alta especialização em nada se relaciona com o funcionário multitarefa requerido pela produção

flexível. Está em voga executar uma atividade de modo pontual, aligeirado e não mais repetitivo e meticuloso, uma vez que “quanto mais sabemos fazer alguma coisa bem feita, mais nos preocupamos com ela [...] e a obsessão é, com efeito, necessária para a perícia” (SENNET, 2007, p. 100).

Nessas circunstâncias nasce um “novo” tipo de trabalhador empregável, aquele polivalente, versátil e desprendido da especialização, fruto da seguinte ideia: um trabalhador flexível para sujeição a um regime flexível.

As organizações valorizam, sobretudo, capacitações humanas portáteis, a capacidade de trabalhar em vários problemas com um pantel de personagens constantemente mudando, separando a ação do contexto. A busca do talento, em particular, é focalizada em pessoas com talento para resolver problemas qualquer que seja o contexto, um tipo de talento que não se adapta a um enraizamento forte (SENNET, 2007, p. 131-132).

Conforma-se então com uma totalidade fragmentada e despedaçada por uma pressa esvaziada de sentido, consumida por valores fugidios que desprezem qualquer forma de apego e solidez. Na epígrafe dessa tese transcrevemos um fragmento de música, oportunamente composta em 1990, que se relaciona ao que tratamos. Diz Calcanhoto: “Eu ando pelo mundo prestando atenção em cores que não sei o nome”. Conformer-se com a parcialidade, com a fragmentação, com “um pouco de tudo” ou com “o nada” dele advindo, é parte desse tipo de homem capitalista, embotado pela pressa, pela efemeridade e pelo pouco tempo para qualquer coisa.

O discurso da flexibilização, portanto, não se restringiu apenas ao *lócus* de produção do trabalhador, excedeu o chão da empresa e alcançou também a identidade e, inclusive, a prática social desses sujeitos. Basta observarmos, por exemplo esta percepção sobre o que é ser trabalhador:

Para mim, trabalhar é construir tudo isso, é fazer parte desse crescimento que a gente tem vivido, pois sem trabalho nada disso estaria acontecendo hoje [...] Se não trabalhamos, a cidade não cresce, daí que todo mundo trabalha, ajuda a cidade a ficar forte e, depois, pode desfrutar disso (Antônio).

O entrevistado parece assumir as transformações como se fossem pessoalmente suas, ele se põe num espaço de responsabilização pelos fenômenos que atingem o comércio

local. O comerciário sobrevaloriza o “seu trabalho”, mas em momento algum ele se põe na condição de “explorado” ou “expropriado”, pois, na sua ótica, o “seu trabalho” constrói, revelando-se como parte fundamental do processo de “evolução” da sociedade que o cerca. Antônio se apropria dessa “evolução” como se fosse sua responsabilidade própria, mas a realidade, posta nas nuances desse processo, o hostiliza, o exclui e o marginaliza. No seu discurso, “o crescimento” é “vivido por todos”, sem claras assimetrias, como se todo rearranjo proposto pelo sistema nessas últimas décadas traduzisse necessidades de todos os trabalhadores.

O olhar do comerciário Antônio tem uma razão de ser que encontramos no componente ideológico da empreitada burguesa nesses “novos” pressupostos do capitalismo flexível. Ao se configurar como parte estruturante da ideologia hegemônica, a flexibilização penetrou o mundo de significados dos trabalhadores nesse início de século. Concordamos com Druck (2011) e Alves (2011) quando interpretam o “espírito empreendedor”, insistentemente abordado nos programas de treinamento, como alvo do capitalismo flexível. O “espírito” é terminologia metafórica que indica as pretensões audaciosas de dominação ideológica no atual contexto de alargamento (também subjetivo) dos propósitos capitalistas. De igual modo, concordamos com Halbwachs (2006) ao compreender que é do “espírito” que as pessoas extraem representações que comporão suas memórias. Assim, ao atingir o “espírito” do trabalhador, a flexibilização tem a possibilidade de remontar representações, induzindo critérios de seletividade à memória, agora ainda mais cooptada aos interesses hegemônicos do capital.

Desta feita, o desafio no desenvolvimento desta tese foi tratar de um tema com extrema amplitude, tanto porque é fenômeno material com fortes efeitos na subjetividade, como também porque é um fato local e global, social e individual. Tratamos da acumulação flexível não apenas no campo do trabalho, onde precipitam novas formas de gestão, mas tentamos extravasar este *lôcus* para ingressar outras esferas, como o espaço e o comportamento. Os terrenos atingidos pelo “novo” capitalismo flexível parecem longínquos, mas, no final, complementam-se, revelando o fato de que a flexibilização aportou nas muitas esferas da vida humana, não extinguindo filiações, mas introduzindo novas referências que, por vezes, colidem com o passado, confrontando-o.

Afirmar que a acumulação flexível aboliu as referências locais e as filiações intergeracionais é uma inverdade, mas desprezar o poder perpessante do aparato ideológico

da sociedade capitalista no século XXI é ser anuente com uma análise inconclusa e rasteira da sociedade atual. A memória subsiste latente nas referências das pessoas, mas trava com o hoje uma relação dialética, pois aciona o passado no e pelo presente, logo, recompõe o passado através da subjetivação que muito se liga ao ideário capitalista no tempo atual.

Dessa forma, ruptura e conservação não se tornam antítese, pois travam uma relação passível de coexistência, carregada de conflituosidade e instabilidade, mostrando que a perpetuação ou o esquecimento de ideias e conceitos se dão através de intencionalidades muito claras. Assim, o espaço, a cultura, a memória ou as representações, são edições cujas intencionalidades podem ser interpretadas apenas pela compreensão dos sujeitos históricos que protagonizam a existência social.

REFERÊNCIAS

ABERCROMBIE, N; HILL, S. & TURNER, B. S. Determinismo e indeterminismo na teoria da ideologia. *In: ZIZEK, S. (Org.). Um mapa da ideologia.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 200-2535.

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. *In: MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D. C. de (Org.). Estudos interdisciplinares de representação social.* 2. ed. Goiânia: AB, 2000. (p. 27-38).

ALVES, A. E. S. **Qualificação e trabalho bancário no contexto da reestruturação produtiva.** Vitória da Conquista: Edições UESB, 2005.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. *In: DRUCK, G & FRANCO, T. A perda da razão social do trabalho:* terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 33-45.

_____. O sistema do metabolismo social do capital e seu sistema de mediações. *In: _____ (Org.). Os sentidos do trabalho.* São Paulo: Boitempo, 2001. p. 50-66.

_____. Século XX: nova era da precarização estrutural do trabalho? *In: ANTUNES, R. & BRAGA, R. Infoproletários:* degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 85-101.

AZEVEDO, D. CDL e Banco do Brasil querem facilitar o acesso ao cartão de crédito. **Diário do Sudoeste.** Vitória da Conquista, 29 de setembro de 1998. Sessão Economia, p. 5.

BARBOSA, A. M. S. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Revista de Sociologia e Política.** Vol. 19, Num. 38. Curitiba, mar. 2011. p. 30-49. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a08.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2013.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista.** São Paulo: Zahar, 1988.

BRAGA, R. A vingança de braverman: o infotaylorismo como contratempo. *In: ANTUNES, R. & BRAGA, R. Infoproletários:* degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAVERMAN, H. **Trabalho capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTR, 1987.

CALCANHOTO, A. Esquadros. Adriana Calcanhoto [compositora]. *In: Senhas.* Porto Alegre: CBS, 1992. Faixa 05.

CARLOS, A. F. A. “Novas” contradições do espaço. *In*: DAMIANI, Amélia Luisa et al. (Org.) **O Espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Trad. Iraci Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, N. A. Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro: reestruturação industrial ou japanização de ocasião? *In*: _____ (Org.). **A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CEVASCO, M. E. Hibridismo cultural e globalização. **Art Cultura**, Uberlândia, vol. 8, num 12, p. 90-120, Jan./Jun, 2006. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1408>>. Acesso em 05 de janeiro de 2014.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana FinziFoá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOMSKY, N. Democracia e mercados na nova ordem mundial. *In*: GENTILI, P. (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 5. ed. Petrópolis – RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2008. p. 39-50.

CLEPS, G. D. G. O comércio e a cidade: novas territorialidades urbanas. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, jun. 2004. p. 120-153. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9183/5648>>. Acesso em: 24 de junho de 2013.

COSTA, M. S. Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no Brasil. **RAE Eletrônica**, São Paulo, vol. 2, Num. 2, Jun/Jul 2003. p. 47-69. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v2n2/v2n2a10>>. Acesso em: 13 de maio de 2013.

COSTA, M. V; SILVEIRA, R. H. & SOMMER, L. H. Estudos culturais em educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**. Num. 23. Maio/Jun/jul, 2003. p. 101-133. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-247200300-0200004&Ing=pt-&nrm=iso>. Acesso: 29 de Agosto de 2012.

CRUZ, P. A dura realidade das nossas cidades. **Revista Exame**. São Paulo, 02 set. 2013. p. 42. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1048/noticias/a-dura-realidade-das-nossas-cidades?page=1>>. Acesso em: 24 de setembro de 2013.

DIAS, A. N. **A face da terceirização: a reprodução das desigualdades e dos conflitos dos trabalhadores**. 2011. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, vol. 24, num. 01, 2011. p. 70-89. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf>>. Acesso em: 27 de setembro de 2013.

FERRAZ, A. E. Q. **O Urbano em Construção**: Vitória da Conquista. Um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

FIDALGO, F & MACHADO, L. **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: NETE/UFMG, 2000.

FORTES, A. et al. Peculiaridades de E. P. Thompson. *In*: NEGRO, A. L. & SILVA, S. (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 3. ed. Campinas: Ed. IFCH/UNICAMP, 1998.

FRANCO, M. L. P. B & NOVAES, G. T. F. Os jovens do ensino médio e suas representações sociais. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, num. 112, p. 82-109, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16107.pdf>>. Acesso em 17 de junho de 2011.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. *In*: _____ (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Educação e crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FROMM, E. **Conceito marxista do homem**. 4. ed. São Paulo: Zahar, 1967.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora *In*: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 76-99.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 8. ed. Trad.: Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **O enigma do capital**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HERNANDEZ, J. M. C. Foi bom para você? Uma comparação do valor hedônico de compras feitas em diferentes tipos de varejistas. **RAM - Rev. Adm. Mackenzie (Online)**, vol. 10, num. 2, São Paulo, Mar./Apr. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712009000200002>>. Acesso em 24 de Junho de 2013.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. Trad.: S. Duarte. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007.

JEDLOWSKI, P. La sociología y la memoria colectiva. *In*: ROSA, A, BALLELLI, G & BAKHUST, D (Org.). **Memoria colectiva e identidad nacional**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. p. 123-132.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, Campinas, Vol. 28, Num. 100, jan. 2007. p. 95-120. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2428-100.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2013.

LOPES, E. L. Valor de compra hedônico ou utilitário e sua influência no varejo: resultados de um survey no setor de construção civil. **Organizações & Sociedade**. Salvador, Vol.19, Num. 60, Jan./Mar. 2012. p. 43-62. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1984923-02012000100006>>. Acesso em 24 de Junho de 2013.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social: fundamentos para uma análise marxista**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LUCÁKS, G. Sociologia. *In*: NETTO, J. P. **Sociologia: Lukács**. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **Otologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MAGALHÃES, L. D. R. & ALMEIDA, J. R. M. Relações simbióticas entre memória, ideologia, história e educação. *In*: LOMBARDI, J. C; CASIMIRO, A. P. B & MAGALHÃES, L. D. R (Org.). **História, memória e educação**. Campinas: Alínea, 2011.

MAGALHÃES, L. D. R. Educação, História e Memória: uma aproximação do estudo geracional. **Revista HISTEDBR online**. Campinas, Num. 28, Jun./Jul., 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art07_28.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2011.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Pulus, 1997.

MARTINS, A. M. S. & NEVES, L. M. W. Materialismo histórico, cultura e educação: Gramsci, Thompson e Williams. **Revista HISTEDBR online**. Campinas, num. 51, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/issue/current/>> Acesso em: 27 de setembro de 2013.

MARX, K. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. Trad.: Maria Helena Alves. São Paulo: Mandacaru, 1989.

_____. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. Primeiro rascunho de carta a V. Zasluch. In: FERNANDES, R. C. **Dilemas do socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. (1845-1846). Trad.: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, J. O Brasil em 10 vocações: cidades médias – aonde o futuro já chegou. **Revista Veja**, 01 de Setembro de 2010, p. 98.

MEIRELLES, D. S. O conceito de serviço. **Revista Economia Política**. São Paulo, Vol.26, num.1, Jan./Mar. 2006, p. 98-122. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572006000100007>. Acesso em 24 de Junho de 2013.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2010.

NARDI et. al. Subjetividade e trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, 1997. p.29-42.

NAVARRO, V. L. & PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, Ribeirão Preto, Vol. 19. Edição especial 1, jan./2007. p. 39-50. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400004&script=sci_arttext. Acesso em 02 de junho de 2013.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, Vol.10, Dez.1993 p.7-28.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OHNO, T. **O Sistema Toyota de Produção**: além da produção em larga escala. Porto Alegre: Bookman, 1997.

PADILHA, V. **Shopping center**: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

PEREIRA, L. C. B. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: Escola de **Economia de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas**. Num. 274. São Paulo, nov. 2010. p. 27-55. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/7726>. Acesso em 05 de abril de 2014.

PETRAS, J. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social: Estudos Históricos**. Trad.: Monique Augras. Rio de Janeiro, vol. 05, num. 10, 1992.

ROCHA, I. S. & BARROS, G. Condomínio Greenville e loteamento Vila América: um retrato da segregação sócio-espacial em Vitória da Conquista. *In: ACTAS DEL IX COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: LA PLANIFICACIÓN TERRITORIAL Y EL URBANISMO DESDE EL DIÁLOGO Y LA PARTICIPACIÓN*. 2010, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010.

SÁ, C. P. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicologia Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, num. 002, Vol. 20, 2007, p. 290-295.

SALAMA, P. Novas formas de pobreza da América Latina. *In: GENTILI, P (Org.). Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SALERNO, M. S. Flexibilidade e organização produtiva. *In: _____ (Org.). A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller Editora, 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SENNET, R.A **corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 2. ed. Trad. Marcos Santarita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **A cultura do novo capitalismo**. Trad. Clovis Marques. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SILVA, S. Thompson, Marx, os marxistas e os outros. *In: NEGRO, A. L. & SILVA, S. (Org.). As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3. ed. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.

THOMAS JUNIOR, A. **O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica**. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

_____. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente, Vol. 4. Num. 2, 2003, p. 80-101.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa (Vol. 1): a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: NEGRO, A. L. & SILVA, S. (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 3. ed. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998a.

_____. **Formação da classe operária inglesa. v. 1**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

WILKIS, A. & BATTISTINI, O. R. El valor del trabajo en las construcciones identitarias de un grupo de asalariados jóvenes. **Cadernos de Antropologia Social**, Buenos Aires, num. 22, 2005, p. 93-119. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1850-275X2005000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 de junho de 2013.

APÊNDICE I: Roteiro de entrevistas – primeira etapa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

Título: Memória e flexibilização do trabalho: as ambivalências do comércio local

Doutorando: Roney Gusmão do Carmo

Orientadora: Dra. Ana Elizabeth Santos Alves

Roteiro de entrevistas com comerciantes e ex-comerciantes

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Ramo de atuação:
5. Há quanto tempo possui a empresa:
6. Desde o início da sua atuação, houve mudança de ramo? () Sim () Não
Por que?
7. Ocorreram transformações no comércio local no decorrer da sua atuação?
8. Como ocorriam as relações com os clientes e com os trabalhadores na época em que você iniciou atividades?
9. Na sua opinião, as condições de faturamento melhoraram nos últimos anos?
10. O ingresso de empresas de capital externo impactou a dinâmica do seu empreendimento? De que forma?

APÊNDICE II: Roteiro de entrevistas – segunda etapa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

Título: Memória e flexibilização do trabalho: as ambivalências do comércio local

Doutorando: Roney Gusmão do Carmo

Orientadora: Ana Elizabeth Santos Alves

Roteiro de entrevistas com trabalhadores da loja de eletrodomésticos, espalhada em três unidades no centro da cidade.

1. Você se encontra satisfeito com seu trabalho atual? Por que?
2. Você acredita ser justo o tratamento que recebe como trabalhador? Por que?
3. Você é sindicalizado? Já recorreu ao sindicato?
4. Para você, o que é ser trabalhador?
5. Você acredita que as condições de trabalho hoje são melhores que no passado?
6. Já teve contato com pessoas que descrevessem como era o trabalho antigamente? O que foi dito?
7. Qual sua ocupação no período de ócio?
8. Suas horas de trabalho são justas com sua remuneração?
9. Você gosta do ambiente do seu trabalho e das relações com colegas?
10. Você sente identidade com os demais trabalhadores que você conhece no comércio?
11. O que há de comum entre você e o que eles dizem?
12. Atualmente em que você mais ocupa seu salário?
 - a) Entretenimento
 - b) Recursos de tecnologia
 - c) Alimentação
 - d) Vestuário
 - e) Outros:
13. Em sua opinião, qual é a importância do trabalho na vida de um homem ou mulher?

APÊNDICE III: Questionários – terceira etapa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

Título: Memória e flexibilização do trabalho: as ambivalências do comércio local

Mestrando: Roney Gusmão do Carmo

Orientadora: Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves

Questionários aplicados com diversos comerciários de diferentes ramos varejistas do centro de Vitória da Conquista.

1. Você se encontra satisfeito com seu trabalho atual?
 - a) Sim
 - b) Não.
Por que? _____

2. Você tem intenções de mudar ramo de trabalho?
 - a) Sim
 - b) Não.
Por que? _____

3. Você é sindicalizado?
 - a) Sim
 - b) Não. Por que? _____

4. Já recorreu ao sindicato?
 - a) Não
 - b) Sim. Com qual finalidade? _____

5. Você acredita que as condições de trabalho hoje são melhores que no passado?
 - a) Sim
 - b) Não
Justifique: _____

6. Já teve contato com pessoas que descrevessem como era o trabalho antigamente?
 - a) Não
 - b) Sim. O que foi dito? _____

7. Enumere em ordem sua ocupação no período de ócio?
 - () Compras
 - () Passeio no shopping

- () Internet
- () Cinema
- () Bares
- () Outros. Mencione: _____

8. Você gosta do ambiente do seu trabalho e das relações com colegas?

- a) Sim
- b) Não

Justifique: _____

9. Você sente identidade com os demais trabalhadores que você conhece no comércio?

- a) Sim
- b) Não

Justifique: _____

10. Enumere as maiores ocupações do seu salário atualmente:

- () Entretenimento
- () Recursos de tecnologia
- () Alimentação
- () Vestuário
- () Outros: _____

APÊNDICE IV: Sujeitos da pesquisa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

Título: Memória e flexibilização do trabalho: as ambivalências do comércio local

Mestrando: Roney Gusmão do Carmo

Orientadora: Dra. Ana Elizabeth Santos Alves

Primeira etapa da pesquisa empírica

Sujeitos	Número de entrevistados	Nomes dos entrevistados
Comerciantes e ex-comerciantes	8	Cícero Amorim (comerciante) Durval Moura (comerciante) Firmino Novais (ex-comerciante) Marlene Miranda (comerciante) Marli Miranda (comerciante) Osmar Silveira (ex-comerciante) Pedro Santino (ex-comerciante e ex-comerciário) Ronaldo Pinto (ex-comerciante)
Membros do sindicato dos comerciários ⁵¹	2	Gilmar Dias (vice-diretor do sindicato dos comerciários), Guimarães Viana Santos (diretor do sindicato dos comerciários).

Segunda etapa da pesquisa empírica

Sujeitos	Número de entrevistados	Nomes dos pesquisados
Trabalhadores de uma loja de eletrodomésticos no centro de Vitória da Conquista	12	Lucas (20 anos), Mateus (23 anos), João (25 anos), Maria (25 anos), Antônio (37 anos), Sandra (27 anos), Júlio (35 anos), Felipe (19 anos), Mauro (38 anos), Márcia (29 anos), André (22 anos), Alice (28 anos) ⁵² .
Trabalhadores do comércio local que responderam aos	50	Comerciários não identificados.

⁵¹ Entrevistados sem roteiros previamente estabelecidos.

⁵² Os trabalhadores concordaram em ser entrevistados mediante a condição de não terem seus nomes revelados, desse modo, os nomes que aqui apresentamos são fictícios.

questionários		
---------------	--	--